



ACIDI, IP

Relatório
de Actividades



2007





Índice

Nota de Abertura	06
I. Grandes linhas da Política de Acolhimento e Integração de Imigrantes	08
1. Enquadramento	09
2. Plano de Integração dos Imigrantes (PII)	10
2.1. Rede de Pontos Focais de Acompanhamento do Plano	
3. O ACIDI e as leis sobre Imigração	12
3.1. Legislação referente à Imigração	
3.1.1. Nova Lei da Nacionalidade	
3.2. Funcionamento do ACIDI	
3.2.1. Enquadramento legal	
3.2.2. Orçamento por Actividades	
3.2.3. Equipa do ACIDI	
II. Serviços de acolhimento e apoio aos Imigrantes	21
1. Centros Nacionais de Apoio ao Migrante (CNAI)	22
1.1. Organização e funcionamento	
1.2. Serviços de Apoio	
1.3. Mediadores sócio-culturais	
1.4. Atendimentos	
1.5. Instituições	
1.6. Gabinetes de Apoio	
1.7. Equipas de Terreno	
1.8. Cartão Migrante	
1.9. Jornal do CNAI	
1.10. Formação e Avaliação	
2. Linha SOS Migrante	43
2.1. Caracterização do serviço disponibilizado	
2.2. Caracterização dos clientes	
3. Serviço de Tradução Telefónico (STT)	47
3.1. Caracterização do serviço disponibilizado	
3.2. Caracterização dos clientes	
4. Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI)	50
4.1. Rede CLAI	
4.2. Atendimentos	
4.3. Formação	
4.4. Trabalho em rede	
4.4.1. Reuniões Regionais	
4.4.2. Planos e Relatórios de Actividades	
4.4.3. Plataforma Comunidade CLAI	
4.4.4. Ligação via Skype	
4.4.5. Encontro Anual da Rede CLAI	
4.5. Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem (CAMPO)	
4.6. Outras actividades	
4.7. Actividades promovidas pelos CLAI	
5. Rede UNIVA Migrante	61
III. Informar, comunicar e sensibilizar	64
1. Boletim Informativo (BI)	65
2. Materiais Informativos diversos	66
2.1. Materiais Informativos produzidos pelo ACIDI, I.P.	
2.2. Materiais informativos produzidos em parceria	
2.3. Materiais promocionais de eventos e/ou temáticos	
2.4. Outros Materiais	
3. Site ACIDI	78



3.1. Conteúdos	
3.1.1. Blocos Permanentes	
3.1.2. Blocos Periódicos	
3.2. Funcionalidades	
3.3. Estatísticas	
3.4. Gestão do <i>site</i>	
3.5. Acessibilidade na Internet	
4. Programa Nós – RTP 2	85
4.1. Audiências	
4.2. Um espaço para todos	
4.3. Conteúdos	
4.4. Divulgação de iniciativas	
4.5. Rentabilização dos conteúdos do programa	
4.6. Protocolo com a RTP	
5. Programa de Rádio “Gente como Nós”	90
6. Sensibilização da opinião pública para o acolhimento, integração e tolerância	91
6.1. Prémio “Jornalismo pela Tolerância” 2006	
6.2. Semana da Diversidade Cultural	
6.3. Comemorações do Dia Internacional da Tolerância	
6.4. Comemorações do Dia Internacional do Migrante	
6.5. Lançamento do Livro “Descendentes de Imigrantes: um lugar na Sociedade Portuguesa”	
6.6. Apoio a iniciativas e eventos culturais	
IV. Promoção da Interculturalidade	100
1. Formação para o Acolhimento e Interculturalidade	101
1.1. Bolsa de Formadores	
1.1.1. Acções de formação realizadas pela Bolsa de Formadores	
1.2. Acções de Formação dinamizadas pelo Gabinete de Educação e Formação	
1.2.1. Acções de formação de longa duração	
1.3. Enquadramento de Estagiários	
1.4. Desenvolvimento de projectos / Consultoria	
2. Produção e divulgação de materiais	106
2.1. Instrumentos e materiais pedagógicos e de formação	
2.1.1. Sites Entreculturas	
2.1.2. DVD “Os alunos fazem a Diferença”	
2.1.3. Handbook de formação	
2.1.4. Kits pedagógicos para o apoio do ensino-aprendizagem do Português Língua não materna	
2.1.5. Brochura sobre Mediação Sócio-Cultural	
2.2. Produção e divulgação de materiais de suporte à (in)formação e de sensibilização à temática da interculturalidade.	
2.2.1. Brochura 44 ideias para promover a tolerância e celebrar a diversidade	
2.2.2. Artigos de reflexão e divulgação	
2.2.3. Colaboração na elaboração de relatórios / diagnósticos – Sistematização de informação relativa a perspectivas e práticas desenvolvidas	
3. Dinamização de encontros e eventos para a promoção da interculturalidade	110
3.1. Lançamento do site Juvenil www.entreculturas.pt	
3.2. Lançamento do site de formação www.entreculturas.pt	
4. Projectos de Formação Nacionais e Internacionais	110
4.1. Participação em Projectos Nacionais	
4.2. Participação em Projectos Internacionais	
5. Diálogo com as religiões	113
5.1. Enquadramento	
5.2. Acções desenvolvidas no âmbito das actividades do ACIDI, I.P.	



V. Pelos Imigrantes, com os Imigrantes	115
1. Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes	116
1.1 Acções de promoção e divulgação do Associativismo	
1.1.1. Brochura sobre o Associativismo Imigrante	
1.1.2. Conversas sobre Associativismo Imigrante	
1.1.3. Presença em Eventos das AI's	
1.2. Reconhecimento de representatividade das Associações de Imigrantes	
1.3. Apoio técnico e financeiro às Associações de Imigrantes .	
1.3.1. Processo de Avaliação dos Pedidos de Apoio Financeiro para 2008	
1.3.2. Acções de capacitação para líderes associativos	
2. Parcerias com Associações de Imigrantes – promoção do trabalho em rede	129
3. Mediadores Sócio-Culturais	129
4. O ACIDI junto das Comunidades	130
5. Apoio a iniciativas de ONG que trabalham para imigrantes	131
5.1 Centro Pedro Arrupe	
VI. Comunidades Ciganas	133
1. Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas	134
1.1. Intervenção e capacitação	
1.1.1. Elaboração e lançamento do Guia para o Associativismo Cigano	
1.1.2. Reconhecimento das Associações Ciganas	
1.1.3. Formação de dirigentes	
1.1.4. Elaboração do plano de apoio técnico e de financiamento das Associações Ciganas	
1.2. Informação	
1.2.1. Site “Ciga-nos”	
1.2.2. Caderno ICE n.º 9 “Ciganos e Cidadanias”	
1.2.3. Estudo “Sintrenses ciganos”	
1.3. O Grupo alargado do GACI – G9	
1.3.1. Actividades do G9	
1.3.1.1. Reuniões	
1.3.1.2. Intervenções no terreno	
1.4. Participação em actividades promovidas por outras entidades	
VII. O programa Escolhas – 3.ª Fase	142
1. Objectivos e modelo de intervenção	143
2. Projectos financiados	144
3. Acompanhamento e Avaliação	145
3.1 Modelo de avaliação	
3.2 Avaliação técnica	
4. Avaliação Externa	147
5. Centros de Inclusão Digital	148
6. Parcerias estratégicas	149
6.1 Formação Parental	
6.2 Literacia Financeira	
6.3 Novas Oportunidades	
6.4 Cursos CEF B1	
6.5 Microsoft	
6.6 Porto Editora	
6.7 CISCO	
6.8 Fundação PT	
7. Participação em Conferências e eventos similares	151
8. Orçamento e Indicadores de Execução	152
8.1. Total de Destinatários e de Sessões de Trabalho	
8.2. Destinatários por Medida	
8.3. Destinatários por Grupo Etário	
8.4. Destinatários por Nível de Escolaridade	
8.5. Destinatários por Sexo	
8.6. Execução Financeira	
9. Formação Contínua	154



9.1. Modelo de Formação	
9.2. Seminário Inicial e Seminários Regionais	
9.3. Workshops Temáticos	
9.4 Oficinas Virtuais	
10. Produção e Divulgação de Materiais	157
10.1. Site	
10.2. Revista Escolhas	
10.3. Programa Nós	
11. Actividades Globais	161
11.1 Torneio de Futsal 24 Horas Non-Stop	
11.2 “Escolhe: Escotismo para Todos”	
11.3 CD “9 Bairros, Novos Sons”	
11.4 Concurso “Dias de Imagens”	
11.5 Escolhas de Portas Abertas	
11.6. Festa de Natal Escolhas 2007	
VIII. Combate à discriminação e ao racismo	166
1. Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR)	167
1.1. Enquadramento legal	
1.2. Competências	
1.3. Composição	
1.4. Reuniões realizadas e conclusões	
1.5. Actividades da Comissão Permanente	
1.6. Publicações, Acções e Actividades específicas	
2. Barreiras invisíveis – discriminação no acesso ao emprego	174
2.1. Colaboração com o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE)	
2.2. Colaboração com a Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos (APG)	
IX. Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI)	176
1. Enquadramento e composição	177
2. Decisões de Reuniões do COCAI	177
3. O COCAI e as leis da “Imigração” e da Nacionalidade	179
3.1. Lei de Imigração	
4. O COCAI e a Proposta de regulamentação da Lei da Imigração	180
X. Conhecer mais para agir melhor	181
1. Observatório de Imigração	182
1.1. Estudos e Publicações	
1.1.1. Colecção <i>Estudos OI</i>	
1.1.2. Colecção <i>Teses</i>	
1.1.3. Colecção <i>Portugal Intercultural</i>	
1.1.4. Colecção Comunidades	
1.1.5. Cadernos do OI	
1.1.6. Revista <i>Migrações</i>	
1.2. Site OI	
1.3. Parcerias	
1.4. Internacionalização OI	
2. Organização e participação em Workshops, Seminários e Conferências	191
2.1. Workshops de lançamento de Estudos do Observatório de Imigração	
2.2. Seminários sobre Políticas de Integração de Imigrantes e seus Descendentes	
2.2.1. A nível nacional	
2.2.2. A nível internacional	
2.3. Outros Seminários	
2.4. Co-Organização de Workshops, Seminários e Conferências	
2.5. Participação em Workshops, Seminários e Conferências	
2.5.1. A nível nacional	
2.5.2. A nível internacional	
3. Centro de Documentação do ACIDI	199
3.1. Horário e localização	
3.2. Público-alvo	
3.3. Acervo	
3.4. Objectivos	



3.5. Atendimento		
3.6. Visitas de estudo		
3.7. Estágios		
3.8. Estatísticas		
3.9. Divulgação das publicações do ACIDI		
XI. Contactos Bilaterais e Parcerias Temáticas		203
1. Articulação Interministerial		204
2. Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos		205
2.1. Concurso “A Minha Escola Contra a Discriminação”		
3. Estudantes Estrangeiros Universitários		206
3.1. Dia de Acolhimento do Estudante Universitário Estrangeiro		
3.2. Brochura “Queres Estudar em Portugal?”		
3.3. Folheto Informativo do Centro S. Pedro Claver		
4. Saúde		208
4.1. PADE – Programa de Apoio a Doentes Estrangeiros		
4.1.1. Enquadramento		
4.1.2. Protocolo de criação do PADE		
4.2. Grupo de Trabalho “Saúde & Migrantes”		
4.3. Colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		
4.4. Traduções na área da Saúde		
5. Grupo de Trabalho Informal para a Inclusão dos Descendentes de imigrantes		212
6. Ensino do Português para estrangeiros		213
6.1. Enquadramento		
6.2. Divulgação e Adesão		
6.3. Protocolo com o Instituto Camões (IC)		
6.4. Certificação		
6.5. Manuais e Materiais		
6.6. Exames de Equivalência à Licenciatura em Medicina		
6.7. Conclusão/Avaliação e Recomendações para 2008		
7. Grupo Interinstitucional – Definição de Estratégia de Apoio aos Sem Abrigo		217
7.1. Reuniões do Grupo Técnico		
7.2. Resultados		
8. Grupo de Trabalho – Implementação da Medida 49 do Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)		219
8.1. Protocolo de Cooperação com Segurança Social		
8.2. Projecto de rede de amas		
9. Grupo de Reflexão sobre o tratamento da Temática da Imigração nos Media		220
10. Questões de Género. Tráfico de seres humanos		221
10.1. Projecto CAIM - Cooperação, Acção, Investigação e Mundivisão .		
10.2. Publicações		
XII. Relações Internacionais		222
1. Ao nível da União Europeia		223
1.1. Coordenação da Rede Europeia de Empresários Étnicos		
1.2. Agência Europeia para os Direitos Fundamentais / Observatório Europeu do Racismo e Xenofobia		
1.3. Ano Europeu do Diálogo Intercultural		
1.3.1. Enquadramento		
1.3.2. Logótipo Europeu		
1.3.3. Projectos Europeus		
1.3.4. Reunião dos Pontos Focais Europeus do AEDI.		
1.4. Actividades no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia		
1.5. Programas e Projectos		
1.6. Outros projectos		
2. Ao nível da OCDE		227
3. Relações Bilaterais		227
3.1. Comissão Conjunta Portugal - Cabo Verde		
XIII. Preparação do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural (AEDI)		228
1. Enquadramento		229
2. Divulgação		229
3. Eventos iniciados em 2007		230
4. Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA)		232



Nota de Abertura

O ano de 2007 constituiu um ano de viragem na política de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal.

Se por um lado vingou o Plano para a Integração dos Imigrantes (PII), criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de Maio – projecto interministerial que conta com a participação de 13 Ministérios, através de 122 medidas, divididas por 9 áreas e 11 áreas transversais, em execução no triénio 2007 a 2009 – por outro lado assistiu-se a um grande avanço no plano legislativo, através da aprovação e regulamentação da nova lei sobre o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros em território nacional (Lei de Imigração) – Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho e Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro).

Deste novo regime jurídico – baseado numa visão mais equilibrada e humanista do fenómeno da imigração em Portugal – figuram, entre outros, a criação de um único título para todos aqueles que residem legalmente em Portugal; o desenvolvimento de um regime específico para a imigração temporária; a existência de um regime simplificado para a admissão de cientistas, docentes e universitários altamente qualificados; o alargamento do regime de atribuição de autorização de residência com dispensa de visto; o alargamento do mecanismo de reagrupamento familiar; a criação de um regime específico para o combate ao tráfico de seres humanos e a criação de limites genéricos à expulsão.

Já no domínio da Nacionalidade e concretizando a regulamentação da Lei (Decreto-Lei n.º 237-A/2006 de 14 de Dezembro) – que trouxe novidades substanciais quer no que respeita à nacionalidade originária como no que respeita à nacionalidade derivada – foi levada a cabo uma grande operação/campanha de informação, em paralelo com a abertura de duas extensões da Conservatória dos Registos Centrais nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante de Lisboa e do Porto.

Ao nível estrutural, 2007 foi também um ano de transição e consolidação institucional. No âmbito do PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado), o ex-ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas) – por fusão com a estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa Escolhas e da Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões e do Secretariado Entreculturas – configurou um Instituto Público designado Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI, I.P.). Através desta reestruturação o ACIDI viu reconhecer-se como resposta pública permanente em matéria de acolhimento e integração de imigrantes.

O culminar de todo o investimento e dedicação efectuados no campo do acolhimento e integração de imigrantes foi seguramente o posicionamento de Portugal no 2º lugar do *ranking* internacional de boas práticas na integração de imigrantes – o ‘Migration Integration Policy Index’ (MIPEX), que constitui o mais completo estudo comparativo das medidas relativas à integração de imigrantes, em 28 países (25 Estados-membros da UE, Noruega, Suíça e Canadá).

Entre os factores que contribuíram para este resultado esteve, certamente, o trabalho realizado pelos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) de Lisboa e do Porto, cada vez mais apetrechados e focalizados na satisfação do cliente (imigrante). Estes Centros vocacionados para responder de forma integrada às reais necessidades da população imigrante foram seguramente plataformas de grande alcance na melhoria da relações do cidadão imigrante com o Estado Português em particular, e com a sociedade portuguesa em geral. Trabalho, em grande medida, só possível devido à continuidade da relação de parceria com as várias instituições presentes no CNAI, bem assim como com todas as Associações de Imigrantes e ONG’s directamente envolvidas – por via da inestimável colaboração dos mediadores sócio-culturais.

Um outro factor preponderante diz respeito ao investimento na resposta a nível local – através da rede dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) disseminada por todo o país.



A este nível registou-se a abertura de 13 novos CLAll, em parceria com as autarquias locais e instituições da sociedade civil, perfazendo um total de 69 CLAll.

Aposta forte registou-se também ao nível da formação, conduzida pela Bolsa de Formadores, através de inúmeras acções realizadas pelo país.

No plano da informação são de destacar um conjunto variado de materiais informativos, disponibilizados em várias línguas ao cidadão imigrante, bem como o relevante papel da Linha SOS Imigrante e do Serviço de Tradução Telefónico.

No domínio da sensibilização da opinião pública, é de realçar o importante papel dos diversos meios/canais de informação, seja por via do programa de televisão “Nós”, programa de rádio “Gente como Nós”, Boletim Informativo (BI), jornal CNAI, Revista Escolhas, bem como o esforço crescente no lançamento e dinamização de novos *sites* temáticos/sectoriais. A este título e em paralelo com os sites já existentes: www.acidi.gov.pt; www.programaescolhas.pt; www.oi.acidi.gov.pt; destaque-se o lançamento do site www.entreculturas.pt - como instrumento de apoio à educação e formação intercultural; o site www.entreculturas.pt - enquanto espaço de participação sobre assuntos relacionados com a tolerância, diversidade, diálogo e riqueza cultural, destinado ao público juvenil; o site www.cicdr.pt focalizado no combate à discriminação; bem como o site www.ciga-nos.pt dedicado às comunidades ciganas.

Parceiros de registo foram claramente todos os meios de comunicação social enquanto promotores privilegiados do diálogo intercultural em Portugal.

No campo do conhecimento científico, de sublinhar o importante papel do Observatório da Imigração não só ao nível da recolha e tratamento da informação, vertida numa série de estudos e colecções temáticas, bem como no campo da internacionalização e intercâmbio das boas práticas na integração de imigrantes.

No que respeita à promoção para a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos sócio-económicos mais vulneráveis, de relevar o trabalho sustentado do Programa Escolhas, abrangendo 40.000 beneficiários (jovens) através de 120 projectos distribuídos pelo país.

Num outro prisma, de destacar o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI), por via não só da realização de diversas iniciativas pelo país, como também pelo incentivo e acompanhamento do associativismo cigano, aliado ao trabalho conjunto com a própria comunidade cigana, em prol da sua plena integração na sociedade portuguesa.

Por fim mas igualmente com grande mérito, de sublinhar os importantes contributos da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) - na sua missão de prevenção e proibição da discriminação racial sob todas as formas - do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) - na sua área de influência e implementação de mecanismos de consulta e participação efectiva dos imigrantes na sociedade portuguesa - bem como o imprescindível trabalho desenvolvido pelas Associações de Imigrantes e ONG's enquanto agentes cruciais de mediação e integração no terreno.

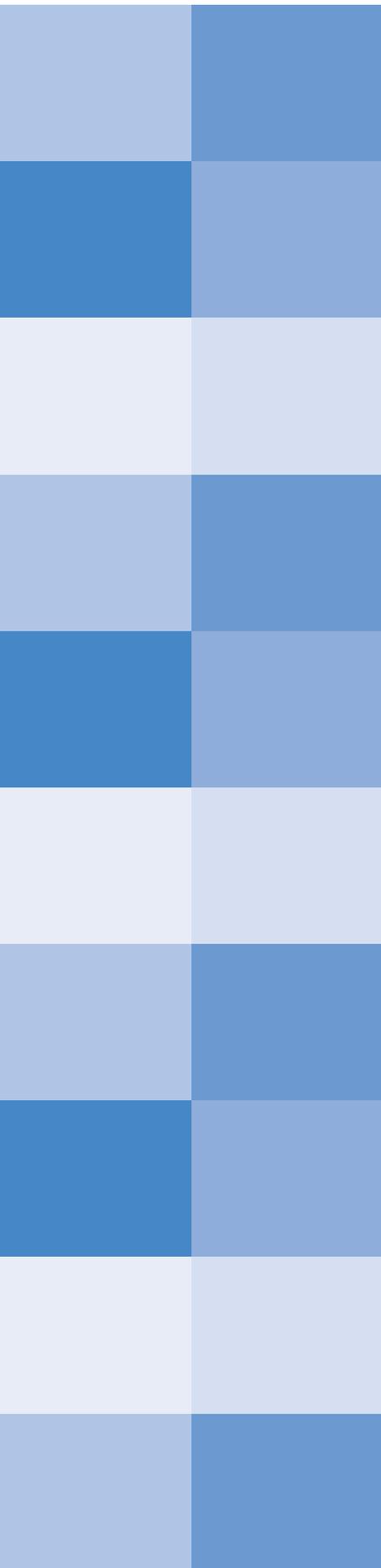
Numa expressão única, e num plano macro, uma palavra de apreço e incentivo a todos os profissionais que - de uma forma única, em regime de voluntariado e/ou sob outro regime de colaboração - tenham dedicado parte do seu tempo a esta missão de acolher e integrar - sempre, na expectativa de melhor fazer!

E para terminar, uma palavra de especial reconhecimento ao Dr. Rui Marques, meu antecessor no cargo de Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, durante o ano de 2007 - período a que este Relatório de Actividades se reporta - pelo excelente trabalho desenvolvido em prol dos imigrantes e das minorias étnicas.



Rosário Farmhouse
Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural





I. Grandes linhas da Política de Acolhimento e Integração de Imigrantes



1. Enquadramento

Ao longo de 2007, Portugal registou mais uma vez, um ano de consolidação das políticas de acolhimento e integração de imigrantes no seu território. Quer no plano legislativo, quer no plano executivo foram introduzidas alterações em benefício de uma sociedade mais humana, capaz de traduzir o encontro e a convivência de pessoas com origens e culturas diferentes, numa oportunidade para construir uma sociedade intercultural e coesa, em que todos, de acordo com o quadro legal vigente, podem participar e se sentem corresponsáveis pelo bem comum.

Concluindo um processo iniciado em 2006, após um período de consulta pública, foi criado por Resolução do Conselho de Ministros o Plano para a Integração de Imigrantes (RCM n.º 63-A/2007, de 3 de Maio). Com a participação de 13 Ministérios, são definidas 122 medidas, divididas por 9 áreas sectoriais e 11 áreas transversais, para implementação no período compreendido entre 2007 e 2009. Um documento inovador ao nível internacional, que impõe uma visão transversal das políticas de acolhimento e integração, da qual não se podem alhear as diferentes políticas públicas sectoriais. Trata-se de um compromisso do Governo para esta área, sem dispensar a necessária participação de toda a sociedade civil para este desiderato.

No plano legislativo, o ano de 2007, viu aprovada e regulamentada uma nova Lei sobre o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho e Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro. Esta Lei surge na sequência de uma alargada audição da sociedade civil, e das entidades públicas envolvidas, em especial das comunidades imigrantes. Como exemplo, refira-se a presença de membros do Governo com responsabilidades nestas matérias no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI). A nova lei resultou num diploma sistematicamente melhor organizado, com uma visão mais humana do fenómeno migratório. É criado um único tipo de visto que permite ao seu titular entrar em Portugal para fixação de residência, facilita-se a imigração regular, alarga-se o regime de atribuição de autorização de residência com dispensa de visto, estabelecem-se mecanismos para a defesa e apoio a vítimas de tráfico, criam-se limites genéricos à expulsão. Entre outros, transpõem-se para a legislação portuguesa diversas directivas comunitárias, nomeadamente no que diz respeito ao estatuto de residente de longa duração.

A nova Lei da Nacionalidade, regulamentada no final de 2006, abriu novas oportunidades para aquisição da nacionalidade para aqueles que já residiam no nosso país ou aqui vieram a nascer. Foi por isso necessário, em conjunto com as diferentes entidades envolvidas (Ministério da Justiça e Ministério da Educação) estabelecer os mecanismos necessários para dar resposta a este exercício de direitos. Assim, desenvolveu-se uma larga campanha de informação, abriram-se duas extensões da Conservatória dos Registos Centrais nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante de Lisboa e do Porto e realizaram-se milhares de exames de língua portuguesa em escolas espalhadas por todo o país.

Este foi ainda um ano de consolidação da estrutura pública de resposta às políticas nesta área. Enquadrado no Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), foi criado o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Instituto Público (ACIDI IP.) por fusão do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, da estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa Escolhas, da Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões e do Secretariado Entreculturas.

Criou-se assim um Instituto Público, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa, que congrega as competências anteriormente dispersas por estes 4 organismos. Consagra-se, por esta via, uma resposta pública permanente em matéria de acolhimento e integração de imigrantes e minorias étnicas, como último passo numa política progressiva de construção de respostas e pontes com as mais variadas áreas e instituições.

Foi por isso, com especial satisfação, que Portugal se viu colocado em 2º lugar num estudo comparativo das medidas referentes à integração dos imigrantes, realizado em 28 países (25



Estados Membro da União Europeia, Canadá, Noruega e Suíça) por técnicos do British Council e do Migration Policy Group. O MIPEX, Migration Integration Policy Index, integra 140 indicadores distribuídos por cinco áreas fundamentais para a integração dos imigrantes: acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, participação política, acesso a nacionalidade e medidas de combate ao racismo e à discriminação. Em conformidade com o relatório, Portugal criou um quadro jurídico para a integração dos imigrantes composto por políticas favoráveis e pelas melhores práticas, destacando-se as políticas referentes ao acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar e combate à discriminação.

2. Plano de Integração dos Imigrantes (PII)

O Plano para a Integração dos Imigrantes (PII), criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de Maio, consubstancia uma resposta interministerial à necessidade de existência de um plano global e abrangente para a integração dos imigrantes.

O PII, que enforma das recomendações da União Europeia¹ e reflecte um amplo processo de consulta pública, visa uma maior mobilização nacional e traduz uma visão global integradora no acolhimento e integração dos imigrantes. Ao traçar um programa de referência para o Estado, o Plano serve, igualmente, de inspiração para a sociedade civil, reforçando a importância da participação e co-responsabilidade da Sociedade Civil e estabelecendo prioridades para uma melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis.

Com o prazo de execução 2007-2009, o Plano envolve treze Ministérios que se comprometem a implementar 122 Medidas, com as respectivas metas e indicadores, inseridas em áreas sectoriais (Trabalho, Emprego e Formação Profissional; Habitação; Saúde; Educação; Solidariedade e Segurança Social; Cultura e Língua; Justiça; Sociedade de Informação e Desporto) e áreas transversais (Acolhimento; Descendentes de Imigrantes; Reagrupamento Familiar; Racismo e Discriminação; Liberdade Religiosa; Associativismo Imigrante; Media; Relações com países de origem; acesso à cidadania e direitos políticos; questões de género e Tráfico de seres humanos).

A eleição dessas 122 Medidas teve como base um trabalho de identificação de necessidades, iniciado em Outubro de 2005. Até Dezembro de 2006, procedeu-se à recolha de contributos junto de Ministérios, Instituições da Sociedade Civil e das Associações de imigrantes, bem como a resultados de estudos implementados no âmbito do Observatório da Imigração. Findo esse diagnóstico de necessidades, foi elaborado um documento, apresentado e discutido no Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração (COCAI) e Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) seguindo-se um período de discussão pública até 18 de Janeiro de 2007.

Em Fevereiro de 2007, o Plano foi apresentado em Reunião de Secretários de Estado, sendo aprovado, no mês seguinte, no dia 8, em Conselho de Ministros.

2.1. Rede de Pontos Focais de Acompanhamento do Plano

A implementação e monitorização do Plano encontra-se a cargo de uma Rede de Pontos Focais de Acompanhamento, constituída por representantes de cada Ministério e coordenada pelo ACIDI, I.P.

¹ Imigração, integração e emprego COM (2003) 336 final; Enquadramento para a integração de nacionais de países terceiros na UE, COM (2005) 289 final.



A Rede de Pontos Focais de Acompanhamento do Plano é constituída por:

Ministério da Administração Interna

- *Romualda Fernandes*
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

- *Maria Manuela Couto de Paiva*
- *Maria Susete Domingues Gonçalves Mourão*
Direcção-Geral do Ensino Superior

Ministério da Cultura

- *Sara Abreu Romão*
- *Inês Lourenço*
Secretaria-Geral do Ministério da Cultura

Ministério da Educação

- *Jesuína Ribeiro*
Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Ministério da Economia e Inovação

- *Ana Cabral*
Direcção-Geral do Consumidor
- *Brás Costa / Helena Moura*
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

Ministério da Justiça

- *Ana Teresa de Senna Fernandes Violante Calado*
- *Maria Fernanda Nogueira Corda Amorim*
Direcção-Geral de Reinserção Social
- *Odete de Almeida Pereira da Fonseca Jacinta*
- *Maria Regina Rodrigues Fontainhas*
Conservatória dos Registos Centrais

Ministério da Saúde

- *Cláudio dos Santos Correia*
- *Maria Manuela Gonçalves de Almeida*
Direcção Geral da Saúde – Divisão da Mobilidade de Doentes

Ministério das Finanças e Administração Pública

- *João Paulo Boléo*
Direcção-Geral dos Impostos

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

- *Maria Emília Martins*
Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

- *Raquel Pereira*
Gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social



Ministério dos Negócios Estrangeiros

- *Paula Moura*
Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

Presidência do Conselho de Ministros

Ministro da Presidência

- *Vera Sampaio*
Gabinete do Ministro da Presidência

Ministro dos Assuntos Parlamentares

- *Agostinho Pissarra*
- *Alexandra Lorena*
Gabinete para os Meios de Comunicação Social

Coordenação do Plano

- *Carla Martingo*
- *Catarina Oliveira*
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

A primeira reunião da Rede de Pontos Focais teve lugar no dia 18 de Junho, nas instalações do ACIDI, estando presentes 10 representantes de 9 Ministérios. Nesta fase ainda não se encontravam oficialmente designados os representantes de todos os Ministérios, pelo que alguns dos presentes participaram na qualidade de observadores.

Com o objectivo de se realizar um acompanhamento mais próximo da implementação do Plano e muito embora a Resolução do Conselho de Ministros que cria o Plano estabeleça a realização de Relatórios anuais, decidiu-se pela elaboração de um relatório de execução intercalar (Maio a Outubro de 2007), a submeter ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI).

A segunda reunião da Rede dos Pontos Focais realizou-se em 31 de Outubro, contando com a participação dos Conselheiros do COCAI. Fez-se, então, o ponto de situação em termos de nível de execução das Medidas, permitindo aos Pontos Focais e Conselheiros do COCAI trocar opiniões e informações sobre a melhor forma de concretizar as medidas de cada área, conciliando as respostas institucionais implementadas, ou por implementar, com as necessidades dos imigrantes em termos de integração.

No cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros que estabelece o PII, será elaborado um relatório anual, a ser publicado e amplamente divulgado em Maio de 2008.

Para além destas reuniões mais alargadas, tiveram lugar diversos encontros bilaterais entre o ACIDI, na qualidade de Coordenador do Plano, e os Pontos Focais de cada Ministério, com vista a facilitar o processo de implementação das Medidas do PII.

3. O ACIDI e as leis sobre Imigração

3.1. Legislação referente à Imigração

A 4 de Julho de 2007 foi publicada a Lei n.º 23/2007, que veio definir as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, bem como o estatuto de residente de longa duração.



Esta lei, que entrou em vigor a 3 de Agosto, revogou expressamente o Decreto-lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações que lhe tinham sido introduzidas, diploma que até então regulava esta matéria, à excepção da respeitante ao estatuto de residente de longa duração, só agora definido na lei, resultado da transposição de uma Directiva Comunitária.

A 5 de Novembro de 2007, foi regulamentada a lei, através do Decreto Regulamentar n.º 84/2007. Este decreto entrou em vigor a 10 de Novembro de 2007 e revogou expressamente o Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril.

O ACIDI acompanhou este processo de produção legislativa, da tutela do Ministério da Administração Interna, do qual resultaram alterações relevantes, designadamente:

- A criação de um único título que permite a entrada em Portugal para a fixação de residência;
- O desenvolvimento de um regime específico para a imigração meramente temporária;
- A existência de um regime simplificado para a admissão de cientistas, docentes universitários e estrangeiros altamente qualificados;
- A consagração de um regime especial de concessão de Autorização de Residência a vítimas de tráfico de pessoas e de auxílio à imigração ilegal;
- O alargamento do regime de concessão de Autorização de Residência com dispensa de visto;
- A possibilidade de Reagrupamento Familiar com membros da família que se encontrem em Portugal, sem restrições quanto à legalidade da permanência, bem como com os parceiros de facto e filhos maiores a cargo, solteiros, que se encontrem a estudar num estabelecimento de ensino em Portugal;
- A criação de limites genéricos à expulsão.

O ACIDI acompanhou ainda a produção do enquadramento legal da matéria respeitante aos meios de subsistência exigidos aos cidadãos estrangeiros para entrada e permanência em Portugal, que veio a ser consagrado na Portaria n.º 1563/2007, de 11 de Dezembro.

3.1.1. Nova Lei da Nacionalidade

A Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril, introduziu alterações à Lei n.º 37/81 de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade), alterando de forma significativa os regimes de atribuição e da aquisição da nacionalidade portuguesa.

A “Nova Lei da Nacionalidade” (Lei 37/81, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril) regula as formas de atribuição, aquisição e perda de nacionalidade, bem como o registo, prova e contencioso da nacionalidade. É importante assinalar que a sua aprovação na Assembleia da República, no dia 16 de Fevereiro de 2006, sem votos contra.

Tal como sucede com todos os diplomas relevantes para o acolhimento e integração dos imigrantes, o ACIDI I.P. acompanhou a aplicação desta Lei, que, em traços gerais consagra várias vias para a atribuição/aquisição da nacionalidade portuguesa, introduz um novo conceito de residência legal em território português e consagra uma simplificação de procedimentos.

Para assinalar as primeiras atribuições e aquisições de nacionalidade portuguesa ao abrigo da nova lei, teve lugar, no dia 21 de Maio, no Mosteiro dos Jerónimos, uma cerimónia presidida pelo Primeiro Ministro de Portugal acompanhado pelo Ministro da Presidência, Ministro da Justiça e Ministra d Educação, durante a qual foram entregues aos novos cidadãos portugueses aí presentes um certificado de nacionalidade, uma bandeira nacional e um exemplar da Constituição da República Portuguesa.



3.2. Funcionamento do ACIDI

3.2.1. Enquadramento legal

No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objectivos do Programa do XVII no que concerne à modernização administrativa e melhoria da qualidade dos serviços públicos com ganhos de eficiência, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas foi alvo de reestruturação, tendo lugar a sua fusão com a estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa Escolhas, com a Estrutura de Missão para o Diálogo Com as Religiões e o Secretariado Entreculturas.

Desta fusão resultou o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.², um instituto público, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa.

A Missão do ACIDI I.P. foi, assim alargada, em função dos objectivos das Estruturas que agregou na qualidade de Instituto Público: colaborar na concepção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas, promovendo o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões.

É competência do ACIDI, I.P.:

- a) Promover o acolhimento e integração dos imigrantes e minorias étnicas mediante a participação na concepção, desenvolvimento e coordenação de políticas públicas transversais, integradas e coerentes;
- b) Incentivar a participação cívica e cultural, individual e colectiva, dos imigrantes e minorias étnicas nas instituições portuguesas enquanto exercício pleno de cidadania;
- c) Garantir o acesso à informação relevante, sobre direitos e deveres de cidadania, aos cidadãos imigrantes e minorias étnicas;
- d) Combater todas as formas de discriminação (racial, cor, nacionalidade, origem étnica ou religião) quer através de acções positivas (acções de sensibilização, educação e formação), quer mediante a instauração de processos de contra-ordenação previstas na lei;
- e) Promover o diálogo intercultural e inter-religioso com vista à interculturalidade, no respeito pela Constituição, pela legislação em vigor e valorização da diversidade cultural integrada num quadro de respeito mútuo;
- f) Dinamizar os Centros Nacionais e Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes, congregando serviços e respostas tendentes a facilitar o processo de integração na sociedade portuguesa dos cidadãos estrangeiros;
- g) Contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos imigrantes em Portugal, com vista à sua integração com dignidade, em igualdade de oportunidades com todos os cidadãos nacionais;
- h) Favorecer a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa como veículo facilitador da integração dos imigrantes na sociedade portuguesa;
- i) Incentivar iniciativas da sociedade civil em prol do acolhimento e integração dos imigrantes e minorias étnicas;
- j) Promover acções de sensibilização da opinião pública e a realização de estudos ver-



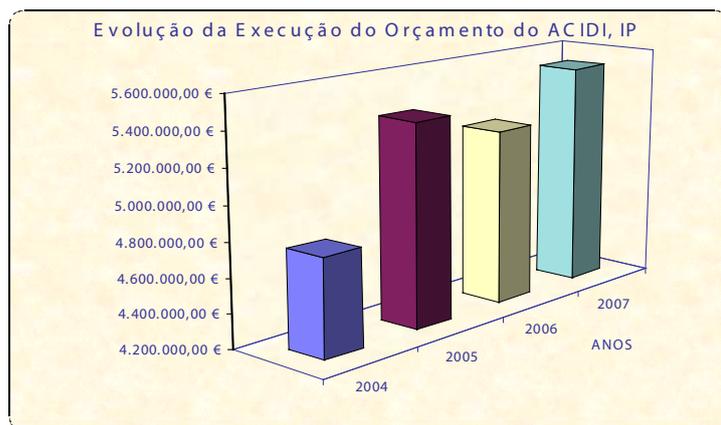
sando as temáticas da imigração, minorias étnicas, diálogo intercultural e diálogo inter-religioso;

- k) Promover a inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos sócio-económicos mais vulneráveis com vista à igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social através do Programa Escolhas;
- l) Promover o diálogo inter-religioso no respeito pela diversidade, tanto em território nacional como na relação de Portugal com o mundo.

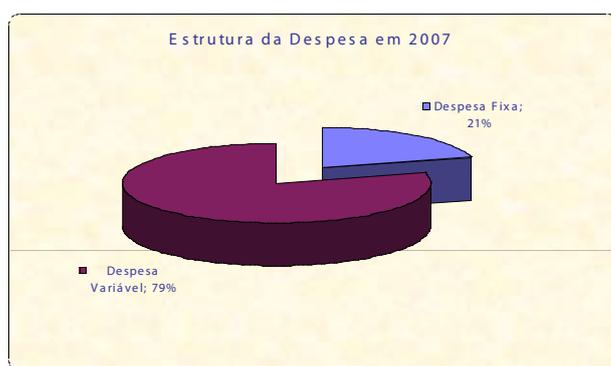
Para a prossecução das suas atribuições, o ACIDI, I.P. conta com o dever de cooperação ao qual ficam sujeitos os demais serviços, organismos e outras entidades da Administração Pública. Em conformidade com o novo enquadramento legal, o ACIDI, I.P. é dirigido pelo Alto-comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, coadjuvado por um director. Compete ao Alto-comissário, entre outras atribuições, coordenar e presidir ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) e à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR).

3.2.2. Orçamento por Actividades

Desde o ano de 2002 que a dotação orçamental do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI, I.P.) tem vindo a aumentar, mesmo em períodos de consolidação orçamental e contenção da despesa pública.

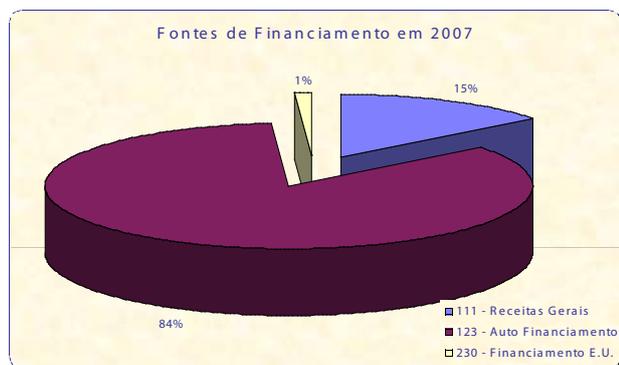


Com base no Orçamento de 2007, foi dada prioridade absoluta a um formato orçamental que privilegiasse os custos variáveis decorrentes de Actividades (79% do Orçamento global, correspondendo a 4,36 M € em 2007) em detrimento dos custos fixos de Estrutura que representaram somente 21% do Orçamento em 2007 (cerca de 1,15 M.€).



Para este esforço em muito contribuiu o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com a transferência anual de 3,95 M Euros para o orçamento do ACIDI, IP em 2007, aos quais se somaram a 0,80 M Euros provenientes das Receitas Gerais do Estado.

Se analisarmos globalmente as origens do financiamento do orçamento do ACIDI, IP para o ano de 2007 verificamos que 84% do Orçamento global do ACIDI, IP correspondem a Auto Financiamento, representando as Receitas Gerais apenas 15%.



É ainda de salientar a aposta estruturante de cooperação estreita com a sociedade civil, através de Associações de Imigrantes, ONG, IPSS e outras instituições sem fins lucrativos que trabalham com imigrantes. Esse princípio reflecte-se na conta 04.07.01 de Transferências Correntes para Instituições Sem Fins Lucrativos, a qual representa 44,2 % do Orçamento global em 2007 (cerca de 2,44 M €).

Estes meios orçamentais disponíveis têm sido canalizados para o apoio e estímulo da rede associativa de imigrantes, bem como de associações nacionais que trabalham com imigrantes, promovendo a sua participação na definição e na execução das políticas de imigração e viabilizando o desenvolvimento de iniciativas que favoreçam a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

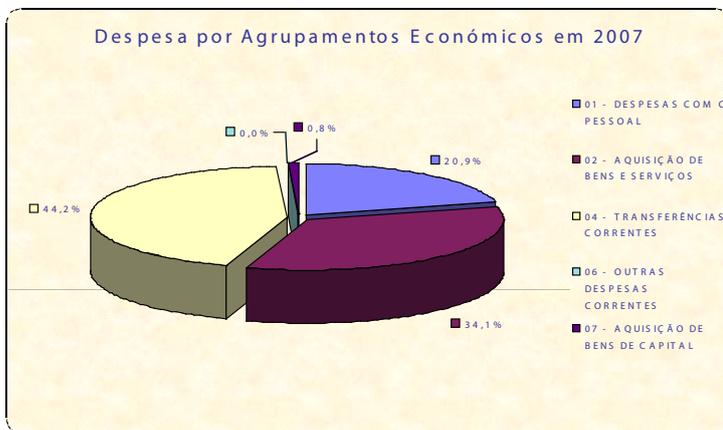
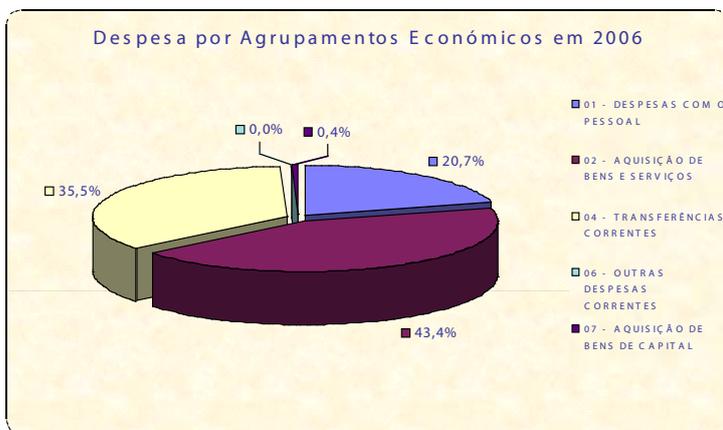
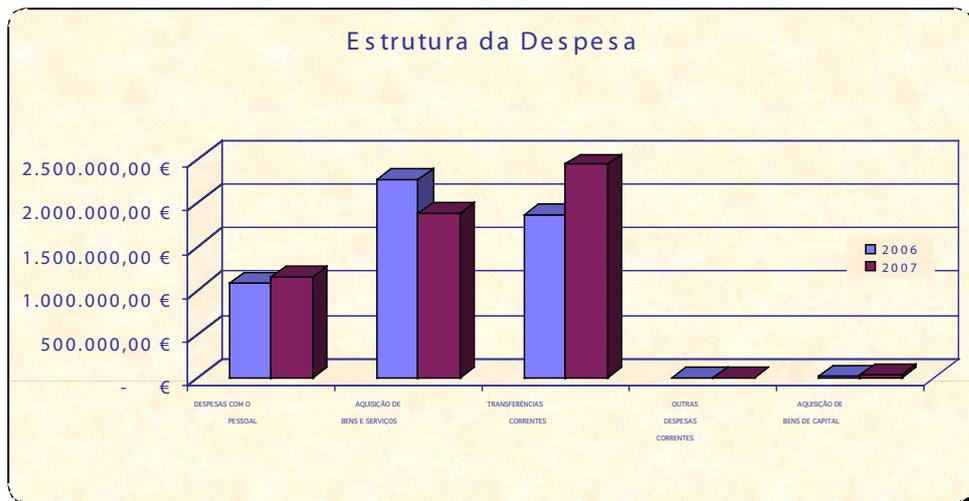
Quanto às despesas com as aquisições de bens e serviços, as mesmas representam globalmente 34,1% do total do Orçamento Global em 2007 (cerca de 1,88 M €). A sua aplicação distribui-se pelas seguintes áreas:

- Criação e manutenção de interfaces amigáveis e de resposta integrada ao Acolhimento e Integração dos Imigrantes. Saliente-se a este respeito os Centros Nacional de Apoio ao Imigrante e os Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes, disseminados por todo o país em parceria com autarquias e instituições da sociedade civil;
- Sensibilização da opinião pública para a tolerância e a diversidade enquanto valores civilizacionais estruturantes da sociedade portuguesa, através de acções nos domínios sociais, culturais, artísticos e desportivos;
- Sensibilização dos meios de comunicação social para o seu contributo para a integração dos Imigrantes e para o combate à estigmatização dos Imigrantes e das Minorias étnicas, nomeadamente através do Prémio de Jornalismo pela Tolerância;
- Criação e produção de sistemas de suportes de informação (papel, telefónico, electrónico e atendimento presencial) aos imigrantes de forma a facilitar o seu acolhimento e integração em Portugal, bem como promover a sua disseminação pelo território nacional, com particular incidência nas zonas de maior presença de imigrantes;
- Aprofundamento e conhecimento das realidades da Imigração, através de estudos pro-

movidos pelo Observatório da Imigração, de forma a apoiar o desenho, execução e avaliação das políticas públicas neste domínio;

- Promoção da interculturalidade, nomeadamente nos domínios da educação e da formação.

No que concerne às despesas com pessoal, estas representam apenas 20,7% e 20,9% do Orçamento Global respectivamente em 2006 e 2007 (cerca de 1,1 M € para os dois anos). Estes meios orçamentais prendem-se com os custos centrais de pessoal de toda a estrutura do ACIDI, IP.



3.2.3. Equipa do ACIDI

Em 31 de Dezembro de 2007, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural integrava uma equipa nuclear de 52 pessoas, à qual crescem 100 mediadores sócio-culturais e alguns prestadores de serviços em áreas especializadas. A presença dos mediadores sócio-culturais resulta de protocolos assinados entre o ACIDI I.P e Associações de Imigrantes e ONG, consistindo uma mais valia tanto para o ACIDI para os Serviços existentes nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante e para os Imigrantes de forma geral que procuram estes Centros.

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

- Gabinete do Alto Comissário

Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural – Rui Marques

Chefe de Gabinete / Director do ACIDI, I.P. – Bernardo Sousa

Adjunto do Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural / Coordenador do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas – Luis Pascoal

Secretária – Leonor Correia de Sá

Motoristas:

José Carlos Assunção

Armando Rosa

- ACIDI, I.P.

Directora do CNAI – Francisca Assis Teixeira (até Outubro 2007)

Cristina Casas

Gestora do CNAI / Lisboa – Marisa Horta

Coordenador da Unidade Administrativo-financeira – João Vaz

Colaboradoras:

Paola Encarnação

Maria Miguel Freitas

Ana Sofia Fernandes

Coordenadora da Unidade de Estudos e Relações Internacionais – Catarina Reis Oliveira

Colaboradoras:

Carla Martingo

Claire Healy

Maria Inês Ramirez

Coordenadora da Unidade de Comunicação – Elisa Luis

Colaboradoras:

Kattia Hernandez

Marta Pereira

Coordenador da Área Jurídica – Duarte Miranda Mendes

Colaboradora :

Ana Margarida Moura

Coordenador da Área de Sistemas e Tecnologias de Informação – Jorge Alves

Coordenadora da Organização do Ano Europeu do Diálogo Intercultural (AEDI) – Maria Helena

Gelpi

Colaboradora:

Isabel Cunha

Coordenadora do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas – Luis Pascoal

Colaboradora:

Helena Torres



Directora do Departamento de Apoio ao Associativismo e Diálogo Intercultural - Isabel Ferreira Martins

Colaboradores:

Ana Cristina Jesus
Camila Cardoso Ferreira
Cecília Guimarães
Filomena Cassis
Isabel Paes
José Manuel Martins
Laura Godinho
Teresa Domingos

Programa Escolhas

Coordenador Nacional - Rui Marques

Director - Pedro Calado

Equipa Técnica da Zona Norte:

Coordenadora - Glória Carvalhais
Técnica - La Salette Lemos
Consultora - Carolina Castro
Apoio Administrativo - Luísa Borges

Equipa Técnica da Zona Centro:

Coordenador - Jorge Nunes
Técnica - Teresa Batista
Consultor - Abrão Gomes

Equipa Técnica da Zona Sul e Ilhas

Coordenadora - Luísa Cruz
Consultora - Catarina Canelas
Consultora - Susana Rosa

Medida IV - Gestor Nacional - Rui Dinis

Núcleo Financeiro, Administrativo e Logístico

Coordenador - Rui Ferreira
Equipa: Gonçalo Vilaça
Celeste Barreira
Francisco Madeira
Apoio Administrativo - Maria João Gomes
Apoio Jurídico - Inês Reis

Formação, Comunicação e Descendentes de Imigrantes

Técnica - Sandra Mateus

Gabinete de Comunicação

Juliana Iorio
Marina Mendes

Mediadores Sócio-Culturais

Adnilson Santos, Adrian Ionita, Albertina Afonso, Alexandra Ferreira, Álvaro Gaspar, Amélia Carvalho, Ana Coutinho, Ana Cunha, Ana Lúcia Varela, Ana Luísa Duarte, Ana Mateus, André Jorge, Andreia Santos, Anelide Pereira, Anelise Geidel, Ângela Lopes, Ângela Ramos, Aurora



Doana, Assunção Sousa, Bárbara Duque, Belmiro Lopes, Carina Mata, Carla Vieira, Carolina Ferreira, Cláudia Pires, Cristina Gomes, Cristina Ribeiro, Cristina Rodrigues, Eduino Sanca, Elena Oliveira, Elsa Antunes, Emília Santos, Floresbela Pinto, Georgina Funny, Graciano Barros, Heidi Pinto, Hermínia Firmino, Igor Skitsko, Iolanda Cruz, Isabel Carvalho, Jassira Monteiro, Joana Castro, Joana Jianu, João Leite, Johnson Marques, Jorge Cardoso, José Cláudio Costa, Jucineia Ferreira, Julie Anne Scheier, Larissa Mikulich, Lígia Almeida, Lúcia Elena, Lurdes Português, Lyubov Patravchan, Lyudmyla Tkachuk, Manuel Garcia, Maria João Miranda, Maria Júlia Cruz, Marianna Kasyanova, Marlene Jordão, Matias Bernardo, Nadir Delgado, Natália Tarasenko, Natália Trofimova, Neila Karimo, Nélida Gonçalves, Noémia Ramos, Olga Basileeva, Oliver Araújo, Patrícia Moscozo, Paula Ferreira, Paulo Vieira, Raisia Machindonschi, Rosa Fonseca, Rose Silva, Rosete Ramos, Rita Gonçalves, Robert Popov, Rosa Fonseca, Rute Carvalho, Sandra Costa, Sandra Pereira, Sarah Negreiros, Sergiu Albu, Serhiy Koshelyev, Sónia Almada, Soraya Gonçalves, Susana Godinho, Svetlana Alves, Teresa Domingues, Teresa Morgado, Teresa Vinagre, Tetyana Isaka, Thelma Cunha, Valéria Repina, Vanessa Sousa, Vera Ciubotaru, Vanda Reis, Wania Costa, Yanick Martins.



II. Serviços de acolhimento e apoio aos Imigrantes



1. Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI)

Passaram 3 anos sobre a data da abertura ao público dos CNAIS (Porto e Lisboa), que, desde o primeiro dia, têm como missão acolher, com eficácia e humanidade, todos os cidadãos que aí se dirigem.

O ano de 2007 pautou-se pelo alargamento e consolidação dos serviços prestados pelos diversos gabinetes presentes nos Centros, sendo igualmente de realçar o lançamento de projectos inovadores, nomeadamente o Cartão Imigrante, a Rede UNIVA-Imigrante e o Jornal do CNAI. Em desenvolvimento durante o ano de 2007, estiveram os sites do CNAI e do Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE), prevendo-se a implantação dos mesmos no início de 2008.

No CNAI do Porto procedeu-se à abertura de mais um Gabinete, a Extensão da Conservatória dos Registos Centrais.

Atenta a publicação da Lei nº 23/2007, de 4 de Julho, e do Decreto Regulamentar nº 84/2007, de 5 de Novembro, diplomas que definem o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional, importantes alterações foram introduzidas no ordenamento jurídico português, no que à temática da imigração diz respeito. Esta nova realidade repercutiu-se em novas dinâmicas, implementadas em ambos os CNAI, de adaptação, estudo, formação, e readequação de procedimentos, tendo em vista a obtenção de novas respostas.



1.1. Organização e funcionamento

22



Os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) são compostos por diferentes gabinetes, uns da responsabilidade de determinadas instituições públicas, outros, da responsabilidade do ACIDI, criados para dar resposta de âmbito especializado.

Actualmente, no CNAI de Lisboa, encontram-se instaladas as seguintes instituições: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Segurança Social (SS), Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), Ministério da Educação (ME), Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Justiça (CRC).

No CNAI do Porto, encontram-se presentes as mesmas instituições à excepção do Ministério da Educação.

Para além das instituições, os CNAI contam ainda com gabinetes especializados, criados pelo ACIDI, que visam prestar apoio e informação em áreas diversificadas e específicas. São eles: o Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF), o Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante (GAJI), o Gabinete de Apoio Social (GAS), o Gabinete de Apoio à Habitação (GAH), o Gabinete de Apoio à Nacionalidade (GAN), o Gabinete de Apoio ao Emprego (com duas recentes vertentes, uma de coordenação da Rede Univa e outra especializada na área do Empreendedorismo) e o Gabinete de Animação Sócio-cultural.

Como Gabinetes de apoio ao funcionamento geral do CNAI de Lisboa, existem ainda, uma Equipa de Pré-triagem, um Gabinete de Acolhimento e Triagem e um Balcão de Apoio.

A Equipa de Pré-triagem tem a seu cargo a responsabilidade de receber, estabelecer um primeiro contacto e efectuar a distribuição de senhas aos clientes que ao Centro se dirigem.

O Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT), também existente no CNAI do Porto, é um Gabinete onde se efectua a triagem, criado um processo e onde, sumariamente, se descreve o assunto que se pretende ver resolvido, procedendo-se ainda ao encaminhamento adequado dos clientes

que pretendem aceder às instituições ou gabinetes específicos. Neste Gabinete são igualmente prestadas informações de carácter geral, que não carecem de apoio especializado.

O Balcão de Apoio (BA) constitui o serviço onde os clientes podem obter um serviço de apoio diversificado. A título de exemplo, neste serviço podem deixar sugestões, apresentar reclamações, solicitar a emissão do cartão imigrante, pedir justificações e declarações, assim como obter informações sobre o funcionamento geral do Centro.



Todos estes gabinetes e serviços trabalham em estreita colaboração. Concentrados num espaço físico comum visam, de forma completa e integrada, prestar apoio, informação, encaminhamento, aconselhamento e, por vezes, desenvolver actividades de mediação, nas questões/problemas que são colocados pelos clientes.

Para a concretização do acima referido, o CNAI sempre foi e pretende continuar a ser uma estrutura dinâmica, caracterizada pela constante adaptação dos procedimentos, métodos de trabalho e de funcionamento, às necessidades sentidas pelos clientes que o procuram.

Exemplo do acima referido constituiu o alargamento dos horários de funcionamento de alguns gabinetes.

De forma a facilitar o acesso aos serviços prestados e para abranger um cada vez maior número de pessoas, durante o ano de 2007, procedeu-se à alteração do horário de abertura do CNAI. Tem, assim, início às 8.00h da manhã, com a distribuição de senhas pela equipa de pré-triagem, para que às 8.30 esta esteja concluída e os diferentes gabinetes e instituições possam dar continuidade ao processo de atendimento, com um mínimo de tempo de espera possível.

Por outro lado, o atendimento do GAT que se iniciava às 8.30h passou a fazer-se às 8.00h, devido ao novo horário de abertura do posto do SEF.

Outra novidade introduzida consistiu no facto de, através do sistema de processos do CNAI, ter passado a ser possível enviar SMS's informativos e de lembranças, aos clientes.

1.2. Serviços de Apoio

Espaço para refeição dos mediadores: Cientes da importância da existência de espaços internos, especialmente afecto aos mediadores, para refeições, convívio e partilha de experiências, foi criado em 2007, um espaço especialmente reservado para o efeito, junto à sala de espera.

Espaço Criança: Criado em 2006, este espaço dedicado aos mais pequenos, visa proporcionar momentos lúdicos e de entretenimento para os filhos dos nossos clientes, enquanto estes são atendidos pelos diferentes serviços. Sob a supervisão de uma mediadora sócio-cultural especializada, as crianças podem desfrutar de um espaço a si dedicado, apetrechado com filmes, jogos e brinquedos. Pela sua natureza, este serviço tem tido uma grande procura.

Durante o ano de 2007 passaram por este espaço cerca de 2.969 crianças.



Agência Bancária: Desde sempre, os clientes do CNAI puderam contar com a presença de uma dependência da Caixa Geral de Depósitos. Factor de grande importância pela proximidade e interesse do tipo de serviço prestado, a localização privilegiada desta dependência, tem proporcionado aos nossos clientes uma maior rentabilização dos tempos de espera, quer pela possibilidade de realização de operações bancárias, quer no esclarecimento de dúvidas relacionadas com créditos bancários e outras similares.

1.3. Mediadores sócio-culturais

A aposta inovadora na imagem e dinâmica dos CNAI tem sido, desde as respectivas inaugurações, a utilização de mediadores sócio-culturais, de diferentes origens, com domínios de diferentes línguas, para prestarem serviços de apoio ao cidadão imigrante.

Importantes como factores de acolhimento e de proximidade, são as facultades de os mediadores falarem a mesma língua, conhecerem as diferentes culturas e, muitas vezes, terem vivido experiências migratórias idênticas a quem os procura.

Pelos mediadores são proporcionados atendimentos em 12 línguas e dialectos diferentes, como o russo, romeno, ucraniano, crioulo de Cabo Verde, entre outras. Em 2007, foi alargada a possibilidade de também poderem ser efectuados atendimentos em chinês.

É através de protocolo, celebrado entre o ACIDI, e Associações de Imigrantes (AI) ou Organizações não Governamentais (ONGS) que trabalham na área da Imigração, que se recrutam os mediadores que trabalham no CNAI.

Para o efeito, o ACIDI tem protocolos com as seguintes Associações e ONGS:

- Associação de Apoio à Cidadania Lusófona (AACILUS);
- Associação de Formação e Apoio Gondomar Social - Afagos;
- Associação Guineense e Povos Amigos (Aguipa);
- Associação de Apoio ao Estudante Africano;
- Associação Caboverdeana de Lisboa;
- Associação Caboverdeana do Norte;
- Associação Luso-Caboverdeana de Sintra;
- Associação Melhoramentos e Recreativa do Talude;
- Associação Solidariedade Imigrante;
- Associação Solidariedade Social Alto Cova da Moura;
- Associação Olho Vivo;
- Associação Unidos de Cabo Verde;
- Associação Grupos de Trabalho do Projecto dos Sete - GTP7;
- Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável (AJPAS);
- Cais;
- Casa do Brasil de Lisboa;
- Centro Cultural Moldavo;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- Edinstvo;
- Instituto de Solidariedade Universitária;
- Mediar - Associação de Mediação Sócio-Cultural;
- Khapaz- Associação Cultural;
- Leigos para o Desenvolvimento;
- Prosaudesc - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural;
- Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS).

1.4. Atendimentos

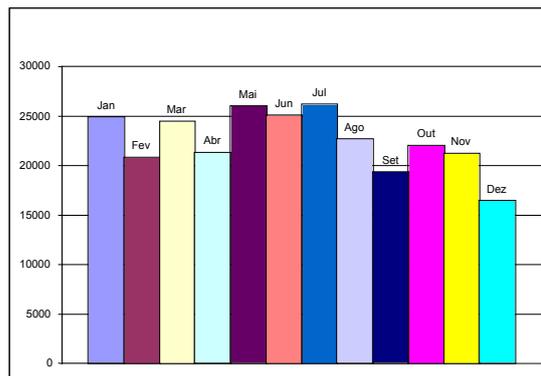
Lisboa

Em 2007, o CNAI de Lisboa realizou 270.212 atendimentos o que, comparativamente com o ano anterior, revela uma ligeira descida.

Como se pode verificar através do gráfico seguinte, os meses com maior número de atendimentos foram os meses de Maio, Junho e Julho, meses que antecederam a publicação da nova “Lei de Imigração.” O registo destes fluxos de atendimentos parecem estar relacionados com a expectativa da proximidade da conclusão e publicação da Lei nº 23/2007, de 4 de Julho, bem como pelo aumento de pedidos de convalidação de vistos, que tiveram lugar, com maior incidência, durante o período que antecedeu a entrada em vigor da Lei.

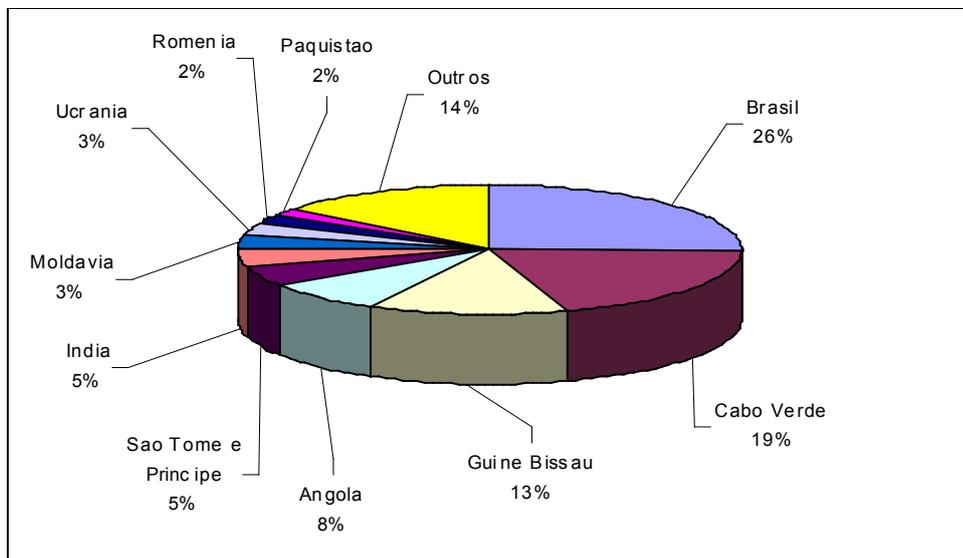
Os meses que se revelaram com menor número de atendimentos foram os de Fevereiro e Dezembro, reflexo do menor número de dias úteis, com as festividades relacionadas com o Carnaval, Natal e Fim-de-ano respectivamente.

Atendimentos CNAI Lisboa - 2007



As pessoas, que em 2007, mais procuraram, pela primeira vez, os serviços do CNAI de Lisboa são oriundas, do Brasil, seguidas de Cabo-verde e Guiné-Bissau. Observa-se, por comparação a 2006, um aumento dos cidadãos da Índia e da Moldávia e uma diminuição dos cidadãos oriundos da Ucrânia.

Principais nacionalidades - CNAI de Lisboa

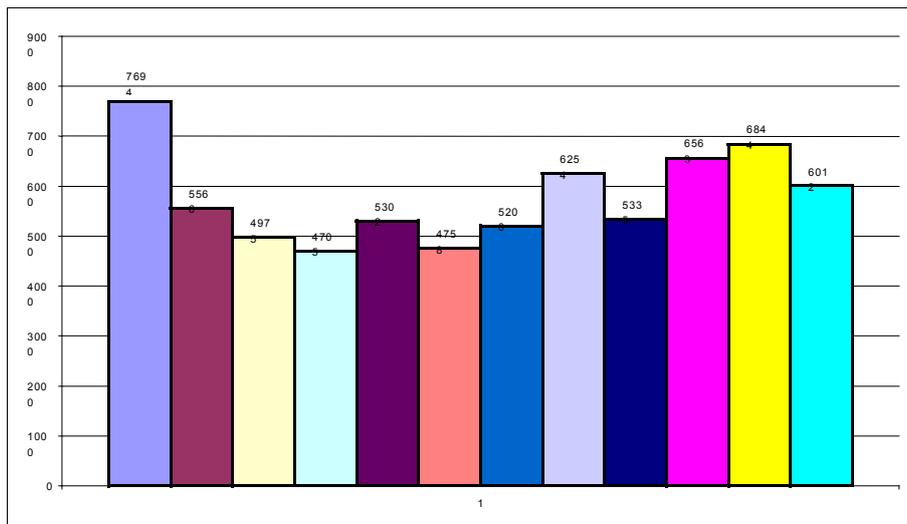


Porto

Os dados relativos aos atendimentos efectuados no CNAI Porto mostram-nos uma realidade diferenciada da verificada em Lisboa. A dimensão da população imigrante é substancialmente inferior, facto que, inevitavelmente, se reflecte no número total de atendimentos. Assim, no ano de 2007, o CNAI do Porto efectuou 69.208 atendimentos.

Embora funcionem de forma semelhante, no CNAI do Porto registam-se algumas diferenças, relativamente ao seu congénere em Lisboa. As principais diferenças situam-se ao nível de representação institucional, funcionamento e nacionalidades dos clientes que procuram o serviço.

Atendimentos CNAI Porto 2007



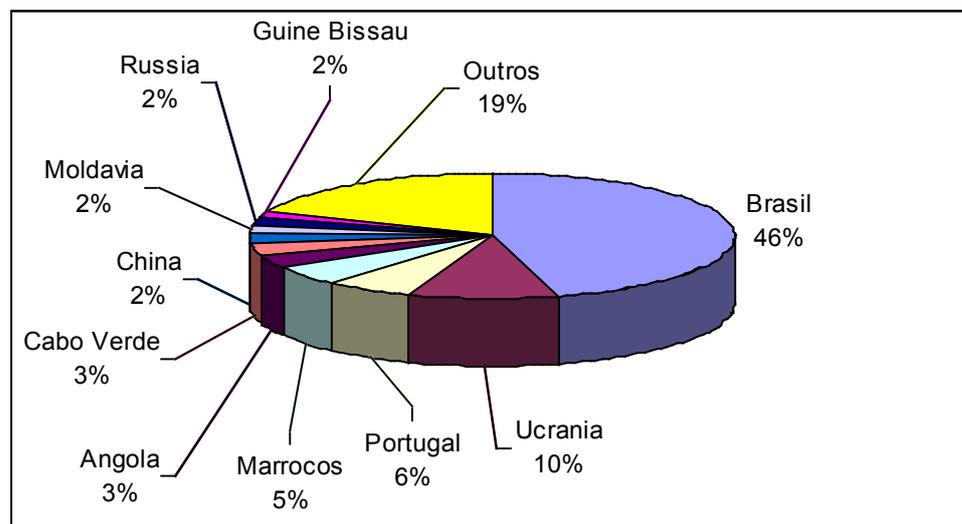
Com o objectivo de alargar o período de funcionamento do Centro para satisfazer melhor as necessidades de quem procura os serviços, no início do ano de 2007 foi reformulado o horário de abertura ao público que passou a ser idêntico ao de Lisboa, ou seja, de Segunda a Sexta, entre as 8.30h e as 16.30h.



Com a entrada em vigor da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, e respectivo decreto regulamentar, verificou-se um significativo aumento do número de pessoas que procuraram os serviços do CNAI do Porto. Face à crescente procura dos serviços, mas com os mesmos recursos humanos, tornou-se difícil efectivar todos os atendimentos solicitados, tendo sido necessário, por vezes, recorrer à limitação de senhas, situação entretanto ultrapassada.

Desde Agosto de 2007, a principal preocupação da equipa do CNAI do Porto tem sido a de reajustar e adoptar novos procedimentos, de modo a agilizar os atendimentos, tendo em vista proporcionar um maior número de atendimentos diários e reduzir os tempos de espera.

Principais nacionalidades – CNAI do Porto



Da análise dos dados contidos no gráfico anterior, verifica-se que as nacionalidades que mais procuraram o serviço foram a brasileira, seguida da ucraniana o que, comparativamente com 2006, traduz um significativo aumento do número de cidadãos de nacionalidade Brasileira e uma diminuição do número de cidadãos oriundos da Ucrânia.

Regista-se, ainda, a existência de uma considerável percentagem de cidadãos nacionais, que procuram os serviços do CNAI do Porto visando, sobretudo, esclarecimentos no que diz respeito à contratação de cidadãos estrangeiros, para procederem a ofertas de emprego na UNIVA.

Mais recentemente, desde Junho de 2007, os cidadãos portugueses também têm procurado o CNAI para obtenção de informações relativas ao pedido de concessão do cartão de residência de familiares de cidadãos da união europeia uma vez que, desde esse mês, esta passou a ser mais uma competência deste posto de atendimento do SEF.

No que diz respeito aos cidadãos oriundos de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, verificou-se, no ano de 2007, um aumento de procura dos serviços uma vez que este posto do SEF, passou também a aceitar os pedidos de renovação de autorizações de residência e a emitir cartões de residência.

1.5. Instituições

CNAI de Lisboa

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Antes da entrada em vigor da actual “Lei de Imigração”, o SEF presente no CNAI, tinha as seguintes atribuições: prorrogações de autorizações de permanência e de vistos de trabalho (e pror-



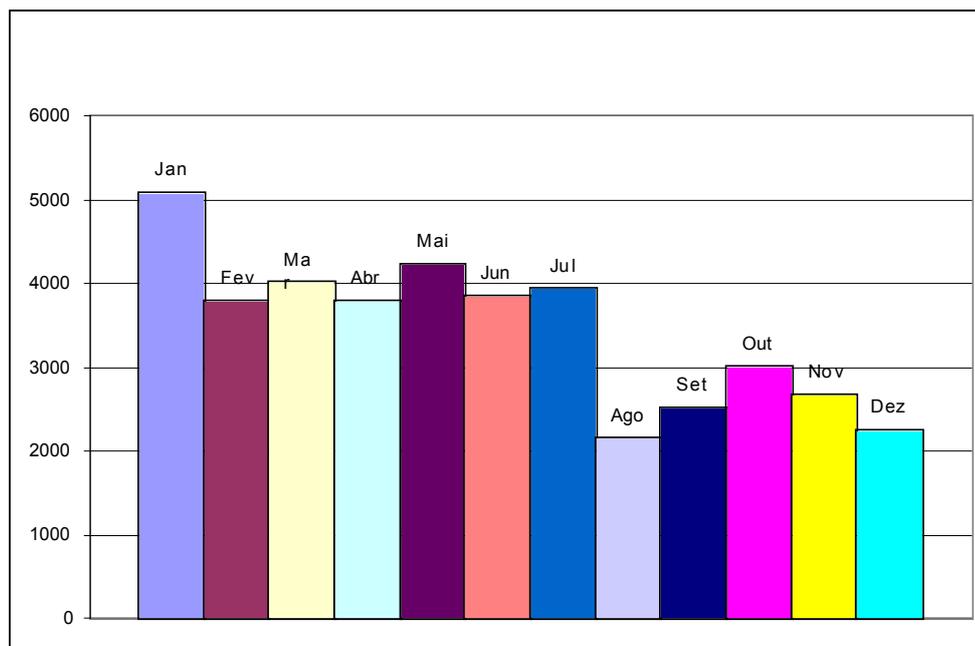
rogações para os respectivos familiares), pedidos de convolações e informações sobre pedidos de nacionalidade pendentes no SEF.

Com a entrada em vigor da nova Lei nº 23/ 2007, de 4 de Julho, o SEF sofreu uma reestruturação nas suas competências. O departamento do SEF, presente no CNAI de Lisboa, trata actualmente de renovações de autorizações de residência, (ex-titulares de autorizações de permanência e vistos de trabalho) e de renovações dos títulos dos respectivos familiares, recebe pedidos de visto de estada temporária com autorização para trabalhar de cidadãos romenos e búlgaros e pedidos de autorização de residência, com dispensa de visto de residência, concedidos ao abrigo do art. 122, alínea j). Por último, continua a prestar informações sobre processos de nacionalidade pendentes no SEF, formulados ao abrigo da anterior Lei da Nacionalidade.

Tal como tinha acontecido em 2006, o posto de atendimento do SEF sofreu várias reorganizações internas, com sucessivas mudanças de coordenador, tendo sido também alterado o horário de atendimento, que passou a ter início às 8.30h (em vez das 9.00h, anteriormente efectivado).

Em 2007, o total de atendimentos efectuados pelo posto de atendimento do SEF, foi de 41.288 atendimentos, número que veio a revelar um decréscimo, relativamente aos atendimentos efectuados no ano anterior. Este poderá ser explicado pelo facto de os titulares de autorizações de permanência, emitidas em 2002, no termo dos 5 anos de prorrogações, ou seja, 2007, não poderem solicitar a emissão da autorização de residência neste posto de atendimento do SEF, mas sim na Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo.

SEF - Lisboa 2007



Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)

Instituição presente no CNAI desde a sua abertura, a actual Autoridade para as Condições do Trabalho (anterior IGT), tem sido uma instituição fundamental em todo o processo de emissão e prorrogação dos vistos e prorrogações de permanência, concedidos ao abrigo do Decreto-lei nº 34/2003, de 25 de Fevereiro.

Recebe, actualmente, as comunicações de contratos celebrados com trabalhadores estrangeiros no âmbito da Lei do Trabalho. Com a entrada em vigor da Lei nº 23/2007, de 4 de Julho, já não são emitidos pareceres.

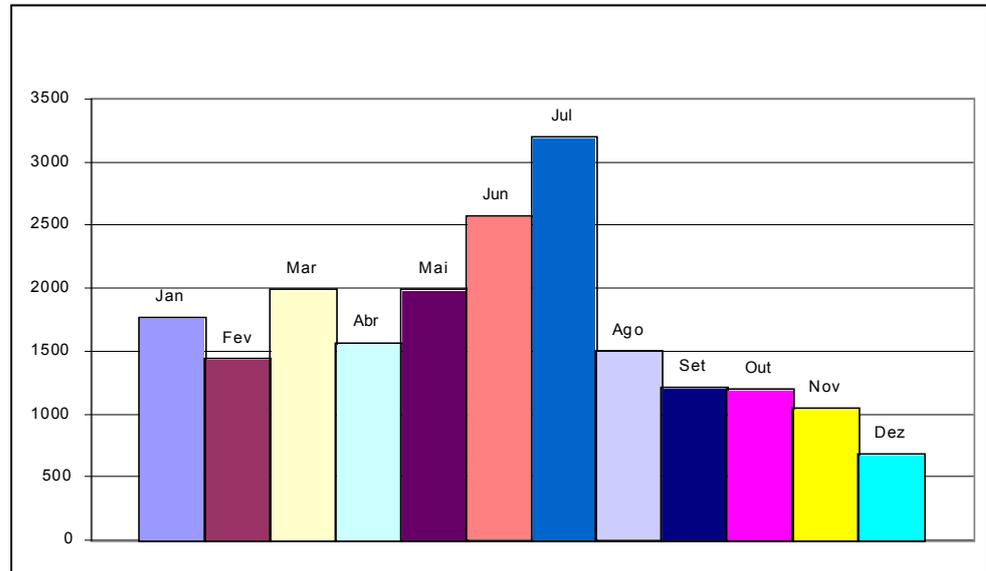
A partir de Junho, passou a ser possível aceder à ACT com marcação telefónica, admitindo-se ainda atendimentos para as pessoas que compareçam, espontaneamente, no próprio dia no CNAI.



A criação do regime de marcações deveu-se à grande procura, à data, deste serviço, situação que determinou, em algumas circunstâncias, a suspensão de entrega de senhas.

Exemplo da grande e importante cooperação institucional, é o facto de o posto da ACT contar com o desempenho funcional de mediadores sócio-culturais, que apoiam no atendimento ao público e no trabalho administrativo de recuperação de pendências em atraso.

ACT - Lisboa - 2007



Como se pode verificar pela análise do gráfico anterior, os atendimentos efectuados pela ACT, desde a publicação da nova Lei de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros de Território Nacional sofreu um considerável decréscimo. Esta diminuição ficou a dever-se, em grande parte, ao facto de se ter restringido a comunicação de contratos de trabalho a cidadãos com a situação regularizada em Portugal.

No total, em 2007, o número de atendimentos efectuados no posto da ACT, foi de 17.898 atendimentos.

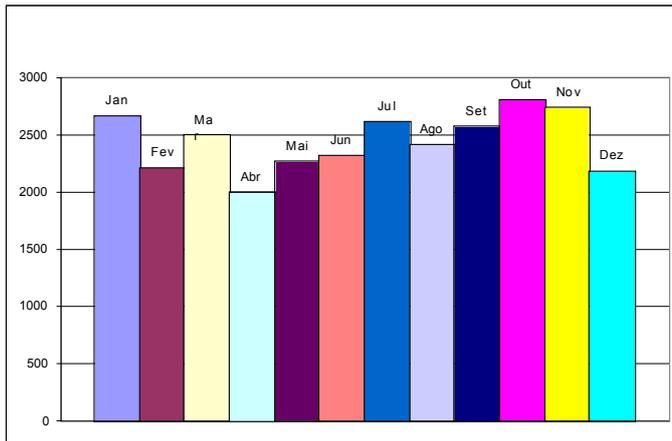
Segurança Social (SS)

Este Gabinete visa emitir declarações comprovativas da regularidade da situação contributiva dos cidadãos imigrantes perante a segurança social, inscrever cidadãos estrangeiros como trabalhadores na Segurança Social e prestar informações de ordem genérica.

Gabinete com grande procura desde a abertura do CNAI, o Gabinete da Segurança Social, continuou em 2007, a ser alvo de pontuais limitações de senhas em virtude da capacidade de resposta não ser compatível, por vezes, com a imensa procura.



SS - Lisboa - 2007



No total, em 2007, o Gabinete da Segurança Social presente no CNAI de Lisboa, efectuou 26.322 atendimentos, com registo de pequenas oscilações mensais.

Ministério da Educação (ME)

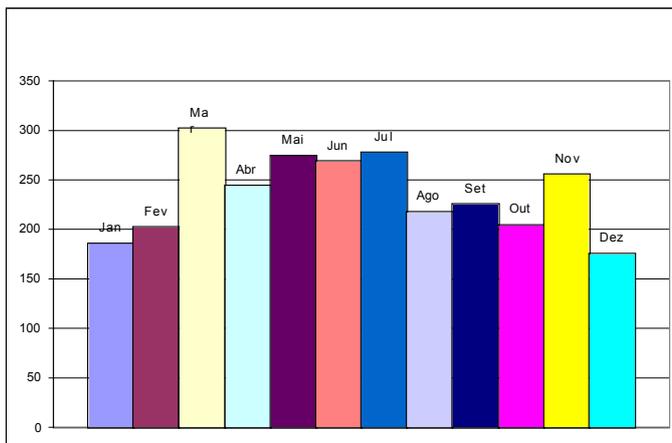
Gabinete da responsabilidade da Direcção Regional de Educação de Lisboa, vocacionado para prestar informação de ordem diversa, quer relativamente à formalização dos actuais vistos de residência para efeitos de estudo (antigos pedidos de vistos de estudo) como também na colocação de alunos nas escolas de ensino básico e secundário, bolsas de estudo, entre outras matérias.

É igualmente da responsabilidade deste Gabinete a triagem e gestão do Registo de Menores, efectuado ao abrigo do Decreto-lei nº 67/2004, de 25 de Março, que estipula o acesso de crianças em situação irregular à educação pré-escolar e escolar, bem como o acesso aos cuidados de saúde, nas mesmas condições das crianças em situação regular.

Por último, é desempenhado por este Gabinete um importante papel de desbloqueio de algumas situações pendentes, através da mediação e o estabelecimento de contactos, com vários estabelecimentos de ensino.

Em 2007, o Gabinete de Educação efectuou 2571 atendimentos presenciais.

Educação - Lisboa - 2007



Ministério da Saúde (MS)

A presença do Ministério da Saúde tem-se revelado, desde sempre, de enorme importância pelas situações que tem ajudado a desbloquear e, consequentemente, por contribuir de forma activa, para facilitar o acesso dos cidadãos imigrantes aos cuidados de saúde.

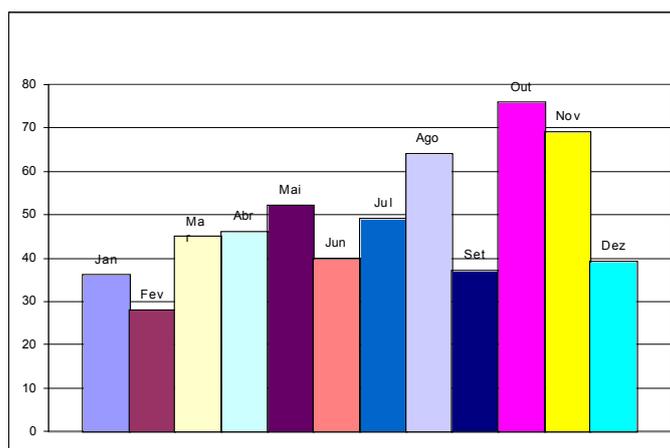


As principais actividades do Gabinete de Saúde prendem-se com o apoio a doentes e acompanhantes que, ao abrigo de acordos de doentes evacuados dos PALOP'S, vêm para Portugal para tratamento. Presta também informações sobre o acesso à saúde, quer para os imigrantes, quer para os seus familiares, tanto para os que se encontram em situação regular como irregular. Se, no caso dos cidadãos imigrantes em situação regular o acesso à saúde se faz da mesma forma que os cidadãos nacionais, no caso dos irregulares, o acesso faz-se mediante a aplicação do Despacho n.º 25.360/2001, publicado no DR n.º 286, II Série, de 12 de Dezembro. Entre outras situações, as grávidas que se encontrem em situação irregular, têm acesso às consultas de vigilância materno-infantil, informação esta que é prestada pelo Gabinete e, sempre que necessário, feitos os contactos necessários para desbloquear eventuais situações de bloqueio ao Despacho atrás citado.

No ano de 2007, o Gabinete de Saúde efectuou 636 atendimentos presenciais que, sem explicação aparente, tiveram especial incidência nos meses de Agosto, Outubro e Novembro, conforme discricção do gráfico abaixo reproduzido.

Em 19 de Dezembro, foi ainda assinado entre o ACIDI I.P. e o Instituto de Segurança Social (ISS) um protocolo de cooperação com vista à criação de um Programa de Apoio a Doentes Estrangeiros (PADE), que tem como objectivo dar respostas de acolhimento temporário e apoio financeiro aos doentes vindos dos PALOP para tratamento, através da atribuição de "Bolsas de Saúde". Este protocolo, a curto prazo, introduzirá uma nova dinâmica neste Gabinete, uma vez que será nele, que funcionará a triagem/gestão das referidas bolsas.

Saúde - Lisboa - 2007



Ministério da Justiça (MJ)

A Extensão da Conservatória dos Registos Centrais, na dependência do Ministério da Justiça, está no CNAI de Lisboa, desde Dezembro de 2006 e no CNAI do Porto, desde Dezembro de 2007. Este Gabinete recebe todos os pedidos de nacionalidade que, ao abrigo da Lei nº 37/81, de 3 de Outubro, alterada e republicada pela Lei Orgânica nº 2/2006, de 17 de Abril, podem ser formulados.

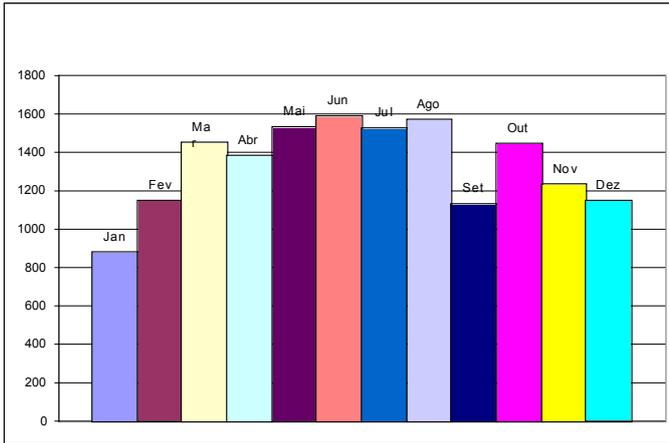
Durante o ano de 2007, procedeu-se ainda à implementação de marcações prévias, para o Gabinete de Acolhimento e Triagem, onde tem lugar a triagem e verificação de documentos, prévios à entrega do processo na Conservatória.

Volvido um ano de funcionamento desta extensão da Conservatória e tendo por base os dados disponibilizados no gráfico abaixo reproduzido, pode-se constatar que foi elevado o número de pessoas atendidas pelo gabinete.

No ano de 2007, o total de atendimentos realizados pela Extensão da Conservatória dos Registos Centrais foi de 16 036.



CRC - Lisboa - 2007

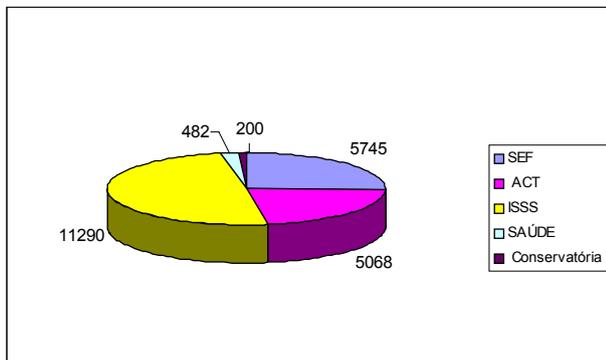


CNAI do Porto



No CNAI do Porto, no ano de 2007, foram realizados pela diversas instituições ali presentes, 21.780 atendimentos, com a distribuição que se pode verificar no gráfico seguinte.

Atendimentos por Instituições



Ao contrário do que acontecia em 2006, em 2007 a Segurança Social foi a instituição que recebeu o maior número de clientes por dia, seguido do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que, tal como aconteceu no CNAI de Lisboa, teve um decréscimo significativo no número de atendimentos.

A diminuição do número de atendimentos do SEF, no CNAI do Porto, parece resultar, entre outras razões, de reorganizações internas e de equipa e da implementação de novos procedimentos, relacionados com a entrada em vigor da Lei nº 23/2007.

1.6 Gabinetes de Apoio

Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante (GAJI)

O GAJI é um Gabinete que se caracteriza pela prestação de apoio jurídico gratuito a todos os imigrantes que a ele se dirigem. Composto por sete juristas em Lisboa, nele se presta um serviço de informação, aconselhamento, encaminhamento e mediação em áreas tão diversificadas como a Imigração, Nacionalidade, Trabalho, Segurança Social, Menores, Acesso ao Direito e aos Tribunais, entre outras. A intervenção deste gabinete restringe-se a matérias extrajudiciais.

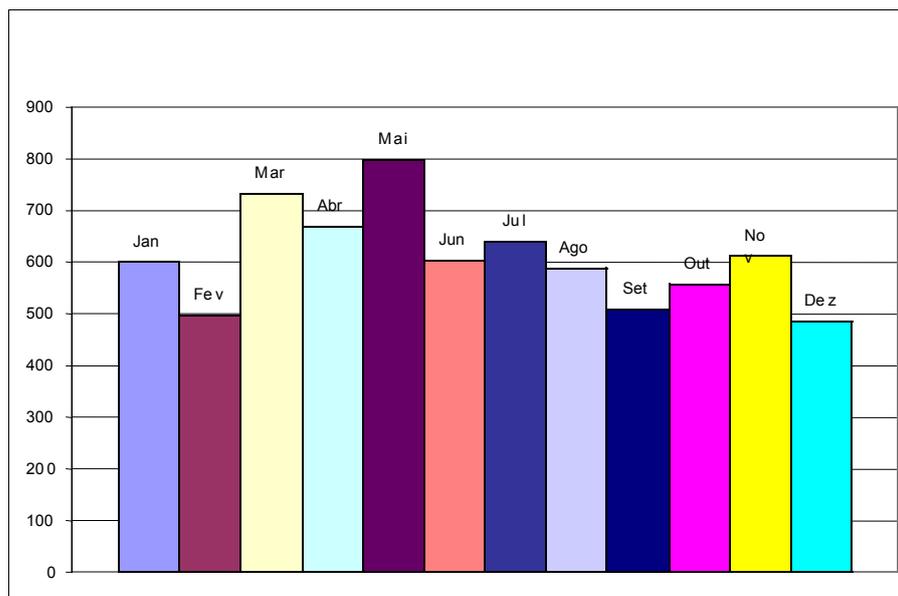
Durante o ano de 2007 e com a entrada em vigor da Lei nº 23/2007, de 4 de Julho, foi realizado um importante trabalho de estudo, concepção e formação dos juristas que compõem este Gabinete.

É de realçar que, no decurso do mesmo ano, o GAJI do CNAI de Lisboa, passou a contar com dois juristas com o domínio das línguas russas e romenas. Este factor representa uma mais valia em termos de facilitação de entendimento com alguns clientes, associado a uma significativa diminuição do recurso a outros colegas tradutores dessas línguas.

Este Gabinete é alvo de grande procura pelos clientes do CNAI, sendo que em 2007 o número de atendimentos realizados foi de 7.291, representando um aumento de cerca de mil atendimentos comparativamente com o ano anterior.

Como na maioria dos Gabinetes, o mês de Maio foi o que registou o maior número de atendimentos.

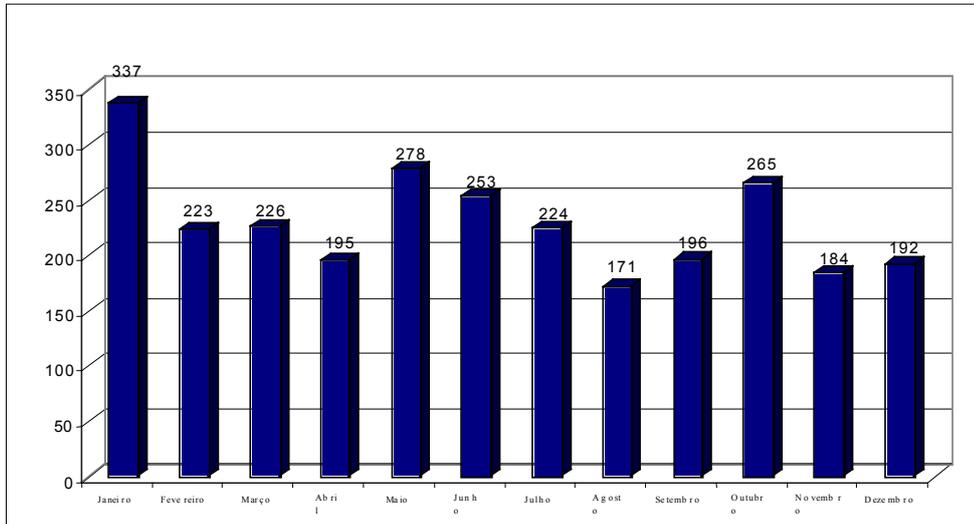
GAJI – Lisboa- 2007



No CNAI do Porto, o Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante, com funcionamento idêntico ao gabinete do CNAI de Lisboa, é assegurado por 3 juristas, um dos quais com funções de coordenação.

Durante o ano de 2007, este Gabinete realizou cerca de 2.744 atendimentos.

GAJI - Porto - 2007



Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF)

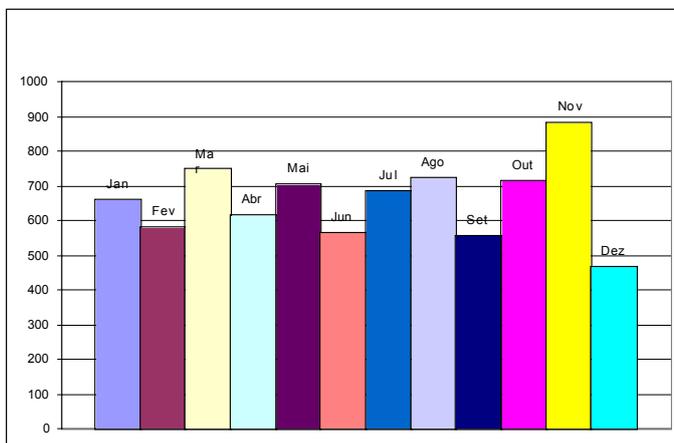
Dada a importância do Reagrupamento Familiar enquanto direito reconhecido ao cidadão imigrante, de viver em família e factor de equilíbrio e inclusão, este gabinete é de importância crucial.

Com funcionamento idêntico em Lisboa e no Porto, este Gabinete conta, respectivamente, com quatro e uma mediadoras.

Em 2007, o trabalho do GARF continuou a ser exercido no âmbito da informação, acompanhamento e desbloqueamento de processos de cidadãos que pretendem reagrupar a sua família, dentro e fora do país. Continuou a pautar-se por uma grande procura, sendo em Lisboa, o gabinete especializado com mais atendimentos.

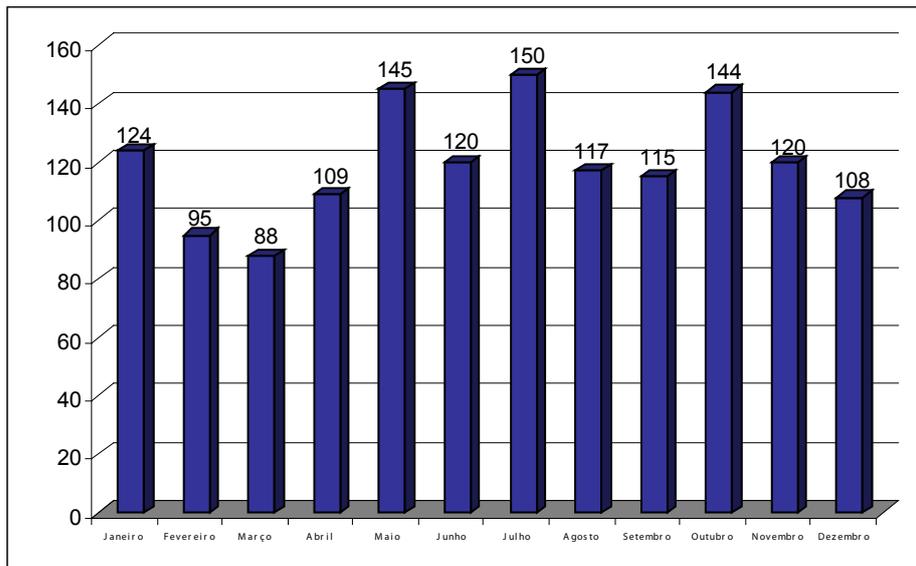
Como se pode verificar no gráfico abaixo apresentado, o número de atendimentos realizados pelo gabinete foi superior a 500 atendimentos mensais (excepto no mês de Dezembro), tendo sido atingido em Novembro o seu ponto mais alto com cerca de 800 atendimentos, reflexo da entrada em vigor do decreto, que veio regulamentar a “Lei de Imigração”.

GARF - Lisboa - 2007



No Porto, o mês com maior número de atendimentos foi o mês de Julho, prendendo-se este aumento, uma vez mais, com a entrada em vigor de “Lei de Imigração.”

Atendimentos GARF - Porto



Gabinete de Apoio Social (GAS)

O Gabinete de Apoio Social (GAS) iniciou funções com a abertura do CNAI. A criação deste Gabinete teve por objectivo prestar apoio aos cidadãos imigrantes que, por motivos de ordem diversa, se encontram numa situação socioeconómica mais vulnerável.

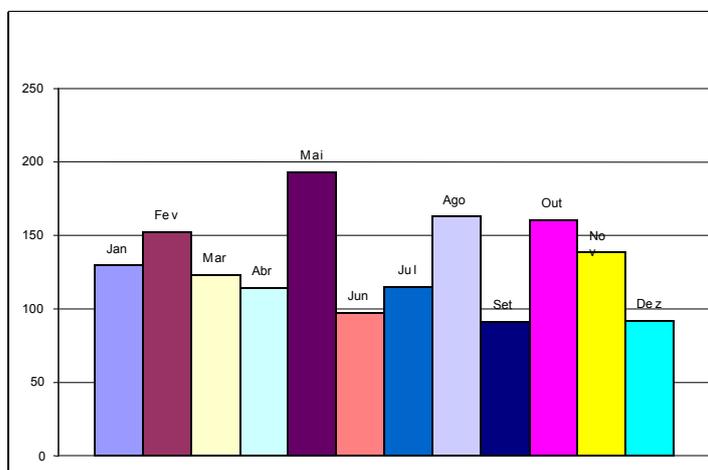
A maioria dos cidadãos que acede ao GAS pretende apoio para acolhimento e informações sobre retorno voluntário.

O ano de 2007 revelou-se significativo na consolidação da dinâmica do gabinete, que efectuou 1569 atendimentos, revelando uma subida da procura face a 2006.

É de salientar ainda que, no decorrer do ano, os CNAIS, através do GAS, passaram a fazer parte da rede de informação e aconselhamento do *Projecto Surria - Ajuda ao Retorno* (projecto do SEF, co-financiado pela Comissão Europeia, em que a OIM é parceira operacional).

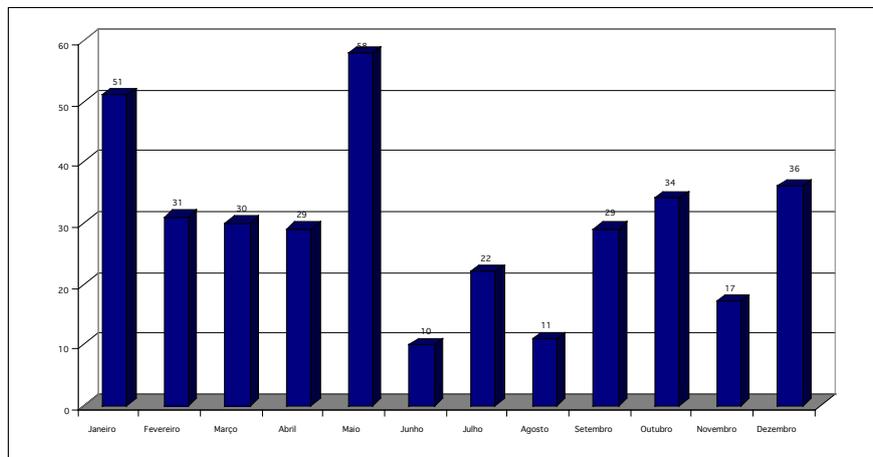
Como na generalidade dos gabinetes, em Maio de 2007, o GAS teve o seu pico de atendimentos.

GAS - Lisboa - 2007



No CNAI do Porto, o número de atendimentos do Gabinete de Apoio Social foi de 327 e, à semelhança do que aconteceu em Lisboa, Maio foi o mês mais significativo em termos de atendimentos.

GAS - CNAI Porto - 2007



Gabinete de Apoio ao Emprego (GAE)

O Gabinete de Apoio ao Emprego (Lisboa e Porto), enquadrado nas competências de acolhimento e integração de cidadãos imigrantes, visa contribuir para a diminuição de barreiras e facilitar a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e à formação através da UNIVA, da Rede UNIVA Imigrante e do Núcleo de Apoio ao Empreendedorismo.

A UNIVA do CNAI destina-se a cidadãos imigrantes que se encontram à procura de emprego ou formação. Dispõe de uma base de dados, com ofertas de emprego, que resultam do contacto directo das entidades empregadoras/recrutadoras com o GAE e da pesquisa em vários órgãos de comunicação e divulgação.

O Núcleo de Apoio ao Empreendedorismo (NAE) é um serviço que acompanha iniciativas empresariais através da informação relativa a vários pontos cruciais na constituição de empresas. Pretende ser um incentivo à criação de auto-emprego por parte dos cidadãos imigrantes com vista à sua realização profissional.

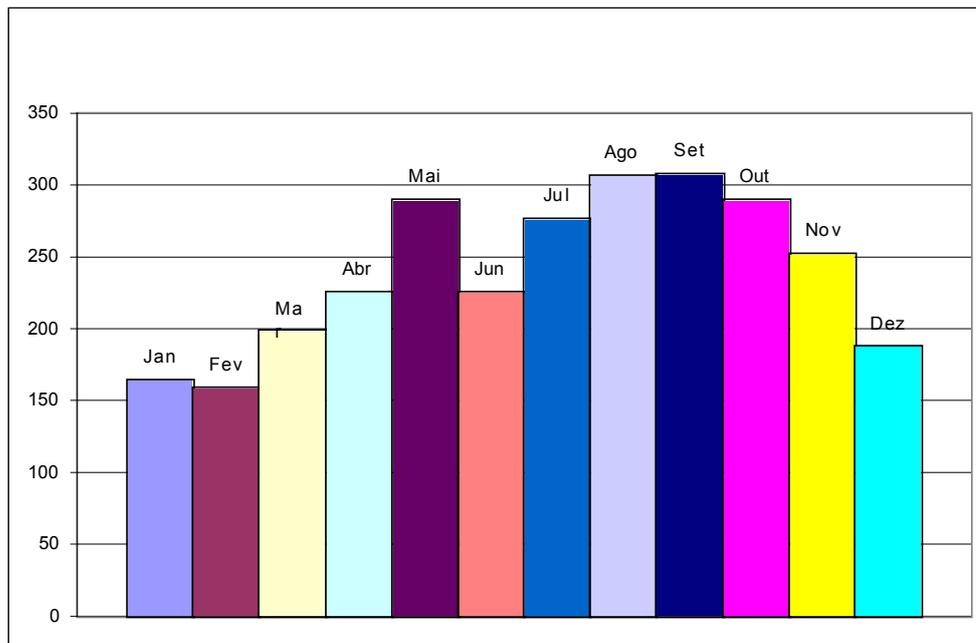
Atenta à importância do exercício de uma actividade profissional, subordinada ou independente, para a permanência regular dos cidadãos imigrantes, a procura deste gabinete aumentou ao longo do ano de 2007.

O Gabinete de Apoio ao Emprego, durante o ano de 2007, realizou 2.897 atendimentos presenciais, que se traduziram, comparativamente a 2006, num aumento de 886 atendimentos.

Para além dos atendimentos e no âmbito destas três vertentes do GAE, foram ainda realizadas diversas actividades, das quais se destacam as seguintes:

- Realização do “1 Encontro Rede UNIVA Imigrante”, que teve lugar no dia 12 de Julho, no CNAI Lisboa;
- Criação do site Plataforma Comum – Rede UNIVA Imigrante;
- Organização da “Acção de Sensibilização no âmbito do Microcrédito” concretizada no dia 20 de Outubro e dirigida aos técnicos e dirigentes das Associações de Imigrantes, animadoras da Rede UNIVA Imigrante e público em geral com interesse no assunto – Acção realizada em parceria com a ARESP, a CML e o JRS.

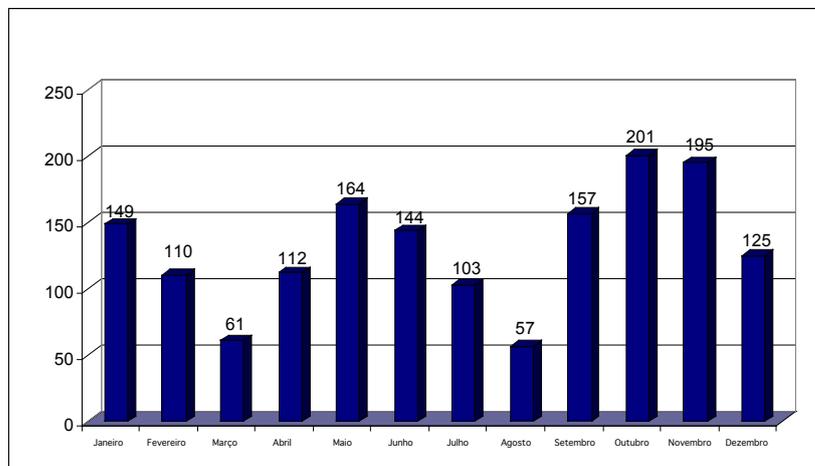
GAE – Lisboa - 2007



Ao Gabinete de Apoio ao Emprego estão afectos quatro mediadores, um especializado no empreendedorismo, dois para o desempenho de funções na UNIVA e apoio à Rede UNIVA Imigrante e quarto com funções de coordenação.

A UNIVA do CNAI do Porto realizou, em 2007, 1.578 atendimentos, tendo-se verificado uma ligeira diminuição do número de atendimentos face a 2006.

UNIVA Porto - 2007



Para além dos atendimentos, foram ainda realizadas diversas actividades, das quais se destacam as seguintes:

- Sessões de esclarecimento no âmbito do preenchimento da Declaração de IRS, com apoio da Contabilista da Associação de Imigrantes “Mais Brasil;”
- Curso de formação em Competências Básicas em Informática e Internet, no âmbito do Projecto “Clique-Tic” leccionado pela e na Associação para o Planeamento da Família (APF) - “Projecto Espaço Pessoa;”
- Colaboração no âmbito do Projecto “Empreendedorismo para a Inclusão”, divulgação



do Projecto CRIAR, tendo decorrido em Setembro uma sessão de esclarecimento dirigida aos imigrantes - parceria com a Associação de Municípios “Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto”;

- Informações e Encaminhamento no âmbito do apoio ao empreendedorismo e micro-crédito – parceria com Associação Nacional de Direito ao Crédito, Delegação do Norte (ACND);

Gabinete de Apoio à Habitação (GAH)

Criado em Dezembro de 2006 devido à importância que a habitação representa como factor de inclusão e integração sociais, este Gabinete alargou a sua esfera de actuação em 2007.

Com a dinamização deste gabinete, pretende-se disponibilizar informação útil e pragmática no acesso à habitação. Para esse efeito dispõe de uma base de dados de imóveis disponíveis para arrendamento, reunindo ainda de toda a informação referente a programas de apoio à habitação.

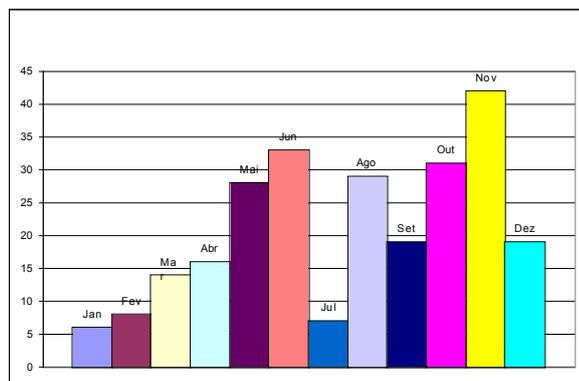
Para além dos atendimentos, durante o ano de 2007, foram ainda desenvolvidas as seguintes actividades:

- Recolha e tratamento de informação actualizada relativa a programas de apoio à habitação;
- Estabelecimento de parcerias com imobiliárias para efeitos de disponibilização de imóveis para arrendamento;
- Criação de uma base de dados disponíveis para os clientes, com ofertas de habitação;
- Constituição de uma rede de trabalho com entidades responsáveis na área;
- Sessão de esclarecimento sobre cooperativas de habitação, ministradas com a INSCO-OP, FENACHE e NHC, dirigida a dirigentes associativos;
- Acompanhamento de processos de pedidos de habitação social pendentes junto das Câmaras Municipais;
- Sessão de esclarecimento sobre o programa “Porta 65” e o “Prohabita” – ministrada pelo IHRU

Em fase de preparação, mas ainda não concluído, encontra-se o Guia de Apoio à Habitação.

Este gabinete conta, para o dinamizar, com uma mediadora sócio-cultural, sendo a coordenação assegurada pela igualmente coordenadora do GARF.

GAH - 2007



Dado ser o mais recente Gabinete Especializado do CNAI, o GAH ainda efectua um reduzido número de atendimentos. Podemos, no entanto, verificar pela análise do gráfico acima reproduzido, que no período de Janeiro a Junho, o GAH aumentou o número de atendimentos, tendo sofrido em Julho uma forte diminuição devido à ausência da mediadora sócio-cultural que dinamizava o Gabinete.

Gabinete de Animação Cultural (GAC)

Criado em Setembro de 2006, este Gabinete tem como principal finalidade animar o espaço comum do CNAI através da divulgação de todo o tipo de trabalho de expressão cultural e artística. Durante o ano de 2007 tiveram lugar as seguintes iniciativas:

- 14 de Fevereiro, inauguração da Exposição “*Sonhos Diferentes*” do fotógrafo Paulo Amorim.
- Desenvolvimento de parcerias com o Teatro Nacional D. Maria II e o Teatro A Barraca, para divulgação de peças de teatro relacionadas com a temática da imigração junto das comunidades imigrantes, nomeadamente “*Ana e Hannah*”, “*A filha rebelde*” e “*Contos de Shakespeare*”.
- De 18 de Maio a 29 de Julho, na sequência do projecto “*Transfert*”, estiveram expostas no CNAI obras do Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão. Em torno das obras de Helena Almeida e Gil Heitor Cortesão, expostas na sala de espera, foram promovidas acções educativas quer para adultos quer para crianças.

O GAC criou uma base de dados de artistas imigrantes, como recurso não só para dinâmicas internas como para entidades externas que solicitem o contacto de artistas imigrantes.

Foi, ainda, desenvolvida e intensificada a colaboração com os Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI), nomeadamente, com os de Alenquer e Nazaré, na partilha das exposições realizadas no CNAI e de informações e contactos de artistas imigrantes.

Gabinete de Apoio à Nacionalidade (GAN)

O Gabinete de Apoio à nacionalidade, criado em 2006, tem como objectivo principal de proceder a divulgação de informação sobre a Lei da Nacionalidade. No ano de 2007 dedicou-se, sobretudo, a ministrar sessões de informação/formação, num total de 40 sessões, envolvendo técnicos e população em geral.

Mês	DESTINATÁRIOS	LOCAL
Janeiro	Associação Assia	CNAI Lisboa
	Mediadores GAT Lisboa	CNAI Lisboa
	Bolsa Formadores	CNAI Lisboa
	Associação Khapaz (técnicos e população em geral)	Arrentela - Seixal
	Espaço Jovem- Freguesia Mina (técnicos)	Amadora
	Clientes CNAI	Auditório CNAI Lisboa
	Clientes CNAI	Auditório CNAI Lisboa
Fevereiro	CLAI Leiria	IPJ Leiria
	Câmara Municipal Rio Maior (técnicos)	Rio Maior
	CLAI Zona Lisboa	CNAI Lisboa
	CLAI Zona Porto	CNAI Porto
Março	CLAI Zona Sul	Lagos
	Moinho das Rolas	Seixal
	Algueirão (população em geral)	Sintra
	Rede Univa Imigrante (técnicos)	IEFP Xabregas
	Bairro 6 Maio (técnicos)	Amadora
	Bairro 6 Maio (população em geral)	Amadora
Abril	Santa Marta de Corroios (população em geral)	Corroios



	Quinta da Princesa (Tutores do Bairro e população em geral)	Seixal
	Ass. Adventistas (população em geral)	Amadora
	Escola Pedro D'Orey (pais de alunos- instrução de processos)	Escola Damaia
Maio	Entrelaços e CLAI (técnicos)	CNAI Lisboa
	Agrupamento Escolas Vialonga (pais de alunos- instrução de processos)	Escola Vialonga
	Afri-Cá	Caxias
	CNAI – Lisboa	CNAI Lisboa
	CM Loures (técnicos)	Loures
	Estabelecimento Prisional Setúbal (detidos)	Setúbal
	Novos CLAI	CNAI Lisboa
	Bolsa de Formadores	CNAI
Junho	Associação Pombal XXI (população em geral)	Oeiras
	Escola Visconde Juromenha (pais de alunos)	Sintra
	Projecto Agir (técnicos)	Cova Piedade – Almada
	Cooperativa Sócio Educativa Desenvolvimento Comunitário – intervenção no Projecto: Assembleia de Crianças	Sacavém
Agosto	Associação Kamba (técnicos)	Seixal
Setembro	Associação dos Africanos V. Franca Xira (técnicos)	Vila Franca de Xira
	Centro Cultural Moldavo (população em geral)	Trajouce – S. Domingos Rana
Outubro	Encontro CLAI	Leiria
	CNAI Porto	CNAI Porto
	Geração Cool (técnicos e população em geral)	Almada
Novembro	CLAI Itinerante Loures (apoio no atendimento)	Loures

Para além das sessões de informação/esclarecimento, o GAN dedicou-se igualmente a elaborar diversas ferramentas de apoio à divulgação e instrução de processos de nacionalidade. Para o efeito, foram elaboradas, listagem de documentos necessários para requerer ou adquirir a nacionalidade portuguesa, fluxogramas explicativos do processo de nacionalidade para cidadãos menores e maiores de idade, e dadas respostas aos diferentes pedidos de informação que surgiram através do e-mail duvidasnacionalidade@acidi.gov.pt.

Conforme análise do quadro supra apresentado, e constituindo uma novidade na dinâmica do Centro, foram ainda ministradas aos clientes do CNAI, enquanto aguardavam a sua vez para ser atendidos, duas sessões de esclarecimento sobre a mesma temática.

1.7. Equipas de Terreno

As Equipas de Terreno, enquanto equipas móveis, consistem em estruturas de proximidade que, através do contacto directo, pretendem prestar atendimento aos cidadãos imigrantes.

No primeiro trimestre, foram estabelecidos contactos com associações de imigrantes e projectos de intervenção local, através dos quais se deu a conhecer o trabalho desenvolvido pelas equipas e a sua disponibilidade para efectuar atendimentos nas associações ou bairros. Também se procedeu à colocação de informações no site do ACIDI, I.P. e dos Centros Locais de Apoio ao Imigrante.

Para além do atendimento, as Equipas de Terreno têm igualmente participado em Feiras Interculturais, servindo estas feiras essencialmente para dar a conhecer os serviços do ACIDI, I.P., bem como para a divulgar a rede de informação de apoio ao imigrante. Em 2007, as equipas participaram em 4 feiras, duas no Porto e duas em Lisboa.

Nas 23 saídas realizadas em 2007, foram atendidos cerca de 500 imigrantes, sendo as nacionalidades mais representativas, a cabo-verdiana, a brasileira e a guineense.

As principais questões colocadas relacionam-se com a regularização da permanência em terri-



tório nacional, renovação dos vistos, títulos e acesso à nacionalidade. Para dar resposta a questões tão diversificadas e tantas vezes complexas, as Equipas são constituídas por mediadores sócio-culturais com uma ampla experiência de atendimento em áreas distintas.

As instituições e os projectos que solicitaram o trabalho das Equipas de Terreno são as que, no âmbito comunitário, trabalham com cidadãos imigrantes e sinalizam casos para os quais os técnicos não têm preparação teórica para responder, ou, então, que se revestem de uma complexidade tal que necessitam um acompanhamento especializado.

Saídas das Equipas de Terreno

DATA	INSTITUIÇÃO/ÁREA GEOGRÁFICA
10-02-2007	Associação Espaço Jovem - Bairro de Santa Filomena
11-02-2007	ATL da Galiza (Casa Grande da Galiza) - São João do Estoril
17-03-2007	ATL da Galiza (Casa Grande da Galiza) - São João do Estoril
05-05-2007	Projecto Agir - Quinta do Chegadinho
18-05-2007	Escola Pedro D'Orey da Cunha - Damaia
19-05-2007	Centro Comunitário de Carcavelos
21-05-2007	Estabelecimento Prisional de Setúbal
25-05-2007	Casal da Mira - Amadora
26-05-2007	Casal da Mira - Amadora
28-05-2007	Porto - Feira de Cidadania do Cerco
29-05-2007	Porto - Feira de Cidadania do Cerco
19-06-2007	Associação dos Imigrantes Adventistas - Amadora
06-07-2007	Centro Comunitário de Carcavelos
10-08-2007	Centro Comunitário de Carcavelos
14-09-2007	Centro Comunitário de Carcavelos
15-09-2007	Associação de Imigrantes do Concelho de Almada
12-10-2007	Centro Comunitário de Carcavelos
27-10-2007	Vila Franca de Xira
30-10-2007	Zambujal - Escola EB2, Programa Escolhas, Projecto Novas Cidadanias
09-11-2007	Centro Comunitário de Carcavelos
29-11-2007	Projecto Escolhas CADI - Anadia, Mealhada
24-11-2007	ATL da Galiza (Casa Grande da Galiza) - São João do Estoril
21-12-2007	Centro Comunitário de Carcavelos



1.8 Cartão Imigrante

Com o objectivo de aproximar o cliente ao CNAI foi criado, no ano de 2007, o Cartão Imigrante. Este cartão é um novo produto, que visa proporcionar aos cidadãos em situação regular, vantagens na utilização de alguns serviços disponíveis no CNAI, bem como usufruir de benefícios que venham a ser proporcionados por entidades associadas ao cartão.

O cartão imigrante é gratuito, pessoal e intransmissível e tem uma validade anual. A sua emissão é feita nos dois Centros: no CNAI de Lisboa, pelo Balcão de Apoio e no CNAI do Porto, no Gabinete de Acolhimento e Triagem.

Em fase de desenvolvimento, o cartão encontra-se sob a responsabilidade de um gestor, encarregue de aumentar o número de entidades que se lhe queiram associar.



1.9. Jornal do CNAI



Dirigido ao público imigrante, o Jornal do CNAI foi criado em 2007, com a periodicidade mensal e uma tiragem de 3.000 exemplares. Composto por 4 páginas, este Jornal pretende ser um meio de divulgação de temáticas com interesse para o cidadão imigrante, dele constando, igualmente, notícias sobre a actualidade nacional e a dos países de origem, com relevo para a vida dos imigrantes.

Visa, por outro lado, disponibilizar informação sobre a organização dos serviços disponíveis no CNAI, enriquecido com informações úteis, asseguradas pelos Gabinetes Especializados e as Instituições presentes no Centro.

Cada jornal dedica-se a um grande tema, contendo uma grande entrevista com individualidades relevantes da área da imigração.

Com o p objectivo dar voz aos clientes (imigrantes) que procuram o Centro, existe ainda um espaço que lhes é reservado, através de entrevistas flash, que lhes permite dar feedback do atendimento prestado no CNAI.

O jornal é divulgado nos CNAIS de Lisboa e Porto, assim como nos CLAIS, de forma a tornar mais acessível a todos, informação útil e credível.

1.10. Formação e Avaliação

Em 2007, foram realizadas doze (12) acções de formação internas, dirigidas aos mediadores sócio-culturais do CNAI: quatro no âmbito da Lei de imigração, duas no âmbito da Lei da Nacionalidade, duas sobre Tráfico de Seres Humanos, duas formações sobre habitação e uma formação do Projecto "Surria".

Ao nível das avaliações internas, referentes ao desempenho dos mediadores, foram levadas a cabo duas sessões, uma realizada em Abril e outra em Outubro.

No que diz respeito à avaliação externa do CNAI, encontra-se em curso uma avaliação, a ser realizada pela OIM, iniciada em Junho de 2007.



2. Linha SOS Imigrante



Em funcionamento desde 13 de Março de 2003, a Linha SOS Imigrante, foi criada com o propósito de disponibilizar aos cidadãos imigrantes, associações, entidades patronais, órgãos da administração pública e cidadãos em geral, um serviço de atendimento telefónico capaz de prestar informação geral e especializada sobre todas as temáticas relacionadas com a imigração. Em caso de necessidade pela complexidade/ especificidade, a Linha SOS poderá sugerir uma deslocação ao CNAI.

Para dar respostas às questões colocadas pelos clientes, a Linha SOS conta com uma equipa de nove mediadores sócio-culturais, um dos quais assegura o horário pós-laboral (compreendido entre as 20.30h e as 24.00h). Este Gabinete, supervisionado por uma coordenadora, tem assegurada formação permanente, teórica e prática, para garantir a prestação de respostas claras, objectivas e credíveis aos imigrantes, visando um atendimento rigoroso e de qualidade.

2.1. Caracterização do Serviço disponibilizado

Ciente que a transmissão de informação sobre os deveres e direitos dos cidadãos, promove efectivamente a integração dos imigrantes, a Linha SOS Imigrante faz atendimento em diversas línguas (português, crioulo de Santiago e de São-Vicente, inglês, francês, espanhol, russo, ucraniano, bielorrusso e romeno), podendo este número ser alargado através do Serviço de Tradução Telefónica, que disponibiliza informação em mais de 60 línguas mediante o recurso a tradutores/intérpretes.

Desde Fevereiro de 2007 que é possível, através da Linha SOS Imigrante, fazer marcações prévias junto do Gabinete de Acolhimento e Triagem para a obtenção de informações ou dar entrada de documentação relativa a pedidos de nacionalidade.

Esta possibilidade de marcação prévia estendeu-se, igualmente, aos atendimentos feitos pela Autoridade para as Condições de Trabalho, a partir de Julho de 2007. Esta versatilidade da Linha de pré-marcação ainda é apenas possível para o CNAI de Lisboa.

No cômputo geral, no ano de 2007 foram atendidas 84.156 chamadas, com um tempo médio de espera de cerca de 11 segundos. É todavia de salientar que cerca de 80% das chamadas, são atendidas sem tempos de espera.

Verificou-se um considerável aumento do número de chamadas ao longo do ano, com particular incidência nos meses de Julho, Agosto e Novembro. Este aumento poderá dever-se à publicação e consequente entrada em vigor da nova Lei de Imigração e respectiva regulamentação.



Gráfico comparativo de chamadas atendidas na Linha SOS Imigrante

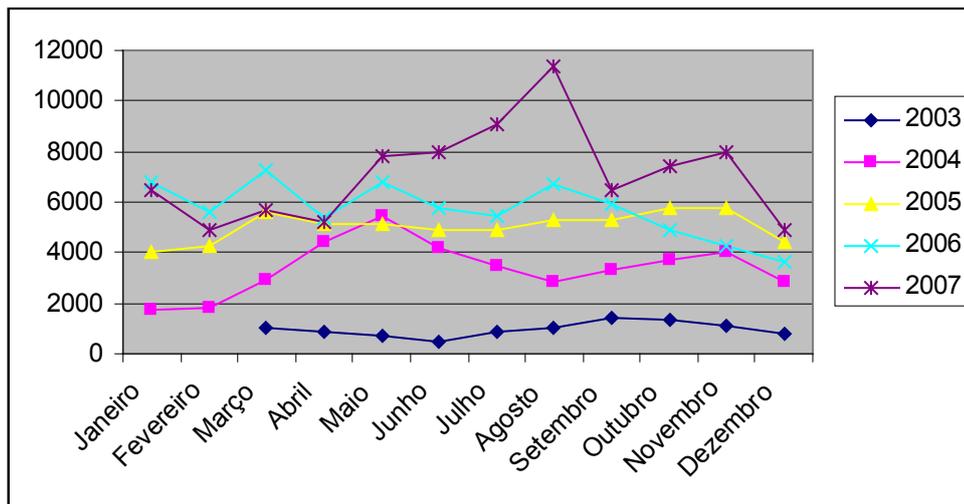
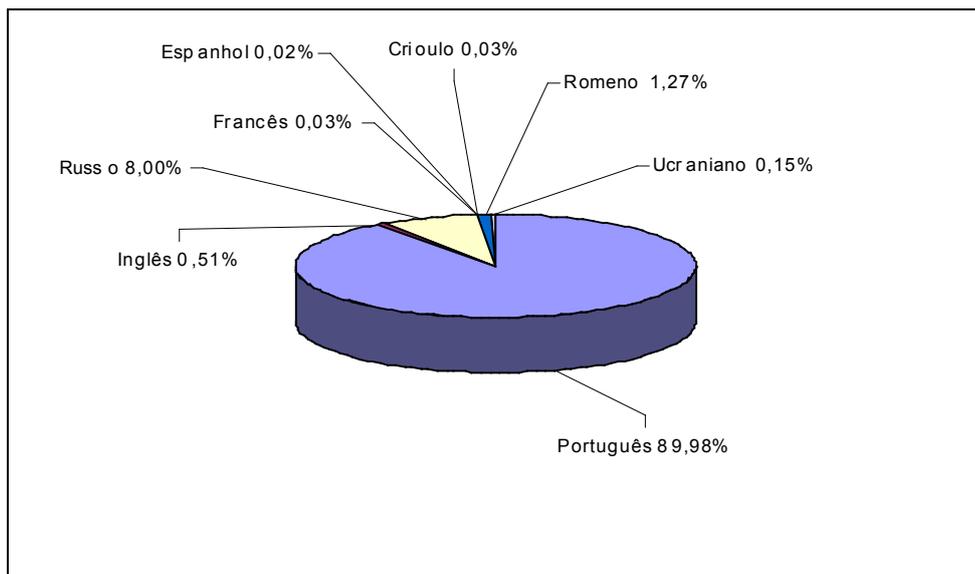


Tabela Comparativa de chamadas atendidas na Linha SOS Imigrante

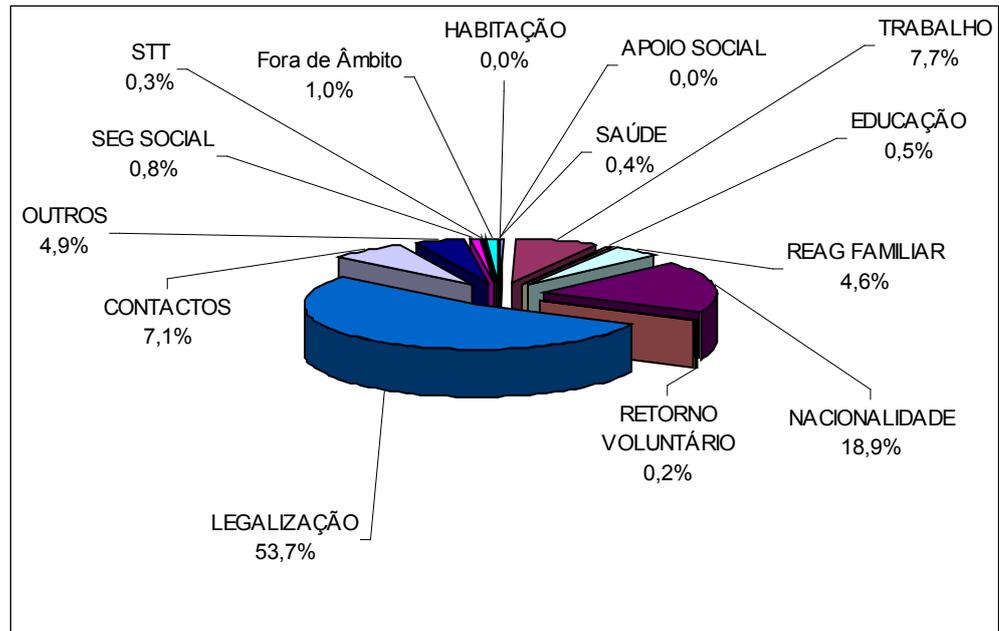
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maiço	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
2003			1059	859	718	495	868	1059	1437	1381	1066	807	9749
2004	1771	1815	2951	4387	5481	4181	3482	2867	3278	3732	3998	2854	40797
2005	4047	4280	5617	5136	5144	4861	4878	5311	5319	5774	5744	4408	60519
2006	6818	5603	7257	5398	6792	5754	5466	6703	5923	4934	4224	3621	68493
2007	6462	4906	5686	5192	7842	8012	9049	11343	6506	7393	7950	4916	85257
													264815



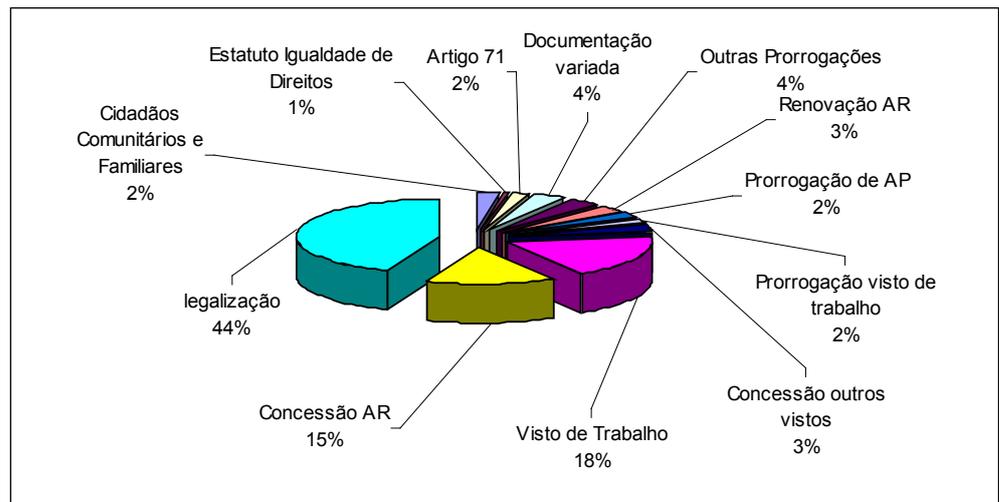
No que se refere à língua utilizada o Português é, claramente, a língua como maior expressividade nos atendimentos da Linha SOS Imigrante, seguido pela língua russa e romena.



No que concerne aos temas abordados, salientam-se em 2007 os assuntos relacionados com a temática “Legalização”, ou “enquadramentos/vias de regularização bem como, com menos expressão, a temática da Nacionalidade e do Trabalho.

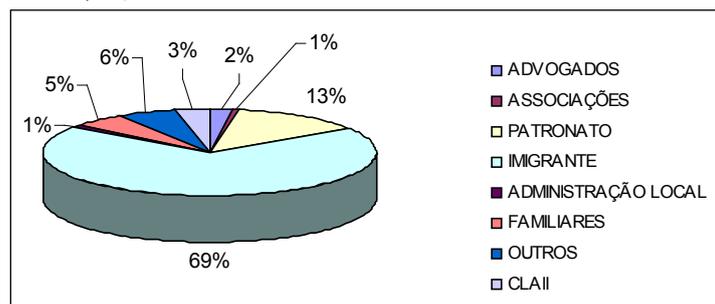


A análise mais pormenorizada da categoria “Legalização” mostra que um número significativo de chamadas (44%) foi efectuada por cidadãos que pretendiam informar-se sobre eventuais vias de regularização em Portugal, em grande medida relacionadas com a entrada em vigor de nova legislação.



2.2. Caracterização dos clientes

No que concerne à procura, os cidadãos imigrantes continuam a ser os principais interlocutores da Linha SOS, sendo igualmente significativa a quantidade de chamadas efectuadas por entidades empregadoras.

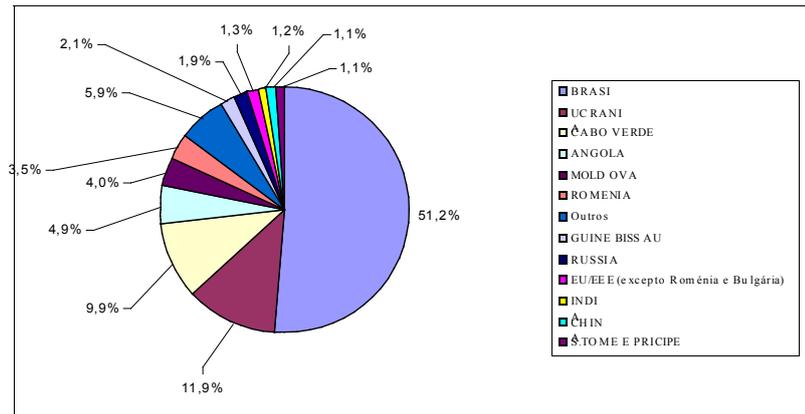


Em termos de faixa etária, mais de 90% das chamadas atendidas referem-se a cidadãos com idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos.

Verifica-se um certo equilíbrio em termos da variável género, com 53% e 47% respectivamente de cidadãos do sexo masculino e feminino.

É ainda importante mencionar que, na sua maioria, as chamadas realizadas para a Linha SOS Imigrante são relativas a cidadãos em situação irregular, titulares apenas de passaporte (50,5%), ou mesmo sem qualquer tipo de documento válido (0,3%).

Em 2007, a Linha SOS Imigrante atendeu chamadas a cidadãos de 136 nacionalidades diferentes, reflectindo o peso relativo das diferentes populações imigrantes em Portugal. A nacionalidade com maior número de chamadas foi a brasileira (53.1%), seguida da ucraniana (12.3%) e da cabo-verdiana (10.3%).



No que respeita à proveniência dos telefonemas, estes distribuíram-se pelos dezoito distritos de Portugal Continental (repartidas por 224 concelhos) e Ilhas Adjacentes (Açores e Madeira). A grande maioria, todavia, foi feita no distrito de Lisboa (78,4%).

Distrito	Percentagem
Lisboa	78,4
Setúbal	5
Porto	3,7
Faro	2,4
Santarém	2
Leiria	1,9
Braga	0,7
Portalegre	0,7
Viseu	0,6
Aveiro	0,5
Coimbra	0,5
Viana do Castelo	0,5
Évora	0,4
Vila Real	0,4
Beja	0,2
Bragança	0,2
Castelo Branco	0,2
Guarda	0,2
Arq. Madeira	0,2
Arq. Açores	0,2
Fora do País	1,1

Importa ainda destacar que cerca de 1,1% das chamadas atendidas, têm origem fora de Portugal, em países como, Espanha, Reino Unido e Brasil (que são os mais representativos estatisticamente).

Para além do atendimento telefónico, a Linha SOS Imigrante resolveu, em 2007, 157 casos pendentes, ou seja, situações que necessitaram de encaminhamento e/ou de uma maior investigação para a sua adequada resolução, casos esses que estiveram maioritariamente relacionadas com aspectos diversos de “Legalização” (34%) e de Nacionalidade (19%).

Durante este período, a Linha SOS Imigrante respondeu ainda a 5.484 pedidos de informação, que chegaram via correio electrónico.

3. Serviço de Tradução Telefónica (STT)

Iniciado em 2006, o Serviço de Tradução Telefónica (STT) disponibiliza todos os meios que garantem, num formato de conferência telefónica, o esclarecimento em simultâneo, de técnicos de instituições, tradutor e imigrante, com o objectivo de ajudar a ultrapassar barreiras linguísticas.

3.1. Caracterização do Serviço disponibilizado

O STT dirige-se a todas as pessoas que não falam português e a todos os interlocutores portugueses que precisam de comunicar com elas. Para o efeito, este serviço recorre a uma bolsa de 37 tradutores/intérpretes que dominam, para além do Português, um ou mais idiomas e funcionam como “intermediários” junto das mais diversas instituições que, em Portugal, estão directa ou indirectamente, implicadas no processo de acolhimento e integração dos imigrantes: câmaras municipais, juntas de freguesia, conservatórias, hospitais, centros de saúde, escolas, PSP, GNR, tribunais e outros organismos públicos e particulares.

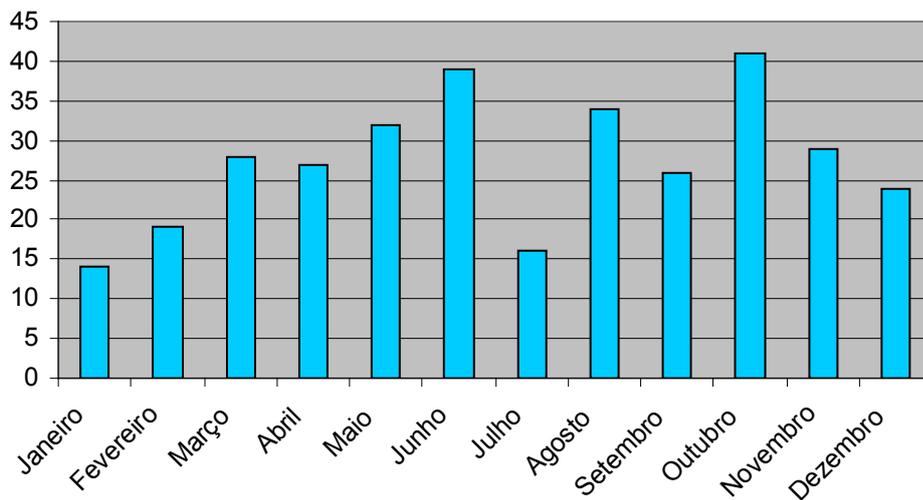
Na Bolsa de Tradutores, actualmente, encontram-se disponíveis tradutores seleccionados para 60 idiomas:

1	Albanês	31	Inglês
2	Alemão	32	Italiano
3	Azerbaijani	33	Japonês
4	Árabe	34	Kikongo (R. Congo)
5	Balanta (Guiné)	35	Lingala (R. Congo)
6	Bambara	36	Lituano
7	Bengali	37	Macedónio
8	Bielorusso	38	Makassae (Timor)
9	Bósnio	39	Mandinga
10	Búlgaro	40	Moldava
11	Cacique	41	Naueti (Timor)
12	Changana (Moçambique)	42	Nepalês
13	Checo	43	Nyungwe (Moçambique)
14	Chinês Cantão	44	Pepel
15	Chinês Mandarin	45	Persa
16	Chinês Quingian	46	Pidgin (Nigéria)
17	Chinês Wenzhou	47	Polaco
18	Chinês Xangai	48	Punjabi
19	Crioulo	49	Romeno
20	Croata	50	Russo
21	Djola	51	Sérvio
22	Espanhol	52	Sena (Moçambique)



23	Forro (S.Tomé e Príncipe)	53	Sonrai
24	Francês	54	Tadjik
25	Georgiano	55	Tetum (Timor)
26	Grego	56	Turco
27	Guarani (Paraguai)	57	Ucraniano
28	Hindi	58	Urdu
29	Ibo (Nigéria)	59	Yoruba (Nigéria)
30	Indonésio	60	Usebeque

No decorrer de 2007, o STT atendeu um total de 330 chamadas, com a seguinte distribuição ao longo dos meses:

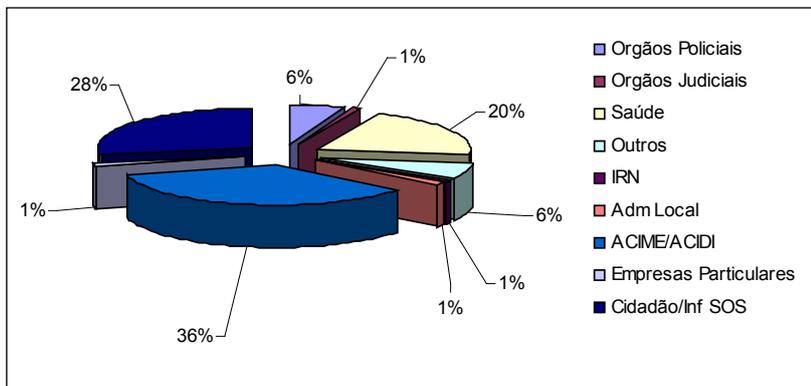


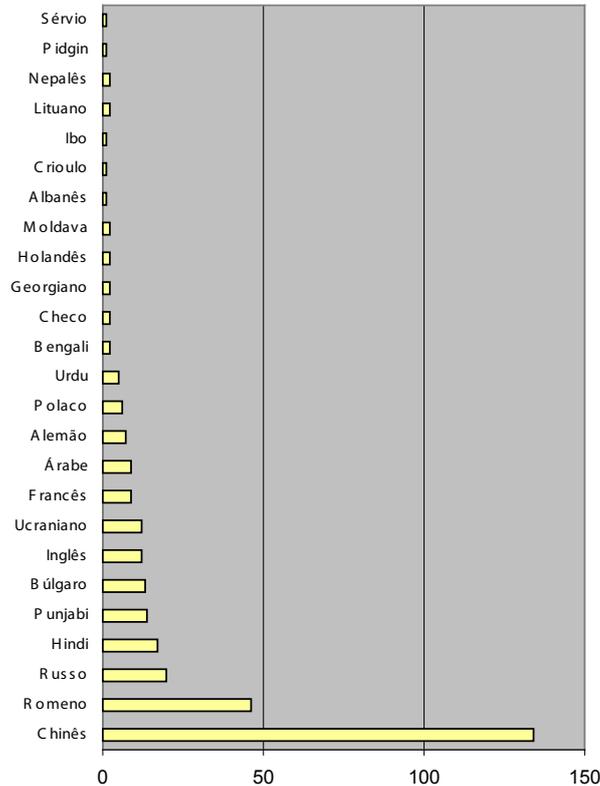
O acesso à informação, assumiu uma importância cada vez maior no funcionamento do STT, o que é perceptível pelo aumento de chamadas, face às atendidas em 2006.

3.2. Caracterização dos Clientes

No que se refere à tipologia do cliente, importa salientar que as chamadas efectuadas pelo próprio cidadão, procurando esclarecimentos prestados pela Linha SOS Imigrante, representam 28%. No que se refere a chamadas provenientes das próprias estruturas do ACIDI I.P (CNAI's e CLAI's) estas representam mais de um terço do total de chamadas atendidas (36%).

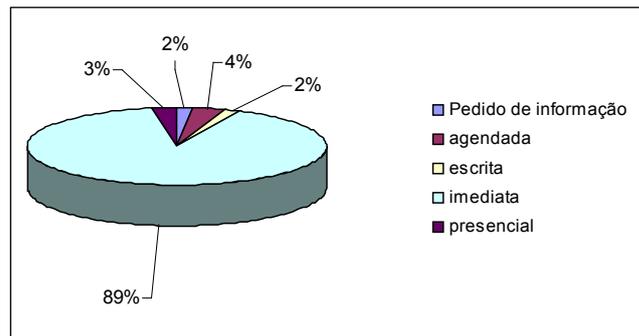
Os organismos ligados à área da Saúde (Centros de Saúde e Hospitais) representam 20% do total de chamadas recebidas no STT, conforme gráfico seguinte.



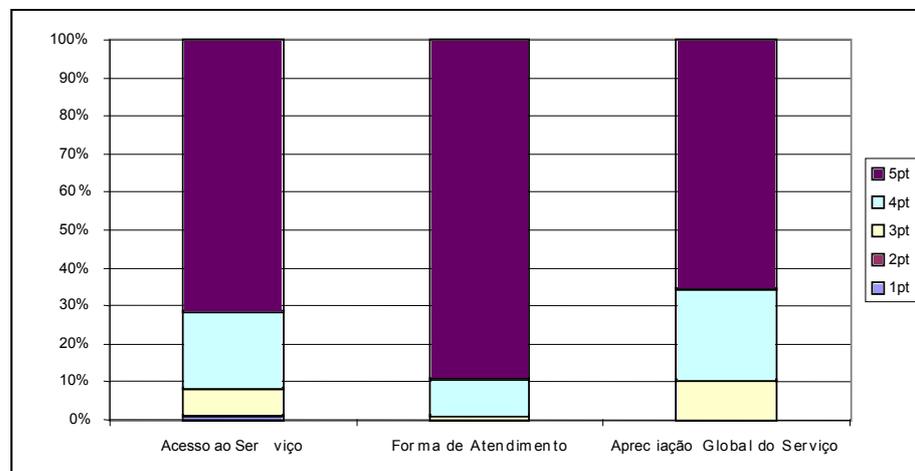


No que diz respeito ao idioma pretendido, foram solicitados pedidos de tradução em 25 idiomas diferentes, sendo os mais solicitados os provenientes da China (Chinês Quingtian, Chinês Cantão, Chinês Wenzhou, Chinês Xangai e em particular o Mandarim), com 41% do total de pedidos, seguido do Romeno, com 14%.

No que concerne ao tipo de tradução solicitada, os pedidos de tradução telefónica, representaram cerca de 93% da totalidade de chamadas recebidas pelo STT, tendo sido igualmente, de forma muito pontual, recebidos pedidos de tradução escrita e presencial (6 e 9 chamadas, respectivamente).



No que diz respeito à avaliação do serviço, no final de cada tradução, foi solicitado ao cliente que fizesse uma breve avaliação do mesmo. Numa escala de 1 a 5, foram focados aspectos relacionados com: Acesso ao Serviço, Forma de atendimento, Apreciação global. Foram obtidos os seguintes resultados:



As avaliações menos positivas estão relacionadas com o acesso ao serviço, reportando-se sobretudo ao tempo de espera, desde que o pedido é feito até que o tradutor seja posto em linha. Este compasso de espera resulta do facto de as chamadas serem atendidas, inicialmente, pela Linha SOS Imigrante, sendo posteriormente transferidas para o operador do STT, que procura o tradutor disponível e entra em contacto com o mesmo.

É, no entanto, de salientar que os clientes têm demonstrado bastante satisfação com a forma como têm sido atendidos pelos operadores do STT, fazendo uma apreciação global bastante positiva ao funcionamento deste serviço (cerca 93% do total das avaliações, nos três aspectos analisados, situam-se nos 4 e 5 pontos – 18% e 76%, respectivamente).

4. Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII)

Os Centros Locais de Apoio ao Imigrante (CLAI) foram criados em Fevereiro de 2003, em parceria com 15 Associações da Sociedade Civil, com a missão de proporcionar aos imigrantes um local descentralizado de informação e resposta às suas perguntas, ligado ao Sistema Nacional de Informação ao Imigrante.

Esta rede disseminada pelo território nacional, com particular incidência nas zonas de maior presença de imigrantes, tem vindo a garantir uma resposta em tempo útil com um rosto humano e acolhedor.

Face à importância desta rede de informação local este serviço estendeu-se, em 2004, a parcerias com autarquias, tendo sido abertos, nesse ano, 13 CLAI em parceria com Câmaras Municipais. Nesse mesmo ano abriram igualmente mais 4 CLAI em parceria com instituições da sociedade civil.

Em 2005, a rede CLAI continuou a crescer integrando 11 novos CLAI em autarquias e 2 em instituições da sociedade civil, atingindo no final do ano um total de 45 CLAI espalhados pelo país.

Em Setembro de 2005, com a tomada de posse do novo Alto-Comissário e a apresentação do Plano de Actividades do ACIME para o triénio 2005-2008, a rede CLAI surge como uma das sete novas iniciativas estruturantes, propondo-se um aprofundamento do seu conceito original de estruturas de apoio e informação para estruturas de acolhimento e integração.

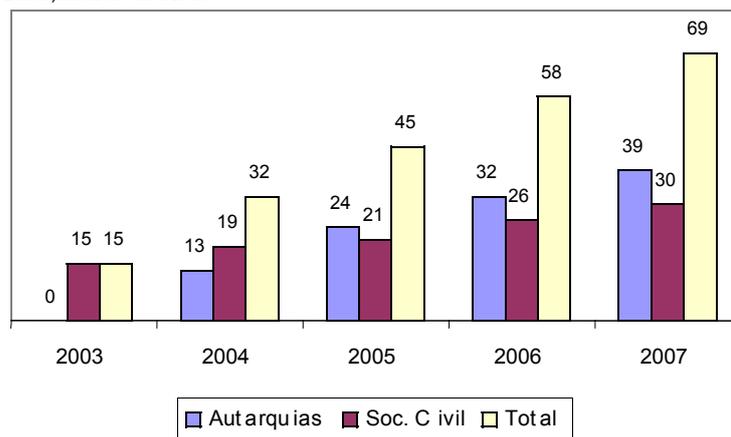
O novo conceito CLAII implica promover uma diferenciação do modelo dos CLAI para que se constituam como plataformas promotoras do acolhimento e integração dos imigrantes a nível local, com capacidade de interacção com estruturas locais. Enquanto Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) têm como missão ir além da informação e procurarão apoiar o processo multivectorial de integração. Estabeleceu-se como meta a expansão da rede CLAI dos 42, existentes à data do início do mandato, para 80.

Três novos CLAII surgiram ainda no último trimestre de 2005 e em 2006 a rede integrou 13 novas unidades sendo 8 em autarquias e 5 com parceiros da sociedade civil, totalizando em finais de 2006 o número de 58 CLAII.

Em 2007, a rede CLAII manteve o seu crescimento com a integração de 13 novos CLAII, 8 deles em parceria com autarquias e 5 com parceiros da sociedade civil. Neste mesmo ano, encerraram-se 2 CLAI (um CLAI autarquia e um CLAI sociedade civil), pelo que no final de 2007, a rede CLAII totalizou 69 CLAII espalhados por todos os distritos de Portugal Continental e Açores.



Evolução do n.º de CLAI



Aberturas em 2007

Local	Dia	Mês	Tipo
Chaves	18	Setembro	Sociedade Civil
Figueira da Foz	15	Outubro	Sociedade Civil
Lagos	27	Janeiro	Autarquia
Moita - Fonte da Prata	30	Outubro	Soc. Civil + Autarquia
Odemira	6	Julho	Sociedade Civil
Póvoa de Varzim	19	Outubro	Autarquia
Setúbal	25	Setembro	Sociedade Civil
Sintra - Mem Martins	12	Julho	Autarquia
Trofa	19	Novembro	Autarquia
V. F. de Xira	26	Março	Autarquia
V. F. de Xira - Arcena	26	Março	Autarquia
V. F. de Xira - Póv. Sta. Iria	26	Março	Autarquia
V. F. de Xira - Vialonga	26	Março	Autarquia



Encerramentos em 2007

Local	Mês	Tipo
Ponte da Barca	Junho	Autarquia
Vila Real	Junho	Sociedade Civil





Distribuição geográfica dos CLAI



4.1 Rede CLAI

	Autarquias	Localidade	Ano de Inauguração
1	Câmara Municipal do Montijo	Montijo	2004
2	Câmara Municipal de Silves	Silves	2004
3	Câmara Municipal de Faro	Faro	2004
4	Câmara Municipal da Mealhada	Mealhada	2004
5	Câmara Municipal da Lourinhã	Lourinhã	2004
6	Câmara Municipal de Óbidos	Óbidos	2004
7	Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Oliveira de Azeméis	2004
8	Câmara Municipal de Santa Maria da Feira	Santa Maria da Feira	2004
9	Câmara Municipal de Valongo	Ermesinde	2004
10	Câmara Municipal de Azambuja	Azambuja	2004
11	Câmara Municipal de Vouzela	Vouzela	2004
12	Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo	Figueira Castelo Rodrigo	2004
13	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros	2004
14	Câmara Municipal do Barreiro	Barreiro	2005
15	Câmara Municipal de Odivelas	Odivelas	2005
16	Câmara Municipal de Coruche	Coruche	2005
17	Câmara Municipal do Fundão	Fundão	2005
18	Câmara Municipal do Seixal	Seixal	2005
19	Câmara Municipal de Cadaval	Cadaval	2005
20	Câmara Municipal de Loures	Apelação	2005
21	Câmara Municipal de Loures	Loures	2005
22	Câmara Municipal de Loures	Sacavém	2005
23	Câmara Municipal de Lisboa	Lisboa – Mouraria	2005
24	Câmara Municipal de Alenquer	Alenquer	2006
25	Câmara Municipal de Sesimbra	Sesimbra	2006
26	Câmara Municipal de Castanheira de Pera	Castanheira de Pera	2006
27	Câmara Municipal da Moita	Moita – Vale da Amoreira	2006
28	Câmara Municipal de Oeiras	Carnaxide	2006
29	Câmara Municipal de Oeiras	Paço de Arcos	2006
30	Câmara Municipal de Oeiras	Porto Salvo	2006
31	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	São Brás de Alportel	2006
32	Câmara Municipal de Lagos	Lagos	2007
33	Câmara Municipal de V. F. de Xira	V. F. de Xira	2007
34	Câmara Municipal de V. F. de Xira	Arcena	2007
35	Câmara Municipal de V. F. de Xira	Vialonga	2007
36	Câmara Municipal de V. F. de Xira	Póvoa Sta. Iria	2007
37	Câmara Municipal de Sintra	Mem Martins	2007
38	Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	2007
39	Câmara Municipal da Trofa	Trofa	2007
	Sociedade Civil	Localidade	Ano de Inauguração
1	Cáritas Diocesana de Beja	Beja	2003
2	Cáritas Diocesana de Évora	Évora	2003
3	AMIGrante – Associação de Apoio ao Cidadão Migrante	Leiria	2003
4	JRS-Portugal – Serviço Jesuíta aos Refugiados	Lisboa – Lumiar	2003
5	Cáritas Diocesana de Portalegre	Portalegre	2003
6	Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos	Queluz	2003
7	Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém	Sines	2003
8	Centro Social Paroquial da Vera Cruz	Aveiro	2003
9	Caritas Diocesana de Viana do Castelo	Viana do Castelo	2003
10	Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa	Braga	2003
11	AIPA – Associação dos Imigrantes nos Açores	Açores	2003
12	Santa Casa da Misericórdia de Bombarral	Bombarral	2003
13	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Amarante – São Gonçalo	Amarante	2003
14	Cáritas Diocesana de Viseu	Viseu	2003
15	Fábrica da Igreja Paroquial de S. José	Coimbra	2004



16	Associação Amato Lusitano – Associação de Desenvolvimento	Castelo Branco	2004
17	MAPS – Movimento de Apoio à Problemática da Sida	Portimão	2004
18	Associação Tavirense de Apoio ao Imigrante	Tavira	2004
19	SOCIALIS – Associação de Solidariedade Social	Maia	2005
20	ARESP ^o - Associação da Restauração e Similares de Portugal	Lisboa	2005
21	ADECA – Associação do Desenvolvimento das Empresas do Concelho de Alvaiázere	Alvaiázere	2006
22	Confraria de Nossa Senhora da Nazaré; Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Nazaré	Nazaré	2006
23	Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa de Vila Real de Santo António	V. Real de Sto. António	2006
24	Comoiprel-Ciprl	Moura	2006
25	LUSOTEMP – Empresa de Trabalho Temporário, S.A.	Algés	2006
26	INDE – Intercooperação e Desenvolvimento, crl	Odemira	2007
27	ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega	Chaves	2007
28	Fábrica da Igreja de N ^o Sra. Da Conceição	Setúbal	2007
29	Grupo de Instrução e Sport; Figueira Viva – Associação de Cooperação e Solidariedade para o Desenvolvimento da Figueira da Foz; Associação de Solidariedade Social Viver em Alegria	Figueira da Foz	2007
30	Congregação das Escravas do Sagrado Coração de Jesus	Moita – Fonte da Prata	2007



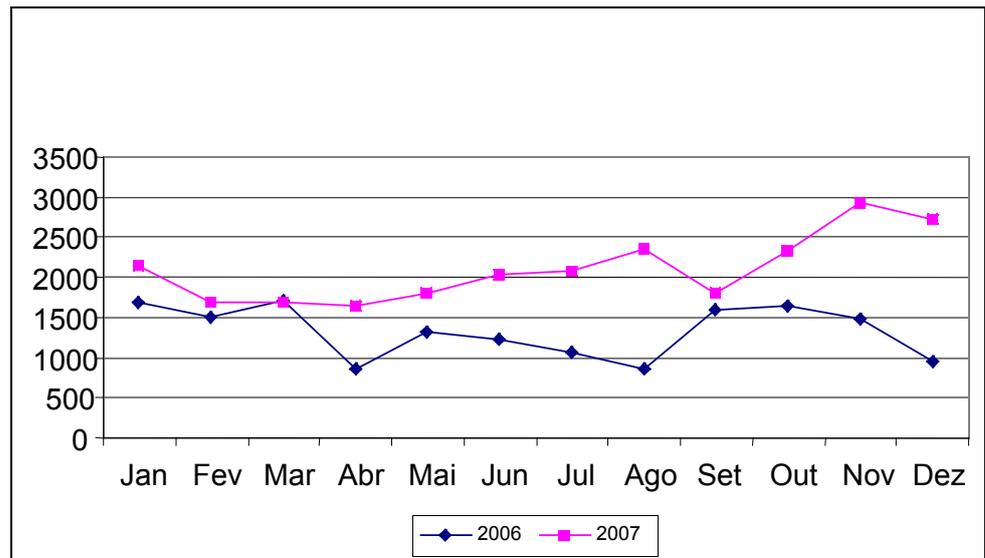
A Rede CLAll será brevemente alargada, com a inauguração de novos Centros:

- Açores (Terceira) em parceria com uma associação de imigrantes;
- Albufeira com a Câmara Municipal;
- Aljezur com a Câmara Municipal;
- Almada (Costa e Caparica) em parceria com duas instituições da sociedade civil;
- Lousã com a Câmara Municipal;
- Mafra com a Câmara Municipal;
- Melgaço com a Câmara Municipal;
- Salvaterra de Magos com a Câmara Municipal;
- Santarém com a Câmara Municipal.

4.2 Atendimentos

Durante o ano de 2007, foram registados em toda a rede CLAll um total de 25.125 atendimentos. Em termos comparativos, entre 2006 e 2007 observou-se um crescimento de 59% no número de atendimentos registados.

Gráfico comparativo –total de atendimentos registados por mês em 2006 e 2007



Da caracterização dos atendimentos efectuados pelos CLAI, salienta-se que, na sua grande maioria, são os próprios cidadãos imigrantes que recorrem a este serviço, situando-se sobretudo entre os 26 e os 45 anos de idade.

No que concerne a nacionalidades, foram os cidadãos brasileiros quem mais recorreu aos serviços da rede CLAI (cerca de 30%), seguidos dos cidadãos de nacionalidade ucraniana e caboverdiana (cerca de 10% cada uma destas nacionalidades). Os cidadãos romenos, guineenses e angolanos representaram, cada, aproximadamente 7% dos atendimentos efectuados pela rede CLAI.

Em relação aos assuntos, a grande maioria dos casos prende-se com situações de “Legalização” (cerca de 45%), sendo as questões relacionadas com a “Nacionalidade” as segundas mais procuradas (cerca de 17%). É de salientar que, com a entrada em vigor do decreto regulamentar n.º 84/2007, de 05 de Novembro, o assunto mais recorrente em relação à legalização passou a ser os pedidos/registos de manifestações de interesse ao abrigo do art.º 88, n.º 2, da nova lei 23/2007, de 04 de Julho,

4.3 Formação

Para garantir a qualidade do atendimento, aconselhamento diários prestados nos CLAI e dar resposta às necessidades formativas existentes, o ACIDI disponibilizou várias acções de formação dirigidas aos animadores dos CLAI:

a) Lei da Nacionalidade

A nova Lei da Nacionalidade, que entrou em vigor no final de 2006, apresentou-se aos CLAI como um dos grandes desafios a dar resposta no ano de 2007.

A capacitação, para esse efeito, dos animadores integrou as seguintes etapas:

1. Envio de material de trabalho fornecido pelo Gabinete da Nacionalidade do CNAI;
2. Realização de um teste diagnóstico sobre a nova Lei da Nacionalidade aos mediadores dos CLAI - dia 16 Fevereiro;
3. Realização de 3 acções de formação sobre a Nova lei da Nacionalidade para os mediadores dos CLAI:



Dia	Local	CLAI
22 Fev	Lisboa (CNAI)	Barreiro, Coruche, Moita, Montijo, Seixal, Sesimbra, JRS, ARESP, CRM, Loures (Carrefour, Sacavém, Apelação), Lusotemp, Queluz, Odivelas, Oeiras (Porto Salvo, Paço de Arcos, Carnaxide), Coruche, Alenquer, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Leiria, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Coimbra, Fundão, Mealhada, Portalegre (34)
28 Fev	Porto (CNAI)	Ponte da Barca, Viana do Castelo, Braga, Maia, Valongo, St M ^o da Feira, Aveiro, Amarante, Figueira Castelo Rodrigo, Macedo Cavaleiros, Vila Real, Viseu, Vouzela, Oliveira de Azeméis (14)
5 Mar	Lagos (Salão Nobre C. M. Lagos)	Beja, Évora, Moura, Vila Real Sto. António, Tavira, São Brás de Alportel, Faro, Silves, Sines, Portimão, Lagos (10)

4. Realização de um teste de avaliação final – dia 9 de Março.

b) Formação Inicial de Mediadores CLAI

No sentido de dar resposta às necessidades de formação dos mediadores que iniciaram este ano a sua actividade nos CLAI, realizou-se entre os dias 21 e 25 de Maio, no CNAI de Lisboa, uma Acção de Formação Inicial de Mediadores CLAI, com o seguinte programa:



Dia	Módulo
21	Acolhimento: ACIDI, CNAI, CLAI
	Atendimento
22	Atendimento
23	Imigração
24	Nacionalidade
25	Educação, Saúde, Reagrupamento Familiar
	Plataforma Comunidade CLAI /ferramentas informáticas

Esta acção de formação contou com a presença de 26 mediadores.

Como complemento, tiveram lugar um conjunto de formações práticas com a duração de 3 dias, realizadas no CNAI Lisboa e Porto, no Gabinete de Acolhimento e Triagem (senha B), avaliadas no final através de um teste escrito. Estas visaram aprofundar diversas questões abordadas na Acção de Formação Inicial:

- como se atende, acolhe e informa os utentes, sendo capaz de caracterizar a função de um mediador socio-cultural do CNAI ou CLAI;
- o enquadramento legal que envolve a temática da imigração, sendo capaz de responder/solucionar alguns casos práticos;
- a lei da nacionalidade, sendo capaz de responder/solucionar alguns casos práticos.

De Janeiro a Outubro de 2007 decorreram as seguintes acções de formação:

Mês	Nº Acções Formação	Nº Mediadores	Instituição / Parceiro CLAIL	Local do CLAIL
Janeiro	1 CNAI Lx	4	- Câmara Municipal de V. F. de Xira	- V. F. de Xira - V. F. de Xira – Póvoa de Sta. Iria - V. F. de Xira - Vialonga
Maio	2 CNAI Lx	2	- Câmara Municipal de V. F. de Xira - Câmara Municipal do Seixal	- V. F. de Xira – Arcena - Seixal
Setembro	1 CNAI Lx 1 CNAI Porto	3	- ADRAT - Fábrica da Igreja de Nª Sra. Da Conceição	- Chaves - Setúbal
Outubro	1 CNAI Lx 1 CNAI Porto	4	- INDE - Câmara Municipal da Trofa - Câmara Municipal de Sta. Maria da Feira	- Odemira - Trofa - Sta. Maria da Feira

c) Encontro Anual de Mediadores dos CLAIL

O Encontro Anual de Mediadores dos CLAIL realizou-se entre 1 e 3 de Outubro, em Leiria, contando com cerca de 100 participantes.

A vertente de formação, que consistiu um dos principais objectivos do Encontro, deu especial destaque à nova Lei da Imigração, tendo-se igualmente abordado outros 3 temas: Lei da Nacionalidade; Plano para a Integração de Imigrantes (PII); Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR).

4.4 Trabalho em Rede

Como o próprio nome indica, o trabalho em rede é um dos aspectos distintivos e uma das principais mais-valias da rede CLAIL. O ano de 2007 foi um ano de criação de alguns procedimentos e ferramentas que permitiram dinamizar e aprofundar o trabalho em rede entre os CLAIL e com o próprio CNAI.

4.4.1. Reuniões regionais

As reuniões regionais tiveram como objectivos:

- Aumentar o contacto directo entre os CLAIL regionalmente próximos;
- Aumentar o contacto directo e a proximidade entre a equipa de coordenação CLAIL e os CLAIL, bem como proporcionar aos primeiros um melhor conhecimento do terreno;
- Identificar sinergias e planear actividades concertadas a nível regional.

Em 2007 implementou-se a realização de reuniões regionais de trabalho entre a equipa de coordenação CLAIL e os CLAIL de cada região. Para tal, numa primeira fase, dividiu-se a rede CLAIL em grupos regionais, tendo-se depois realizado 18 reuniões ao longo do ano.

Mês	Região (os nomes são meramente identificativos)	Local da Reunião
Fevereiro	- Oeste	- Bombarral
Maio	- Lisboa - Litoral Centro	- Lisboa – Lumiar - Leiria
Julho	- Litoral Centro	- Nazaré
Setembro	- Norte-Norte - Alentejo	- Chaves - Évora



Novembro	- Ribatejo - Oeste - Algarve	- Alenquer - Lourinhã - V. R. Sto. António
Dezembro	- Margem Sul de Lisboa - Norte-Centro	- Sesimbra - Ermesinde

4.4.2. Planos e Relatórios de Actividades

Com o objectivo de consolidar o novo conceito CLAI – plataformas promotoras do acolhimento e integração dos imigrantes a nível local -, desde 2007 que cada CLAI é responsável por delinear e realizar o seu Plano de Actividades anual, bem como de reportar as suas actividades à equipa de coordenação CLAI mediante a entrega do respectivo Relatório de Actividades.

4.4.3. Plataforma Comunidade CLAI

Desde Maio de 2007 que os CLAI contam com uma intranet de apoio às suas actividades e de ligação a toda a rede (www.acidi.gov.pt/comclai). A Plataforma Comunidade CLAI é uma webpage de acesso restrito com os seguintes conteúdos:

- Destaques
- Acesso à Base de Dados de Atendimentos comum
- Planos e Relatórios de Actividades CLAI
- Centro de Recursos
- Formação
- Rede CLAI
- CNAI: Gabinetes e Serviços
- Calendário de Eventos (actividades da rede CLAI e de cada CLAI em particular)
- Contactos (equipa de coordenação e CLAI)
- Mapa de localização dos CLAI
- Links úteis



58

4.4.4. Ligação via Skype®

Este ano promoveu-se a ligação dos CLAI, bem como de vários gabinetes do CNAI ao programa Skype®, com o objectivo de facilitar a comunicação e a troca de informações em tempo útil. Diariamente, cerca de 30 CLAI e 5 gabinetes do CNAI encontram-se ligados através deste meio de comunicação.

4.4.5. Encontro Anual da Rede CLAI

O Encontro Anual da Rede CLAI, realizado entre 1 e 3 de Outubro, para além da vertente de formação anteriormente citada, teve como um dos seus principais objectivos, a Dinamização do trabalho em rede. Assim, para além da aproximação e do contacto entre o universo, cada vez maior, de mediadores CLAI, naturalmente proporcionado pelos 3 dias de trabalho conjunto, o programa do Encontro deste ano dedicou uma parte à divulgação de Boas Práticas CLAI, com a apresentação de 5 Boas Práticas por parte dos mediadores CLAI responsáveis pelas mesmas:

- Clube de Emprego – CLAI dos Açores (Ponta Delgada);
- Ponto Convívio – Ponto Imigrante Lusotemp;
- Ciclo Formativo “Formar para Integrar” – CLAI do Bombarral, CLAI do Cadaval, CLAI da Lourinhã, CLAI de Óbidos e NIAI de Peniche
- Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural – CLAI do Seixal
- Festival pela Igualdade – CLAI de Amarante

Também pela primeira vez, o Encontro Anual da Rede CLAI foi organizado de forma conjunta pelo ACIDI e por alguns CLAI da região de realização do encontro – CLAI de Leiria, CLAI de Alvaiázere e CLAI da Nazaré.

Ainda no âmbito do trabalho em rede, realizaram-se as seguintes reuniões entre o/os CLAI e entidades e instituições locais, com a mediação do ACIDI:

- Reunião SEF de Setúbal / CLAI do distrito de Setúbal - Março
- Reunião SEF de Coimbra / CLAI de Coimbra - Julho
- Reunião Câmara Municipal de Coimbra / CLAI de Coimbra - Julho
- Reunião Câmara Municipal de Leiria / CLAI de Leiria - Julho

4.5 Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem (CAMPO)

Em Dezembro de 2007, o ACIDI I.P. assinou um Protocolo de Cooperação com o Instituto Português de Apoio à Cooperação Portuguesa (IPAD) e a Associação dos Imigrantes nos Açores (AIPA) para implementação e funcionamento do Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem (CAMPO), na Cidade da Praia, em Cabo Verde, o qual irá ser inaugurado em Janeiro de 2008.

O CAMPO é um posto de atendimento e informação, que visa esclarecer o cidadão emigrante em matérias relacionadas com a sua permanência em território português. O emigrante ao partir, terá já um conhecimento do que vai encontrar no país de destino, traduzindo-se assim processo de pré-acolhimento.

À imagem dos CLAI, o CAMPO constitui um espaço de informação descentralizada à Migração, visando proporcionar respostas articuladas ao nível das necessidades. O objectivo principal é informar e ajudar a resolver os problemas e dúvidas que surgem, com eficácia e humanidade. Tal como os CLAI, o CAMPO existe para servir a população migrante, qualquer que seja a nacionalidade, religião ou etnia, procurando ajudar a encontrar respostas aos vários problemas que se lhes possam colocar.

O CAMPO visa, assim:

- Prestar informação sobre os requisitos necessários para residir regularmente em Portugal;
- Informar o cliente sobre os direitos e deveres no campo laboral;
- Proporcionar uma constante e eficaz partilha de informação entre o país de origem e o país de acolhimento;
- Proporcionar o pré-acolhimento;
- Interação com o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) e os Centro Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI).

A criação deste Centro de dimensão internacional em muito beneficiou do trabalho desenvolvido pelos CLAI, sendo que se privilegiará uma articulação estreita entre estes e o CAMPO.

4.6 Outras Actividades

a) Organização do Encontro “Integração de Proximidade – um Desafio para as Autarquias”

Como introdução ao Encontro Anual da Rede CLAI, no dia 1 de Outubro, em Leiria, realizou-se o Encontro “Integração de Proximidade – um Desafio para as Autarquias”, no qual se propôs introduzir a questão da integração de proximidade de cidadãos imigrantes e debater com os autarcas presentes o papel que as Autarquias têm e poderão vir a ter no futuro nesse capítulo. No Encontro estiveram presentes cerca de 100 autarcas e técnicos, representando cerca de 30 Autarquias. De salientar que o Encontro contou com a participação de 8 Presidentes de Câmara.

b) Pactos Territoriais para o Diálogo Intercultural

Como parceiro do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal, o ACIDI, através da equipa de coordenação CLAI, participou nas reuniões, assembleias gerais e algumas actividades promovidas no âmbito do mesmo.

No seguimento da Acção 3 do projecto EQUAL “Migrações e Desenvolvimento”, durante 2007 assinaram-se Protocolos de Cooperação para a criação de mais 2 Pactos Territoriais para o Diálogo Intercultural, um no Município de Sesimbra (Junho) e outro no Município do Barreiro (Outubro). Em ambos, o ACIDI é parceiro.



c) Colaboração com a OIM

Durante este ano, a Rede CLAll foi parceira da Organização Internacional das Migrações em alguns dos seus projectos, nomeadamente ao nível da divulgação e operacionalização desses projectos:

- Projecto SuRRRIA “Sustentação do Retorno – Rede de Informação e Aconselhamento” – para além do trabalho de divulgação e encaminhamento por parte dos CLAll, 3 CLAll são parceiros formais do projecto, funcionando como “entidades de aconselhamento”: CLAll de Braga, CLAll de Leiria e CLAll de Lisboa – Lumiar;
- Projecto IRRiCO “Informação sobre o Retorno e a Reintegração nos Países de Origem” - trabalho de divulgação e encaminhamento por parte dos CLAll;
- Projecto “Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal” – para além do apoio à divulgação deste projecto, vários CLAll e instituições parceiras a eles ligadas apresentaram boas práticas que vieram a fazer parte do mapa final.

d) Participação no projecto “Geração/Oportunidade”

Dando seguimento à participação do ACIDI na Parceria de Desenvolvimento do projecto EQUAL “Geração/Oportunidade” (bairro da Boba, Amadora) durante 2007, a equipa de coordenação CLAll participou nas reuniões da PD e, pontualmente, em actividades do projecto.

e) Avaliação externa OIM

Em Setembro de 2007 deu-se início à avaliação externa da rede CLAll, realizada pela Organização Internacional das Migrações. Até final de 2007, ficou definida a metodologia de avaliação e a amostra (10 CLAll), tendo sido realizados questionários a responsáveis, mediadores e clientes de 4 CLAll. Os resultados desta avaliação estarão disponíveis em Maio de 2008.

4.7 Actividades promovidas pelos CLAll

O novo conceito e missão CLAll – plataformas promotoras do acolhimento e integração dos imigrantes a nível local, com capacidade de interacção com estruturas locais, tendo como missão ir além da informação e apoiar o processo multivectorial de integração – implicou a consolidação de uma atitude pró-activa por parte dos CLAll.

Desde 2007 que cada CLAll é responsável por delinear e realizar o seu plano de actividades anual. Como resultado, este ano as actividades promovidas local e regionalmente pelos CLAll foram inúmeras e muito variadas, abrangendo um número muito elevado de cidadãos imigrantes e nacionais, sinal do dinamismo crescente da rede CLAll.

De acordo com os relatórios de actividades relativos a 2007 apresentados por cada CLAll, distinguem-se várias iniciativas a diferentes níveis:

a) Divulgação dos CLAll junto da população e instituições locais – distribuição de folhetos e cartazes; participação em eventos e feiras; publicação de notícias e divulgação na comunicação social local (rádio e imprensa escrita); criação de páginas internet; envio de mailings; reuniões com instituições locais; envios de postais de aniversário e de Natal.

b) Acções de sensibilização e promoção da temática do acolhimento e integração de imigrantes e do diálogo intercultural – organização e divulgação de conferências, workshops, acções de formação, tertúlias, debates, fóruns, festas interculturais, mostras de usos e costumes, caminhadas, projecções de filmes, espectáculos musicais e de dança, exposições, actividades desportivas, visitas a locais históricos.

c) Ligação com Associações de Imigrantes locais – divulgação e apoio das AI e suas actividades; realização de actividades conjuntas; aprofundamento das relações entre os CLAll e as AI; apoio técnico; incentivo e facilitação do processo de criação de novas AI; apoio no processo de reconhecimento de representatividade.



d) Promoção de parcerias com entidades e instituições locais (Juntas de Freguesia, SEF, Segurança Social, Centros de Emprego, Escolas, Centros de Saúde, Centros de Novas Oportunidades, IPSS, Rede Social) – embora estas parcerias sejam, na sua maioria, informais, existem já algumas parcerias formais (exº: parceria CLAll de Sta. Maria da Feira/SEF; parceria CLAll de Óbidos/Juntas de Freguesia do Concelho; parceria CLAll de Aveiro/Delegação de Aveiro da Ordem dos Advogados)

e) Fomento da aprendizagem da língua portuguesa – incentivo e apoio à aprendizagem e aperfeiçoamento da língua portuguesa, organizando e divulgando cursos ou encaminhando os imigrantes para cursos na região.

f) Facilitação no acesso à formação e informação – disponibilização de folhetos e brochuras informativas; acções de informação sobre a Lei da Nacionalidade e sobre a Lei da Imigração; disponibilização de acesso gratuito à internet; cursos de informática; cursos de inglês; aulas de russo e ucraniano; publicação de folhas informativas; serviços de aconselhamento jurídico.

f) Promoção do empreendedorismo imigrante e do acesso ao Emprego – ligação com as UNIVA locais; contactos com empresários locais; auxílio na elaboração de CV e na procura de emprego; sessões de esclarecimento e cursos sobre microcrédito e empreendedorismo; acompanhamento de pedidos de reconhecimento de habilitações literárias; divulgação de ofertas de trabalho; colaboração com empresas de trabalho temporário; encaminhamento para cursos de formação profissional.

g) Diagnóstico da população imigrante local e conhecimento das suas necessidades – colaboração em estudos académicos; apresentação pública de estudos; levantamento do número de imigrantes registados em várias entidades locais (Juntas de Freguesia, Centros de Saúde; Escolas; IEFP; SEF); aplicação de inquéritos aos utentes CLAll.

h) Deslocalização dos serviços prestados pelos CLAll – criação de pólos de atendimento descentralizados (exº: nas Juntas de Freguesia, por marcação); criação do conceito CLAll itinerante/migrante.

i) Outras actividades – serviços de mediação; serviços de enfermagem e apoio psicológico; apoio social; campanhas de sensibilização e prevenção de aspectos relacionados com a saúde.

Algumas destas actividades foram realizadas de forma concertada por grupos de CLAll, atingindo assim um âmbito regional.



5. Rede UNIVA Imigrante

A Rede UNIVA Imigrante resulta de uma parceria entre o IEFP e o ACIDI, partindo da constatação da necessidade de criar respostas ao nível do emprego e formação em locais onde elas não se verificam.

Esta Rede, objecto de Protocolo de Cooperação entre o ACDID e o IEFP assinado em 9 de Março de 2007, é constituída por 24 UNIVAS, espalhadas pelo território nacional, promovidas por entidades da sociedade civil e situadas em locais onde predomina a comunidade imigrante e seus descendentes. Destas, 21 UNIVA iniciaram a sua actividade em 2007, conforme o quadro seguinte.

Rede UNIVA Imigrante com actividade iniciada em 2007

UNIVA	Entidade Parceira/Promotora	Início de actividade
UNIVA PROACT/NAEE	Unidade de Investigação e Apoio Técnico ao Desenvolvimento Local, à Valorização do Ambiente e à Luta Contra a Exclusão Social (Lisboa)	12 de Março
UNIVA Progride	Talude, Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude (AMRT)	1 de Abril
UNIVA Geração Adolescer	Associação para a Integração Psico-social de Crianças e Jovens (Chelas)	2 de Abril
UNIVA Quinta da Serra	Associação Sócio Cultural da Quinta da Serra	2 de Abril
UNIVA Cada do Brasil de Lisboa	Casa do Brasil de Lisboa	2 de Abril
UNIVA Kcitar	Associação Jardins Escola João de Deus	14 de Abril
UNIVA Integrar	Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho	14 de Abril
UNIVA AACVF	Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira (Vila Franca de Xira)	15 de Abril
UNIVA Manteigadas	Cooperativa de Habitação e Construção Económica de Manteigadas (Setúbal)	16 de Abril
UNIVA JRS	Serviço Jesuíta aos Refugiados (Lisboa)	16 de Abril
UNIVA Salto para O Futuro	Inovinter, Pólo de Coimbra	17 de Abril
UNIVA Percurso Activo	Associação Luso Caboverdeana de Sintra (Mem Martins)	23 de Abril
UNIVA Espaço Jovem	Associação Espaço Jovem, Bairro de St.ª Filomena (Amadora)	30 de Abril
UNIVA Capela	Centro de Apoio aos Emigrantes do Leste e Amigos	2 de Maio
UNIVA Porto Chegada	Seiva, Associação ao Serviço da Vida (Porto)	2 de Maio
UNIVA Khapaz	Associação Cultural	4 de Maio
UNIVA Emprego em Alta	ISU, Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária	15 de Maio
UNIVA Amigrante	Associação de Apoio ao Cidadão Migrante (Leiria)	1 de Junho
UNIVA Futuro nas Tuas Mãos	Fábrica da Igreja da Nossa Senhora da Conceição (Setúbal)	4 de Junho
UNIVA Agueense	Agueense, Associação Guineense de Solidariedade Social (Chelas)	8 de Junho
UNIVA D.A.R. à Costa	União de Associações de Pais do Agrupamento Vertical das Escolas da Costa da Caparica	15 de Junho

As restantes três UNIVA foram formalizadas em 2007 mas apenas irão iniciar a sua actividade em 2008. São elas:

- UNIVA de Vila Real de Santo António, dinamizada pelo Núcleo da Cruz Vermelha de Vila Real de Santo António;
- UNIVA Alentejo Terra de Oportunidades (Beja), dinamizada pela Solidariedade Imigrante, Pólo de Beja;
- UNIVA UNIVERA (Aveiro), respeitante ao Centro Social e Paroquial Vera Cruz.



As UNIVAS da Rede Imigrante realizaram, em 2007, 9.070 atendimentos, com a disponibilização dos seguintes serviços:

Rede UNIVA Imigrante	Total
N.º de clientes	3.448
N.º de Atendimentos	9.070
N.º de Encaminhamentos para Emprego	3.982
N.º de Encaminhamentos para Formação	1.362
Outros Encaminhamentos	1.348
N.º de Colocações em Emprego	982
N.º de Colocações em Formação	507
N.º de Ofertas de Emprego	8.553
N.º de Ofertas de Formação	2.913
Totais	28.717

Nesta rede, todas as UNIVAS partilham uma mesma base de dados, onde se permite a partilha de informação interna e o encaminhamento do cliente para as ofertas de trabalho ou de formação disponíveis noutras zonas do país.

As actividades desenvolvidas pelas UNIVA são asseguradas por um animador, por principio com formação de nível superior, mas que, no caso da Rede UNIVA Imigrante, tem ainda que ter experiência no atendimento de imigrantes, sendo que alguns deles dominam a língua dos destinatários da UNIVA em causa quando necessário.

Estes profissionais passam por um período prévio de formação promovida pelo IEFP e pelo ACIDI, com a duração de 105 horas e que inclui um estágio de dois dias no Centro de Emprego afecto à UNIVA respectiva e nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante de Lisboa e Porto.

A acção de Formação Inicial de Animadores de UNIVA da Rede Imigrante, promovida pelo IEFP, teve lugar de 12 a 31 de Março de 2007, sob coordenação conjunta do IEFP e do ACIDI, I.P.

É competência destas UNIVA, entre outras actividades, a realização de acções de sensibilização, junto das entidades empregadores, com vista à promoção das potencialidades e mais-valias que a população imigrante apresenta. Cada Unidade tem uma dinâmica própria, em consonância com a localização geográfica e o tipo de população que as procura, com necessidades e dificuldades específicas.



III. Informar, comunicar e sensibilizar



Para a facilitação do acesso à informação como forma de garante do cumprimento de direitos e exercícios de deveres, o ACIDI, I.P. fez, ao longo de 2007, uma forte aposta numa política de informação e comunicação activas e eficazes. A informação, produzida pelo ACIDI e/ou em parceria com outras instituições, assumiu quer a forma de material informativo quer a presença em espaços televisivo e radiofónico, seguindo a política iniciada em Setembro de 2005.

1. Boletim Informativo (BI)

Com a periodicidade mensal, o Boletim Informativo (BI) integra um dos objectivos centrais do ACIDI I.P. – a dinamização de uma rede de informação activa e transversal a vários públicos – tendo sido alvo de reforço, em 2007, do seu suporte e, consequentemente, dos seus conteúdos.

Num tempo em que as questões sociais e, particularmente, a imigração se encontram, cada vez mais, na agenda do dia, o Boletim Informativo consolidou a sua componente informativa e formativa. Ao longo das suas últimas 10 edições, disponibilizou um vasto conjunto de informação: notícias da actualidade nacional e internacional, entrevistas, artigos de opinião, artigos aprofundados sobre tópicos relevantes, cobertura de eventos, sugestões de leitura (publicações), visualização (TV + *sites*) e audição (Rádio), bem como outra informação útil e de natureza prática.

O formato teve um acréscimo de quatro páginas, passando para um total de 20, mantendo-se a tiragem de 6.000 exemplares. De referir que, para além da edição impressa, é ainda possível obter o BI através do site do ACIDI IP, através da versão em *pdf* aí disponibilizada.

O BI (versão impressa) chegou a um conjunto de subscritores dos mais variados segmentos da sociedade portuguesa: Instituições governamentais, Associações de Imigrantes, Organizações Não Governamentais (ONG's), Académicos, Autarquias, Escolas, Polícias, Conselheiros do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), membros da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, (CICDR) Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes (CLAII), Rede UNIVA Imigrante, Comunicação Social, Sociedade Civil, entre muitos outros.



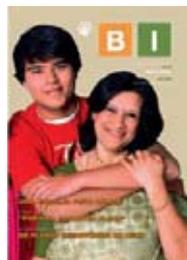
BI n.º46 – Janeiro/Fev. 2007



BI n.º47 – Março 2007



BI n.º48 – Abril 2007



BI n.º49 – Maio 2007



BI n.º50 – Junho 2007



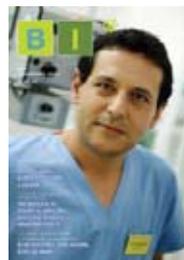
BI n.º51 – Julho/Agosto 2007



BI n.º52 – Setembro 2007



BI n.º53 – Outubro 2007



BI n.º54 – Novembro 2007



BI n.º55 – Dezembro 2007



2. Materiais Informativos diversos

2.1. Materiais Informativos produzidos pelo ACIDI, I.P.

Com o objectivo de disponibilizar informação útil e prática sobre questões de ordem legislativa, processual, bem como de índole preventiva sobre uma diversidade de matérias essenciais ao quotidiano dos imigrantes que residem em Portugal, o ACIDI, I.P. concebeu e publicou materiais informativos específicos, num formato de pergunta/resposta.

Desenvolvidos prioritariamente para imigrantes, a distribuição destes materiais efectuou-se, na sua grande maioria, através da rede nacional de informação ao imigrante (Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante e Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes), bem como por via de Associações de Imigrantes, ONG's, Autarquias e Serviços Públicos interessados na matéria.

❖ Kit "Nacionalidade"

Este conjunto de materiais disponibiliza informação útil e prática sobre a "Nova Lei da Nacionalidade", que entrou em vigor em Dezembro de 2006:

⇒ Brochura *Nacionalidade* (15.000 exemplares)



⇒ Cartaz "Tenho Direito à Nacionalidade Portuguesa?" – Sou maior



⇒ Cartaz “Tenho Direito à Nacionalidade Portuguesa?” – Sou menor



⇒ Desdobrável mix “Tenho Direito à Nacionalidade Portuguesa?” – Sou maior/menor



❖ Brochura “Imigração em Portugal – Informação Útil 2007” - reimpressão, mediante actualização, devida às alterações à “Nova Lei da Imigração” – em português (30.000 exemplares);



- ❖ Brochura “*Imigração em Portugal – Informação Útil 2007*” – em inglês e em russo – em fase de publicação

Esta brochura, concebida num formato pergunta-resposta, abrange as seguintes temáticas:

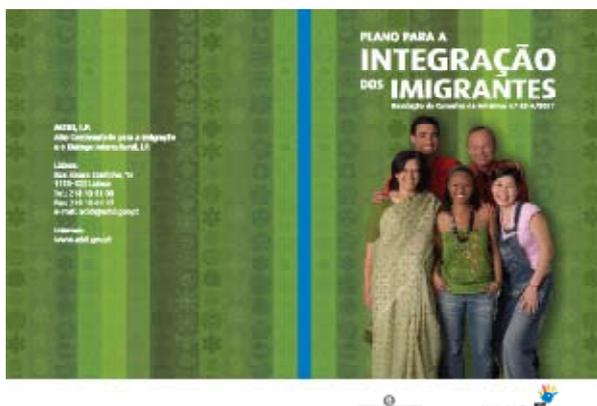
- ❖ *Enquadramento Legal da Imigração em Portugal;*
- ❖ *Acesso à Saúde;*
- ❖ *Acesso à Educação;*
- ❖ *Reagrupamento Familiar;*
- ❖ *Reconhecimento de Habilitações e Competências;*
- ❖ *Retorno Voluntário;*
- ❖ *Meios Jurídicos de Combate ao Racismo;*
- ❖ *Nacionalidade Portuguesa;*
- ❖ *Acesso à Segurança Social;*
- ❖ *Serviços ACIDI, I.P.”*

- ❖ Brochura “*Associativismo Imigrante*” (5.000 exemplares);

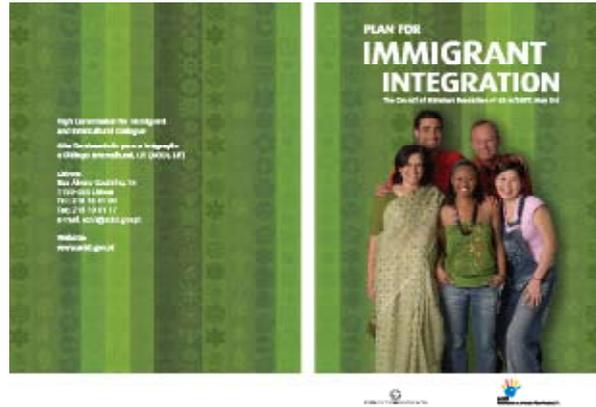


68

- ❖ Brochura “*Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)*” – em português (5.000 exemplares);



- ❖ Brochura “Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)” – em inglês (500 exemplares);



- ❖ Tríptico *Boas-Vindas CNAI - Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (Lisboa)* – em Português (5.000 exemplares);



- ❖ Tríptico *Boas-Vindas CNAI - Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (Lisboa)* – em Inglês (1.000 exemplares);



- ❖ Tríptico *Boas-Vindas CNAI - Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (Porto)* – em Inglês (2.500 exemplares);



- ❖ Díptico *“Cartão do Imigrante”* (5.000 exemplares);



2.2. Materiais informativos produzidos em parceria

Para além dos materiais informativos produzidos exclusivamente pelo ACIDI I.P., é de realçar a produção e distribuição de material informativo em parceria.

- ❖ Díptico *“Mapeamento de Boas Práticas em Portugal”* – parceria com a OIM e a FLAD (5.000 exemplares);



- ❖ Tríptico “*Aulas de Português para Estrangeiros*” – parceria entre o ACIDI, I.P. e o Centro S. Pedro Claver (5.000 exemplares);



- ❖ Tríptico “*Contra a Violência Doméstica*” – parceria entre o ACIDI, I.P e a Comissão para a Igualdade de Género (CIG) - (5.000 exemplares);



- ❖ Monofolha “*Dia de Acolhimento do Estudante Estrangeiro*” – em parceria com o Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, Centro S. Padre Claver, Associação de Estudantes Guineenses em Lisboa, Fórum Juventude e Estudantes Timorenses, Associação Académica de Lisboa, Associação de Estudantes Moçambicanos em Portugal e União de Estudantes Cabo-Verdianos em Lisboa (1.500 exemplares);

- ❖ Materiais promocionais (cartazes, flyers, programas) do Festival *Musidanças* – em parceria com a Organização do Festival (50+1.500+1.000)



2.3. Materiais promocionais de eventos e/ou temáticos

- ❖ Lançamento da *Rede Univa Imigrante*



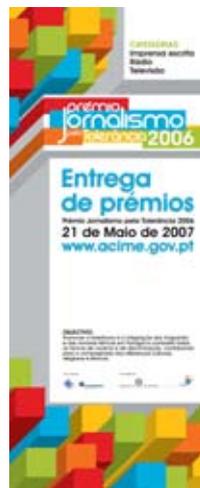
- ❖ Lançamento do *Cartão Imigrante*



- ❖ Por ocasião da *Assinatura de Protocolos de Apoio às Associações de Imigrantes*



- ❖ Cerimónia de entrega do *Prémio de Jornalismo pela Tolerância 2006*



- ❖ Lançamento da colecção *Portugal Intercultural*;



- ❖ Lançamento do logótipo do *Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*



- ❖ Representativo do trabalho desenvolvido pelo *Observatório da Imigração (OI)*



- ❖ Promocional da *Semana da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento*



- ❖ Lançamento do *site* juvenil *Entrekulturas*



- ❖ Lançamento da colecção *Comunidades – “Imigração Brasileira em Portugal”*



- ❖ Lançamento da *Revista Migrações*



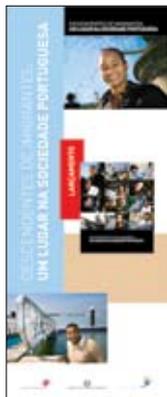
- ❖ Representativo da *Rede de Centros Locais de Apoio ao Imigrante – Rede de CLAII's* – presente em todo o país



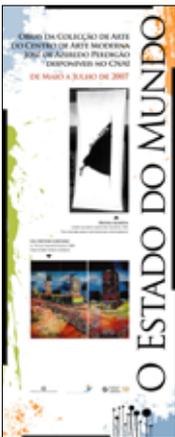
- ❖ Representativo/promocional da marca (logótipo) do *ACIDI, I.P.*



- ❖ Lançamento da publicação – *Descendentes de Imigrantes – um lugar na sociedade portuguesa*

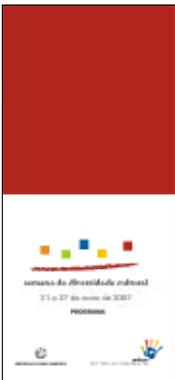


- ❖ Lançamento da exposição *O Estado do Mundo* – em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian



2.4. Outros Materiais

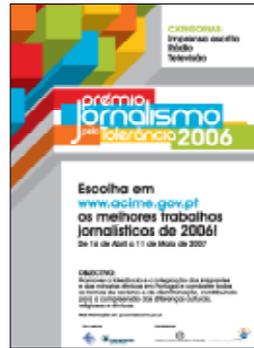
- ❖ Desdobrável *Semana da Diversidade Cultural, para o Diálogo e o Desenvolvimento* (2.000 exemplares)



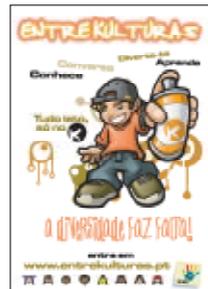
- ❖ Brochura *“44 Ideias Simples para Promover a Tolerância e celebrar a Diversidade”* – (60.000 exemplares)



- ❖ Cartaz promocional “Prémio Jornalismo pela Tolerância 2006” (500 exemplares)



- ❖ Cartaz promocional do site K (site juvenil) – www.entrekulturas.pt (5.000 exemplares)



- ❖ Postal de lançamento do logótipo “Ano Europeu para o Diálogo Intercultural” (1.000 exemplares)



- ❖ Postal de Natal – em versão impressa e electrónica (1.150 exemplares);



Em fase de publicação:

- *Anuário da Imigração*

Em fase de implementação:

Campanha promocional do Serviço de Tradução Telefónico + Linha SOS Imigrante, integrando:

- Marcador;

- Poster;

3. Site ACIDI



www.acidi.gov.pt

A Lei Orgânica n.º 167/2007, de 3 de Maio, mediante a qual o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas se transformou em Instituto Público, passando a designar-se por Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.) levou à alteração do endereço do site (www.acidi.gov.pt) e à necessária adaptação dos conteúdos.

Com o objectivo de manter o público informado acerca das questões da imigração e minorias étnicas, o site do ACIDI, I.P. constitui simultaneamente um veículo/canal noticioso, formativo e difusor de informação útil e prática a um público vasto e heterogéneo.

Para além da alteração do endereço do site, 2007 traduziu-se igualmente pela criação de novos sites sectoriais do ACIDI, I.P., conferindo ao site institucional o carácter de portal com diferentes ligações para diferentes sites/canais. Assim, a partir do portal do ACIDI é possível aceder aos seguintes sites sectoriais:

- ❖ www.emtrekulturas.gov.pt (site de formação intercultural);
- ❖ www.entrekulturas.gov.pt (site juvenil de educação para a interculturalidade);
- ❖ www.ciga-nos.pt (site sobre a Comunidade Cigana em Portugal);
- ❖ www.cicdr.pt (site da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial);
- ❖ www.oi.acidi.gov.pt (site do Observatório da Imigração);
- ❖ www.programaescolhas.gov.pt (site do Programa Escolhas).

Esta heterogeneidade de destinatários traduz-se num conjunto de conteúdos substancialmente diferentes, seja em termos de formato, género ou periodicidade/actualidade.

Em www.acidi.gov.pt são disponibilizados conteúdos de natureza institucional, informativa, promocional, interactiva, bem como notícias da actualidade. São, igualmente, divulgados eventos de carácter institucional e/ou em parceria, bem como outros eventos de interesse manifesto. Como grande novidade do ano 2007 o *site* passou a disponibilizar uma área de vídeos com reportagens efectuadas pelo programa de televisão “NÓS” e algumas peças informativas sobre assuntos relacionados com o ACIDI, I.P.

Esta diversidade está patente também ao nível da periodicidade de conteúdos: conteúdos mais efémeros, dependentes da ordem do dia/agenda e conteúdos mais estáticos e que podem ser sempre acedidos/visualizados numa perspectiva diacrónica – via localização, via arquivo ordenado por data ou por título.

Do mesmo modo e indo ao encontro das necessidades de linguagem de um *target* tão diversificado como é o público do ACIDI, I.P. – sejam os próprios imigrantes, as associações de imigrantes, ONG’s, entidades patronais, investigadores, decisores políticos, ou a sociedade civil directa ou indirectamente implicada nestas questões – o *site* do ACIDI, I.P. está disponível em três diferentes línguas: português, inglês e russo.

A primeira versão do *site* foi desenvolvida em Outubro de 2002, com recursos internos da equipa do ACIDI, I.P. tendo vindo a crescer desde então, adaptando-se às necessidades informativas e de divulgação que foram sendo sentidas ao longo do tempo. Este crescimento levou o ACIDI, I.P. a optar pela contratação, em *outsourcing*, do serviço de gestão de conteúdos do *site* de forma a poder dar resposta atempada às exigências de manutenção não só do portal como dos diversos *sites* associados.

3.1. Conteúdos

O *site* encontra-se estruturado sob a forma de blocos temáticos integrando categorias e sub-categorias interactivas, com acesso directo na *homepage* do *site*, organizados do seguinte modo:

3.1.1. Blocos Permanentes

- Notícias

O *site* apresenta uma área de notícias sobre imigração e minorias étnicas, actualizada diariamente. Nesse espaço são referenciados também alguns destaques referentes às actividades do ACIDI, I.P. e outras actividades de elevado interesse, tanto a nível nacional como internacional. Divulgam-se, ainda, algumas informações úteis, concursos públicos, etc.

- Programa Nós

Bloco dedicado à apresentação e divulgação do programa televisivo “Nós”, transmitido na RTP 2, da responsabilidade do ACIDI, I.P.

- Perguntas frequentes

Espaço para as respostas às perguntas colocadas mais frequentemente no âmbito da problemática da imigração e minorias étnicas. Trata-se da área que condensa a informação mais útil e importante para a população imigrante em Portugal, numa abordagem simples e directa.

Neste campo é ainda possível aos visitantes a colocação de perguntas, em caso de o *site* não responder às suas dúvidas. Os pedidos de informação complementar são encaminhados e respondidos pela Linha SOS Imigrante.



- Associações de Imigrantes

Este espaço é dedicado à divulgação de informação referente às actividades e trabalho desenvolvido por associações de imigrantes. Os visitantes do *site* podem encontrar, também neste campo, informação acerca do processo de reconhecimento de Associações pelo ACIDI I.P. e respectiva concessão de apoios.

Com o objectivo de estimular a interactividade do *site*, o ACIDI, I.P. disponibiliza ainda neste a possibilidade do próprio utilizador enviar propostas de notícias e/ou informações relativas às actividades de associações de imigrantes. Muitos representantes de associações recorrem a este serviço para divulgarem eventos, iniciativas, novidades e outra informação importante para a divulgação do trabalho desenvolvido.

- Observatório de Imigração

O *site* www.acidi.gov.pt tem uma ligação directa ao *site* do Observatório de Imigração – www.oi.acidi.gov.pt. Para além deste *link*, o utilizador pode, neste bloco, aceder às 3 notícias mais recentes do *site* do Observatório.

- Comunidade Cigana

Bloco dedicado à comunidade cigana, onde é possível encontrar informação sobre esta matéria, assim como uma ligação directa ao *site* www.ciga-nos.pt, um *site* desenvolvido pelo Gabinete de Apoio à Comunidade Cigana.

- Legislação

Área onde pode ser consultada toda a legislação relacionada com a temática da imigração. Neste espaço é disponibilizada tanto a Legislação Portuguesa (onde se destaca a nova Lei da Imigração), como Legislação da União Europeia e Legislação Internacional (Não Europeia).

- CNAI

Este bloco foi pensado para dar a conhecer o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante – presente em Lisboa e no Porto - uma “*one-stop-shop*” que reúne diversas instituições num único local, permitindo ao cidadão imigrante resolver diversos assuntos numa única deslocação.

- Entreculturas

Concebido para divulgar o trabalho desenvolvido pela equipa de Educação/Formação do ACIDI, I.P. - o Entreculturas - este espaço tem como objectivo prioritário sensibilizar a opinião pública para a riqueza da interculturalidade, colocando a sua tónica na disponibilização e monitorização de conteúdos e materiais didácticos específicos ao nível da educação intercultural. Toda esta temática é aprofundada em dois *sites* promovidos pela equipa de Educação/Formação: o www.entreculturas.pt e o www.entrekulturas.pt, este último para crianças e jovens. É também neste bloco que se disponibiliza informação sobre o ensino de português para estrangeiros.

- Assessoria de Imprensa

Bloco concebido com o objectivo de responder às necessidades específicas de informação dos *media* em Portugal, consistindo numa fonte de comunicação privilegiada entre o ACIDI, I.P. e os Jornalistas. Neste espaço são disponibilizados conteúdos oficiais e institucionais relevantes para a abordagem do tema da imigração e minorias étnicas em Portugal.

- Publicações

Neste espaço o utilizador tem a possibilidade de se actualizar e aceder na íntegra às mais recentes publicações editadas pelo ACIDI, I.P. As publicações são disponibilizadas em formato electrónico (documentos PDF com apresentação gráfica idêntica à versão impressa).



- Em Revista

Neste bloco é disponibilizado o número actual do Boletim Informativo mensal do ACIDI, I.P., com destaque para os temas-chave abordados, mas igualmente com ligação a todos os números anteriores.

- Documentação

Neste domínio são enunciados os requisitos necessários à prossecução de determinados fins: obtenção de vistos, autorizações, pareceres, bem como disponibilizados formulários e minutas úteis para os respectivos processos.

Combate ao Racismo

Bloco de informação concreta sobre o trabalho desenvolvido pelo ACIDI, I.P. em matéria de combate ao racismo, xenofobia e discriminação racial. Neste bloco é também disponibilizada a ligação directa para o site da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, www.cicdr.pt.

- Directório de Ligações

Numa perspectiva transversal e visando poder complementar a máxima quantidade e qualidade de informações e serviços úteis disponíveis sobre e para imigrantes e minorias étnicas, a nível nacional e internacional, o *site* ACIDI, I.P. disponibiliza um vasto directório de ligações úteis.

- Guia Gastronómico

Módulo que comporta um guia gastronómico “Sabores do Mundo”, com dezenas de referências a receitas tradicionais de diferentes culturas presentes em Portugal, bem como centenas de contactos de restaurantes étnicos em Lisboa e no Porto, reflexo da diversidade intercultural cada vez mais presente entre nós. Permite ainda a participação dos utilizadores através do envio de receitas e conseqüente enriquecimento do guia.

- ACIDI TV

Este bloco – novidade de 2007 – apresenta um conjunto diversificado de vídeos integrando informação útil e prática, informação institucional, cobertura de eventos, histórias de vida, receitas gastronómicas, entre outros conteúdos, sendo expectável o seu alargamento a curto prazo.

3.1.2. Blocos Periódicos

Com o objectivo de dar a conhecer e chamar a atenção do utilizador tanto para determinados temas-chave da actualidade, como para novidades, sejam elas em termos de novos serviços, novos procedimentos ou mesmo de eventos relevantes neste domínio, o *site* do ACIDI, I.P. disponibiliza blocos de informação útil e interactiva, de periodicidade variável.

No decurso do último ano estiveram presentes vários blocos de informação periódica:

- Nacionalidade

Disponibilizado aquando da entrada em vigor da nova Lei da Nacionalidade, este bloco constituiu-se por um guia interactivo (em *flash*) destina-se à consulta das possibilidades de aquisição/atribuição da nacionalidade portuguesa, com base no estado actual dos potenciais interessados.

- Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII)



De carácter essencialmente informativo, este bloco foi concebido para dar a conhecer o conceito de Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) e promover a rede nacional de Centros presente em todo o território continental e ilhas. Neste bloco os visitantes podem encontrar os contactos e respectiva localização dos diferentes CLAI's.

- Plano para a Integração de Imigrantes (PII)

Bloco destinado à apresentação do Plano para a Integração dos Imigrantes (PII), aprovado em Resolução do Conselho de Ministros a 8 de Março de 2007 e com a duração de 3 anos.

- Estudar em Portugal

Espaço concebido para dar as boas vindas e recomendações úteis a potenciais estudantes estrangeiros em Portugal, com informação estruturada em e fases distintas: antes de sair dos país de origem, aquando da chegada a Portugal e no pós-chegada, na procura de resposta em caso de dúvidas.

3.2. Funcionalidades

Desde a sua criação em 2002, o *site* tem vindo a aumentar e diversificar o número de temáticas apresentadas, através de novos blocos informativos, bem como das funcionalidades disponíveis para os utilizadores.

Para além de se procurar introduzir algumas dessas funcionalidades em páginas de conteúdo, com vista a imprimir uma maior dinâmica à utilização (ex: possibilidade de enviar comentários a artigos, participação em sondagens relacionadas com artigos, consulta de conceitos na forma de glossário, etc.) e contribuir para uma maior interligação entre matérias (diversas hiperligações internas e externas), procurou-se ainda criar módulos que destacassem algumas funcionalidades úteis:

- ACIDI

Este bloco procura ser uma fonte privilegiada de informação institucional (Missão, Competências) do ACIDI. O utilizador poderá ter acesso à mensagem de boas-vindas do Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, bem como à definição e composição do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) e da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR).

- Registe-se / Login

Neste espaço o utilizador poderá efectuar de forma simples e rápida o seu registo no *site* do ACIDI, I.P., permitindo-lhe, a partir desse momento, propor notícias, divulgar eventos, enviar as suas opiniões, críticas ou sugestões.

- Eventos

Acesso aos eventos mais relevantes organizados em matéria de imigração e minorias étnicas, tanto pelo ACIDI como por instituições terceiras.

- Contactos

Neste espaço é possível ter acesso a um compacto de contactos úteis em matéria de imigração e minorias étnicas, sejam contactos do ACIDI, CNAI, CLAI, Associações de Imigrantes, ONG's, Embaixadas e Consulados em Portugal, Instituições Públicas, Comunidade Cigana, Sindicatos, Saúde e Outros Contactos.

- Mapa do *Site*



Aqui o utilizador encontra um mapa detalhado do *site* ACIDI com a descrição dos conteúdos nos diversos níveis.

- Pesquisa

Possibilidade de efectuar pesquisas em todas as páginas do *site*, artigos publicados, *weblinks*, *downloads*, permitindo estruturar a pesquisa em torno de um tema, categoria, ou data específica.

- Agenda

Divulgação diária de eventos relacionados com a temática da imigração e diálogo intercultural, assim como sugestões culturais com conteúdos multiculturais.

A exposição dos eventos é realizada na forma de um calendário, através do qual os eventos surgem categorizados pelo tema a que estão sujeitos. Na *homepage* são destacados os eventos do dia, de maior relevo.

- Newsletter

O *site* permite a subscrição de uma *newsletter* electrónica, de carácter semanal, que apresenta um resumo das principais actualidades no âmbito da imigração e minorias étnicas, bem como das actividades promovidas pelo ACIDI, I.P.

- Sítio ACIDI, I.P.

Este módulo permite aos utilizadores promover o *site* do ACIDI, I.P. junto dos seus contactos, enviar as suas críticas e sugestões, configurar este *site* como a página de abertura do seu Internet Explorer ou anexá-lo à sua pasta de 'Favoritos'.

- Salas ACIDI, I.P.

Funcionalidade criada com o objectivo de incrementar e facilitar a comunicação interna entre os diversos projectos do ACIDI, I.P. espalhados por todo o país. Trata-se de um espaço de diálogo instantâneo, para uso profissional, que visa aproximar mediadores de CLAI's, dos CNAI's, Linha SOS Imigrante e da equipa ACIDI em Lisboa e no Porto. Disponível apenas para membros dos projectos ACIDI registados.

- Banner

A *homepage* do ACIDI apresenta continuamente diversos *banners* animados alusivos aos diversos projectos implementados pelo ACIDI, I.P. Um dos principais objectivos do recurso a estes *banners* (que variam a cada ida à *homepage*) é dar mais visibilidade a páginas com informação útil que, por força das circunstâncias, se encontram num segundo nível na estrutura do *site* (sob o tópico "Projectos ACIDI").

- Selecção de Língua

O *site* do ACIDI está ainda disponível (em versão mais reduzida que contempla informação institucional e útil de uma forma objectiva e sucinta) nas línguas russa e inglesa, podendo a escolha de língua ser realizada no topo direito da página inicial.

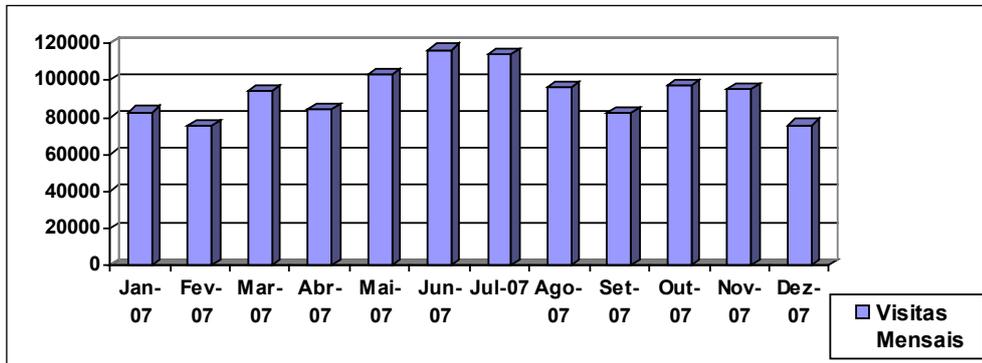
3.3. Estatísticas

Com a excepção do mês de Fevereiro, a frequência mensal de visitas ao *site* do ACIDI, I.P., manteve-se acima dos 80.000 visitantes, atingindo o seu pico, com mais de 116.000 visitantes, no mês de Junho. Isto significa mais de 50% de crescimento nas visitas ao *site* no ano 2007.



Data	Média Visitantes/Dia	Média Visitantes/Mês
Jan. 2007	2.677	82.987
Dez. 2007	2.451	76.009

Na análise mensal do número de visitantes pode observar-se a evolução registada:



Mês	Visitantes
Jan. 07	82.987
Fev. 07	75.336
Mar. 07	94.013
Abr. 07	84.648
Mai. 07	103.557
Jun. 07	116.340
Jul. 07	114.299
Ago. 07	95.986
Set. 07	82.569
Out. 07	97.035
Nov. 07	95.185
Dez. 07	76.009
Total	1.105.181



Registe-se também que, durante 2007, o *site* teve 4.090.604 visualizações.

3.4. Gestão do site

A Plataforma de Gestão de Conteúdos usada é a Plataforma “PHP-NUKE” (<http://www.phpnuke.org>), com a concepção e gestão do *site* totalmente interna, de baixo custo e alta *performance*. Esta opção garante a permanente actualização de conteúdos pela gestora do *site*, correspondendo ao modelo mais moderno de integração de *software* livre na Administração Pública.

3.5. Acessibilidade na Internet

No cumprimento das determinações da RCM 155/2007, o ACIDI procedeu à alteração/actualização das suas presenças na Internet, de modo a compatibilizá-las com as regras de acessibilidade de informação definidas.

Com base na informação e ferramenta disponibilizadas em www.acessibilidade.gov.pt, em 27 de Dezembro de 2007, os sites da Internet da responsabilidade do ACIDI (www.acidi.gov.pt; www.oi.acidi.gov.pt; www.cicdr.pt; www.entreculturas.pt; www.entrekulturas.pt; www.programaescolhas.pt; www.ciga-nos.pt) cumprem as normas de acessibilidade requeridas.

4. Programa Nós – RTP 2

No seu 3.º ano de existência, o Programa “Nós” prossegue como um *magazine* televisivo semanal com uma hora de duração, reflectindo uma aposta numa sociedade plural, sem exclusões e onde o “nós” se apresenta como intercultural e harmonioso.

Se em 2006 O “Nós” se consolidou como espaço televisivo privilegiado que reflecte com qualidade e pluralidade a riqueza multicultural de Portugal, durante 2007 o programa conseguiu estabilizar a sua equipa e consolidar a sua rede de comunicação directa com Associações de Imigrantes, ONG, entidades governamentais, agentes culturais e outros agentes da sociedade relacionados com a imigração.

Verificou-se um acréscimo, tanto qualitativo como quantitativo, do *feedback* dos telespectadores (obtido via correio electrónico), tendo muitas das histórias apresentadas no programa resultado das sugestões recebidas.

O programa continuou a ser emitido ao Domingo, entre as 10h00 e as 11h00, na RTP2, com repetição em 5 blocos diários na RTP1, de 20 minutos de 2ª a 6ª feira, das 6h00 às 6h20. A partir de Dezembro, foram solicitados pela RTP1 não 20 mas sim 25 minutos para as repetições diárias, o que permitiu uma melhor exposição.

O programa também continuou a ser repetido, na sua versão completa, em diversos horários na RTP Internacional e RTP África.

Quantidade	Produção	Emissão
52	Programas semanais de 1 hora de duração	RTP2
260	Repetições diárias de 20 minutos	RTP1

Em Portugal, as audiências do programa mantiveram-se nos níveis mais altos da RTP2 confirmando assim a adesão dos telespectadores.

O “Nós”, na sua qualidade de ponte de informação com a sociedade civil, produziu reportagens em colaboração com as associações de imigrantes, entrevistou personalidades chave relacionadas com o tema da imigração e divulgou informação importante, proveniente de várias entidades, para os imigrantes.

De igual modo, ao cumprir a sua missão de promover a integração dos imigrantes na nossa sociedade e valorizar a riqueza da diversidade cultural, o “Nós” continuou com a produção de uma série de reportagens de aproximação às diferentes culturas através da sua música, gastronomia, cultura e sobretudo das histórias de vida daqueles que escolheram Portugal para viver e dos que aqui os souberam acolher.

Preparou, ainda, programas temáticos especiais para aprofundar áreas importantes para os imigrantes: habitação, trabalho, saúde, família, religião, educação, entre outros.

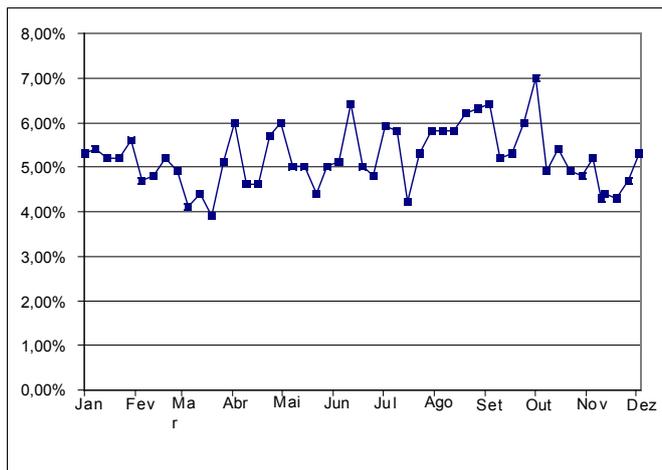


4.1. Audiências

A estabilidade no horário do programa (Domingos às 10h00) manteve a fidelização dos telespectadores que se reflecte na consistência das audiências. As audiências mantiveram-se num óptimo nível que faz do “Nós” o programa mais visto entre os programas parceiros da sociedade civil emitidos na RTP2.

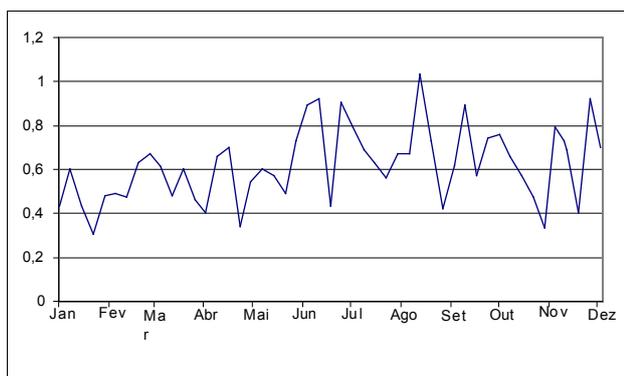
Em Outubro, o programa alcançou o registo mais alto de sempre em termos de *share* (distribuição da audiência entre as emissoras) com 7,0%. De realçar que a média do *share* do canal registada durante este ano de 2007 foi de 5,21% , conforme mostra o gráfico seguinte.

Share Canal (%)



Em termos de *rating*, (número de domicílios ou pessoas expostas ao programa em um dado momento), o programa manteve 0.6% de audiência média, à qual corresponde cerca 60.100 telespectadores em cada emissão.

Rating (Centenas de Milhares de pessoas)



4.2. Um espaço para todos

As Associações de Imigrantes (AI) continuaram a participar activamente nos conteúdos do programa, sugerindo reportagens, entrevistas e a cobertura de eventos por elas organizados. Para além de uma “fonte de informação” privilegiada deste programa, as AI consistiram em agentes activos para a sua produção fornecendo contactos e acompanhando algumas filmagens.

Não só os telespectadores imigrantes ofereceram muitas das suas histórias de vida para produzir reportagens emitidas no programa, como contribuíram com novas ideias que gostariam de ver no programa. O conhecimento do programa e da sua temática também se revelou maior aquando da realização de reportagens ou entrevistas no terreno.

O desenvolvimento crítico e de fidelidade dos telespectadores foi positivamente avaliado com o aumento do número de mensagens de correio electrónico e dos contactos telefónicos recebidos.

4.3. Conteúdos

Para os 52 programas, produzidos entre Janeiro e Dezembro de 2007, o “Nós” realizou 316 reportagens, 56 entrevistas em estúdio, 96 consultórios (resposta e explicação a perguntas e dúvidas frequentes dos imigrantes), 68 *Spots* e gráficos informativos e 46 agendas multiculturais.

Em suma, num total de 52 horas de emissão foram produzidos os seguintes conteúdos:

N.º	Conteúdos
286	Reportagens (cultura, música, histórias de vida, Associações, Gastronomia, Desporto, etc.)
56	Entrevistas em estúdio
32	Peças sobre eventos, <i>workshops</i> , congressos, colóquios, lançamentos, entre outras iniciativas do ACIDI
44	Peças do Programa Escolhas
37	Spots e gráficos informativos
54	Noticias sobre eventos relevantes
46	Agendas Multiculturais



Entrevistas



Agenda Multicultural



Reportagem Desporto



Programa Escolhas “O Melhor do meu bairro”



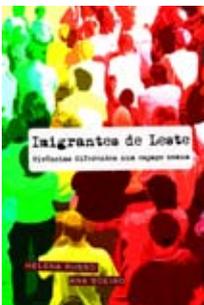
Programa Escolhas “Projecto da Semana”



4.4. Divulgação de iniciativas

A este nível, o “Nós” contou semanalmente com o envio de sinopse aos meios de divulgação e entidades interessados na matéria, paralelamente à disponibilização de alguns conteúdos nos sites do ACIDI e do Programa Escolhas.

O programa consolidou-se em 2007 como um meio de divulgação para outros agentes dedicados à imigração, tendo sido solicitado em termos de divulgação e visibilidade. De entre os apoios disponibilizados destacam-se os seguintes:



❖ Livro “Imigrantes de Leste”

Após solicitação de apoio para a sua divulgação pelas próprias autoras, estas foram entrevistadas no Programa, possibilitando assim a divulgação do estudo.



Africa Festival

Com a sua 3.ª edição em 2007, este Festival consolidou-se como espaço por excelência da cultura Africana em Portugal, tendo sido alvo de divulgação no programa com a realização de uma reportagem sobre o evento e ainda uma peça sobre a organizadora angolana, Paula Nascimento.



❖ Festival Musidanças

Na continuidade do apoio dado pelo ACIDI I.P. ao Festival Musidanças, foram entrevistados os organizadores em estúdio, divulgada a programação e feita uma reportagem sobre o acontecido. O apoio concedido pelo ACIDI deu-se, igualmente, ao nível da divulgação nos outros canais internos e da produção de materiais promocionais (???)€).



❖ “Mundo Global”

O projecto da Câmara Municipal de Beja “Made in China” inaugurou a iniciativa que, durante 8 dias, levou a cultura Chinesa àquela cidade. Os organizadores foram entrevistados no programa, tendo igualmente sido realizadas reportagens sobre os Chineses residentes naquela área geográfica, para além de uma mostra fotográfica sobre a China.



❖ Lisboa Mistura

Foi divulgado na Agenda Multicultural e realizada uma reportagem sobre o “Lisboa Mistura”, um Festival que reúne sons da cidade, fazendo pontes com as artes e vivências, reflexo da contemporaneidade criativa, fruto de uma mistura inevitável feita de cada cultura e de cada um de nós.

4.5. Rentabilização dos conteúdos do programa

Durante 2007 continuou a rentabilizar-se o investimento feito no programa, sendo de realçar as seguintes acções:

1. A partir de Setembro, o Programa Escolhas passou a ter um espaço fixo, no qual se garante a inserção de conteúdos pertinentes bem como a presença da maioria dos projectos. A par desta novidade, as reportagens produzidas em cada semana são inseridas no site www.programaescolhas.pt, proporcionando assim uma maior visibilidade
2. Foi realizada uma reportagem especial sobre jovens e Habitação sob a coordenação do programa Escolhas, transmitida num programa especial sobre o tema. Esta reportagem foi ainda utilizada durante a apresentação num Congresso.
3. Continuou a disponibilização do material auditivo do programa para a realização do programa de rádio “Gente de Nós”, emitido na TSF, tendo igualmente sido efectuada uma reportagem sobre este espaço na Rádio e produzidos *spots* de divulgação.
4. Foi feita a emissão de fragmentos de documentários e vídeos apoiados pelo ACIDI com vista à sua maior divulgação: 2 documentários sobre “Hip Hop”, Documentário Programa Escolhas”, entre outros.
5. Disponibilização de cópias do programa para divulgação na rede de canais internos do Grupo Português de Saúde



4.6. Protocolo com a RTP

Foi feita a renovação, por mais um ano, do Protocolo celebrado com a RTP com vista à manutenção do apoio daquela estação à continuidade do Programa, ficando responsável por metade dos custos relativos à sua produção. Foi, ainda alvo de renovação o contrato celebrado entre a RTP e a PANAVIDEO tendo como objecto o fornecimento dos meios técnicos.

A PANAVIDEO deixou, todavia, de produzir os conteúdos do Programa “Nós”, ficando essa responsabilidade afectada, a partir de Agosto de 2007, a uma Equipa constituída por 3 jornalistas com experiência no programa e na área de Imigração – duas delas de origem imigrante. Como Produtora encontra-se destacada a Assessora de Comunicação do ACIDI, I.P., que supervisionava, anteriormente, o programa. Com esta medida consolidou-se a equipa e assegurou-se a produção de conteúdos.

5. Programa de Rádio “Gente como Nós”



O ACIDI, I.P., reconhecendo a importância da comunicação directa e eficaz da rádio, renovou a sua parceria com uma das rádios não só mais ouvidas como mais prestigiadas ao nível informativo em Portugal: a TSF. Desta parceria, garantida através de protocolo, resulta a continuidade do programa “*Gente como nós*”, no ar desde Outubro de 2006.

Durante 2007 foram produzidas 38 emissões do programa “*Gente como Nós*”, pela empresa PGM. Este programa, de vinte minutos semanais baseados em conteúdos do programa televisivo “Nós”, é enriquecido para a linguagem radiofónica pelo jornalista Carlos Raleiras.

Estas emissões continuaram a ser produzidas com qualidade, tendo conseguido tal destaque que lhes valeu alguns segmentos de 5 minutos repetidos durante a semana, aquando da disponibilidade da grelha da TSF.

Em reunião de balanço realizada em Setembro de 2007 entre o ACIDI, a TSF e a PGM, concluiu-se ser vantajoso manter a parceria entre as três instituições, reforçando-se ainda mais a sua mais-valia no ano 2008 – Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

O horário do programa foi melhorado a partir de Novembro de 2007, passando das 13h35 para as 13h10, logo a seguir ao noticiário da tarde de Domingo. O programa pode igualmente ser ouvido na sua emissão *online*, em: <http://tsf.pt/>

Integrado na sua Campanha de comunicação, a rádio TSF decidiu incluir na sua nova grelha o programa “*Gente como Nós*” (<http://www.tsf.pt/online/radio/index.asp?pagina=Grelha>) para dar a conhecer as comunidades imigrantes que vivem e trabalham em Portugal. Enquadrado na temática “Pessoas”, o programa “*Gente como Nós*”, pretende retratar as histórias de vida dos imigrantes que residem e trabalham em Portugal, dando a conhecer quem são, o que fazem e como vivem.

Esta emissão semanal, procura ser uma janela aberta para a multiculturalidade e riqueza das comunidades que vivem e trabalham em Portugal, sensibilizando desta forma a opinião pública para as questões da imigração e do acolhimento.

Para além de “histórias de vida”, “*Gente como Nós*” inclui ainda informação útil para os imigrantes em Portugal.

6. Sensibilização da opinião pública para o acolhimento, integração e tolerância

6.1. Prémio “Jornalismo pela Tolerância” 2006

O Prémio consiste num concurso anual para jornalistas de todos os sectores da comunicação social e tem como principal objectivo reforçar a importância da tolerância e da defesa dos direitos humanos nas comunidades imigrantes e minorias étnicas, na sua expressão mediática.

Pretende, assim, recompensar os profissionais da Comunicação Social e os seus trabalhos, promovendo padrões de referência sobre como abordar a discriminação, independentemente da forma assumida (nacionalidade, língua, religião ou crença, cor ou origem étnica). O Prémio promove a independência editorial, elevados padrões de profissionalismo e de ética dos jornalistas, bem como a diversidade nos meios de Comunicação Social.

Teve lugar em 2007, a 5.ª Edição do Prémio, referente a trabalhos realizados em 2006.

Em conformidade com o espírito das edições anteriores - premiar os melhores trabalhos jornalísticos, em matéria de imigração e minorias étnicas, do ano transacto (neste caso de 2006) - esta edição apresentou, no entanto, um novo formato.

Ao invés da habitual apresentação de candidaturas por parte de jornalistas, foi solicitado a um júri especializado a selecção de peças que tivessem demonstrado especial qualidade no tratamento da informação, nas categorias de Televisão, Rádio e Imprensa Escrita, tendo as mesmas sido colocadas online no *site* do ACIDI, I.P. - em www.acidi.gov.pt - para votação pelo público.

www.acidi.gov.pt



Foram submetidas a votação, as seguintes peças:

- Categoria IMPRENSA ESCRITA – 14 peças



N.º	Meio	Título trabalho	Data publicação
1	Antena 1 / Bloco Noticioso	Hoje é o dia internacional dos migrantes	18-12-2006
2	Rádio Renascença / Bloco Noticioso	Governo apresenta hoje o plano de integração para os imigrantes	18-12-2006
3	TSF / Bloco Noticioso	Dia Internacional dos Migrantes	18-12-2006
4	Rádio Renascença / Bloco Noticioso	SOS Imigrante	29-08-2006
5	TSF / Bloco Noticioso	SEF irá conceder autorizações de residência temporárias por 90 dias a 6.500 brasileiros	10-08-2006
6	Antena 1 / Portugal em Directo	Seixal quer Academia Europeia de hip-hop	05-07-2006
7	Antena 1 / Bloco Noticioso	Casa dos refugiados para dar segurança aos imigrantes	22-05-2006
8	TSF / Bloco Noticioso	Imigração em Portugal	22-05-2006
9	Rádio Renascença / Bloco Noticioso	Governo anunciou terceira edição do programa Escolhas	01-02-2006
10	Rádio Renascença / Bloco Noticioso	Confrontos na Azinhaga dos Besouros	24-01-2006

- Categoria TELEVISÃO – 20 peças



N.º	Meio	Título trabalho	Data exibição
1	RTP1	MAI entrega primeiras autorizações de residência da unidade móvel SEF	21-08-2006
2	RTP1	Nacionalidade - Netos de emigrantes podem tornar-se portugueses	01-11-2006
3	TVI	Alunos estrangeiros nas escolas portuguesas são cada vez mais	26-02-2006
4	SIC	Imigrantes de fé islâmica são cada vez mais em Portugal	01-11-2006
5	SIC	Escola António Sérgio no Cacém é a mais poliglota do país.	12-03-2006
6	TVI	Número de alunos estrangeiros aumenta em Portugal	12-11-2006
7	SIC	A família Monteiro 8 anos depois.	25-01-2006
8	SIC	História de Ecaterina	09-12-2006
9	SIC	Hospital Dona Estefânia - Mediador aproxima famílias ciganas e médicos	12-12-2006
10	RTP1	Nova Lei da Nacionalidade	15-12-2006

11	SIC	Programa Chinês de Rádio na Póvoa do Varzim	25-01-2006
12	RTP1	Demolições na Azinhaga dos Besouros.	29-08-2006
13	SIC	Demolições com controlo policial na Amadora.	29-08-2006
14	SIC	Moradores de 4 bairros de barracas vão manifestar-se em São Bento	06-03-2006
15	TVI	Manifestação contra demolições	07-03-2006
16	SIC	Governo quer responsabilizar clientes da prostituição.	12-03-2006
17	TVI	Cova da Moura será alvo de recuperação	02-10-2006
18	RTP1	Operação Ícaro - 5 arguidos ouvidos em Tribunal por suspeitas de auxílio à imigração ilegal	06-04-2006
19	RTP1	Nova Lei de Imigração facilitará legalização de brasileiros.	09-08-2006
20	TVI	Dois milhões de pessoas vivem no limiar da pobreza	05-11-2006

▪ Categoria RÁDIO – 20 peças



N.º	Meio	Título trabalho	Data exibição
1	Diário de Notícias	Lugar de Culto une Imigrantes	08-01-2006
2	Expresso- Única	Saída de Emergência	14-01-2006
3	Público- Pública	Os sem-direito	26-02-2006
4	Público	"Até prova em contrário, Portugal é a minha segunda pátria"	04-03-2006
5	Expresso- Única	Morte em Chinês	03-06-2006
6	Notícias Magazine - Diário de Notícias	As novas Torres de Babel	11-06-2006
7	Expresso- Única	Os pobres e ricos	05-08-2006
8	Notícias Magazine - Diário de Notícias	Queridos inimigos	12-08-2006
9	Expresso- Única	Construir a partir do nada	14-10-2006
10	Jornal de Notícias	Crise afasta cada vez mais imigrantes de Portugal	12-11-2006
11	Diário de Notícias	Vida de Imigrante	18 a 23-11-2006
12	Expresso- Única	O berço da imigração	25-11-2006
13	Público	Pensámos logo que se não arriscássemos...	04-12-2006
14	Expresso- Única	Bacalhau com algas picantes	

Os vencedores do Prémio Jornalismo pela Tolerância - 2006, nas suas várias categorias, foram anunciados no dia 21 de Maio – Dia da Diversidade Cultural, para o Diálogo e o Desenvolvimento - numa cerimónia que contou com a presença do Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Os troféus foram atribuídos a Lígia Marto, da TVI, na categoria TV, a Anabela Góis, da Rádio Renascença, na categoria Rádio e a Hugo Franco, do Expresso, na categoria Imprensa Escrita. Foram ainda entregues troféus de reconhecimento especial à Agência LUSA, pelo seu papel na disseminação de informação, à RTP 2, pelo programa "Nós" e à TSF, pelo programa "Gente como Nós".





6.2. Semana da Diversidade Cultural

Celebra-se, no dia 21 de Maio, o Dia Internacional para o Diálogo e o Desenvolvimento, data em que se deu início à Semana da Diversidade Cultural, organizada pelo ACIDI, I.P. em parceria com outras instituições.

Ao longo de sete dias, realizou-se um conjunto de iniciativas, dirigidas a diferentes públicos, com o objectivo de celebrar e cultivar o valor da diversidade cultural na sociedade.

De entre as diversas iniciativas, destacam-se as seguintes:

- ❖ Dia 21 - Entrega do Premio Jornalismo pela Tolerância”, com a presença do Senhor Ministro da Presidência;
- ❖ Dia 21 e 22 – Workshop “Diálogo Intercultural e migrações: o papel dos migrantes”, organizado pelo Centro Norte-Sul, DG IV e ACIDI, IP.;
- ❖ Dia 23 – Edição do Guia “44 Ideias Simples para promover a tolerância e celebrar a diversidade”, produzido pelo ACIDI, distribuído como encarte do Jornal Diário de Notícias;
- ❖ Dia 24 – Ciclo de Cinema “Destinos Latino-Americanos no Mundo”, promovido pela Casa da América Latina em parceria com o Festival “El ojo cojo” e com o apoio do ACIDI, no qual foram exibidos sete filmes, inéditos em Portugal, sobre destinos de latino-americanos (hondurenhos nos EUA, o sonho mexicano, cubanos em NY, etc.).
- ❖ Dia 25 – Lançamento do site Entrekulturas, dirigido ao público jovem, simultaneamente nos CID@Net espalhados por todo o país, a partir da Casa da Cultura de Sacavém (Urbanização do Terraços da Ponte, Sacavém).
- ❖ Dia 26 – Actividade “Escotismo para Todos”, que envolveu 50 Jovens do Programa Escolhas, convidados pelos Escoteiros de Portugal num fim-de-semana cheio de actividades na Costa da Caparica.
- ❖ Dia 27 – II Festival “Rotas-Gentes, Culturas e Comunidades”, promovido pela Câmara Municipal de Odivelas e realizado no Centro de Exposições de Odivelas.

6.3. Celebração do Dia Internacional da Tolerância

A Organização das Nações Unidas instituiu o dia 16 de Novembro como o Dia Internacional para a Tolerância. O ACIDI participou nas celebrações desta importante data, participando em duas iniciativas:

- Realização de uma acção de sensibilização na Escola EB 2.3 Lindley Cintra, com a participação de professores, conselho executivo, alunos e auxiliares da escola, coordenação nacional do Projecto “M-Igual” e a equipa do programa Nós.



- Moderação de uma mesa redonda sobre «Imigração, Família e Multiculturalidade» com técnicos de intervenção social e educadores, promovida pela PROSALIS.

6.4. Comemorações do Dia Internacional do Migrante

Celebra-se no dia 18 de Dezembro o Dia Internacional do Migrante, data que o ACIDI comemorou em parceria com outras instituições:

- 16 de Dezembro, Praça do Comércio (Lisboa), Lisboa - Iniciativa “Aos Domingos o Terreiro do Paço é das Pessoas”.
- 18 de Dezembro, FCG (Lisboa) - Seminário “Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração dos Imigrantes em Portugal”, resultante de uma parceria entre o ACIDI, I.P., Organização Internacional para as Migrações (OIM – Missão em Portugal) e Fundação Luso-Americana FLAD).

A iniciativa “Aos Domingos o Terreiro do Paço é das Pessoas”, da autoria da Câmara Municipal de Lisboa, teve início em 26 de Agosto de 2007 e terminará em 28 de Outubro de 2008, traduzindo-se no encerramento, aos domingos, do Terreiro do Paço e troço da Avenida das Naus (entre o Largo do Corpo Santo e o Campo das Cebolas) ao trânsito privado. Neste espaço, são desenvolvidas actividades lúdicas, desportivas e culturais.

Entre as instituições convidadas pela Câmara Municipal de Lisboa para se associar a esta iniciativa, é de referir o Ministério da Saúde, representado, para esse efeito, pela Direcção-Geral da Saúde, que elegeu como Conceito Orientador para a sua colaboração “Mais Saúde para Todos”.

Dada a proximidade ao Dia Internacional do Migrante, a Direcção-Geral da Saúde convidou o ACIDI a co-organizarem as actividades do dia 16 de Dezembro, escolhendo o tema “Saúde dos Migrantes”. Convidaram-se Associações de Imigrantes para se fazerem representar, divulgando as suas actividades, de uma forma geral, bem como o trabalho desenvolvido na área da Saúde, de forma particular.

Estiveram presentes na iniciativa:

- Gabinete de Saúde do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante de Lisboa;
- Associação dos Jovens Promotores da Amadora Saudável - AJPAS
- Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural - PROSAUDESC

Dada a existência de apoio em termos de meios audiovisuais, ao longo de todo o dia foram exibidos filmes sobre o acesso à saúde por parte dos migrantes, produzidos tanto por organizações governamentais (Alto Comissariado para a Saúde), como por Organizações não governamentais (AJPAS).

Esta presença permitiu o esclarecimento de dúvidas a todos os que passaram pela tenda montada no Terreiro do Paço, não só em termos de questões relacionadas com o acesso à saúde, como sobre os recursos existentes no apoio aos cidadãos imigrantes.

Tenda montada no Terreiro do Paço, 16 de Dezembro 07



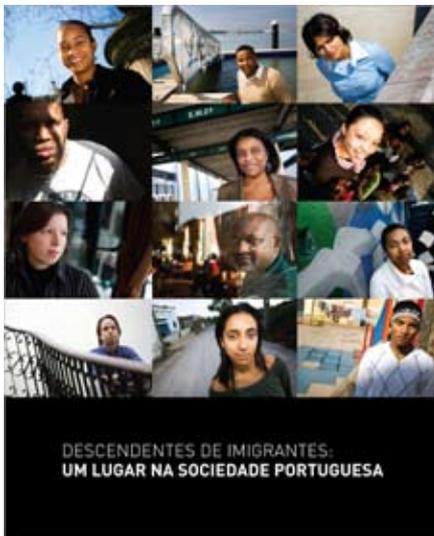
No dia 18 de Dezembro, teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, um seminário de apresentação dos principais resultados do projecto Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração dos Imigrantes em Portugal, resultado de uma parceria entre o ACIDI, I.P., Fundação Luso-Americana (FLAD) e Organização Internacional das Migrações (OIM).

Para além dos responsáveis máximos das entidades parceiras, Dr. Rui Marques, Dr. Charles Buchanan e Dr.ª Mónica Goracci, o evento contou ainda com a presença do Representante Regional da Organização Internacional para as Migrações em Itália, Dr. Peter Schatzer, da Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr.ª Isabel Mota e, por parte do Centro de Estudos Geográficos, com a Professora Doutora Lucinda Fonseca.

6.5. Lançamento do Livro *Descendentes de Imigrantes: um Lugar na Sociedade Portuguesa*

No dia 24 de Setembro de 2007, na Biblioteca da Assembleia da República, foi lançado o Livro *Descendentes de Imigrantes: um Lugar na Sociedade Portuguesa*.

Livro *Descendentes de Imigrantes: um Lugar na Sociedade Portuguesa*



Esta publicação, integrada nas actividades do Grupo de Trabalho Informal para a Inclusão dos Descendentes de Imigrantes, surge na sequência do seminário realizado no dia 24 de Maio de 2006, que reuniu, também na Assembleia da República, doze jovens, líderes comunitários, para debater a participação dos jovens descendentes no trabalho, na educação e na cultura. A edição dos seus testemunhos teve como objectivo o impacto da iniciativa e promover uma sensibilização pública mais alargada quanto aos problemas e desafios enfrentados pelos descendentes de imigrantes.

Cerimónia de Lançamento do Livro *Descendentes de Imigrantes: um Lugar na Sociedade Portuguesa*



O lançamento realizou-se numa cerimónia presidida pelo Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, que contou igualmente com a presença do Ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira e o Alto-comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, Rui Marques. Estiveram presentes 60 convidados nesta iniciativa que consistiu um momento chave na consolidação de uma imagem positiva dos descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa.

6.6. Apoio a iniciativas e eventos culturais

Com o objectivo de promover a multiculturalidade, o ACIDI tem vindo a apoiar, a diversos níveis, a realização de iniciativas e eventos culturais que contribuam para a sensibilização da opinião pública para a integração e acolhimento dos Imigrantes na sociedade portuguesa. Neste âmbito, durante 2007, foram apoiadas as iniciativas a seguir enunciadas.

❖ “Correr contra o racismo” - Interjovem / CGTP

Tal como no ano anterior, o ACIDI apoiou mais uma edição da Corrida da Tolerância, “Correr contra o Racismo”. Já na sua 13.ª edição, esta iniciativa beneficiou de apoio tanto ao nível da sua promoção (produção de materiais) como da divulgação nos diversos canais internos.

❖ Documentário “B’leza” – produzido por Vítor Pires

O apoio a este documentário inseriu-se na fase da pós-produção de áudio e vídeo, bem como ao nível da legendagem (€ 2.500). Este documentário integrou o evento “Doc Lisboa”.

Em 2007, face ao aumento exponencial de pedidos de apoio, optimizou-se a sinergia da rede de comunicação do ACIDI, para a qual muitos apoios foram canalizados, nomeadamente ao nível da divulgação nos *sites* do ACIDI, no Boletim Informativo (BI), assim como nos programas de TV (“Nós”) e rádio (“Gente como Nós”):

❖ Documentário: “Und ki da ki panha”, de Claire Honigsbaum

Foi prestado apoio ao nível da divulgação via uma entrevista no “Nós” bem como em termos de fragmentos emitidos durante a mesma.

❖ 4ª Meia Maratona Fotográfica, CM Setúbal

O apoio traduziu-se no envio de 70 DVD’s “Gente como Nós” e 70 Brochuras “Mitos e Factos” para distribuição junto dos participantes.

❖ América Viva, Casa da América Latina

Foi efectuada divulgação no *site* do ACIDI e na intranet, bem como publicado um texto sobre a conferência no *site* do Observatório da Imigração (OI).

❖ Gala “Bem-vindos à Nossa Terra”, JRS

Esta Gala foi divulgada no programa “Nós”.

❖ Equivalência de habilitações estrangeiras a nível superior, Universidade de Évora

A reunião, que teve lugar no dia 20 de Março, foi divulgada no programa Nós.

❖ Bienal Lusófona, Odivelcultur

O ACIDI esteve presente na cerimónia de inauguração, tendo, igualmente, disponibilizado os contactos de artistas imigrantes e divulgado o evento nos canais internos.

❖ Documentário: “Retratos”, Fundação Calouste Gulbenkian

Foi realizada uma entrevista em estúdio com a realizadora - Luisa Homem - no programa Nós-163 (10-06-07), acompanhada de fragmentos do documentário.

❖ Marcha contra a Fome, TNT

Foi feita a divulgação nos canais internos, com presença do ACIDI (através do respectivo logo) no cartaz promocional.



❖ **“Rotas, Gentes, Culturas e Comunidades” Odivelas, 2007, CM Odivelas**

Foi disponibilizado apoio institucional, divulgado o evento nos canais internos, bem como fornecidos os contactos de artistas imigrantes, para o ciclo de documentários/colóquios que integraram o programa..

❖ **Livro: “Imigrantes de Leste: vivências diferentes num espaço comum”, Helena Russo e Ana Soeiro / e editora info@autonomia27.com**

Para além da entrevista às autoras, foram oferecidos livros aos telespectadores do Programa “Nós”. O Livro foi ainda amplamente divulgado no Centro de Documentação, no BI e no *site* do ACIDI, I.P., bem como no *site* do OI.

❖ **AFRICA FESTIVAL, EGEAC**

Foi feita divulgação nos canais internos, tendo ainda o ACIDI participado na sessão debate de encerramento, que teve lugar no dia 8 de Julho, às 22h00.

❖ **Festival KANEMA**

Foi disponibilizado apoio institucional na recomendação do Festival, bem como na sua divulgação.

❖ **Protocolo com Teatro Nacional Dona Maria II**

No dia 1 de Dezembro de 2006, o ACIDI celebrou um Protocolo de Colaboração com o Teatro Nacional Dona Maria II, visando proporcionar a todos os cidadãos estrangeiros e/ou de minorias étnicas a viver em território nacional, o acesso a espectáculos e a actividades realizadas no âmbito desta colaboração.

Durante 2007 foram apoiadas, mediante a divulgação no Programa Nós, no *site* e no BI, diversas peças e eventos realizados no Teatro Dona Maria II, com esta temática.

Promoveu-se, ainda, a participação e assistência de Imigrantes às peças, através do Gabinete de Apoio às Associações, que enviou, com a periodicidade quinzenal, mono-folhas com informação sobre as peças. O Teatro Dona Maria II possibilitou a aquisição de bilhetes a preço reduzido para todos os convidados do ACIDI, I.P.

Deu-se um especial destaque ao projecto “R2”, uma adaptação do texto de William Shakespeare, Ricardo II para uma versão actualizada e baseada nas experiências de um grupo de jovens de vários bairros mais desfavorecidos, os quais optaram por marcar a diferença e que têm trabalhado com o Grupo de Teatro do Oprimido.

A publicação da nova orgânica do ACIDI I.P., em Maio, e a criação de um Departamento com atribuições específicas no domínio do diálogo intercultural, incluindo a dimensão inter-religiosa, implicou novas responsabilidades para o ACIDI na abordagem à temática da interculturalidade enquanto dimensão explícita das políticas de apoio ao acolhimento e integração da imigração.

A aprovação do PII onde a dimensão da interculturalidade está incluída numa parte substancial das medidas veio reforçar a centralidade do papel da formação para a interculturalidade como um eixo estruturante na intervenção do ACIDI.

A organização deste capítulo e as actividades aqui enquadradas reflectem já essa nova intencionalidade de dar mais expressão às iniciativas que têm como objectivo a mobilização da sociedade portuguesa para o acolhimento e apoio à integração da população imigrante.

O desafio da promoção da interculturalidade é um processo de aprendizagem que diz respeito a todos e reside justamente num envolvimento muito forte e sistemático do maior número possível de agentes e de instituições da sociedade de acolhimento em projectos de aprendizagem de competências de gestão da diversidade nos diferentes contextos de acção em que intervêm.



IV. Promoção da Interculturalidade



1. Formação para o Acolhimento e Interculturalidade

Objectivos:

- Formar para a interculturalidade, o acolhimento e a integração;
- Sensibilizar os diversos públicos que intervêm directa ou indirectamente nos processos de acolhimento e integração dos imigrantes e desenvolver competências nas comunidades locais tendo em vista o diálogo intercultural e a inclusão;
- Dinamizar a oferta de acções formativas nas áreas de educação intercultural e mediação sócio-cultural;
- Capacitar os actores educativos para a comunicação intercultural e o desenvolvimento de práticas inclusivas.

1.1. Bolsa de Formadores

Neste âmbito, a Bolsa de Formadores (criada em 2006) constitui-se como o principal agente de sensibilização. Em 2007, deu-se continuidade ao projecto, que continua a ser desenvolvido, em parceria com a Inducar. O balanço geral é muito positivo e neste projecto reside uma das apostas a continuar em 2008.

Para além da gestão financeira e da gestão dos pedidos, a equipa acompanhou também o desenvolvimento dos conteúdos formativos (preparação e adaptação dos Kits pedagógicos utilizados nas acções de formação – nomeadamente actualização de estatísticas, adaptação aos novos módulos, desenvolvimento de algumas dinâmicas que poderão ser utilizadas nas formações, plataforma moodle, etc.) e a concepção e desenho de um handbook de formação – que pretende servir de guia/base aos formadores.

O desenvolvimento e aprofundamento do projecto incluíram o alargamento da Bolsa a 9 formadores (sete juristas e dois da área de educação intercultural). O seu enquadramento decorreu seguindo o modelo do plano de formação dos restantes formadores, ficando a cargo da equipa do gabinete (tal como se irá descrever mais adiante neste relatório).

Está em curso um novo recrutamento para a área de formação intercultural e que se irá concretizar no início de Janeiro. Após este alargamento, a Bolsa passará a contar com um total de 38 formadores, (12 juristas e 26 para a área de formação intercultural). Assim, em 2008, a BF poderá responder a um maior número de pedidos, bem como canalizar os formadores para áreas específicas.

Em termos de desenvolvimento dos módulos de formação, em 2007, e face à avaliação de necessidades e feed-back que se foi tendo da sua utilização, optou-se por, na área de educação intercultural, trabalhar na adaptação dos kits a públicos diferenciados. Existem, agora, três variantes do módulo educação intercultural:

1. Educação Intercultural Geral – para o público em geral;
2. Educação Intercultural Escolas – para professores e educadores;
3. Educação Intercultural Jovens – para jovens até aos 17/18 anos.

Com a entrada em vigor da nova Lei da Imigração foi desenvolvido, em colaboração com a directora do CNAI e com o GAJI, um novo módulo sobre Lei de Imigração cuja aplicação terá início em Janeiro 2008.



1.1.1. Acções de formação realizadas pela Bolsa de Formadores

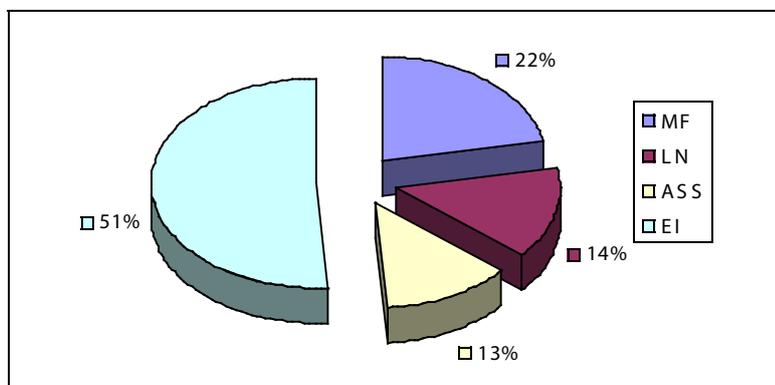
No ano 2007, realizaram-se 296 acções de formação, num total de 831 horas, envolvendo 8271 participantes.

O quadro seguinte e o gráfico que o sucede ilustram a distribuição destes dados pelos 4 módulos.

Distribuição dos dados por módulo de formação

Módulo	Nº de sessões	Percentagem	Nº de horas	Nº de participantes
Mitos e Factos sobre a Imigração	66	22%	171	1.962
Lei da Nacionalidade	40	14%	117	1.277
Acolhimento e Serviços Sociais	39	13%	104	1.057
Educação Intercultural	151	51%	439	3.975
TOTAL	296	100%	831	8.271

Distribuição da percentagem de acções em cada um dos módulos



Analisando os dados, podemos verificar que o módulo de Educação Intercultural continua a ser o mais requisitado pelas entidades, sendo que este ano as acções de formação neste módulo representam um pouco mais de metade da totalidade das acções realizadas.

Em relação aos dados de 2006 podemos verificar que:

- O número de acções de formação aumentou em todos os módulos, tendo-se mantido no módulo de Lei da Nacionalidade;
- O número de horas de formação, consequentemente, também aumentou – devido não só ao aumento do nº de sessões como também ao facto de estas se terem tornado mais complexas e completas, necessitando de um acréscimo na sua duração;
- O número de participantes, por outro lado, sofreu um decréscimo. Este facto poderá ser explicado devido à crescente complexidade das sessões – optámos por definir um número máximo de participantes por sessão inferior ao que estava definido à partida, para incentivar a participação efectiva de todos os formandos – visando tornar a formação mais eficaz e produtiva.
- O nº de acções no módulo de Educação Intercultural quase triplicou, o que mostra, mais uma vez, a maior abertura das entidades para as questões da Interculturalidade, nomeadamente da comunidade educativa/ Escolas, nas quais foram realizadas cerca de 33% das acções de formação deste módulo – a alunos, professores e outros agentes educativos;
- O módulo de Lei da Nacionalidade sofreu um decréscimo nos últimos meses do ano, tendo os pedidos na área jurídica estando mais voltados para a Lei da Imigração – o que motivou a inclusão deste módulo no conjunto das formações que são oferecidas.

**Aqui contabilizam-se o número de cursos de formação de longa duração, no ponto seguinte contabilizam-se o número de sessões realizadas em cada um.

1.2. Acções de Formação dinamizadas pelo Gabinete de Educação e Formação

No ano de 2007 houve um grande investimento sobretudo no desenvolvimento e acompanhamento de projectos e na formação de longa duração. Daí também o investimento em materiais de suporte à reflexão formativa (como é o caso dos sites, descritos mais adiante neste relatório).

	N.º	Nº de participantes
Formação de longa duração	6*	477
Desenvolvimento de projectos / Consultoria	9	206
Acções de Sensibilização	18	1.318
Comunicações / Debates	8	810
		2.811

As acções de sensibilização realizadas e a participação em comunicações e debates tendem a diminuir visto serem canalizadas para os formadores da Bolsa.

As diferentes acções realizadas neste âmbito envolveram cerca 2811 participantes (sendo que nalguns casos a formação destas pessoas foi contínua e noutros teve um carácter esporádico).

A natureza das acções realizadas pela equipa é, pois, bastante diversificada no que diz respeito à forma, ao conteúdo e aos participantes, daí a sua difícil contabilização.

A grelha a seguir apresentada cruza a temática das acções pelo tipo de entidade que as promoveu / solicitou.

No sentido de compreender o perfil dos participantes nas diferentes acções, analise-se a grelha apresentada em seguida que enquadra a abrangência deste tipo de actividade.



	Professores / Educadores / Formadores	Investigadores	Alunos	Mediadores	Bolsa de Formadores	Técnicos de Intervenção	Representantes de Instituições Nacionais / Internacionais	Público em Geral
Formação de Longa Duração	*				*	*		
Desenvolvimento de Projecto/ Consultoria	*	*				*	*	
Acções de Sensibilização	*		*	*		*	*	
Comunicações / Debates	*	*	*	*		*	*	*

	Educação Intercultural	Cooperação e Aprendizagem	Cidadania/Direitos Humanos	Gestão de Diversidade/ Educação Inclusiva	Mediação	Comunidades de Prática	Qualificação e aprendizagem de adultos	Português como 2ª Língua
Agrupamentos de Escolas	*	*	*					
Centros de Formação		*		*				
Universidades / Centros de Investigação	*		*	*				
Instituições Nacionais			*			*	*	*
Instituições Internacionais	*	*				*		
Câmaras Municipais	*	*						
Associações	*	*					*	*
Projectos	*	*	*	*	*	*		
ACIDI IP	*				*	*		

1.2.1. Acções de formação de longa duração

Durante este ano, a equipa participou, de forma mais ou menos activa, em 6 projectos de formação contínua distintos:

- Oficina de Formação “Caminhos de Educação Inclusiva – Cooperação e Aprendizagem”, em conjunto com o Centro de Formação da Casa Pia de Lisboa.

A primeira sessão, que contou com o conjunto dos 40 profissionais do Colégio Nun’ Álvares da Casa Pia de Lisboa, consistiu numa acção de sensibilização de enquadramento da Oficina. As restantes sessões, desenvolvidas entre Janeiro e Junho, realizaram-se em dois grupos: Educadores de Infância e Professores do 1º Ciclo (3 sessões); Professores do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (3 sessões).

- Módulo de Formação “Educação e Diversidade” do Curso de Especialização em Educação Especial da Escola Superior de Educação João de Deus.

Para além de abordar os princípios pedagógicos inerentes às práticas e ensino/ aprendizagem pela diversidade, este módulo facilitou as participantes a experiência de metodologias facilitadoras da gestão das diferenças em sala de aula e na escola. O principal objectivo foi encorajar a adopção de atitudes e processos de trabalho docente reflexivo e cooperativo.

O curso contou com 32 participantes (Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário) sendo a duração do módulo de 21 horas (repartidas em 6 sessões).

- Formação sobre referencial de competências-chave para a Educação e Formação de Adultos: Introdução aos conceitos e debate/reflexão sobre casos práticos, em colaboração com a ANQ. IP, Agência nacional para a Qualificação (anterior D. Geral de Formação Vocacional)

A colaboração reaplicou-se, no âmbito da estratégia da criação das equipas dos Centros Novas Oportunidades, no processo de implementação do novo referencial de competências-chave para a Educação e Formação de Adultos, nível secundário. Decorreu em quatro momentos distintos (09 a 13 de Abril; 28 Maio a 1 de Junho; 10 a 14 de Setembro; 22 a 25 de Outubro) em 5 sessões (de 7 horas cada = 35h/semana). Neles participaram 250 pessoas/cada que integram as diferentes equipas técnico-pedagógicas dos centros criados. Na sequência desta colaboração desenvolveu-se uma estratégia para a mobilização de população imigrante para o acesso ao processo de Reconhecimento de Validação e de Certificação de Competências que adiante se referirá.

- Oficinas de Formação «Objectivo 2 do Milénio: Educação Básica de Qualidade para Todos».

No âmbito do projecto M-Igual (descrito mais adiante) foram desenvolvidas 4 sessões para o acompanhamento da sua implementação e desenvolvimento nas escolas aderentes: Agrupamento de Escolas Prof. Lindley Cintra e Colégio de S. João de Brito.

O conjunto das sessões contou com cerca de 75 participantes: professores, coordenadores de projecto e equipa de acompanhamento. Este plano de formação que acompanha o projecto foi iniciado no ano lectivo 2007/2008, sendo que a formação vai ter continuidade ao longo de 2008.

Mais uma vez respondendo aos desafios das entidades a desenvolver projectos no terreno, deu-se início em Dezembro (para continuar ao longo de 2008) uma outra oficina de Formação «Educação Básica de Qualidade para Todos». Promovida pelo Centro de Formação de Docentes do Concelho da Moita – Agrupamento de Escolas do Vale da Amoreira, a oficina contou com 25 participantes – professores, educadores, técnicos de intervenção social, membros do conselho executivo do agrupamento, presidente do Centro de Formação.

- Formação de Formadores da Bolsa de Formadores

No âmbito do projecto Bolsa de Formadores, e tal como foi explicado anteriormente, com o reforço de formadores, deu-se ao processo de formação de formadores indispensável ao bom funcionamento da BF. A apresentação destes momentos de formação de formadores, conteúdos, metodologia e fundamentação constará do Handbook de Formação, em preparação para o final de 2008.

Ao longo do ano 2007 realizaram-se, neste âmbito, 3 encontros:

- O primeiro, em Janeiro, correspondeu ao encerramento do processo de formação inicial do primeiro grupo de formadores e contou com a participação dos 25 formadores. A duração foi de um dia inteiro organizado em torno de três sessões de balanço.
- Em Julho realizou-se o Encontro de Introdução a novos 9 formadores. Com a duração de 3 dias (21 horas de formação realizadas em 7 sessões temáticas).
- Em Outubro, promovendo a aproximação entre os antigos formadores e o novo grupo, realizou-se um novo Encontro de Formadores. Este teve a duração de um dia organizado em 9 sessões temáticas (de balanço, reformulação de Kits, desenvolvimento de novas dinâmicas...) onde participaram 21 pessoas.



1.3. Enquadramento de estagiários

Deu-se continuidade ao acolhimento e enquadramento de estagiários no desenvolvimento dos projectos em curso. Este eixo de actividade tem permitido ao longo dos anos um enriquecimento da equipa nestes e noutros gabinetes.

Ao longo do ano 2007 o Gabinete de Educação e Formação acolheu e acompanhou seis estagiários de áreas de formação distintas tais como, psicologia, economia, trabalho e política social, pedagogia, antropologia. Nalgumas situações foram desenvolvidos projectos próprios (de avaliação externa, de formação intercultural), noutros os jovens profissionais foram integrados nas actividades e projectos a decorrer.

1.4. Desenvolvimento de projectos / Consultoria

Reúne-se neste capítulo a participação no desenvolvimento de projectos de formação nacionais e internacionais, (descritos mais adiante) que se materializa em sessões de formação, discussão de projectos, validação e sistematização de produtos.

A equipa participou, em 2007, em 6 sessões de validação de produtos (na sua grande maioria EQUAL); colaborou na construção de referenciais de formação quer no âmbito do projecto M-Igual (Fundação Gonçalo da Silveira), quer no contexto do Programa Novas Oportunidades (ANQualificação), quer também no âmbito de um Projecto de Formação de Formadores em Educação Intercultural do Programa Pestalozzi do Conselho da Europa.

A nível interno, a equipa colaborou na concepção e preparação dos encontros de formação dos mediadores da Rede UNIVA (criada pelo Gabinete de Apoio ao Emprego do CNAI).



106



2. Produção e divulgação de materiais

A edição de materiais constitui parte integrante e é complementar dos processos de formação e de sensibilização. Materializam e consolidam na escrita ideias e permitem leituras mais distanciadas e mais fundamentadas dos momentos presenciais.

Referem-se dois tipos de materiais: os materiais pedagógicos e de suporte à formação e os materiais de (in)formação e de sensibilização à temática da interculturalidade.

A disseminação dos materiais é feita, em grande medida, através das acções de formação e sensibilização levadas a cabo quer pela equipa que compõe o gabinete, quer pela Bolsa de Formadores. Este ano, houve um grande investimento na disponibilização de material on-line com a criação de dois sites na Internet.

2.1. Instrumentos e materiais pedagógicos e de formação

A produção e/ou divulgação de instrumentos e materiais pedagógicos e de formação tem como principais objectivos:

- Disseminação de linhas de orientação sobre Educação Intercultural e problemáticas afins;
- Disponibilização de recursos que fomentem as práticas de gestão da diversidade nas escolas e noutras instâncias de interface com a população imigrante;

- Reflexão e divulgação sobre as práticas de gestão da diversidade nas escolas;
- Promoção e desenvolvimento de comunidades de prática tendo em vista a sensibilização e formação sobre educação intercultural, em diferentes domínios.

2.1.1. Sites Entreculturas

A concretização dos dois sites de formação intercultural para jovens e para profissionais compreendeu as actividades seguintes:

- Organização dos concursos, avaliação das propostas e selecção das empresas;
 - Desenho de guiões de estrutura e conteúdos dos sites e produção de conteúdos;
 - Organização das duas sessões públicas de apresentação e lançamento dos sites;
 - Animação, levantamento de boas práticas e projectos em curso junto de escolas e associações de intervenção local;
 - Coordenação do trabalho de colaboradores externos para produção de materiais e dinamização dos sites.
- www.entreculturas.pt

Este site, desenhado em torno da metáfora dos percursos (viagens, caminhos), considerando que a aquisição de competências interculturais, resulta de um investimento num processo e numa dinâmica de aprendizagem e de formação sistemática, é dirigido sobretudo a profissionais (professores e formadores, mas não só) que se debruçam sobre as questões da interculturalidade. Nele se disponibilizam artigos de reflexão teórica, propostas de actividades (quer pedagógicas, quer de formação) e também a descrição de projectos de intervenção no terreno. O objectivo é servir de suporte e de plataforma de debate de ideias e práticas.

Revela o trabalho desenvolvido pelo Entreculturas, materiais publicados, o trabalho realizado, as parcerias, etc. e dá também a conhecer outras perspectivas e projectos que neste domínio se revelem interessantes para suportar fundamentar práticas interculturais.

Pretende-se que tenha um carácter essencialmente formativo oferecendo a possibilidade de comentar artigos e/ou actividades, mas também de propor / partilhar novas linhas de reflexão.

- www.entrekulturas.pt

O lançamento deste site nasceu da necessidade de criar uma plataforma de aprendizagem intercultural para jovens. Como um projecto inacabado, foi pensado para ser construído pelos próprios jovens. Dividido em áreas de interesse: informação geral, projectos em acção, histórias pessoais, língua e divulgação cultural... O site permite a participação dos jovens (com comentários aos artigos), mas permite também uma dinâmica de troca de informação na qual os jovens podem dar contributos efectivos (de conteúdo, relatos de experiências, etc.).

Como material pedagógico de reflexão intercultural tem-se revelado um instrumento fundamental na criação de sinergias (quem faz o quê e onde?), na disponibilização de informação (de cariz teórico, dados...), no levantamento de questões (já alguma vez pensaste nisto?), na abertura à participação (como me posso envolver?).

A sua promoção será feita através de um cartaz (5000) cuja distribuição se realizará em Janeiro de 2008 para escolas 3º ciclo/secundários, associações juvenis e outros projectos que trabalhem com público jovem até 18 anos.

2.1.2. DVD “Os alunos fazem a Diferença”

Este material constitui-se como um dos resultados do Projecto Compractice: Comunidades de Prática para o Desenvolvimento de Escolas de qualidade para todos» (no âmbito do Programa Sócrates/Comenius), desenvolvido no ano anterior.



Como forma de partilha de boas práticas, este material relata a experiência do estudo de caso “A Escola Verde” sobre a inclusão e participação dos alunos na EB 2, 3 Luís de Sttau Monteiro em Loures.

Como parceiro deste projecto, o ACIDI participou na elaboração, suporte à realização e à pós-produção e edição do DVD, em parceria com a EB 2.3 Luís de Sttau Monteiro e a Universidade Aberta. Foi também levada a cabo a elaboração de um plano de disseminação em colaboração com a Associação “Cidadãos do Mundo”.

2.1.3. Handbook de formação

No âmbito do seguimento e aprofundamento do projecto da Bolsa de Formadores está em construção, em parceria com a INDUCAR, um handbook de formação. Este material, que está previsto ser publicado on-line em 2008, para além de se constituir como um recurso temático e pedagógico, para os formadores da Bolsa ACIDI poderá vir a ser usado por outros formadores da área intercultural.

Embora como produto final este projecto seja só para publicar em 2008, a matriz que constitui o seu referencial, o índice e o conteúdo de alguns capítulos já foram sendo produzidos durante 2007, embora ainda em versão não definitiva.

2.1.4. Kits pedagógicos para o apoio do ensino-aprendizagem do Português Língua não materna

Em colaboração com o Departamento de Estudos e Relações Internacionais e, mais concretamente no âmbito do projecto de ensino português a imigrantes, que é dinamizado por voluntários na sede do ACIDI, foram encomendados materiais de apoio para os cursos: um Banco de Imagens e um jogo de aprendizagem de palavras.

Estes materiais constituem-se como fazendo parte de uma nova linha de recursos formativos e didácticos cuja construção está em curso a disponibilizar também no site entreculturas geral, na rubrica específica para o ensino de português como Língua estrangeira.

2.1.5. Brochura sobre Mediação Sócio-Cultural

A temática da mediação enquanto dimensão e instrumento de um processo mais amplo de educação e formação para a interculturalidade, constitui um dos domínios de reflexão oferecidos no site entreculturas.

No sentido de promover uma melhor clarificação e divulgação mais sistemática sobre as questões a temática da mediação de mediação sócio-cultural, sobretudo junto das instituições e organismos da Administração Pública Portuguesa que apontam (como medida, no PII) para a inclusão da figura e funções de mediadores sócio-culturais nos respectivos contextos profissionais, está em preparação, para publicação (on-line), no início de 2008, uma brochura sobre esta temática.

2.2. Produção e divulgação de materiais de suporte à (in)formação e de sensibilização à temática da interculturalidade.

Objectivos:

- Sensibilizar para o acolhimento e a integração dos imigrantes fornecendo sugestões e exemplos que promovam a reflexão sobre a realidade da diversidade na sociedade;
- Disponibilizar um conjunto de sugestões facilitadoras da comunicação e da relação intercultural que possam apoiar process(os) de auto-formação e de questionamento da realidade de trabalho das organizações e instituições que interagem com comunidades imigrantes;



- Divulgar informação sobre materiais interculturais e recursos disponíveis de apoio aos processos de acolhimento e de integração de imigrantes, sobretudo em contextos profissionais.

2.2.1. Brochura 44 ideias para promover a tolerância e celebrar a diversidade

No sentido de fazer uma divulgação em grande escala durante a Semana da Diversidade, houve um esforço de adaptação da brochura feita em 2005, incluindo revisão e produção de novos conteúdos.

Distribuída com um meio de comunicação impresso, esta brochura pretende divulgar e promover o diálogo intercultural e as boas práticas de integração e acolhimento no dia-a-dia de cada um de nós: escola, trabalho, em família...

2.2.2. Artigos de reflexão e divulgação

À volta dos materiais interculturais, artigo elaborado para a revista “Cadernos de Educação de Infância” editada pela APEI - Associação de Profissionais de Educação de Infância (a publicar);

Reflectir sobre práticas interculturais na pré-escola e no 1º ciclo, síntese da comunicação do 4º Encontro de Educadores de Infância e professores do 1º ciclo - Partilha de outros mundos, Multiculturalidade, Interculturalidade, *promovido pela Areal Editores*;

Entrekulturas – artigo de divulgação do site www.entrekulturas.pt in Contextos nº 50 – Abençoando; ano XIII; Jul-Set. 2007 (revista do Movimento Católico de Estudantes);

2.2.3. Colaboração na elaboração de relatórios / diagnósticos – Sistematização de informação relativa a perspectivas e práticas desenvolvidas

- Colaboração na construção da estratégia nacional no âmbito da INIA – Iniciativa para a Infância e Adolescência, promovida pela SEAR-MTSS.
- Contributos para a construção de um Livro Branco para o Diálogo Intercultural no âmbito do Concelho da Europa;
- Resposta a um questionário para o 1º Encontro de Peritos sobre Diálogo Intercultural realizado em Dezembro de 2007 na Comissão Europeia: O estado da arte do diálogo intercultural nos países membros;
- Contributos para XII Relatório de Portugal sobre a aplicação da Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação racial;
- Elaboração de um relatório para a OCDE sobre os programas desenvolvidos em Portugal que visam a integração de crianças filhas de imigrantes em Portugal.
- Sistematização dos contributos do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas no Relatório Nacional sobre a aplicação da Convenção e da Recomendação contra a discriminação no domínio do ensino no que se refere ao período de 2000-2005, no âmbito da UNESCO;
- Divulgação das actividades do Entrekulturas como forma de relatar boas práticas de acolhimento a imigrantes, no âmbito do projecto INTI;
- Contributos para a preparação de um site da União Europeia sobre a integração;
- Colaboração na construção e redacção da Estratégia Nacional para o Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008) para a Comissão Europeia;
- Participação na comemoração dos 50 anos da União Europeia, promovida pelo GAERIME, através de colaboração na divulgação da iniciativa “As escolas comemoram a Europa”, junto de escolas da base de dados Entrekulturas.
- Participação em sessões de trabalho de balanço do Programa TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, promovido pela DGIDC-ME.
- Pareceres diversos sobre materiais, iniciativas, projectos.



3. Dinamização de encontros e eventos para a promoção de interculturalidade

Considerando que a promoção da interculturalidade pode assumir diversas formas e etapas promove-se a oportunidade da celebração de datas e comemorações de “dias de” para a realização de eventos que mobilizem a opinião pública, valorizem e dêem visibilidade a às temáticas em causa nos referidos eventos.

Assim, e dando continuidade ao trabalho realizado em anos anteriores e em articulação com outros departamentos, nomeadamente com a área de comunicação, reforçou-se a celebração de datas (Dia da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, dia da Tolerância, dia do Imigrante), interligando apresentação pública e lançamento de novos materiais, suporte e participação directa a iniciativas locais, momentos de encontro com investigadores, professores, educadores nacionais e estrangeiros de produção e de reflexão mais alargada de linhas de trabalho.

3.1. Lançamento do site Juvenil www.entrekulturas.pt

No dia 25 de Maio foi lançado o site Entrekulturas na Casa da Cultura de Sacavém, num Centro de Inclusão Digital – Cid@Net – promovido pelo Programa Escolhas, onde os jovens puderam ter um primeiro contacto com o site e explorar o seu potencial.

3.2. Lançamento do site de formação www.entreculturas.pt

O lançamento do site de formação Entreculturas foi lançado num Painel sobre “Comunicação e Diálogo Intercultural” organizado em parceria pelo Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa (CEPCEP-UCP), pela Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI) e pelo ACIDI. A sessão contou com a participação de investigadores estrangeiros e nacionais, sendo que o lançamento do site, levado a cabo pela equipa, integrou o painel de apresentação de iniciativas nesse âmbito.

4. Projectos de Formação Nacionais e Internacionais

Inclui uma abordagem de colaborações, que a diferentes níveis, foram estabelecidas e solicitadas em projectos, grupos de trabalho ou iniciativas que outras instituições, nacionais ou internacionais, promovem. Estas participações prendem-se em geral com a explicitação da dimensão de interculturalidade na formação, qualificação e implementação desses projectos.

4.1. Participação em Projectos Nacionais

- ❖ Projecto M-igual? Igualdade não é indiferença, é oportunidade (Fundação Gonçalo da Silveira)

“M-igual” é um projecto promovido pela Fundação Gonçalo da Silveira, que visa a divulgação dos Objectivos do Milénio e a sensibilização dos alunos e professores das escolas aderentes. Trata-se de uma parceria na qual o ACIDI através do Entrekulturas participa, nomeadamente



no desenho e elaboração do plano de formação, acompanhamento e na edição de materiais de suporte ao projecto.

O lançamento do Projecto na Escola EB 2.3 Lindley Cintra implicou a negociação e construção de uma proposta de oficina de formação para todo o agrupamento de escolas e a realização do seminário inicial “Aprender com a Diversidade” que é referida no capítulo acções de formação.

- ❖ PNEP – Plano Nacional do Ensino de Português no 1º ciclo – Escolas Superior de Educação de Lisboa e de Setúbal

Colaboração na formação (um dia - 7 h) de professores envolvidos no PNEP- Plano Nacional do Ensino de Português no 1º ciclo. Este projecto do Ministério da Educação, de âmbito nacional, visa a melhoria qualitativa das aprendizagens em língua portuguesa dos alunos do 1º ciclo e a temática abordada foi a da formação de adultos em contexto profissional enquanto suporte ao desenvolvimento de uma comunidade de prática.

- ❖ Programa Territórios de Intervenção Prioritária – TEIP (DGIDC-ME)

Na sequência de convite do Ministério da Educação - Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e em parceria com a Associação MEDIAR- Associação Nacional de mediação Sócio-Cultural foi elaborado um plano de formação para os mediadores colocados nas escolas que estão envolvidos nos TEIPs.

Este programa visa a criação de condições de sucesso educativo de todos os alunos, de escolas localizadas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com elevado número de alunos em risco de exclusão social e escolar.

O plano prevê a realização de cerca de 100h de formação, em formação presencial e acompanhamento da formação em exercício. A formação foi agendada para ter início em 2008.

- ❖ Programa Novas oportunidades (AN Qualificação)

Colaboração na construção do referencial de formação para o Reconhecimento, validação e certificação de competências de nível secundário e na formação das equipas técnico-pedagógicas dos Centros Novas Oportunidades.

Participação no processo de definição de criação de Centros Novas Oportunidades especificamente orientados para o reconhecimento, validação e certificação de competências de imigrantes tendo em vista um investimento mais sistemático da qualificação de activos das comunidades imigrantes.

No contexto do programa Novas Oportunidades, e na perspectiva de uma contribuição concreta e efectiva de novas qualificações da população adulta deu-se continuidade aos contactos com a actual ANQ,IP, que sucede em termos de competências ao IEFEP nesta matéria, no sentido de regulamentar o perfil, qualificação de mediadores sócio-culturais e referenciais de qualificação, de modo que possa vir a constar do Catálogo Nacional de Qualificações em construção e da eventual profissionalização deste tipo de agentes.

- ❖ INIA – Iniciativa para a Infância e Adolescência, promovida pela SEAR-MTSS,

Esta iniciativa tem em vista a defesa e protecção dos direitos das crianças, articulando contributos dos diversos sectores implicados, através da sistematização de informação sobre as iniciativas realizadas. Participação em reuniões, colaboração na construção do diagnóstico e estratégia e, na difusão da iniciativa junto das intuições parceiras do ACIDI, nomeadamente no site entreculturas e na divulgação de cartazes.

- ❖ Programa EQUAL

- i) Neste âmbito realizaram-se contribuições diversas a diferentes níveis:



Participação no processo de validação de materiais produzidos por parcerias, o qual implica a participação numa sessão de trabalho (3h/7h) em que se analisa um determinado material que surgiu em resultado de um projecto com o objectivo de dar opinião/parecer sobre a sua mais valia para ser disseminado e usado ou editado noutros contextos incluindo sugestões:

- No Projecto Polén, validação da proposta de “workshop de formação Comunidades, Práticas e Tecnologias”;
- No Projecto Vias de Interculturalidade na Área do Asilo, validação de três produtos desta parceria cujo promotor é o Conselho Português para os Refugiados:
 - RTP (recurso técnico-pedagógico) – Modelo Integrado de Acolhimento, Orientação e Formação de Base para Públicos Excluídos, do Conselho Português para os Refugiados;
 - Prática bem sucedida – O e-learning como veículo privilegiado para a sensibilização e formação na área dos direitos Humanos e de Asilo;
 - Guia de Boas Práticas para a Integração de Imigrantes e Refugiados nos Centros de Formação Profissional do IEFP
- No projecto “Vamos Utopiar?”

O ACIDI integra esta parceria de desenvolvimento e nessa qualidade intervimos na validação de dois produtos que poderão vir a ser incorporados e disseminados como materiais de suporte à formação intercultural:

- “Kit de Cidadania”;
- “Sai do Bairro”

- No projecto “Reconhecimento de habilitações de enfermeiros imigrantes”

A entidade promotora deste projecto é Fundação Gulbenkian em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil e o Serviço Jesuítas aos Refugiados.

Colaboração na validação dos produtos concebidos no âmbito do projecto – Manual de Língua Portuguesa, Manual de Cultura e Cidadania e Glossário com terminologia específica da área da enfermagem.

ii) Na realização da 4ª edição do curso de Pós-Graduação “Gerir Projectos em Parceria”

Retomando um projecto já concretizado em três edições anteriores, apoiado pelo programa EQUAL e, em colaboração com o GATAI, estabeleceu-se uma colaboração com a UCP- Universidade Católica de Lisboa para promover a realização do curso de especialização para dirigentes associativos subordinado à temática “Gerir projectos em parceria”.

Este curso é co-financiado pelo programa EQUAL na perspectiva de generalização de mecanismos de suporte à inovação e à disseminação de políticas de maior igualdade de oportunidades e de apoio à empregabilidade. Os participantes serão 25 dirigentes de associações de imigrantes e os conteúdos e formadores foram repensados em função deste perfil de participantes. À semelhança das edições anteriores (realizadas no ISCTE) a equipa Entreculturas intervém directamente na organização do mesmo. O curso decorrerá de Fevereiro a Junho de 2008.

4.2. Participação em Projectos Internacionais

- ❖ Projecto Formação de Formadores em Educação Intercultural – Programa Pestalozzi do Conselho da Europa

Participação no curso “Formação de formadores em educação intercultural”, aberto a participantes dos 45 países membros do CoE, com o objectivo de proporcionar uma formação intercultural com base nos princípios, metodologias e modelos pedagógicos do Conselho da Europa,



numa perspectiva de teorização da prática e de aprendizagem a partir da partilha de diferentes experiências. Como resultado final, prevê-se a elaboração de programas de formação intercultural, fruto das sinergias entre os participantes, que virão a constituir um conjunto de recursos – materiais e de experiência – a disponibilizar pelo CoE aos vários países-membros.

Em 2007, a actividade dos participantes centrou-se na construção e desenvolvimento de unidades de formação e na produção de materiais de suporte, apoiada na partilha e cooperação entre os formandos, através de uma plataforma on-line criada para o efeito. Em Outubro, realizou-se um encontro presencial, em Oslo, com o objectivo de ampliar e consolidar as competências de formação (intercultural), em que foram partilhadas e discutidas as propostas de formação elaboradas, com feedback e validação por parte dos formadores do CoE.

Neste encontro, houve ainda oportunidade de conhecer os diversos recursos e respostas do sistema educativo norueguês, tendo em vista o acesso e sucesso na educação das crianças de origem imigrante, com relevo especial para a aprendizagem da língua nacional e a formação intercultural dos agentes educativos.

- ❖ Immigrant Pupils with SEN: Cultural Diversity and Special Needs Education (European Agency for Development in Special Needs Education)

Continuação da colaboração no projecto em parceria com a DGIDC. Este ano ficou marcado pela participação no Encontro Internacional de Atenas, onde decorreram visitas a escolas e a elaboração de indicadores.

- ❖ Projecto Educação para a Cidadania Democrática e Direitos Humanos do Conselho da Europa (GEPE-ME)

Participação no grupo de acompanhamento do projecto, constituído por representantes de serviços do ME, o Centro Norte Sul e o ACIDI. Numa primeira fase procedeu-se ao levantamento de boas práticas de Educação para a Cidadania Democrática e Direitos Humanos em Portugal nas actividades desenvolvidas por cada uma das instituições participantes.

Este projecto surge na sequência de dois outros anteriores do Conselho da Europa na área da Educação para a Cidadania Democrática nos quais se produziram referenciais e identificaram boas práticas, nos quais o ACIDI também participou.

Numa primeira etapa a participação neste projecto concretizou-se na identificação de materiais editados pelo ACIDI nos quais está presente a dimensão de educação para a cidadania democrática. Desta reflexão decorreu a constatação para a equipa portuguesa do projecto de que a perspectiva de ECD é transversal a toda a intervenção desenvolvida pelo ACIDI.

5. Diálogo com as Religiões

5.1. Enquadramento

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de Maio, em 1 de Junho de 2007, os elementos da equipa da Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões foram integrados no Departamento de Apoio ao Associativismo e ao Diálogo Intercultural do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Não obstante a integração, aqueles elementos têm permanecido nas instalações que ocupavam anteriormente pelo que têm participado em diversas reuniões efectuadas nas instalações do ACIDI, I.P., designadamente para:



- Conhecimento da estrutura do ACIDI, I.P. e definição do trabalho a desenvolver no seu âmbito na área do diálogo com as religiões.
- Definição das actividades a dar continuidade e perspectivas de trabalho futuro.
- Conhecimento da equipa do Departamento de Apoio ao Associativismo e ao Diálogo Intercultural e perspectivas de integração e articulação do trabalho na área das religiões com as outras valências.

5.2. Acções desenvolvidas no âmbito das actividades do ACIDI, I.P.

- Encontro sobre Paz Universal e Diálogo Inter-Religioso, de Sua Santidade o Dalai Lama com as comunidades religiosas portuguesas, na Mesquita Central de Lisboa, em 16 de Setembro de 2007.
- Reunião dos Pontos Focais do Ano Europeu do Diálogo Intercultural “Media e Diálogo Intercultural”, organizado no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, na Sala Tejo do Pavilhão Atlântico, Lisboa, em 14 de Novembro de 2007.

Na sequência da articulação e trabalho anterior com a Editora Paulinas, vai também ser possível incluir no âmbito das actividades do Ano Europeu do Diálogo Intercultural um calendário pluri-confessional com o registo das festividades mais representativas do Budismo, Cristianismo, Hinduísmo, Islamismo e Judaísmo, bem como uma breve descrição e informação sobre estas religiões.

Deu-se também continuidade à colaboração com a Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos na área das religiões, designadamente através da participação em diversas reuniões promovidas pela mesma, bem como na preparação e participação em acções neste âmbito, designadamente:

- Colóquio “Religiões, Diversidade e Não-Discriminação”, organizado pela Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, no Auditório da Fundação Mário Soares, Lisboa, em 19 de Outubro de 2007.
- Conferência de Encerramento do “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos”, organizado pela Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, no Centro Cultural de Belém, Lisboa, em 19 e 20 de Novembro de 2007.

No que respeita a acções promovidas por outras entidades, os elementos referidos participaram ainda no seguinte colóquio:

- “A Mulher nas Religiões”, organizado pelo Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, no Hotel Altis, Lisboa, em 27 de Novembro de 2007.

Tem também sido dada resposta a pedidos pontuais de informação de pessoas, escolas e outras entidades interessadas na área das religiões.



V. Pelos Imigrantes, com os Imigrantes



1. Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes

Promover o diálogo com as Associações de Imigrantes em Portugal, de acordo com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 251/2002 de 22 de Novembro, é central no cumprimento da missão do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Instituto Público (ACIDI, I.P.) como forma de assegurar a sua participação e colaboração na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão.

As Associações de Imigrantes são vistas como parceiros estratégicos e legítimas representantes dos imigrantes e seus descendentes em Portugal na defesa dos seus direitos e interesses específicos.

As Associações de Imigrantes apresentam uma grande diversidade geográfica e cultural, estando presentes em diferentes regiões de Portugal. O trabalho desenvolvido pelas Associações ao longo dos últimos anos, tem vindo a ganhar um maior impacto nas suas comunidades, assim como na sociedade portuguesa, destacando-se o seu contributo no reforço da diversidade e expressão cultural e em iniciativas diversas que permitem e contribuem um melhor acolhimento e integração.

O Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI), criado em 2004 no âmbito dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), desenvolve as suas acções centradas nas Associações de Imigrantes reconhecidas pelo ACIDI, I.P. tendo as seguintes responsabilidades:

- Apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das Associações de Imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos dos imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;
- Colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACIDI, I.P. às iniciativas das Associações de Imigrantes;
- Acções de capacitação das Associações de Imigrantes através da formação dos seus líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas em prol do acolhimento e da integração dos imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal;
- Promoção do Associativismo imigrante através da sensibilização dos imigrantes e seus descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante na integração dos imigrantes e seus descendentes.

1.1. Acções de promoção e divulgação do Associativismo

O ACIDI, I.P., no espaço do GATAI, dispõe de um espaço de atendimento aberto ao público com vista a prestar informações diversas relacionadas com o associativismo imigrante. Nesse espaço está disponível, para representantes de associações de imigrantes, o acesso a meios informáticos e *internet*.

O site do ACIDI, I.P. é outra via de disponibilização de informação útil (acesso) para associações imigrantes: documento “Como constituir uma Associação” e folheto de promoção do associativismo imigrante e do voluntariado.

O GATAI assume-se uma ponte entre a própria estrutura do ACIDI, I.P. e as Associações de Imigrantes, e entre as associações e outras entidades públicas e privadas e que contactam o Gabinete.



1.1.1. Brochura sobre o Associativismo Imigrante

O objectivo desta brochura é divulgar os contactos e as actividades das Associações de Imigrantes, no sentido de estimular ligações futuras das mesmas com entidades públicas e privadas ou pessoas singulares, no sentido de apelar à partilha de responsabilidade conjunta na promoção de melhores condições de vida para os cidadãos imigrantes e seus descendentes em Portugal.

Esta brochura, com uma tiragem de cinco mil exemplares, foi distribuída pelas Autarquias, Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI's), ONG's, IPSS's, AI's e CNAI de Lisboa. Outras vias de distribuição foram a correspondência do Centro de Documentação, as Visitas de Acompanhamento a AI's, os pedidos de informação presenciais no GATAI e a participação em eventos.

Numa segunda fase reforçou-se a distribuição das brochuras junto dos CNAI de Lisboa e do Porto, os CLAI, as Autarquias (Presidente e Departamento de Acção Social) e o público em geral que se dirige ao GATAI e ao Centro de Documentação.

1.1.2. Conversas sobre Associativismo Imigrante

Esta iniciativa consiste na organização, ao nível local, de sessões de informação e debate sobre o associativismo imigrante em Portugal, sua contextualização legal e social, direitos e deveres, mais valias e constrangimentos, numa perspectiva de incentivo à organização dos cidadãos imigrantes pela via associativa. A clarificação e disponibilização do apoio do ACIDI, I.P./GATAI ao movimento associativo imigrante em Portugal é, também, factor elementar na dinâmica destas conversas.

Esta iniciativa foi divulgada junto de todos os CLAI, através da respectiva plataforma virtual, onde foi disponibilizado o apoio do GATAI para a promoção de sessões em todo o território nacional.

Em 2007 foi realizada somente uma Conversa sobre Associativismo Imigrante, em Alenquer, co-organizada pelo CLAI de Alenquer, da qual resultou um contacto com uma Associação local, com vista ao reconhecimento da sua representatividade pelo ACIDI, I.P.

1.1.3. Presença em eventos das AI's

O GATAI tem por iniciativa e dever o acompanhamento das acções desenvolvidas pelas Associações ou onde as Associações têm uma presença significativa, ainda que não sejam entidade organizadora. Estas acções podem ser das mais variadas naturezas, incluídas na agenda de trabalho das Associações: momentos estatutários (tomada de posse de novas direcções, assembleias gerais); eventos culturais; acções de formação, entre outras. De seguida, faz-se referência a alguns desses eventos nos quais os membros do GATAI estiveram presentes:

- Apresentação da nova direcção da Associação Casa do Brasil, no dia oito de Março de 2007;
- Festa comemorativa da Independência do Togo, no dia 22 de Abril de 2007;
- Workshop na Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude, no dia 31 de Março de 2007;
- II Fórum das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal, sessão de encerramento, Setúbal, no dia 15 de Abril de 2007;
- Reunião de trabalho com a Associação Mãos Unidas da Casa da Alegria – AMUCA, no dia 28 de Abril de 2007;



- Reunião de trabalho com a Associação de Solidariedade dos Filhos e Amigos do Concelho de S. Miguel de Cabo Verde, no dia 5 de Maio de 2007;
- Reunião na Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude para o projecto SAI – Serviço de Apoio à Infância, no dia 23 de Maio de 2007;
- Conferência no ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – organizada pelo Núcleo de Estudantes Africanos, no dia 23 de Maio de 2007;
- Ciclo de Cinema da Junta Freguesia de Sta. Catarina (Lisboa), debate sobre exclusão social dos imigrantes, a propósito do filme “Lisboetas”, no dia 18 de Julho de 2007;
- Inauguração de local de culto (mesquita) numa iniciativa da Associação dos Cidadãos da Guiné Conakri Residentes em Portugal, no dia 3 de Agosto de 2007;



Debate sobre a Integração dos Descendentes de Imigrantes - 4º Encontro de HIP HOP

- Participação no “4º Encontro de HIP HOP”, dedicado ao tema da Imigração e Diversidade Cultural, pela Associação Juvenil Laços de Rua, no Parque Palmela em Cascais, nos dias 11 e 12 de Agosto de 2007;
- Inauguração do Parque Infantil, iniciativa da Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, no dia 9 de Setembro de 2007;
- Encontro de Mulheres Imigrantes, numa iniciativa conjunta do GRAAL e da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, no dia 11 de Outubro de 2007;
- Reunião com representante da Escola de Ucraniano à distância, representante da Embaixada da Ucrânia, e de associações de imigrantes ucranianos, dia 20 de Dezembro de 2007.

1.2. Reconhecimento de representatividade das Associações de Imigrantes

A Lei 115/99 de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei 75/2000 de 9 de Maio, estabelece o regime de constituição e os direitos e deveres das associações representativas dos imigrantes e seus descendentes. As associações de imigrantes são associações constituídas nos termos da lei geral, dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, regional ou local, e que inscrevam nos seus estatutos o objectivo de proteger os direitos e interesses específicos dos imigrantes e dos seus descendentes residentes em Portugal, visando nomeadamente:

- a) Defender e promover os direitos e interesses dos imigrantes e seus descendentes em tudo quanto respeite à sua valorização, de modo a permitir a sua plena integração e inserção;
- b) Desenvolver acções de apoio aos imigrantes e seus descendentes visando a melhoria das suas condições de vida;

- c) Promover e estimular as capacidades próprias, culturais e sociais das comunidades de imigrantes ou dos seus descendentes como elemento fundamental da sociedade em que se inserem;
- d) Propor acções necessárias à prevenção ou cessação de actos ou omissões de entidades públicas ou privadas que constituam discriminação racial;
- e) Estabelecer intercâmbios com associações congéneres estrangeiras ou promover acções comuns de informação ou formação.

O reconhecimento de representatividade é atribuído pelo Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, precedido de parecer do COCAI, às associações que o requeiram e demonstrem reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Ter estatutos publicados;
- b) Ter corpos sociais regularmente eleitos;
- c) Possuir inscrição no Registo Nacional de Pessoas Colectivas;
- d) Inscrever no seu objecto ou denominação social a promoção dos direitos e interesses específicos dos imigrantes;
- e) Desenvolver actividades que comprovem uma real promoção dos direitos e interesses específicos dos imigrantes.

Ao GATAI compete assessorar o Conselho Consultivo para Assuntos da Imigração (COCAI) na elaboração de relatórios no âmbito do requerimento, por parte das associações, de reconhecimento de representatividade tendo em vista o parecer previsto na lei, organizar o registo das associações cuja representatividade é reconhecida e emitir, anualmente, o respectivo cartão de identificação.

Relativamente à Instrução do Pedido de Reconhecimento de Representatividade, é sugerido às associações que apresentem, para além dos requisitos legais acima mencionados, informações adicionais para instruir o pedido, dentro do espírito do art. 4.º, 1 do Decreto-Lei n.º 75/2000. Nomeadamente, um breve historial onde conste: as principais actividades já desenvolvidas no terreno ou que estejam em fase de elaboração; os diferentes parceiros/apoios (técnicos e financeiros) que colaboram para a execução destas actividades; o número de voluntários e respectivas atribuições, etc..

Após a análise qualitativa de todos os requisitos e elementos apresentados pela associação e dos recolhidos por meio de reuniões realizadas com os respectivos dirigentes associativos é emitido, pelo GATAI, um parecer técnico, sugerindo o deferimento ou indeferimento do pedido de reconhecimento veiculado pelas associações. Este parecer é remetido ao COCAI, cujas competências estão previstas no art. 9º da Lei n.º 115/99, e, posteriormente, sujeito à decisão final e vinculativa do ACIDI, I.P.

Tendo em conta as inúmeras solicitações, o GATAI disponibiliza, para além do apoio técnico ao processo de reconhecimento, o apoio técnico no intuito de informar os interessados sobre as noções gerais do processo de constituição de uma associação sem fins lucrativos. Também é disponibilizado, quando necessário e em alternativa ao processo de reconhecimento, informações gerais acerca da obtenção do estatuto de ONGD e/ou IPSS.

Em 2007 foram reconhecidas nove associações de imigrantes. O reconhecimento destas resultou em mais de 1.400 novos cidadãos imigrantes e seus descendentes activamente implicados na construção do seu processo de integração. As associações reconhecidas são todas de âmbito local, são elas:



- Associações reconhecidas em 27 de Fevereiro de 2007:

Associação dos Amigos Brasileiros na Madeira
 Associação dos Guineenses do Porto
 Associação Juvenil Laços de Rua
 AUIPB Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque
 BURBUR Associação Cultural
 ESSALAM Associação dos Imigrantes Magrebinos e de Amizade Luso-Árabe MIORITA
 Associação Cultural dos Imigrantes Moldavos

- Associações reconhecidas em 18 de Julho de 2007:

AICA Associação dos Imigrantes do Concelho de Almada

- Associações reconhecidas em 13 de Novembro de 2007:

AFRUNIDO Associação Sócio Desportiva e Cultural

Tendo em conta que se estabeleceu como objectivo inicial a diversificação geográfica do associativismo imigrante, que se encontra muito centralizado na área Metropolitana de Lisboa, e a diversificação das comunidades representadas, salienta-se que a comunidade brasileira é a segunda comunidade imigrante que se faz representar na Região Autónoma da Madeira (Associação dos Amigos Brasileiros na Madeira), que até então só contava com a Associação Cultural e Recreativa Africana na Madeira.

As Associações de Imigrantes, actualmente reconhecidas pelo ACIDI, I.P. demonstram a grande diversidade das comunidades imigrantes residentes em Portugal, são elas:



120

Comunidade	Associações de Imigrantes
Angolana	19
Brasileira	5
Caboverdeana	21
Chinesa	1
Filipina	1
Guineense	19
Guiné Conakri	1
Moçambicana	4
Moldava	2
Romena	3
Santomense	5
Ucraniana	5
Magrebina (Árabe)	1
Diversas	21

Em resultado, actualmente são 108 as Associações de Imigrantes cuja representatividade foi reconhecida pelo ACIDI, I.P. são elas:

Associação Coligativa Bissau-Biombo e Amigos ACBBA
Associação - Centro Cultural Luso Moçambicano
Associação "Filhos e Amigos de Bachil"
Associação Angolana de Solidariedade em Portugal - ASAP
Associação Apoio Sem Limite - Instituição Particular de Solidariedade Social ASLI

Associação Brasileira de Portugal
Associação Caboverdiana
Associação Caboverdiana (Sines)
Associação Caboverdiana de Setúbal
Associação Caboverdiana do Algarve
Associação Cabo-Verdiana no Norte de Portugal
Associação Casa de Angola
Associação Casa de Moçambique
Associação Centro Cultural Africano
Associação Cívica Moçambicana Índico
Associação Comunidade Romena
Associação Cultural BURBUR
Associação Cultural dos Imigrantes Moldavos MIORITA
Associação Cultural e Recreativa dos Africanos na Madeira ACRAM
Associação Cultural Moinho da Juventude
Associação da Comunidade de São Tomé e Príncipe - ACOSP
Associação de Amizade Dos PALOP no Algarve APALGAR
Associação de Angolanos do Concelho de Seixal Kamba
Associação de Apoio ao Estudante Africano
Associação de Apoio ao Imigrante
Associação de Apoio ao Imigrante Árabe
Associação de Apoio Social Imigração para as Comunidades Sul Americanas e Africanas
Associação de Defesa dos Angolanos
Associação de Estudantes Angolanos em Portugal - "AEA - Portugal"
Associação de Estudo Cooperação e Solidariedade "Mulher Migrante"
Associação de Imigrantes de Gondomar Amizade
Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável
Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio Cultural
Associação de Solidariedade Cabo-Verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo
Associação de Solidariedade dos Filhos e Amigos do Concelho de S. Miguel de Cabo Verde
Associação de Solidariedade Social "Assomada"
Associação de Solidariedade Social de Imigrantes Adventistas - Assia
Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Associação de Solidariedade Social Loures Amadora - ASALA
Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira
Associação dos Amigos Brasileiros na Madeira
Associação dos Amigos do Príncipe - AAP
Associação dos Angolanos Residentes em Portugal Novager
Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde
Associação dos Cidadãos da Guiné Conakri Residentes em Portugal
Associação dos Emigrantes de Tame
Associação dos Filhos de Calequisse Residentes em Portugal - AFICAP



Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Jeta - Núcleo de Portugal - AFAIJE
Associação dos Filhos e Amigos das Ilhas de Bolama - Cabás Garandi - Núcleo de Portugal
Associação dos Guineenses do Porto
Associação dos Imigrantes do Concelho de Almada AICA
Associação dos Imigrantes dos Países do Leste - EDINSTVO
Associação dos Imigrantes Magrebinos e de Amizade Luso-Árabe ESSALAM
Associação dos Imigrantes nos Açores
Associação dos Imigrantes Romenos e Moldavos FRATIA
Associação dos Imigrantes Russófonos Respublika
Associação dos Naturais do Pelundo Residentes de Portugal ANPRP
Associação dos Residentes Angolanos no Concelho de Odivelas - ARACODI
Associação dos Ucrrianos em Portugal
Associação Espaço da Comunidade Caboverdiana
Associação Espaço Jovem
Associação Geração Nova AGENOVA
Associação Guineáspora - Fórum de Guineenses na Diáspora
Associação Guineense de Solidariedade Social - AGUINENSO
Associação Guineense e Povos Amigos
Associação Humanitária de Auxílio aos Santomenses Cloçon - Bétu
Associação Juvenil Laços de Rua
Associação Juvenil Luso Africana Ponto nos Is
Associação Laamten - Valorização e Divulgação da Língua e Cultura Fula
Associação Luso Caboverdiana de Sintra
Associação Luso Cultural Luso-Africana - Morna
Associação Luso-Africana dos Metodistas no Porto
Associação Mais Brasil
Associação Mãos Unidas da Casa da Alegria Casal de Santa Filomena
Associação Melhoramentos e Recreativo do Talude
Associação MIR
Associação Nach Stil
Associação Os Grupos de Trabalho do Projecto dos Sete - GTP7
Associação para a Cooperação e Desenvolvimento Morabeza
Associação para a Defesa e Inserção das Minorias Étnicas ADIME
Associação para a Informação e Defesa da Saúde dos Africanos SANITAE
Associação Portugal/Moçambique
Associação Recreativa e Cultural Residentes nos Municípios de Amadora e Sintra Quizomba
Associação Romena e Povos Amigos
Associação Sócio Cultural da Quinta da Serra
Associação Sócio Desportiva e Cultural AFRUNIDO
Associação Tavirense de Apoio ao Imigrante
Associação Tratado do Simulambuco - Casa de Cabinda



Associação Unida dos Emigrantes da Guiné Bissau em Portugal AUEGBP
Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho
Associação Unidos de Cabo Verde
Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque AUPIB
Casa da Guiné
Casa de Angola em Coimbra CAC – ONGD
Casa do Brasil de Lisboa
Casa Lusófona – ONGD
Centro Cultural Moldavo
Centro de Apoio à População Emigrante de Leste Europeu e Amigos Capela
Centro Português de Estudos Árabe Pulaar e Cultura Islâmica
Clube Filipino
Fórum Social Angolano FSA
Fundo de Apoio Social de Cabo-Verdianos em Portugal - FASCP
Grupo de Teatro do Oprimido GTO
Liga dos Africanos e Amigos de África Liáfrica
Liga dos Chineses em Portugal
Movimento Social pelo Esclarecimento e Informação
Solidariedade Imigrante, Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes
União da Juventude Angolana em Portugal

1.3. Apoio Técnico e Financeiro às Associações de Imigrantes

O apoio técnico e financeiro disponibilizado pelo ACIDI, I.P., às Associações de Imigrantes e seus Descendentes, são enquadrados pela lei 111/99 de 3 de Agosto.

O apoio disponibilizado pode ser de carácter técnico e financeiro, às Associações de Imigrantes que desenvolvam programas ou projectos, que tenham como objectivo:

- a) Contribuir para a integração de cidadãos imigrantes, promovendo a sua dignificação e igualdade de oportunidades;
- b) A mudança de atitudes e mentalidades, no âmbito da igualdade de oportunidades dos cidadãos legalmente residentes em Portugal, nomeadamente a nível da educação, da cultura e dos meios de comunicação social;
- c) A formação técnica de suporte a iniciativas empresariais, culturais e sociais com vista a estimular a actividade empreendedora dos imigrantes;
- d) A formação profissional, de forma a fomentar o aumento da qualificação profissional dos cidadãos imigrantes;
- e) A criação de serviços de apoio às famílias imigrantes;
- f) O estabelecimento de intercâmbios com associações congéneres estrangeiras ou a promoção de acções comuns de informação ou formação;
- g) O estudo e a investigação de casos e medidas de integração social e de discriminação baseada na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica;
- h) A eliminação de todas as formas de discriminação baseadas na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

O apoio técnico veiculado através do GATAI caracteriza-se essencialmente pela consultoria prestada na instrução dos processos de candidaturas a apresentar ao próprio ACIDI, I.P., assim como na divulgação e acompanhamento de determinados processos de candidaturas a outras potenciais fontes de financiamento para as Associações de Imigrantes.



Na fase pré-candidatura ao apoio financeiro (após as acções de formação sobre o tema), o GATAI, por norma, disponibiliza-se para a realização de atendimentos (presenciais ou via correio electrónico) com o objectivo de auxiliar no planeamento/redacção dos projectos. Através deste processo procura-se aumentar a qualidade técnica subjacente, focalizando-se sobretudo na metodologia de projecto (descrição de necessidades, definição de objectivos, indicadores, processo de avaliação, entre outros aspectos). Para além do aumento da qualidade das candidaturas, cumprindo com os requisitos do financiador (ACIDI, I.P.), pretende-se contribuir para a capacitação das Associações em termos do domínio do processo de planificação e avaliação.

No âmbito do apoio financeiro prestado às Associações de Imigrantes, compete ao GATAI assessorar tecnicamente o COCAI, através da elaboração de pareceres técnicos, os quais são produzidos com base nos critérios definidos pela Lei.

A qualidade técnica das acções propostas, o seu âmbito de intervenção territorial, o grau de carência da região ou população abrangida, a continuidade e a sustentabilidade dos efeitos pretendidos, a participação do trabalho voluntário, a relação entre o custo e os resultados esperados, a capacidade de estabelecer parcerias, o tipo de actividades desenvolvidas pela associação promotora da acção ou projecto e o cumprimento das acções ou projectos anteriores são os critérios de apreciação das candidaturas apresentadas submetidas a apreciação, definidas no artigo 9º, do Decreto-Lei n.º 75/2000.

Entre Janeiro de 2007 e Dezembro de 2007 foram apoiadas 40 Associações de Imigrantes num total de € 472.101,00.



124

Associação	Tipo de Apoio	Verba Atribuída
Associação Caboverdiana de Setúbal	Anual	28.385,00 €
Associação Caboverdiana do Norte de Portugal - ACNP	Anual	9.710,00 €
Associação Casa de Moçambique	Anual	3.000,00 €
Associação Cívica Moçambicana - ÍNDICO	Anual	6.975,00 €
Associação Comunidade Romena	Anual	1.960,00 €
Associação Cultural Moinho da Juventude	Pontual	5.683,00 €
Associação da Comunidade de São Tomé e Príncipe - ACOSP	Anual	1.855,00 €
Associação de Apoio à Cidadania Lusófona - AACILUS	Anual	13.800,00 €
Associação de Apoio ao Imigrante	Anual	29.244,00 €
Associação de Imigrantes de Gondomar - AMIZADE	Anual	12.000,00 €
Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural - PROSAUDESC	Pontual	7.250,00 €
Associação de Solidariedade Cabo-Verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo	Anual	9.811,00 €
Associação de Solidariedade Social ASSOMADA	Anual	9.750,00 €
Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura	Anual	15.000,00 €

Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira	Anual	9.396,00 €
Associação dos Amigos do Príncipe	Anual	5.705,00 €
Associação dos Imigrantes dos Países do Leste - EDINSTVO	Anual	15.300,00 €
Associação dos Imigrantes nos Açores - AIPA	Anual	14.000,00 €
Associação dos Naturais do Pelundo Residentes em Portugal - ANPRP	Anual	7.200,00 €
Associação dos Ucrânicos em Portugal	Anual	18.289,00 €
Associação Espaço Jovem	Anual	10.650,00 €
Associação Geração Nova - AGENOVA	Anual	7.000,00 €
Associação GUINEÁSPORA - Fórum de Guineenses na Diáspora	Pontual	4.181,00 €
Associação Luso Caboverdiana de Sintra	Anual	10.039,00 €
Associação Mais Brasil	Anual	13.184,00 €
Associação Melhoramentos e Recreativo do Talude - AMRT	Anual	7.275,00 €
Associação MIR	Anual	10.950,00 €
Associação para a Cooperação e Desenvolvimento - MORABEZA	Anual	11.968,00 €
Associação para a Defesa e Inserção das Minorias Étnicas - ADIME	Anual	7.000,00 €
Associação Portugal Moçambique	Anual	6.500,00 €
Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho	Pontual	4.550,00 €
Associação Unidos de Cabo Verde	Anual	30.135,00 €
Caboverdeana Sines e Santiago - Associação Caboverdiana	Anual	9.800,00 €
Casa da Guiné	Anual	15.500,00 €
Casa do Brasil de Lisboa	Anual	35.000,00 €
Casa Lusófona ONGD	Anual	3.000,00 €
Centro Cultural Moldavo	Anual	6.000,00 €
Centro de Apoio à População Emigrante de Leste Europeu e Amigos - CAPELA	Anual	12.140,00 €
Grupo de Teatro do Oprimido - GTO	Pontual	7.916,00 €
Solidariedade Imigrante, Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes	Anual	35.000,00 €



Às Associações que beneficiam do apoio anual, é feita uma visita de acompanhamento e avaliação, da qual é produzido um relatório de carácter intermédio com o objectivo de aferir o estado

e o desenvolvimento das actividades protocoladas. Ao celebrar o protocolo, as Associações de Imigrantes comprometem-se a apresentar um relatório anual e circunstanciado da actividade desenvolvida e da aplicação das verbas concedidas, o qual é revisto e posteriormente validado pelo GATAI quando os requisitos mínimos de execução e qualidade são cumpridos.

As Associações apoiadas em 2007 apresentam uma grande diversidade geográfica e cultural, estando presentes em diferentes partes do país. O trabalho desenvolvido com base no co-financiamento disponibilizado pelo ACIDI, I.P. abrangeu diferentes áreas, tais como o apoio escolar para crianças e jovens, as actividades de tempos livres, os eventos culturais e recreativos, o apoio jurídico, as aulas de língua e cultura portuguesa, acções de intervenção política no âmbito das questões da imigração e da luta contra a discriminação, assim como, diversas iniciativas de sensibilização e informação dirigidas às diferentes comunidades imigrantes e à sociedade de acolhimento.

1.3.1. Processo de Avaliação dos Pedidos de Apoio Financeiro para 2008

À semelhança de anos anteriores, o GATAI recebeu e analisou os projectos apresentados pelas Associações em sede de candidatura. Deram entrada até 31 de Outubro de 2007, 50 pedidos de apoio financeiro, sendo que dois destes pedidos são pontuais e os restantes 48 de carácter anual, tendo em vista o apoio aos planos de actividades de 2008.

O processo de seriação e avaliação das candidaturas foi alvo de inovações, entre elas está a adopção do Plano para Integração dos Imigrantes (PII), documento orientador no âmbito do acolhimento e integração de imigrantes, assim como do aperfeiçoamento do processo de análise e elaboração dos pareceres técnicos.

Os diferentes projectos apresentados foram enquadrados no âmbito das 122 medidas do plano, clarificando o contributo dado pelas Associações na concretização das diferentes medidas, em torno de iniciativas de promoção da integração dos imigrantes, valorização da diversidade cultural e da interculturalidade no seio da sociedade portuguesa.

Na metodologia adoptada na análise das candidaturas apresentadas em 2008, o GATAI procurou introduzir mecanismos de análise que permitissem uma maior objectividade, associada ao procedimento de classificação e seriação das propostas.

Com base nos critérios definidos pela Lei (n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei 75/2000), e na experiência de anos anteriores, a equipa GATAI desenvolveu uma ferramenta denominada de “Racional para Aplicação dos Critérios de Apreciação”, a qual permitiu atribuir pontuações às candidaturas, respondendo à necessidade de aumentar o grau de objectividade inerente ao processo.

Este instrumento serviu de referência à análise dos pedidos de apoio, atribuindo-se uma pontuação de 1 a 5 a cada um dos critérios: o Um (1) quando se verifica a ausência total do critério em apreciação e o Cinco (5) quando se verifica a existência do critério e este se apresenta com um nível de qualidade e domínios superiores.

Adicionalmente, todos os projectos apresentados em sede de candidatura foram analisados em equipa, com pelo menos dois avaliadores a atribuir uma classificação.

Foram contactadas todas as associações com pedidos de apoio, em particular aquelas que apresentaram candidaturas com maiores fragilidades, com as quais se realizaram reuniões de trabalho, com o objectivo de aumentar a qualidade técnica dos seus projectos. Foram elaborados os pareceres técnicos referentes ao projectos apresentados, os quais foram em tempo útil encaminhados para apreciação do COCAI, aguardando a realização da próxima reunião.



126



1.3.2. Acções de capacitação para líderes associativos

De forma a superar as necessidades evidenciadas pelos dirigentes associativos quanto a temáticas variadas e capacidades técnicas, foram desenvolvidas iniciativas informativas e formativas que abrangeram os seguintes temas:

a) “Organização e Execução do Protocolo de Apoio Financeiro”

Nos dias 10, 11 e 12 de Abril de 2007 ocorreu uma acção de formação com o objectivo de capacitar as Associações de ferramentas para a organização e execução do protocolo de apoio financeiro. A acção de formação realizou-se no dia 10 de Abril no CNAI do Porto, onde estiveram presentes 12 formandos de 9 Associações. Nos dias 11 e 12 de Abril, a acção decorreu no CNAI de Lisboa, estando presentes seis formandos de cinco Associações, e 15 formandos de 11 Associações, respectivamente.

b) “Igualdade de Oportunidades – Igualdade de Género”

A acção de formação, promovida pelo GATAI em parceria com a Equipa de Formação do GRAAL, decorreu nos dias 11 e 12 de Maio de 2007, nas instalações do GRAAL. Estiveram presentes 17 formandos, de 10 Associações de Imigrantes. A formação foi administrada por Rute Castela e Vanessa Viana (formadoras do Graal – Projecto Vamos Utopiar - EQUAL).

c) “Tráfico de Mulheres”

Em Maio e Junho de 2007, o GATAI promoveu a realização de quatro sessões de formação para as Associações de Imigrantes, em parceria com a CIDM, o SEF, e a APF (projecto CAIM – EQUAL), tendo em vista o esclarecimento sobre a problemática do tráfico de mulheres. A acção de formação contou com 15 participantes de sete Associações de Imigrantes.

d) Sessão de Esclarecimento sobre o novo modelo de apoio às AI's

No dia 12 de Setembro de 2007 realizou-se no CNAI de Lisboa uma sessão de esclarecimento que visava o esclarecimento sobre o novo modelo de apoio às AI's, que prevê este ano a necessidade de enquadramento das actividades propostas pelas associações nas medidas do PII. A sessão de esclarecimento teve 26 inscrições de 17 Associações.

e) “Microcrédito”

No dia 13 de Setembro de 2007, o GATAI em colaboração com o Gabinete de Apoio ao Emprego do CNAI Lisboa e a Associação Nacional de Direito ao Crédito, promoveu a realização de uma acção de formação sobre microcrédito, que se realizou em duas sessões. A acção teve como destinatários as Associações de Imigrantes, e pôde contar numa sessão com 26 participantes, e noutra com 27 participantes.

f) “Apoio Financeiro do ACIDI, I.P. às Associações de Imigrantes 2008”



Acção de Formação, Setembro 2007 – CNAI Lisboa



Esta acção de formação, que tinha em vista o apoio ao preenchimento do Formulário de Pedido de Apoio Financeiro, decorreu em Setembro, nos dias 15 (no CNAI de Lisboa), 22 (no CNAI do Porto) e 29 (na Câmara Municipal de Tavira), e em Outubro, no dia 13 (no CNAI de Lisboa) de 2007. No dia 15 estiveram presentes 17 formandos de 12 Associações; no dia 22 estiveram presentes 16 participantes de 12 Associações; no dia 29 estiveram presentes quatro participantes de três Associações, e por fim, no dia 13 de Outubro estiveram presentes 24 participantes de 17 Associações.

g) “Cooperativas de Habitação”

No dia 18 de Outubro de 2007, decorreu no auditório do CNAI uma sessão de esclarecimento, organizada pelo Gabinete de Apoio à Habitação, na qual o GATAI teve um papel colaborativo. Esta sessão teve como objectivo o esclarecimento sobre cooperativas de habitação, e teve como oradores Cátia Cohen, do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP), Manuel Tereso, da Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE), e Albertina Mateus, da Cooperativa de Habitação NHC. A sessão de esclarecimento, destinada a Associações de Imigrantes, teve a participação de cerca de 23 pessoas.

h) “Imigração – Diálogo com a Imprensa”

Nos dias 21, 22, 23, 24 e 27 de Novembro de 2007 decorreu no CNAI de Lisboa (num total de 14 horas), a acção de formação “Imigração – Diálogo com a Imprensa”, destinada a Associações de Imigrantes. A acção de formação teve como oradores Rui Araújo e Sérgio Borges, conceituados jornalistas do Jornal Público, que ministraram conhecimentos técnico-práticas de relação com a imprensa. No decorrer da acção de formação esteve presente uma média de 16 participantes, representantes de 15 Associações diferentes.

i) “Novas Soluções de Habitação e Arrendamento para a População Imigrante”



Sessão de Informação: “Novas Soluções de Habitação e Arrendamento”

A sessão de esclarecimento ocorreu no dia 13 de Dezembro de 2007, com a colaboração de técnicos do Instituto para a Habitação e Requalificação Urbana (IHRU) – Eng.º Paulo Reis e Eng.ª Maria José Pereira, tendo em vista prestar informações acerca dos novos programas de apoio à habitação Porta 65 e PROHABITA. Destinou-se a Associações de Imigrantes, Projectos Escolhas e CLAll’s, contando com 40 participantes.

j) Curso de Especialização em “Gestão de Projectos em Parceria”

O GATAI tem estado no último trimestre de 2007 envolvido no impulsionamento desta Pós-graduação, em parceria com o Gabinete EntreCulturas, a IC-EQUAL e a Universidade Católica. Este curso de especialização visa a formação de dirigentes associativos que pretendam receber competências de gestão de projectos, tendo em vista constituir-se como uma resposta de formação avançada para a melhoria da qualidade de resposta das associações e da eficácia da sua intervenção no terreno. Prevê-se o início do curso durante o primeiro trimestre de 2008.

k) Guia de Apoios

Com o objectivo de facilitar o acesso a apoios financeiros, o Gabinete considera pertinente a reunião, organização e divulgação de uma base de dados que as Associações podem consultar para se informarem sobre quais os organismos existentes que financiam projectos

das mais variadas ordens, como na área da saúde, da justiça e da educação, entre outras. Foi feito um primeiro levantamento de programas e entidades financiadoras, num total de 31 programas/entidades, organizados numa brochura em papel que foi distribuída por todas as associações.

No entanto, dado tratar-se de informação em constante mudança, revelou-se necessário disponibilizar informações actualizadas ao longo do ano, o que foi feito esporadicamente junto das associações através de correio electrónico, nomeadamente tendo em vista a divulgação de linhas de financiamento da Comissão Europeia.

Deram-se também os primeiros passos no sentido de organizar uma base de dados disponível online no site do ACIDI, I.P. com um sistema de alerta para novos programas ou novas datas de apresentação de propostas.

I) Formação sobre Reconhecimento de novas AI's

Optou-se por adiar esta acção de formação para 2008, na expectativa da publicação do novo Regime Jurídico do Associativismo Imigrante (Lei n.º 115/99 e Decreto-Lei n.º 75/2000).

2. Parcerias com Associações de Imigrantes – promoção do trabalho em rede

O Projecto Vamos Utopiar, financiado pela IC-EQUAL e levado a cabo por uma parceria entre várias entidades (GRAAL, Associação Guias de Portugal, Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude, Lusotemp Trabalho Temporário e o ACIDI, I.P.), tem como objectivo a promoção da participação igualitária de imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa.

A mobilização e o reforço da capacidade de intervenção das Associações de Imigrantes, o reforço da sua visibilidade e de práticas de trabalho em rede, foram os objectivos propostos ao ACIDI, I.P. e que se consubstanciaram na promoção de espaços de debate e troca de experiências.

Durante o ano 2007, e na sequência do trabalho realizado em 2006, em que se promoveram tertúlias de debate, uma plataforma virtual de associações de imigrantes, e um Fórum da Interculturalidade, o ACIDI, I.P. dinamizou e organizou um Encontro de Avaliação e Follow-Up do projecto, realizado a 23 de Março de 2007, com o objectivo de reflectir e debater acerca das actividades do projecto e de lançar o futuro do trabalho em rede entre Associações. Estiveram presentes 20 participantes, representantes de 16 associações, que reforçaram a importância de apostar no trabalho conjunto entre associações como uma prioridade das respectivas agendas.

Quanto ao Portal das Associações de Imigrantes (www.aimigrantes.org), foi lançado no dia 10 de Janeiro de 2007, nas instalações da Associação Caboverdeana. Actualmente, fazem parte desta plataforma virtual 67 associações de imigrantes, referindo-se que o nº de visitas ao portal no ano de 2007 foi de 15.370. Através de patrocínios e apoios, a sustentabilidade técnica, administrativa e financeira do portal foi assegurada para todo o ano de 2007. Apesar da total autonomia conquistada pelo grupo de gestão, tal como era objectivo inicial, o ACIDI, I.P. acompanhou de perto a evolução do portal, sendo convidado para reuniões de trabalho e manifestando a sua disponibilidade para apoio sempre que necessário. Actualmente, este é um sítio de referência para o associativismo imigrante em Portugal.

3. Mediadores Sócio-Culturais

Dada a ausência de Regulamentação da Lei n.º 105/2001, de 31 de Agosto, que cria o estatuto legal do mediador sócio-cultural, a sua presença nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante resulta da celebração de protocolos entre o ACIDI, I.P. e Associações de Imigrantes ou Organizações Não Governamentais que Trabalham na área da imigração.



Os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante têm sido considerados um exemplo de boas práticas a nível internacional, sendo que esse sucesso se deve não só aos Serviços aí presentes mas, também e de uma forma significativa, ao trabalho desenvolvido pelos mediadores sócio-culturais que fazem a ponte entre os Serviços e os imigrantes, facilitando o processo de integração.

4. O ACIDI junto das Comunidades

Foram realizados, em 2007, duas iniciativas “ACIDI junto das Comunidades”, mais concretamente no Porto (7 a 9 de Maio de 2007) e em Sintra (10 a 12 de Julho). Nestas iniciativas, o Alto Comissário desloca-se, com o seu Gabinete, ao terreno, ouvindo, na primeira pessoa, por um lado as dificuldades e barreiras encontradas e, por outro, as respostas em curso nas mais variadas áreas da vida dos cidadãos imigrantes.



130

“ACIDI junto das Comunidades” - Porto		
Dia	Hora	Programa
7 de Maio	10.00	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
	11.15	Administração Regional de Saúde do Norte
	12.15	Espaço T
	15.00	Visita do Ministro da Presidência ao CNAI Porto
	16.00	Assinatura dos Protocolos de Apoio Financeiro às Associações de Imigrantes no Governo Civil do Porto
	18.00	Câmara Municipal do Porto – Reunião do Conselho Municipal das Comunidades
8 de Maio	09.00	Pastoral das Migrações / Pastoral Universitária
	10.15	ASI – Associação de Solidariedade Internacional
	11.30	Associação de Ludotecas do Porto
	12.45	Associação Hindu do Porto
	14.00	Associação Mais Brasil
	15.15	Associação Industrial e Comercial dos Chineses em Portugal
	16.30	Associação dos Cabo-Verdianos do Norte de Portugal
	18.00	Encontro com as Comunidades do Concelho do Porto na Fundação Porto Social
9 de Maio	10.00	Encontro com Jornalistas (Jornal de Notícias)

“ACIDI junto das Comunidades” - Sintra		
Dia	Hora	Programa
10 de Julho	10.30	Visita ao Projecto Escolhas “Novos Desafios” em Mira Sintra, com a presença da Casa Seis e da Junta de Freguesia de Mira Sintra
	11.45	Visita à Junta de Freguesia de Mira Sintra
	12.30	Visita à Esquadra da PSP de Queluz
	13.30	Almoço em Queluz
	15.00	Visita ao Projecto Escolhas “Raízes”, no Monte Abraão, Bairro 1.º de Maio, com a participação da Casa da Guiné e da Junta de Freguesia de Monte Abraão
	16.00	Visita ao Projecto Escolhas “Meg@ctivo” no Pendão, com a participação da Associação Olho Vivo e da Santa Casa da Misericórdia de Sintra
	17.00	Visita À Associação Olho Vivo e ao CLAI de Queluz
	18.00	Reunião debate com a Associação Olho Vivo e publico convidado, com a participação da Junta de Freguesia de Queluz

11 de Julho	10.00	Visita à Delegação da Segurança Social de Sintra
	11.45	Visita ao Centro de Emprego de Sintra
	13.00	Almoço em Sintra
	14.30	Visita ao Centro de Formação Profissional de Sintra
	16.00	Visita ao Projecto Escolhas "O Espaço – Desafios e Oportunidades" com a participação do Grupo de Aeromodelismo Os Caças e da Junta de Freguesia de Algueirão Mem Martins
	17.00	Visita ao Projecto "Escolhas Saudáveis" com a participação da Associação Luso Cabo-Verdiana de Sintra (ACAS)
12 de Julho	10.00	Visita ao Centro de Saúde do Olival (Cacém) e encontro com o Delegado de Saúde
	11.30	Visita à Câmara Municipal de Sintra para cumprimentos
	12.00	Cerimónia de assinatura do protocolo para a constituição do CLAII de Sintra (Mem-Martins)
	12.30	Encontro com convidados e jornalistas no CLAII de Sintra (Mem-Martins)

Estas iniciativas foram complementadas com a intervenção das Equipas de Terreno, que têm como objectivo preencher as lacunas de informação no seio das comunidades imigrantes que, por razões várias, não têm acesso à informação disponibilizada pelo ACIDI ou têm possibilidade de se deslocarem aos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante ou aos Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrante



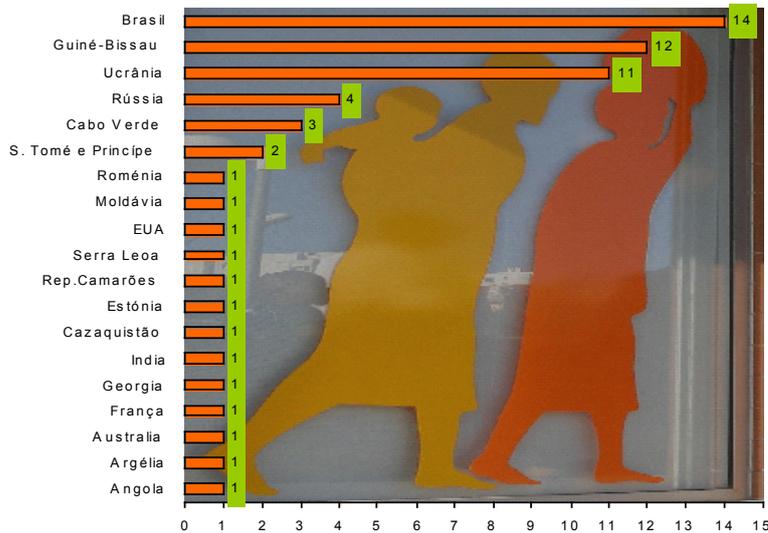
5. Apoio a iniciativas de ONG que trabalham para imigrantes

5.1 Centro Pedro Arrupe (CPA)

Desde a sua inauguração, em 5 de Maio de 2006, o CPA já acolheu 116 imigrantes de 26 nacionalidades diferentes, em situação de sem abrigo e/ou de extrema pobreza.

Esta parceria, dinamizada pelo ACIDI, I.P., com capacidade para acolher 25 pessoas, tem-se mostrado insuficiente para os pedidos que diariamente lhe chegam. No caso específico das mulheres continua a haver uma grande lista de espera. Alguns destes lugares estão a ser indevidamente ocupados por doentes ao abrigo dos acordos de cooperação entre Portugal e os PALOP. Prevê-se que a abertura, a breve prazo, de locais de acolhimento especificamente para este fim no âmbito do Programa de Apoio a Doentes Estrangeiros – PADE, seja uma solução para este problema.

O Centro Pedro Arrupe esteve sempre com a lotação completa, tendo acolhido 59 utentes durante 2007, das seguintes nacionalidades.



Uma vez que o CPA integra as vertentes de dormitório e de centro de dia, foi possível aos seus utentes usufruir das várias valências dos serviços prestados pelo JRS: apoio psicossocial, apoio médico e medicamentoso, apoio jurídico, ajuda na procura de trabalho, ajuda na procura de casa, aulas de Português. Esta e outras actividades têm sido asseguradas por um grupo de voluntários.

As Irmãs da Província Portuguesa das Filhas da Caridade de S. Vicente Paulo, através de um refeitório de que dispõem para servirem refeições a imigrantes sem abrigo, serviram os almoços e forneceram os jantares a todos os utentes ao longo de todo o ano.

O período médio de permanência no CPA tem sido de cerca de 3 meses, com cerca de 78% dos imigrantes acolhidos durante 2007 a alcançar o projecto de vida a que se tinham proposto.



Género	
1) Mulheres	5
2) Homens	50
3) Crianças Sexo Feminino	1
4) Crianças Sexo Masculino	3
	59
Tipo de Saída	
1.a) Concretização do Projecto de Vida. Legalização, Emprego, Casa.....	23
1.b) Concretização do Projecto de Vida. Retorno Voluntário	13
2) Expulsão	9
3) Saída C/ Conhecimento Prévio da Equipa Técnica.	6
4) Saída S/ Conhecimento Prévio da Equipa Técnica.	7
	58

VI. Comunidades Ciganas



1. Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas

As comunidades ciganas são parte integrante da nossa sociedade, pelo que devem ser implementadas dinâmicas de inclusão que facilitem a sua inserção social e a valorização do seu património cultural. A promoção da cultura cigana em contexto multicultural traduzir-se-á em atitudes de boa convivialidade e de respeito pelo outro, que criam verdadeiras oportunidades.

O Conselho Europeu adoptou, nas Conclusões de 14 de Dezembro de 2007, um parágrafo relativo a esta matéria (§ 50) no qual, pela primeira vez em 50 anos, a Europa reconhece a situação “muito específica” dos “Rom” – os ciganos – dando-lhe particular atenção e prioridade e convidando os Estados Membro a recorrerem a todos os meios para melhorarem a sua inclusão.

O ACIDI I.P., reconhecendo a necessidade de um apoio mais sistemático e eficiente a estas comunidades e após um diagnóstico objectivo da sua situação nas áreas mais carenciadas – educação, habitação, emprego e saúde – criou o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI).

Este Gabinete estruturou a sua missão em torno de três grandes linhas: o reforço do diálogo intercultural; a promoção da educação e da cidadania; e a promoção da cultura e identidade ciganas, corporizadas no seu programa “Cigadania”. Este foi desenvolvido tendo em conta dois grandes eixos: intervenção e capacitação e informação.

1.1. Intervenção e capacitação

O eixo intervenção e capacitação englobou o acompanhamento de projectos do Programa Escolhas e a capacitação de Associações e dirigentes Associativos.

O acompanhamento de projectos do programa Escolhas foi precedido de uma reunião no dia 24 de Abril de 2007, na qual estiveram presentes a equipa central e todos os coordenadores de projectos locais dirigidos a crianças e jovens ciganos, com o objectivo de se fazer um diagnóstico dos problemas e necessidades para uma futura intervenção do GACI.

Para um melhor conhecimento da realidade, foram programadas e realizadas algumas visitas ao terreno, as quais se traduziram numa troca de saberes e experiências de grande relevância para as actividades do GACI.

No que concerne à capacitação das Associações e dirigentes associativos, desenvolveram-se as seguintes actividades:

1.1.1. Elaboração e lançamento do Guia para o Associativismo Cigano



Este Guia tem como objectivo ajudar as comunidades ciganas a criar as suas estruturas associativas e a melhorarem o seu funcionamento e participação.

Com o formato de fichas temáticas integradas num suporte de mesa, este guia dá orientações para criar uma associação de raiz e para a sua gestão e dinamização.

Os conteúdos das fichas foram elaborados de forma acessível e objectiva para aproveitar todos os saberes e exemplos positivos no âmbito do associativismo ao serviço do desenvolvimento. O guia dá ainda algumas sugestões práticas no sentido de garantir o cumprimento mínimo de algumas regras que devem ser reconhecidas por todos.

Este material foi desenvolvido no âmbito do projecto Roma EDEM e está integrado no processo de acompanhamento do GACI às associações ciganas. Trata-se assim, de um material a utilizar em acções de formação a dirigentes associativos, conforme o previsto no plano de actividades deste gabinete, sendo igualmente dirigido a formadores ligados a estas temáticas e a técnicos das mais diversas entidades que desenvolvem trabalho a nível local com estas comunidades.

1.1.2. Reconhecimento das Associações Ciganas

Em Junho de 2007 o ACIDI deu início a um processo de reconhecimento e acreditação das Associações representativas das Comunidades Ciganas. Esta iniciativa visa potenciar o trabalho destas associações, de forma mais articulada, no sentido de:

- Apoiar o reconhecimento institucional das associações da comunidade junto de outras entidades públicas e privadas;
- Aceder ao apoio técnico para o desenvolvimento de projectos que contribuam para a capacitação e a boa inserção das comunidades que representam, nomeadamente nos domínios da educação, saúde, formação, emprego, mobilização e capacitação cívica;
- Participar em acções de formação para dirigentes e membros das associações;
- Participar no processo de eleição dos representantes das Associações Representativas das Comunidades Ciganas no Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos.

As associações que solicitaram o reconhecimento ao ACIDI foram as seguintes:

- APODEC – Associação para o Desenvolvimento da Etnia Cigana
Presidente – Adérito Montes
Contactos:
Antigo Bairro Irmão Pobre
Parque Florestal de Monsanto
400-208 Lisboa
- AMUCIP – Associação de Mulheres Ciganas Portuguesas
Presidente – Olga Mariano/Anabela Carvalho
Contactos:
Rua da Liberdade, n.º 3, r/c Dt.º
2845-157 Fogueteiro
Seixal
amucip.cucena@sapo.pt
- ACAJUCI – Associação Cristã de Apoio à Juventude Cigana
Presidente – António Pinto Nunes
Contactos:
Rua Particular à Rua Lopes, Lote 27, 4º Dto
1900-865 Lisboa
Lisboa
acajuci@hotmail.com



- CIGLEI – Associação Cigana de Leiria
Presidente – Dinis de Abreu
J. Freguesia de Leiria, Rua Conde Ferreira, nº 28
2410-104 Leiria
Leiria
- Associação Social Recreativa e Cultural Cigana de Coimbra
Presidente: Joaquim Cardoso
Bairro da Rosa, bloco V, 2ªCave
3020-208 Coimbra
Coimbra
- União Romani – Associação União Romani Portuguesa
Presidente – Victor Marques
Contactos:
Rua Aníbal Cunha, 184 – 2º
4050 – 047 Porto
vitormarques@portugalmail.pt
- FECALP – Federação Calhim Portuguesa
Presidente – António Pinto Nunes
Contactos:
Rua Particular à Rua Lopes, Lote 27, 4º Dto
1900-865 Lisboa



Assim, e até ao final de 2007, forma reconhecidas cinco associações e duas federações. É de referir que este processo se encontra em curso, sendo expectável um aumento do número de associações.

136



1.1.3. Formação de dirigentes

A formação de dirigentes associativos enquadrou-se no âmbito da parceria entre a equipa do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI) do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e a equipa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), que desenvolve um projecto multidimensional com a população da freguesia da Ameixoeira, no âmbito do programa K'cidade, programa de desenvolvimento comunitário urbano, uma iniciativa da Fundação Aga Khan.

Assim, foram realizadas de Junho a Novembro de 2007 8 sessões de formação (não formal) que envolveram cerca de 10 formandos ciganos e que decorreram no espaço de intervenção comunitária do programa K'cidade, na Ameixoeira.

O processo de capacitação integrou as seguintes fases:

- Formação de equipa de facilitadores e selecção da área de intervenção.
- Diagnóstico participado com os dirigentes locais e início da intervenção.
- Experimentação e implementação do processo associativo.
- Sustentabilidade do processo.

1.1.4. Elaboração do plano de apoio técnico e de financiamento das Associações Ciganas

Após o processo de reconhecimento associativo, o GACI elaborou uma proposta de regulamento de apoio financeiro às associações, bem como um formulário de candidatura. A proposta de regulamento foi aprovada pelo grupo de consultores ciganos (e igualmente dirigentes associativos) do GACI em reunião ocorrida em 18 de Setembro de 2007.

No sentido de preparar as associações para as candidaturas aos apoios financeiros, o GACI prevê ainda que os dirigentes e membros das associações possam ser alvo de formação que os capacitem no planeamento e gestão das actividades e projectos associativos. Estas formações deverão decorrer durante o ano de 2008.

1.2. Informação

O eixo da informação, para além do lançamento do referido Guia, foi marcado pelo lançamento do site “Ciga-nos”. Foi feita ainda a edição, em parceria com a Câmara Municipal de Sintra, do estudo “Sintrenses Ciganos” e, em parceria com o Instituto das Comunidades Educativas, a publicação do nº 9 dos cadernos ICE.

1.2.1. Site “Ciga-nos!”

www.ciga-nos.pt



O ACIDI lançou, no dia 25 de Junho de 2007, o site www.ciga-nos.pt. Disponível para o público, este site é, todavia, mais dirigido à população cigana, associações, técnicos, investigadores e entidades que trabalham com comunidades ciganas, visando é facilitar a articulação entre os diversos interlocutores e promover e divulgar as suas actividades, nomeadamente as intervenções de dimensão local realizadas pelas entidades que actuam no território nacional.

O site procura ainda apoiar a criação de uma rede capaz de desenvolver respostas mais eficazes para a resolução de problemas comuns, a partir de projectos que trabalham com populações ciganas, nomeadamente os projectos ligados ao Programa Escolhas. Esta base de dados de projectos e iniciativas, encontra-se disponível no site e é alvo de actualização periódica. O site promove, igualmente, o reconhecimento das comunidades ciganas e a disseminação de materiais de informação, bem como a divulgação das comunidades ciganas em Portugal (dimensões sociais e culturais).

Estatísticas das visitas ao site

Julho	822
Agosto	270
Setembro	279
Outubro	454
Novembro	375
Dezembro	387
Total	2.587



1.2.2. Caderno ICE nº 9 “Ciganos e Cidanias”

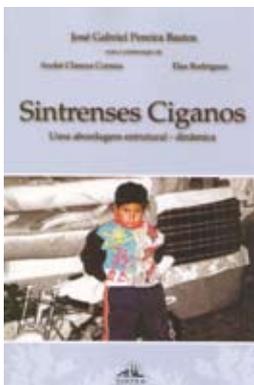
Em Abril de 2007 o ACIDI, em parceria com o Instituto das Comunidades Educativas (ICE), publicou o 9º número da colecção Cadernos ICE designado “Ciganos e Cidanias”.

Esta edição é coordenada por Mirna Montenegro e contém as comunicações apresentadas no 1º Encontro Internacional do Projecto Nómada II realizado em Setúbal, em Maio de 2006.



1.2.3. Estudo “Sintrenses ciganos”

Em Dezembro de 2007 o ACIDI apoiou financeiramente a edição do estudo “Sintrenses ciganos”, promovida pela Câmara Municipal de Sintra. Coordenado pelo antropólogo José Gabriel Pereira Bastos do Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas, da Universidade Nova de Lisboa, este estudo aborda a realidade sócio-demográfica da população cigana residente no concelho de Sintra.



1.3. O Grupo alargado do GACI – G9



Ciente de que o êxito da sua missão não reside apenas na resolução dos problemas e provimento das necessidades detectadas no diagnóstico inicial realizado mas, igualmente, no envolvimento das próprias comunidades ciganas neste processo, o GACI convidou alguns dos seus membros, com experiência associativa e de mediação, para integrarem o Gabinete na qualidade de Consultores.

O desafio que se colocou então foi constituir uma equipa que se caracterizasse pela sua dimensão intercultural, multidisciplinar e intergeracional e de maioria cigana, permitindo, por um lado, maior eficiência e legitimidade na sua acção e, por outro, maior representatividade dos interesses e perspectivas destas comunidades.

Este grupo, constituído por nove elementos – seis ciganos e três não ciganos (equipa técnica do GACI) – passou da designação de Grupo 9 para G9. A definição da sua missão resultou de um trabalho por patamares que levou a uma reflexão conjunta e participada sobre a razão de ser de uma estrutura como o G9, tendo-se concluído que seria “uma estrutura de provedoria e de apoio à capacitação das comunidades ciganas”, assumida em torno dos seguintes valores: respeito pelas diferentes culturas; verdade, justiça e dignidade; diálogo intergeracional e igualdade de género. Subjacente encontra-se o propósito de promover a mudança de mentalidades, tanto entre os ciganos como entre os não ciganos, como na relação dos primeiros com as diversas instituições e as suas práticas.

O G9, constituído em 4 de Julho de 2007, integra os seguintes elementos:

- Luis Pascoal, ACIDI I.P.
- Maria Helena Torres, ACIDI, I.P.
- André Costa Jorge, ACIDI, I.P.
- Adérito Montes, dirigente associativo
- António Pinto Nunes, dirigente associativo
- Bruno Gonçalves, mediador sociocultural
- Joaquim Cardoso, dirigente associativo
- Noele Gouveia, dirigente associativa
- Sónia Matos, dirigente associativa

1.3.1. Actividades do G9

1.3.1.1. Reuniões

Realizaram-se em 2007 duas reuniões que contaram já com a participação do G9: No dia 22 de Novembro com o Instituto da Segurança Social e no dia 5 de Dezembro com a Direcção Regional da Polícia de Segurança Pública.

Em ambas, o G9 propôs-se realizar uma formação em cultura cigana, obtendo como contrapartida do ISS uma formação sobre benefícios fiscais e, da PSP, uma mesa redonda com vários elementos das forças de segurança com vista a um melhor conhecimento dos códigos de todas as partes e, consequentemente, uma interacção mais eficiente.

1.3.1.2. Intervenções no terreno

As áreas de intervenção do grupo no terreno são diversificadas, não só no que respeita às situações que são referenciadas, como em termos geográficos. Assim, o G9 divide-se em pequenos grupos para avaliar as situações *in loco* e fazer os contactos/reuniões com as autoridades competentes.

Foram já feitas intervenções:

- No Barreiro, no âmbito da deslocalização do mercado, em articulação com a Câmara Municipal e os feirantes locais;
- Em Mondim de Basto, em articulação com a Junta de Freguesia, no sentido de encontrar uma solução para a situação de precariedade habitacional de duas famílias ciganas residentes no concelho;



- Em Sátão, em resposta à solicitação da Câmara Municipal no sentido de acompanhar o processo de realojamento de famílias ciganas residentes no concelho;
- Em Paredes, no âmbito da solicitação da Câmara Municipal para acompanhar o processo de realojamento de famílias ciganas residentes no concelho;
- Em Mangualde, em articulação com a Câmara Municipal, no âmbito do acompanhamento e intervenção junto de famílias ciganas residentes no concelho;
- Em Pombal, no âmbito da solicitação de um conjunto de moradores de um bairro de realojamento, com o objectivo de dar conta das preocupações relativas às acessibilidades do bairro;
- Na Marinha Grande, em articulação com a Câmara Municipal e uma associação local, no sentido de encontrar soluções de habitação e de sustentabilidade para algumas famílias ciganas em situação de elevada precariedade;
- Em Trigaches, em resposta à solicitação da Junta de Freguesia, no sentido de encontrar mecanismos de apoio à integração de algumas famílias ciganas residentes na freguesia;
- Em Sobral da Adiça, em resposta à solicitação da Associação para o Desenvolvimento da Etnia Cigana (APODEC), no sentido de incentivar as autoridades locais a eliminar a exclusão social de que é alvo a comunidade cigana residente em barracas.
- Em Coimbra, em acompanhamento do processo de integração social levado a efeito no Centro de estágio habitacional, promovido pela Câmara Municipal de Coimbra e as entidades parceiras do projecto Equal “Coimbra Cidade de Todos”



1.4. Participação em actividades promovidas por outras entidades

Com vista à partilha de experiências e privilegiando um processo de aprendizagem constante com outras entidades, o GACI participou em diversas actividades promovidas por outras instituições:

140



- Seminário sobre “Segurança Social” – promovido pela Númena e realizado no dia 19 de Março de 2007 em Lisboa.
- II Congresso da Figueira da Foz sobre “Exclusão Social” – promovido pela Associação Goltz de Carvalho realizado no dia 27 de Março de 2007 – moderação do IV painel – “(Des) Igualdade de Direitos” - que englobou os temas “Identidade e cultura do povo cigano”, “Direitos humanos das minorias sexuais”, “Minorias Étnicas” e “Comunidades Religiosas”.
- Reunião de avaliação do Projecto Equal “Coimbra Cidade de Todos” – promovida pela parceria do projecto e realizada em Coimbra no dia 27 de Março de 2007
- Lançamento de “Cadernos ICE” – promovido pelo Instituto das Comunidades Educativas de Setúbal, no dia 28 de Abril de 2007, no Museu do Trabalho Michel Giacometti em Setúbal
- Conferência “Globalização e Multiculturalidade” realizada no dia 14 de Maio na Fundação Calouste Gulbenkian
- Exposição fotográfica “Igualdade de Oportunidades - reconhecimento e respeito pela mulher cigana”- promovida pela Câmara Municipal de Faro, 21 de Maio de 2007
- Conferência “Aprender em comunidades de prática” realizada no dia 28 de Maio na Fundação Calouste Gulbenkian
- Seminário “Desafio na empregabilidade dos Ciganos” – promovido pela Câmara Municipal de Coimbra, realizado no dia 05 de Junho de 2007.
O tema foi a integração dos ciganos através da formação e do emprego.

- Participação nas reuniões do Grupo de Trabalho para preparação do Seminário “Lançar pontes, falar de nós” - Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular, Instituto das Comunidades Educativas e Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Seminário “Lançar pontes, falar de nós” – promovido pela Direcção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular, do Ministério da Educação, realizado no dia 6 de Junho de 2007, no âmbito do Programa “Todos diferentes, todos iguais” – moderação do painel “Caminhos para a inclusão”.
O tema central deste seminário foi a integração escolar de alunos de etnia cigana através de práticas pedagógicas adequadas a este grupo cultural.
- Seminário “Ciganos Romenos – os dois pólos de uma cadeia migratória”, promovido pelo Instituto de Acção Social da Universidade Lusíada, realizado na U. Lusíada em 28 de Setembro de 2007 – apresentação de “ O Acidi e as comunidades ciganas : caminhos para o diálogo”.
O tema, para além das migrações dos ciganos romenos, tratou das acções que o Acidi, através do Gaci, tem levado a cabo para a integração das comunidades ciganas.
- Seminário “A cultura cigana – questões, desafios...como trabalhar”, realizado em Lisboa em 3 de Outubro de 2007 no âmbito do programa Progride.
- Seminário “Let’s Mus-E together” – promovido pela Fundação Internacional Yehudi Menuhin e Centro Nacional de Cultura realizado no dia 14 de Novembro de 2007.
O tema é a inclusão pela arte.
- Conferência Internacional “Romas and the labour market” – promovida pelo Ministério do Trabalho, Assuntos Sociais e Família da República da Eslováquia, realizado em Bratislava nos dias 22 e 23 de Novembro de 2007
- Seminário sobre inserção das comunidades ciganas, integrado na semana de Portas Abertas promovido pelo projecto Escolhas de Estremoz, realizado no dia 27 de Novembro de 2007
- Encontro “O cigano e a escola” – promovido pela Câmara Municipal de Mafra realizado no dia 28 de Novembro de 2007
- Seminário sobre escolarização das comunidades ciganas integrado na semana de Portas Abertas promovido pelo projecto Escolhas de Espinho, realizado no dia 30 de Novembro de 2007
- Seminário de encerramento do projecto “Pelo Sonho é que vamos” – promovido pelo CESIS, AMUCIP, DGACP e CHBA realizado no dia 11 de Dezembro de 2007 em Lisboa.
- Seminário de abertura do Ano Europeu para o diálogo intercultural “Media and intercultural dialogue”, promovido pelo ACIDI, realizado em Lisboa, no Pavilhão Atlântico em 14 de Novembro de 2007.
- Coordenação da reunião do Grupo de Contacto Informal das Organizações Intergovernamentais, relativas aos assuntos dos Roma, Sinti e Viajantes – organizada pela representação permanente de Portugal junto à U.E., no âmbito da Presidência Portuguesa, realizada em Estrasburgo nos dias 17 e 18 de Dezembro de 2007
- Apresentação de “ Os filhos das estrelas” – no Instituto de Acção Social da Universidade Lusíada, no dia 20 de Dezembro de 2007.
Aula dada aos alunos do curso de Acção Social sobre história e cultura do povo cigano.



VII. O Programa Escolhas – 3.ª fase



O Programa Escolhas (PE) foi criado em 2001 através da Resolução do Conselho de Ministros nº 4/2001 de 9 de Janeiro, tendo sido renovado em Maio de 2004 na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 60/2004, passando a designar-se Programa Escolhas 2ª Geração (E2G).

Com o fim do E2G em Dezembro de 2006, o PE foi alvo da sua segunda renovação, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 80/2006, de 26 de Junho, encontrando-se agora na sua 3.ª fase, com o limite temporal de 2006 a 2009.

Esta renovação traduziu-se num reforço significativo da dotação orçamental na sua globalidade possibilitando, assim, o aumento do número de projectos a apoiar por todo o território de Portugal Continental e Ilhas.

1. Objectivos e modelo de intervenção

O Programa Escolhas, nesta sua 3ª Fase, tem como missão promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socio-económicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

Pretende-se, assim, consolidar o modelo estabelecido no E2G, investindo no desenvolvimento de actividades no âmbito do apoio à educação formal e não formal, de orientação e encaminhamento para a formação profissional, de desenvolvimento de competências e saberes facilitadores da integração social e profissional, bem como de envolvimento dos familiares no processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens.

São destinatários prioritários do PE crianças e jovens, entre os 6 e os 24 anos, residentes em territórios com maior índice de exclusão e insuficientes respostas institucionais; jovens em abandono escolar precoce, sem a escolaridade mínima obrigatória; descendentes de imigrantes e minorias étnicas e jovens que se encontram, ou encontraram, sujeitos a medidas tutelares educativas e a medidas de promoção e protecção. Considera-se ainda como potenciais destinatários, os familiares das crianças e jovens integrados nos projectos, segundo uma lógica de co-responsabilização nos respectivos processos de desenvolvimento pessoal e social.

Os projectos são dinamizados por um consórcio de instituições (mínimo de três), de forma a rentabilizar e potenciar os recursos das diferentes entidades parceiras. Os projectos têm a duração mínima de um ano e máxima de três anos, sendo que os que se propõem a uma duração superior a um ano são renovados anualmente apenas mediante parecer positivo do Coordenador do Programa Escolhas.

O Programa estrutura-se em quatro áreas estratégicas de intervenção:

- a) Inclusão Escolar e Educação Não Formal – Medida I
- b) Formação Profissional e Empregabilidade – Medida II
- c) Participação Cívica e Comunitária – Medida III
- d) Inclusão Digital – Medida IV

A Medida I abrange:

- a) Actividades de combate ao abandono escolar e de promoção do sucesso escolar;
- b) Medidas de educação que facilitem a reintegração escolar de crianças e jovens que tenham abandonado a escola ou dela estejam ausentes, a partir dos 12 anos, dinamizadas dentro ou fora do espaço escolar;
- c) Acções de educação não formal que favoreçam a aquisição de competências pessoais e sociais, promovendo o sucesso educativo;
- d) Co-responsabilização das famílias no processo de desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens, através da mediação familiar e formação parental.



A Medida II tem por base:

- a) Actividades que favoreçam o acesso à formação profissional e/ou emprego;
- b) Capacitação dos destinatários com competências e saberes que constituam vantagens competitivas para a sua integração social e profissional;
- c) Promoção da responsabilidade social de empresas e outras entidades, mobilizando oportunidades para a inserção na vida activa (estágios profissionais, promoção do primeiro emprego, etc.).

A Medida III promove:

- a) Desenvolvimento de espaços criativos e inovadores, que permitam dinamizar actividades ocupacionais facilitadoras da integração comunitária e do desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- b) Promoção da participação social, através das dinâmicas associativas (formais e informais);
- c) Desenvolvimento de um espírito de cidadania activa no sentido de valorizar a presença das crianças e jovens na sociedade;
- d) Descoberta, de uma forma lúdica, da língua, valores, tradições, cultura e história de Portugal e dos países de origem das comunidades imigrantes;
- e) Aproximação às instituições do Estado;
- f) Co-responsabilização dos familiares no processo de desenvolvimento pessoal, social, escolar e profissional;
- g) Iniciativas de serviço à comunidade;
- h) Promoção de espaços de informação e aconselhamento especialmente destinados à divulgação de informação e serviços de Estado dirigidos aos jovens;
- i) Promoção da mobilidade juvenil dentro e fora do território nacional.

A Medida IV contempla acções:

- a) Lúdico Pedagógicas;
- b) Específicas de âmbito formativo em Tecnologias da Informação e da Comunicação;
- c) De apoio à inclusão escolar.



144



2. Projectos financiados

O Modelo de Avaliação das Candidaturas adoptado teve por base o disposto no Regulamento do Programa Escolhas. O n.º 1 do artigo 13º do referido Regulamento determinou que “as candidaturas apresentadas no âmbito do PE são aprovadas pelo Coordenador do PE, ouvido o parecer de um Júri constituído por cinco membros, tendo um Presidente e quatro vogais”.

Neste sentido, da análise conjunta entre o Júri e o Secretariado Técnico das 488 candidaturas recebidas a nível nacional, resultou a aprovação dos 121 melhores projectos, distribuídos pelas três zonas geográficas da seguinte forma:

- Zona Norte: 39 Projectos
- Zona Centro: 45 Projectos
- Zona Sul/Ilhas: 37 Projectos

É de salientar que, tendo a maioria dos projectos iniciado a sua implementação em Dezembro de 2006, verificou-se o início de 20 projectos em Janeiro de 2007, um projecto em Fevereiro de 2007 e outro em Maio de 2007.

3. Acompanhamento e Avaliação

3.1 Modelo de avaliação

O acompanhamento e avaliação dos projectos financiados ao abrigo do Programa Escolhas encontram-se definidos no artigo 29º do “Regulamento do Programa Escolhas”. O acompanhamento e avaliação previstos para os projectos constituem um elemento fundamental e estruturante do modelo de intervenção preconizado pelo Escolhas. Nos princípios gerais do Programa, pode ler-se: “Os projectos devem contemplar, em todas as suas etapas, a avaliação como princípio estruturante, quer na dimensão de avaliação do processo, quer do resultado final.”

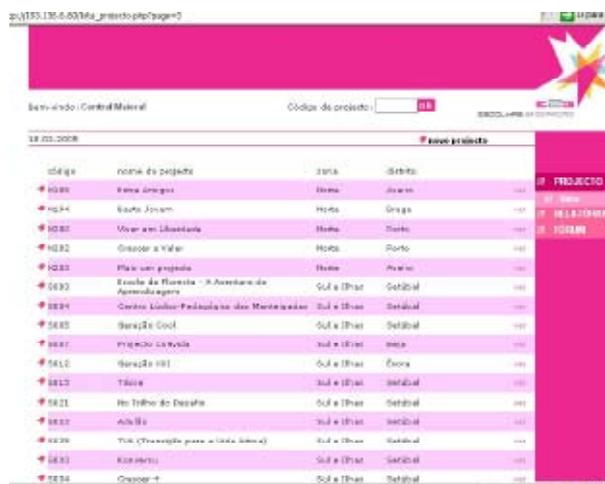
O acompanhamento e avaliação a efectuar compreendem uma avaliação técnica, sob a responsabilidade de cada equipa técnica de Zona, bem como uma avaliação de execução financeira, da responsabilidade do Coordenador Administrativo e Financeiro. Foi ainda estabelecida, de forma transversal, uma avaliação específica para a Medida IV da responsabilidade do Gestor Nacional da Medida IV. O modelo de avaliação do E3G seguiu, em traços gerais, a estratégia definida para o E2G.

Face às especificidades e características inerentes aos 121 projectos aprovados para todo o território nacional, procurou-se uniformizar procedimentos e definir um modelo de acompanhamento e avaliação comum a todos os projectos embora flexível e adaptado às necessidades de cada um. Deste modo, definiu-se uma metodologia de acompanhamento e avaliação baseada em diferentes níveis de análise.

O princípio geral, consubstanciado neste novo modelo do Programa Escolhas, aponta para a co-responsabilização das instituições e consórcios locais. Neste sentido, Programa seguiu um princípio de confiança no trabalho desenvolvido pelos projectos, garantindo-se, simultaneamente, um conjunto de estratégias de acompanhamento e monitorização, de forma a salvaguardar que quaisquer desvios aos procedimentos considerados adequados, bem como aos compromissos assumidos em candidatura, pudessem ser de imediato corrigidos.

No sentido de uniformizar a informação de todos os projectos, foi criada uma Aplicação de Gestão da Informação Local (AGIL) que incorporou os modelos de relatórios que os consórcios elaboraram periodicamente. Esta ferramenta informática funcionou como uma base de dados de todos os projectos e possibilitou, não só o registo de todas as actividades e respectivas presenças, como também o registo individual de cada criança e jovem, com o registo do seu projecto de vida. A AGIL permitiu, através da introdução da informação de cada projecto, retirar um conjunto alargado de resultados (?) *outputs* (ex.: relatórios de auto-avaliação dos projectos), bem como uma avaliação contínua e em tempo real de cada projecto.

Aplicação para a Gestão da Informação Local (AGIL)



Código	nome do projecto	Zona	Districto	PROJECTO
0000	Escola Amigos	Beira	Beira	...
0004	Escola Jovens	Beira	Beira	...
0007	Morar em Liberdade	Beira	Beira	...
0008	Grupos a Viver	Beira	Beira	...
0009	Planos em progresso	Beira	Beira	...
0010	Escola da Floresta - 3.º Anos de Aprendizagem	Sul e Ilhas	Santarém	...
0011	Centro Lúcio Pelecinho das Marinhadas	Sul e Ilhas	Santarém	...
0012	Barra de Coud	Sul e Ilhas	Santarém	...
0013	Projeto La Verde	Sul e Ilhas	Beira	...
0014	Barra de 001	Sul e Ilhas	Beira	...
0015	Tálice	Sul e Ilhas	Santarém	...
0016	Hoje é o Dia	Sul e Ilhas	Santarém	...
0017	Acto 00	Sul e Ilhas	Santarém	...
0018	TUL (Tudo o que passa a vida é vida)	Sul e Ilhas	Santarém	...
0019	Kolomo	Sul e Ilhas	Santarém	...
0020	Grupos 1	Sul e Ilhas	Santarém	...



Outro dos princípios estruturantes na definição da metodologia de acompanhamento das equipas PE foi a presença efectiva das equipas no terreno. Estabeleceu-se como fundamental os contactos presenciais nos locais de implementação dos projectos, com uma periodicidade não inferior a trimestral.

3.2 Avaliação técnica

De acordo com o artigo 29º, artigo 3, a avaliação técnica contempla:

a) Auto-avaliação – Da responsabilidade de cada um dos projectos, é implementada segundo o modelo de avaliação definido pelo consórcio em candidatura, complementado pela utilização obrigatória da AGIL. Cabe igualmente ao consórcio elaborar um relatório de auto-avaliação, em modelo fornecido pelo PE, com periodicidade semestral.

Em 2007 os projectos apresentaram 120 relatórios de auto-avaliação, com informação relativa aos níveis de concretização referentes ao primeiro semestre de implementação: número e perfil de destinatários envolvidos; cumprimento do Plano de Actividades previsto em candidatura e, balanço relativo aos resultados intercalares previstos para o final do primeiro ano de intervenção.

A discussão destes relatórios de avaliação foi realizada em reuniões de carácter formal, com periodicidade semestral, com a presença de todos os representantes do consórcio e a equipa do PE. Após a leitura, análise e discussão do relatório semestral dos projectos locais, a equipa do Escolhas elaborou 120 relatórios dirigidos ao Coordenador do PE, que incluíram sugestões de ajustamentos necessários.

Os 120 relatórios produzidos em 2007 pela equipa do Escolhas incluíram informação referente aos seguintes aspectos:

- Nível de execução financeira;
- Nível de realização global do projecto;
- Execução do Plano de Actividades;
- Destinatários envolvidos (número, regularidade e características);
- Recursos humanos (afecção, articulação do Coordenador de projecto com o PE e participação do Coordenador em processos formativos);
- Implementação da metodologia de avaliação;
- Participação do consórcio (contributos dos parceiros na execução do projecto e reuniões de consórcio efectuadas).

Os relatórios incluem ainda um conjunto de recomendações dirigidas aos consórcios, com indicação de aspectos a implementar no sentido de melhorar a prestação dos projectos. Estas recomendações, com carácter vinculativo, foram enviadas e discutidas com os Consórcios e equipas técnicas.

b) Avaliação Interna – Da responsabilidade da equipa técnica do PE ou de técnicos contratados para essa tarefa, tendo como referência as metas e os objectivos traçados na candidatura e consolidados com a sua aprovação.

Face ao aumento significativo de projectos nesta nova fase do Programa Escolhas, foi necessário reforçar as equipas das zonas Centro e Sul e Ilhas com consultores externos (um técnico a tempo inteiro na Zona Centro, um técnico a tempo inteiro e um técnico a meio tempo na zona Sul e Ilhas), com a contratação de serviços à Inducar, CRL.

A nível local, o acompanhamento técnico assenta em visitas periódicas de âmbito informal e formal. A periodicidade destas deslocações e o âmbito da visita dependem, essencialmente, do grau de desenvolvimento e execução das actividades previstas, bem como das necessidades específicas e particularidades inerentes aos projectos a acompanhar por cada equipa de Zona.

Em 2007 desenvolveram-se um total de 553 visitas, com a seguinte distribuição geográfica:



- Zona Norte: 154 reuniões;
- Zona Centro: 192 reuniões;
- Zona Sul e Ilhas: 184 reuniões.

As visitas informais têm como objectivo analisar o grau de execução das diferentes actividades, traduzindo-se em momentos privilegiados de contacto com as equipas e realidades locais e observação da prática diária do projecto, com a análise e avaliação do empenho da equipa de projecto, o funcionamento do consórcio e o perfil dos destinatários acompanhados.

Realizaram-se 287 reuniões de carácter informal, com a seguinte distribuição:

- Zona Norte: 38 visitas em contexto de actividade; 2 reuniões de acompanhamento no sentido de articular a intervenção dos dois projectos de Alijó e, 35 visitas na semana do Escolhas de Portas Abertas;
- Zona Sul e Ilhas: 37 visitas em contexto de actividades; 41 reuniões de acompanhamento técnico aos projectos e 32 visitas no âmbito do Escolhas de Portas Abertas;
- Zona Centro: 45 visitas em contexto de actividade; 19 visitas de acompanhamento técnico aos projectos e, 38 visitas no âmbito do Escolhas de Portas Abertas.

As visitas de âmbito formal, por seu lado, visam uma avaliação do projecto baseada nos objectivos gerais e específicos definidos em candidatura, os instrumentos de trabalho e indicadores adoptados, bem como no cumprimento do Plano Detalhado de Actividades semestral. Estas visitas ocorrem após a entrega dos relatórios semestrais de forma a se analisar, reflectir e discutir os desvios verificados, os reajustes e reformulações necessários à boa execução dos projectos.

Em 2007 tiveram, assim, lugar 243 reuniões de carácter formal, com a seguinte distribuição:

- Zona Norte: 41 reuniões de apresentação do Modelo de Avaliação e Acompanhamento e 38 reuniões de avaliação do primeiro semestre de implementação.
- Zona Centro: 45 reuniões de apresentação do Modelo de Avaliação e Acompanhamento e 45 reuniões de avaliação do primeiro semestre de implementação;
- Zona Sul e Ilhas: 37 reuniões de apresentação do Modelo de Avaliação e Acompanhamento do Programa Escolhas dirigidas aos consórcios dos projectos e respectivas equipas técnicas; 37 reuniões de avaliação do primeiro semestre de implementação, dirigidas igualmente aos consórcios dos projectos.

Ao nível da Medida IV, foram realizadas 22 visitas de acompanhamento específico da implementação dos Centros de Inclusão Digital.

O processo de auditorias financeiras aos projectos teve início no final de 2007, estando previstas visitas de avaliação financeira a todos os projectos durante o ano de 2008.

c) Avaliação Externa – Da responsabilidade de uma entidade exterior e independente, contratada pelo Programa Escolhas, com o objectivo de avaliar o Programa na sua globalidade.

4. Avaliação Externa

Foi concluído, em Junho de 2007, o processo de avaliação externa da segunda geração do Programa Escolhas. A Equipa de avaliação, pertencente ao Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, foi composta por Isabel Duarte (Coordenadora), Cristina Roldão, João M Nogueira e Sónia Costa.

O processo de avaliação externa abrangeu o Programa Escolhas e os 87 projectos executados



entre 2004 e 2006, tendo incluído workshops e ateliers participativos nacionais e regionais, um fórum electrónico, estudos de caso, entrevistas, grupos de enfoque, análise documental e estatística, vários inquéritos por questionário, métodos e técnicas visuais e análise de sistemas.

A avaliação foi muito positiva, referindo os autores que “os principais resultados do processo avaliativo revelaram estar-se perante um Programa de qualidade indiscutível, globalmente acima da média e atingindo em algumas áreas níveis de excelência”, quer ao nível nacional quer, em alguns domínios, ao nível internacional.

O Relatório Final foi entregue em Agosto de 2007, tendo sido disponibilizado ao público em geral no mês de Setembro, no site do Programa Escolhas.

Durante o mês de Novembro e Dezembro realizaram-se ainda um conjunto de procedimentos administrativos com o objectivo de lançar o dispositivo de Avaliação Externa da 3ª fase do Programa.

5. Centros de Inclusão Digital

O uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), como recurso para o desenvolvimento da intervenção dos projectos do Escolhas, continuou a ter uma importância vital nesta terceira fase do PE. Estas são actividades que despertam quase sempre grande interesse junto do público-alvo, obtendo, à sua escala, resultados bastante encorajadores.

Particularmente inovadora na forma integrada como o Escolhas a entende, a Medida IV, apoiada em 45% pelo POS-C (Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento), permitiu nesta terceira fase do Programa, não só, manter um apoio a 56 projectos de continuidade do E2G, como financiar 55 novos Centros de Inclusão Digital (CID@NET), elevando para 111 o número de CID@NET actualmente financiados – 91,7% de todos os projectos financiados (121). A estes, devem ainda somar-se outros 22 CID@NET, não financiados nesta fase, mas em processo de acompanhamento.

Tal como na fase anterior do Programa, os CID@NET consistem em espaços livres e gratuitos de acesso às novas tecnologias, especialmente vocacionados para a promoção da inclusão digital em articulação com outras formas de combate à exclusão social.

A manutenção destes centros de actividades ligados às novas tecnologias, visou a continuidade e aprofundamento, de uma forma transversal às outras medidas do Programa, do trabalho de promoção da inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis – a inclusão social pelo digital.

Tipologia CID@NET da 3ª Fase do PE

Tipo I
4 – 6 Computadores
1 Impressora
1 Rede
1 Scanner
2 Webcams
1 Máquina Fotográfica Digital
Software
Acesso à Internet em Banda Larga
Mobiliário
Consumíveis
1 Monitor 35 horas/semana



No sentido de se criarem espaços dinamizados por técnicos cada vez mais qualificados, o PE regulamentou para esta 3ª fase, a realização de uma Avaliação Inicial de Monitores CID@NET, a ser realizada por todos os candidatos a monitor. Essa avaliação integrou um teste diagnóstico de conhecimentos e competências (com prova técnica e psicotécnica) desenvolvido, aplicado e avaliado pela empresa Rumos.

Na área da Internet e no âmbito da construção dos *sites* dos projectos, o Escolhas continuou a disponibilizar não só um endereço sob o seu domínio (www.programaescolhas.pt), como um espaço de 100 MB por projecto nos seus servidores. Para os projectos com monitores CID@NET menos familiarizados com a área do *webdesign*, o Escolhas continuou a disponibilizar uma plataforma de *templates* para construção de sites. São já 110 projectos a usufruir destes recursos disponibilizados pelo Programa Escolhas.

No âmbito formativo, deve ainda salientar-se a motivada participação dos monitores CID@NET na Plataforma Virtual de Comunicação e Aprendizagem (PVCA), tendo esta demonstrado ser um recurso importante para a partilha de experiências de intervenção e procura de soluções para algumas dificuldades.

Findo mais um ano de intervenção, os Centros de Inclusão Digital têm continuado a ser, na sua generalidade, excelentes ferramentas de apoio à educação, à aprendizagem, à comunicação, à informação e aos tempos livres.

CID@NET



6. Parcerias estratégicas

Em complementaridade à aposta no modelo *bottom-up*, o Programa Escolhas procura disponibilizar aos projectos locais diversas oportunidades e recursos que valorizem a sua dinâmica local e os seus planos de actividades. Neste sentido, foram disponibilizados aos projectos uma série de recursos com vista à sua rentabilização local.

6.1 Formação Parental

Estabeleceu-se uma parceria com a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens com vista à avaliação externa (a cargo de várias Universidades) da formação parental desenvolvida no Programa Escolhas, nomeadamente dos projectos em que as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens são parceiras. Esta colaboração visa obter um olhar externo e imparcial sobre o que está a ser feito, tentando lançar estratégias e ferramentas de avaliação que permitam qualificar esta área de intervenção.

Saliente-se que mais de 50% dos projectos financiados pelo PE dinamizam Formação Parental e que, deste universo, 20% dos projectos foram seleccionados enquanto *case-studies*, encontrando-se em contacto com a CNPCJR e as Universidades para o arranque desta parceria em 2008.

6.2 Literacia Financeira

Foi igualmente estabelecida uma parceria, através da RSO, com a instituição bancária Barclays com o intuito de desenvolver acções de Literacia Financeira. Para tal, desenvolveu-se uma experiência piloto com dois projectos financiados pelo Programa Escolhas que demonstrou resultados muito significativos.

O programa de Literacia Financeira foi concebido para trabalhar com jovens numa série de seis sessões de carácter informal, interactivo e prático, com o objectivo de desenvolver as suas competências financeira básicas. As actividades previstas serão asseguradas por voluntários do Barclays devidamente preparados, actuando em conjunto com o coordenador local dos projectos Escolhas. Foram convidados um total de 87 projectos nas três zonas, que poderão vir a participar nestas acções de formação em 2008.

6.3 Novas Oportunidades

No âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades, a Fundação para a Divulgação das Tecnologias (FDTI) de Informação encontra-se acreditada como Centro Novas Oportunidades e pretende efectuar o reconhecimento, validação e certificação de competências (CRVCC) partindo das experiências de vida de cada adulto e tendo por base a validação dos seus saberes e competências.

Estabeleceu-se uma parceria com a FDTI que culminou com a realização de uma sessão de esclarecimento dirigida a todos os projectos da Zona da Grande Lisboa e Margem Sul. Participaram nesta sessão 32 indivíduos, sendo 28 coordenadores/técnicos de projectos (19 da Zona Centro e 9 da Zona Sul e Ilhas) e 4 técnicos de UNIVAS.

Esta sessão pretendeu dar a conhecer o trabalho e objectivos da FDTI, bem como as ofertas formativas existentes e que se encontram a decorrer, que poderão dar resposta a muitas das situações de desqualificação em que se encontram os destinatários dos projectos. Face aos recursos existentes e de acordo com a disponibilidade demonstrada, poderão ser criadas turmas RVCC nos projectos locais, disponibilizando para tal a FDTI as suas equipas móveis para que se desloquem aos projectos financiados pelo Programa Escolhas.

Foi constituída uma turma de CRVCC em 2007 que se encontra em funcionamento, tendo outros três projectos manifestado interesse e estando em articulação directa com a FDTI para a constituição de turmas em 2008.

6.4 Cursos CEF B1

Também ao nível das ofertas e respostas formativas que poderão vir a constituir-se como mais-valias para os projectos financiados pelo Programa Escolhas, foi efectuada uma parceria com a DREL, através da sua Equipa de Apoio às Escolas Península de Setúbal, com vista ao desenvolvimento e concretização de Cursos de Educação Formação de Tipo B1 no ano lectivo de 2008/2009.

Esta articulação ainda se encontra numa fase muito embrionária, no entanto já teve lugar a 1ª reunião exploratória, na qual participaram 10 dos 11 projectos desenvolvidos nos concelhos de Almada, Seixal, Moita e Barreiro. Pretende-se que esta parceria venha a materializar-se na dinamização de turmas de CEF tipo 1, de forma a proporcionar aos jovens a certificação escolar ao nível do 6º ano e uma qualificação profissional de nível 1.



6.5 Microsoft

Também no âmbito da medida IV, têm vindo a ser aprofundadas parcerias no sentido de dotar os projectos de alguns recursos que contribuam para a prossecução dos seus objectivos.

No âmbito do currículo “*Unlimited Potential*” da Microsoft, são já 94 projectos a implementar, ou em vias de implementação, o referido currículo de 8 módulos (computador pessoal, media digital, Internet, *webdesign*, processadores de texto, apresentação, base de dados e folha de cálculo) nos seus CID@NET, tendo já dado origem à emissão de 1250 certificados modulares referentes a 680 formandos. Em continuidade a um trabalho iniciado na 2ª Geração, foi efectuada no âmbito desta parceria, uma visita de verificação a todos os CID@NET financiados nesta terceira fase do Programa – efectuada pela empresa Rumos. Em 2007, foi apresentada nova candidatura aos fundos da Microsoft num total de \$44.860 (quarenta e quatro mil oitocentos e sessenta dólares).

6.6 Porto Editora

Em 2007 iniciou-se uma parceria com a Porto Editora que disponibilizou a todos os projectos do Escolhas interessados, a título gratuito, o acesso à sua plataforma virtual de ensino – Escola Virtual. Durante o ano, foram distribuídos 4323 acessos por 105 projectos.

6.7 CISCO

O Programa Escolhas aderiu em 2007 ao sistema Cisco Networking Academy (NetAcad), tornando-se uma Academia Regional deste sistema. Dos 64 projectos inicialmente interessados, 48 têm já o seu Monitor formado e devidamente credenciado, encontrando-se 12 a desenvolver actividades neste âmbito. Neste processo, o Escolhas tem o apoio de uma equipa especializada do CINEL – Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica.

No final de 2007 e ainda no âmbito do trabalho realizado com a Cisco Systems, foi igualmente iniciado o processo de participação do Escolhas – em representação de Portugal, num projecto internacional de desenvolvimento comunitário e tecnológico, de título MYTecC. Prevê-se o envolvimento, durante os anos de 2008 e 2009, de cerca de 50 destinatários dos projectos do Programa Escolhas.

6.8 Fundação PT

Encontra-se em fase final de negociação o protocolo com a Fundação PT, que levará meios e equipamentos, dentro das soluções Especiais PT, a 17 projectos do Programa Escolhas com públicos-alvo com necessidades especiais. Prevêem-se novos desenvolvimentos desta parceria no primeiro trimestre de 2008.

7. Participação em Conferências e eventos similares

Procurando articular-se nacional e internacionalmente com respostas similares, e dando visibilidade ao trabalho desenvolvido em Portugal em prol da inclusão social das crianças e jovens mais vulneráveis, o Programa Escolhas participou em 2007 em alguns momentos de partilha de experiências e de debate sobre temáticas relacionadas com a sua missão. Salientam-se os seguintes:

- 20 e 21 de Abril (Lisboa) – Colóquio “O Direito das crianças e Jovens” organizado pelo Centro de Estudos Judiciários e pelo ISPA;



- 26 a 28 de Junho (Leipzig, Alemanha) – Conferência “Children and Youngsters in Vulnerable Neighbourhoods: New Strategies of Cohesion” – integrada na Presidência alemã da União Europeia;
- 29 de Outubro (Lisboa) - Conferência “Equal access to education and employment for youth with migrant background” organizado pela Fundamental Rights Agency
- 3 de Dezembro (Lisboa) – Conferência “E-inclusion” – integrada na Presidência portuguesa da União Europeia.

8. Orçamento e Indicadores de Execução

8.1. Total de Destinatários e de Sessões de Trabalho

No final do 1º ano de implementação do Escolhas 3ª Fase, correspondente ao período de 1 de Dezembro de 2006 a 30 de Novembro de 2007, foram envolvidos nas actividades dos 121 projectos financiados pelo Programa Escolhas, 43.459 indivíduos em 180.892 sessões de trabalho criadas.



Total e Tipo de Destinatários

Tipo	Total
Crianças e Jovens	34.607
Familiares	4.803
Outros	4.049
TOTAL	43.459

8.2. Destinatários por Medida

Relativamente à distribuição por medidas, salientam-se as actividades que contribuem para a inclusão escolar e para a educação não formal (24.947 participantes), seguidas das actividades que visam apoiar a inclusão digital, no âmbito da criação dos Centros de Inclusão Digital (20.627 participantes) e das actividades que visam contribuir para a participação cívica e comunitária (19.632 participantes). Com menor expressão surgem as actividades no âmbito da medida II, relacionada com a formação profissional e empregabilidade (5570 participantes).

Destinatários por Medida

Medida	Total
Medida I	24.947
Medida II	5.570
Medida III	19.632
Medida IV	20.627

8.3. Destinatários por Grupo Etário

A distribuição dos destinatários por faixas etárias demonstra um predomínio de envolvimento de crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos de idade, verificando-se assim, uma maior incidência no grupo etário dos 6 aos 10 anos, com 11.269 crianças abrangidas, seguido com uma ligeira diferença, dos grupos etários dos 14 aos 18 anos (10.888) e dos 11 aos 13 anos (10.027).

Destinatários por Grupo Etário

Medida	Total
< 6 anos	265
6-10 anos	11.269
11-13 anos	10.027
14-18 anos	10.888
19-24 anos	2.406
> 24 anos	8.604

8.4. Destinatários por Nível de Escolaridade

Quanto à distribuição dos destinatários por níveis de escolaridade, por comparação com o quadro anterior, verifica-se algum desfasamento entre as idades e os níveis de habilitações que lhes deveriam corresponder. Verifica-se um claro predomínio do 1º ciclo como habilitação completa, quando as idades são, em média, superiores a este nível de escolaridade.

Destinatários por Nível de Escolaridade

Medida	Total
Sem habilitações	919
1.º Ciclo	18.572
2.º Ciclo	9.702
3.º Ciclo	8.127
Secundário	1.923
Bacharelato/Licenciatura	1.720
Desconhecido	2.436

8.5. Destinatários por Sexo

No que se refere à distribuição dos destinatários por sexo denota-se um equilíbrio entre ambos os géneros, com um ligeiro predomínio do sexo masculino.

Destinatários por Sexo

Sexo	Total
Masculino	21.742
Feminino	21.717

8.6. Execução Financeira

O E3G financia 121 projectos que representam um investimento total de 21.891.341,52€ durante os três anos de implementação. Deste investimento total, 17.540.176,53€ são referentes às Medidas I, II e III e 3.351.164,99€ são referentes à Medida IV. A repartição dos orçamentos por Zona é a seguinte:

Orçamentos por Zona

Zona Centro (45 Projectos)	€ 7.888.485,09
Zona Norte (39 Projectos)	€ 6.653.311,45
Zona Sul e Ilhas (37 Projectos)	€ 6.349.544,98
Total (121 Projectos)	€ 20.891.341,52

Na presente fase, o Programa Escolhas continua a ser financiado através do Instituto da Segurança Social, I.P. com 5.750.000,00 € em 2007.



No âmbito da Medida II relativa à formação profissional e empregabilidade, o Programa celebrou um protocolo com o IEFP, onde se prevê o financiamento de 1.000.000 € para o período de 2007 a 2009. O Programa encontra-se igualmente a ser apoiado através de contrato-programa com o POEFDS – Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social que garante um financiamento total de 2.000.000€, verba ainda proveniente ainda do terceiro Quadro Comunitário de Apoio e referente ao período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 30 de Junho de 2008.

É de referir que 45 % das verbas destinadas à Medida IV (Centros de Inclusão Digital) são financiadas através de contrato-programa efectuado com o POS-C Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento, o que representa um financiamento de 1.700.000€ igualmente até 30 de Junho de 2008.

Não obstante estarem ainda a decorrer as prestações de contas, prevê-se o fecho do ano com 7.500.000 € de execução financeira dos 121 Projectos apoiados, sendo que a verba orçamentada inicialmente para 2007 foi de 8.215.249,95 €, correspondendo a uma taxa de execução previsível na ordem dos 91%.

9. Formação Contínua

9.1. Modelo de Formação

De acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 23º do Regulamento do Programa Escolhas, aprovado pelo Despacho Normativo nº7/2006, de 10 de Agosto, compete ao Programa Escolhas disponibilizar um Programa de Formação que faz parte integrante e obrigatória da execução dos projectos. Na 3ª fase do Programa Escolhas, o modelo de formação sofreu algumas alterações, tendo assumido um carácter obrigatório e sido “internalizado” pelo Programa.

O Plano de Formação tem como destinatários os coordenadores e equipas técnicas dos projectos locais do Programa e como objectivo geral qualificar as equipas locais envolvidas em projectos. Assume, assim, um papel primordial na sua capacitação com vista a construção de respostas ajustadas e pertinentes, a aquisição de um quadro de referências fundamentado orientador da intervenção com crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, bem como a aquisição de competências que potenciem a qualidade, a inovação e a sustentabilidade das intervenções realizadas ao abrigo do Programa Escolhas.

Neste sentido, o Plano foi desenvolvido e lançado em 2007 pela equipa central do Programa Escolhas, em parceria com a Inducar – Educação Não-Formal e Integração Social, uma organização de direito privado, com a coordenação, por parte desta instituição, de Luis Castanheira Pinto.

O Plano tem como elementos estruturantes uma estratégia de aprendizagem experiencial e mútua, o desenvolvimento integrado de competências (saber – capacidades – atitudes); o enfoque nas necessidades específicas dos participantes e a combinação de metodologias e dispositivos de formação (seminários nacionais introdutório e final, seminários regionais, workshops temáticos, oficinas virtuais, projecto de práticas e sistematização de experiências).

No âmbito do Plano de Formação foi também instituída uma Plataforma Virtual de Comunicação e Aprendizagem (PVCA) que consiste num suporte *online* de comunicação e apoio à estratégia mais ampla de formação, integrada por secções que reflectem o plano, incluindo ainda uma Bolsa de Recursos, uma Sala de Estar e um espaço dedicado aos Monitores dos Centros de Inclusão Digital. A PVCA reúne cerca de 240 utilizadores (que incluem 111 monitores CID) e teve, entre Janeiro e Novembro, cerca de 5600 acessos.



Plataforma Virtual de Comunicação e Aprendizagem



9.2. Seminário Inicial e Seminários Regionais

O Seminário Inicial, de carácter nacional, teve lugar no Hotel Praia Norte, em Peniche, entre os dias 08 e 11 de Janeiro de 2007, com os seguintes objectivos:

- lançamento do Plano de Formação;
- introdução ao Programa Escolhas e sua missão central;
- introdução ao modelo de avaliação e acompanhamento dos projectos e a instrumentos de trabalho como a AGIL;
- criação de redes de trabalho e sinergias entre projectos;
- diagnóstico de necessidades de formação.

Este Seminário reuniu o coordenador nacional, a equipa central do Programa Escolhas, os 120 coordenadores dos projectos a decorrer no âmbito da terceira fase do Programa Escolhas e um conjunto de convidados em áreas de intervenção pertinentes, como o Dr. Armando Leandro, Presidente da CNPCJR, a Dra. Hélia Moura e o Dr. Leonardo Conceição, representantes do Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP, a Dra. Isabel Rangel, da Porto Editora e uma equipa de formadores do ACIDI, que envolveram todos os participantes em várias sessões simultâneas sobre “Educação Intercultural”.

Durante o Seminário realizou-se ainda um Buffet Regional, onde cada participante contribuiu com uma iguaria típica, e o visionamento do documentário “Lusofonia: a (R)evolução”, produzido pela Red Bull Music Academy.

Seminário Inicial



Durante 2007 realizaram-se ainda três Seminários Regionais, dirigidos aos coordenadores dos projectos. A base regional do encontro permitiu uma optimização de recursos e uma maior eficiência pedagógica, tendo em conta as especificidades regionais. Subordinados ao tema Pla-



neamento e Avaliação de Projectos, realizaram-se com base em metodologias participativas e trabalho em pequenos grupos. Para acompanhar e apoiar tecnicamente o desenvolvimento da temática, foram convidados Isabel Duarte, João Nogueira e Cristina Roldão, do Centro de Estudos Territoriais, membros da equipa responsável pela avaliação externa do EG2, que dinamizaram também uma sessão específica sobre este tema.

Os seminários realizaram-se nas seguintes datas e locais:

- Zona Norte - 11 a 13 de Junho de 2007, em Guimarães
- Zona Centro - 18 a 20 de Junho de 2007, em Coimbra
- Zona Sul e Ilhas - 1 a 4 de Julho de 2007, em Évora

Seminários Regionais (Zonas Norte, Centro e Sul e Ilhas)



156



9.3. Workshops Temáticos

A definição das temáticas abordadas nos workshops partiu de um levantamento de necessidades realizado junto dos coordenadores de projecto, bem como das prioridades estabelecidas pelo Programa Escolhas.

No decorrer de 2007, tiveram lugar três workshops temáticos, cada um destes desdobrados em, pelo menos, duas sessões, em diferentes zonas do país. Procurou-se, sempre que possível, a sua realização em instalações de projectos locais, procurando incrementar o conhecimento dos coordenadores sobre os territórios, especificidades e condições de implementação dos projectos, bem como fomentar a partilha entre os participantes.

O primeiro workshop temático, “Educação para a Inclusão”, contou com 50 participantes (15 da Zona Norte, 21 da Zona Centro e 14 da Zona Sul e Ilhas) e teve como objectivos contactar, experimentar e reflectir sobre abordagens, estratégias e conteúdos no âmbito das práticas inclusivas de aprendizagem, centradas na resposta à diversidade social e cultural dos aprendentes, na qualidade do ensino/aprendizagem e na redução da exclusão na educação. A primeira sessão teve lugar no dia 29 de Março, na Costa de Caparica (Projecto Dar à Costa - Tr@nsFormArte) e a segunda sessão decorreu no Porto, no dia 3 de Abril (Projecto Metas - Mediar Escolhas, Trabalhar Autonomias), tendo sido facilitadas pela Dr.ª Isabel Paes (ACIDI, I.P.) e por Luis Castanheira Pinto (Inducar).

Workshops temáticos



O segundo workshop temático foi dedicado às “Metodologias de Intervenção com Crianças e Jovens”. Com 101 participantes (35 da Zona Norte, 33 da Zona Centro e 33 da Zona Sul e Ilhas), visou aprofundar conhecimentos técnico-científicos no âmbito da temática crianças e jovens, aperfeiçoar as competências técnicas para a intervenção social dirigida a crianças e jovens em risco à luz de diferentes abordagens disciplinares e práticas profissionais, bem como o contacto com metodologias de intervenção inovadoras. Foi facilitado por Nuno Archer e Joana Neves (Associação Mais Cidadania).

Procurando rentabilizar recursos, optou-se por realizá-lo no âmbito dos Seminários Regionais, o que lhe conferiu um carácter regional e se traduziu na realização de três sessões. A primeira sessão decorreu em Guimarães, no dia 14 de Junho; a segunda sessão decorreu em Coimbra, no dia 21 de Junho; e a terceira sessão decorreu em Évora, no dia 5 de Julho.

No mês de Outubro realizou-se o terceiro Workshop Temático, sobre “Gestão e Mediação de Conflitos”. Pretendeu ajudar os participantes a reflectir sobre as suas próprias práticas, sobretudo as suas atitudes, em situações de conflito; compreender a noção da transformação de conflito; perceber que valores centrais estão em jogo num conflito e explorar as competências necessárias para a sua transformação.

Foi facilitado por Luis Castanheira Pinto (Inducar) mobilizando 89 coordenadores de Projectos Escolhas, oriundos de todo o país (30 coordenadores da Zona Norte, 29 coordenadores da Zona Centro e 30 coordenadores da Zona Sul e Ilhas).

A primeira sessão realizou-se no dia 9 de Outubro, em Amarante, na Biblioteca Albano Sardoeira (Convento de Santa Clara), com apoio do Projecto Percursos Integrados, enquanto a segunda teve lugar a 16 de Outubro, no Bairro da Quinta da Serra (Prior Velho), no Espaço do Projecto À Bolina.

9.4 Oficinas Virtuais

As Oficinas Virtuais integram o Plano de Formação, consistindo em momentos e espaços específicos de formação propostos na plataforma virtual. De carácter obrigatório, não existe um número pré-estabelecido de oficinas para desenvolver no período 2007-2009, aproveitando-se assim a flexibilidade permitida pelo dispositivo, com as temáticas a variar de acordo com as necessidades do Programa Escolhas.

Entre Maio e Julho de 2007 realizou-se a primeira oficina virtual, dedicada à temática “Educação Não Formal”, dinamizada por Luís Castanheira Pinto. Consistiu num questionário de diagnóstico, de resposta múltipla, com 10 perguntas sobre o tema, dirigido às equipas técnicas; dois textos sobre educação não formal e um fórum de discussão.

10. Produção e Divulgação de Materiais

Em 2007, Programa Escolhas prosseguiu o forte investimento na comunicação e divulgação dos projectos e suas actividades, através de um conjunto diversificado de meios, procurando promover o reconhecimento do Programa na sociedade portuguesa e fomentar uma imagem positiva dos territórios e das populações-alvo onde estes intervêm, quebrando preconceitos e estereótipos, através de uma componente visual forte, de textos apelativos e do envolvimento dos projectos locais e seus destinatários nas estratégias de comunicação.

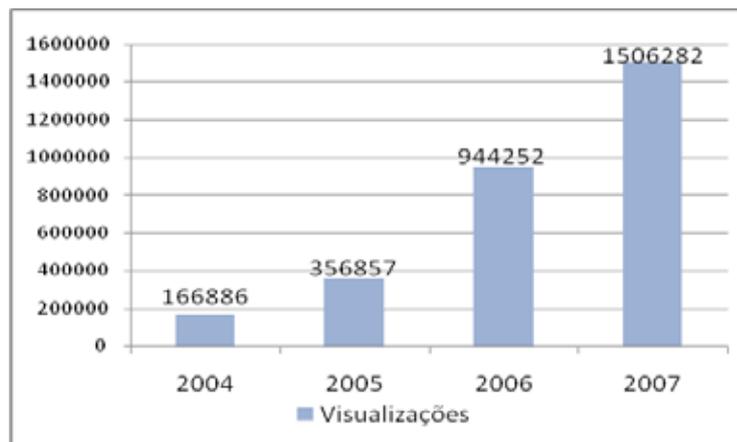


10.1. Site

Em funcionamento desde Agosto de 2004, o site do Programa Escolhas (www.programaescolhas.pt) atingiu, durante o ano de 2007, um milhão e meio de visitas. A acompanhar o aumento gradual de visitas encontra-se um processo continuado de aperfeiçoamento desde a sua criação, que foi igualmente reforçado nesta 3ª fase do Programa Escolhas.

Em 2007, esse processo focou-se sobretudo em três vertentes: a) tornar mais eficaz a articulação com outros suportes (áudio, vídeo, imprensa escrita, televisão), bem como com os restantes elementos do sistema de comunicação e informação do Programa (AGIL e PVCA), b) reforçar a participação das crianças e jovens destinatários dos projectos e c) disponibilizar mais informação técnica e científica sobre o Programa.

Visualizações do site entre 2004 e 2007



158



Para além da informação institucional sobre o Programa, do mapa de descrição dos projectos e a divulgação das suas actividades, ou outras informações (como as secções centrais “Últimas Informações” e “Escolhas em Acção”) foi alargado, no site, o espaço de acesso às notícias por zona (nas barras laterais), introduzidas as entidades financiadoras e os apoios. Criaram-se, igualmente, novos blocos, tais como:

- “Vídeos do Escolhas”

Ligação com uma página institucional do Programa Escolhas no Youtube, onde se podem visualizar os vídeos sobre os projectos produzidos pelo Programa Nós, os vídeos produzidos por projectos locais no âmbito das suas actividades, ou ainda as reportagens televisivas realizadas sobre o Programa e os projectos em diversos meios de comunicação social.

- “Escolhas nos Media”

Bolço onde se encontram disponíveis as referências e os textos integrais de notícias realizadas sobre o Programa Escolhas ou os projectos locais pelos jornais nacionais e locais, impressos ou online.

- “A Voz dos Destinatários”

Contém depoimentos, na primeira pessoa, de crianças e jovens envolvidos nos projectos Escolhas.

- “Sistemas de Informação”

Consiste num interface com a AGIL e PVCA que, para além de divulgar ao público em geral estes dois elementos do sistema de informação e formação do Programa, permite o acesso, por parte dos utilizadores creditados com password, aos mesmos, a partir de qualquer computador.

- “Escolhas em Análise”

Aqui é disponibilizada informação técnica e científica sobre o Programa Escolhas.

Site do Programa Escolhas



Introduziram-se ainda blocos temporários que divulgam actividades globais, como os concursos de fotografia “Dias de Imagens” (Gulbenkian), “O Melhor do Meu Bairro...” e o “A Actividade Artística que Eu mais Gosto...” (Revista Escolhas), bem como a Iniciativa “Escolhas de Portas Abertas” e “9 Bairros, Novos Sons”, cujo CD pode ser ouvido na íntegra, gratuitamente, a partir do site.

De assinalar a grande participação dos projectos locais e seus destinatários na dinâmica de *mainstreaming* possibilitada pelo site – cerca de 1117 notícias e informações foram da iniciativa dos mesmos em 2007.

10.2. Revista Escolhas

A Revista Escolhas prosseguiu, em 2007, o seu objectivo de divulgar o Programa no seio da sociedade portuguesa em geral, continuando a caracterizar-se pela sua gratuitidade.

No ano de referência foram editados três números (5, 6 e 7), e deu-se uma alteração significativa no título de distribuição, que nos números 6 e 7 passou a ser a revista semanal Visão (e não o Jornal Público, através do qual se distribuiu ainda o nº 5), tentando manter a capacidade de disseminação e distribuição ao nível nacional. Esta alteração originou uma redução na dimensão da revista (mantendo-se o número de páginas) e um aumento da tiragem.

Distribuição da Revista Escolhas em 2007

Nº	Data	Tiragem total	Distribuição bancas	Meio de distribuição	Mailing directo	Mailing Projectos locais
5	Mar-07	90.000	75.000	Jornal Público	2.670	12.100
6	Jul-07	120.000	100.000	Revista Visão	2.670	12.100
7	Nov-07	120.000	100.000	Revista Visão	2.670	12.100

O plano de conteúdos da Revista Escolhas manteve-se no essencial, tal como as informações genéricas sobre iniciativas de interesse, desenvolvidas pelos projectos ou da responsabilidade directa do próprio Programa.

As principais mudanças que se fizeram ao nível dos conteúdos durante 2007 foram:



- a introdução de uma abordagem temática, de modo garantir uma linha de coerência na publicação e orientar a escolha de entrevistados e das secções de opinião, sendo a Revista n.º6 dedicada ao tema da Sociedade do Conhecimento e da Informação e a Revista n.º7 ao tema “Inclusão pela Arte”;
- a realização de uma reportagem especial por cada zona (3 em cada número da Revista), centrada num território específico, abordado numa perspectiva positiva, de divulgação de recursos e valorização das potencialidades.

A Revista Escolhas passou ainda a ser, em 2007, uma publicação registada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

Capas das revistas Escolhas lançadas em 2007



10.3. Programa Nós

Em Agosto de 2007, o Programa Escolhas iniciou uma parceria com o Programa Nós (Rrtp2), visando ampliar a divulgação do Programa Escolhas na sociedade portuguesa através do recurso a um meio de massas como é a televisão. Através desta parceria, passou a divulgar-se, em cada Programa Nós, de carácter semanal:

- uma peça televisiva sobre um Projecto Escolhas específico;
- um apontamento sobre o concurso de fotografia digital “O que o meu bairro tem de mais especial é...”, em que cada um dos premiados (crianças e jovens) descrevia a sua foto e o seu bairro.

Esta parceria permitiu a divulgação, entre Agosto e Dezembro, de 15 “projectos da semana” e 6 premiados do concurso “O melhor do meu bairro”, para além de outras peças jornalísticas cobrindo grandes eventos do Programa Escolhas, como o lançamento do CD “9 Bairros, Novos Sons”, o Concurso “Dias de Imagens”, a Iniciativa “Escolhas de Portas Abertas” ou o Seminário Inicial do Programa Escolhas, algumas destas com entrevistas em estúdio.

Bloco “Projecto da Semana” no Programa Nós



11. Actividades Globais

Decorrente da sua intervenção e resultante de algumas parcerias que foram sendo efectivadas entre o Programa Escolhas e outras entidades, foram dinamizadas ao longo do ano diversas iniciativas globais que contaram com a participação dos projectos.

Apostando numa lógica de partilha e de entreatajuda, de troca de experiências, de metodologias e instrumentos de trabalhos, o Programa Escolhas pretendeu reforçar e consolidar o trabalho nesta vertente, criando actividades específicas para o efeito e aderindo a outras iniciativas para os quais o Programa foi convidado a participar.

Deste modo, tendo como objectivo uma partilha efectiva entre os projectos, foi sendo incentivada a constituição de redes entre os projectos, quer territoriais (concelhias e interconcelhias) quer temáticas (ex.: rede de projectos da comunidade cigana). De facto, esta prática foi sendo cada vez mais assimilada e interiorizada pelos projectos e fomentada também ao nível da Plataforma Virtual de Comunicação e Aprendizagem.

Resultante da constituição destas redes de projectos, foram sendo dinamizadas algumas actividades mais globais e abrangentes, das quais se salientam algumas.

11.1 Torneio de Futsal 24 Horas Non-Stop

No seguimento de inúmeras Redes que foram surgindo entre os projectos, esta actividade foi planeada e desenvolvida pela Rede de Projectos de Almada (RIPA) e pela Rede de Projectos de Setúbal (RUAS), contando com o apoio do Programa Escolhas na sua concepção, planeamento e desenvolvimento. Contou, igualmente, com o apoio do IMA Park em Setúbal e da FutIndoor que disponibilizou o espaço e as condições logísticas para a concretização do evento. Ao nível do envolvimento de outros parceiros refira-se a participação do Governo Civil de Setúbal, do Instituto Português da Juventude, da GNR, da Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Setúbal) e da Junta de Freguesia de São Sebastião (Setúbal), para além dos parceiros que integram cada um dos consórcios dos projectos que integram estas duas redes.

Futsal 24 horas



Lançado o desafio aos 37 projectos da Zona Sul e Ilhas, acabaram por participar nesta iniciativa 220 jovens oriundos de 18 projectos que manifestaram interesse e participaram nesta actividade que pretendeu, através da prática desportiva, fomentar a coesão de grupo, o *fair-play* e o contacto entre jovens de diferentes proveniências.

11.2 “Escolhe: Escotismo para Todos”

Esta actividade decorreu entre 26 e 27 de Maio de 2007, no Parque Nacional de Escotismo da Caparica e contou com a participação de 11 projectos do Programa Escolhas de norte a sul do país. Participaram nesta iniciativa um total de 180 indivíduos.



Acampamento com Escoteiros



Para a preparação desta iniciativa foram realizadas diversas reuniões entre os Escoteiros e a equipa central do Programa. Pretendeu-se, ao longo de dois dias, desenvolver actividades desportivas, ateliers artísticos, ateliers de técnica escotista, entre outros, elaborados e dinamizados igualmente em conjunto. Esta iniciativa visou promover a interacção entre escoteiros/jovens oriundos de diferentes contextos, promover a diversidade cultural entre estes grupos e fomentar o respeito pela diferença. Foi avaliada como muito positiva, com a metodologia utilizada nos subcampos de trabalho de constituição de equipas mistas entre escoteiros e jovens provenientes dos projectos Escolhas, a permitir o atingir os objectivos previamente estabelecidos.



162



11.3 CD “9 Bairros, Novos Sons”

O CD “9 Bairros, Novos Sons” resultou de uma parceria entre o Programa Escolhas, a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e a editora Enchufada. A iniciativa foi enquadrada no Fórum Cultural “O Estado do Mundo”, projecto multidisciplinar que comemorou o cinquentenário da FCG.

O Fórum propôs uma reflexão transversal sobre questões actuais, com um enfoque determinante na área da criação artística. Desta forma, o “9 Bairros, Novos Sons” teve como principal objectivo dar voz a projectos musicais oriundos de bairros desfavorecidos da Área Metropolitana de Lisboa, com carácter amador.

Os critérios de selecção tiveram por base a qualidade e originalidade dos temas, tendo sido dada especial importância à existência de elementos inovadores, resultantes do cruzamento de estilos musicais/culturais distintos (nomeadamente, entre as culturas urbana e africana).

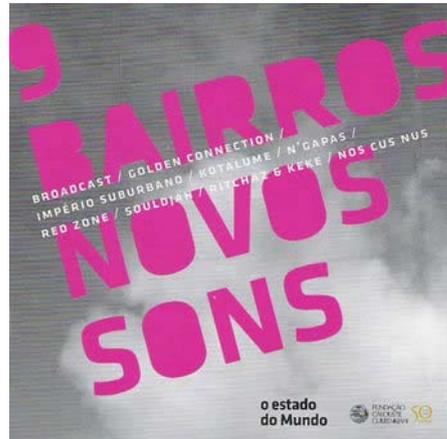
Foi endereçado o convite aos projectos da Área Metropolitana de Lisboa, no sentido de nos fazerem chegar temas musicais com estas características. Após uma primeira fase de audição, foi ainda feito um contacto pessoal, em cada bairro, com os projectos que apresentaram um maior potencial. Neste processo, foram ainda feitas captações de outras bandas e/ou outros temas de bandas seleccionadas.

Foram seleccionadas nove bandas oriundas de nove territórios abrangidos pelo Programa Escolhas:

- Projecto “Afri-cá: Asas e Raízes”, Bairro Sá Carneiro: “Golden Connection”;
- Projecto “À Bolina”, Quinta da Serra: “Kotalume”;
- Projecto “Emprega o Futuro”, Alta de Lisboa: “Broadcast”;
- Projecto “Da Escola à Comunidade”, Outurela-Portela: “Ritchaz & Kéke”;
- Projecto “Tutores de Bairro”, Quinta da Princesa, “Nos Cu Nos”;
- Projecto “Esperança”, Urbanização Terraços da Ponte, “Império Suburbano”;

- Projecto “Al-Futuro”, Bairro da Cruz Vermelha (Cascais), “Red Zone”;
- Projecto “Raízes”, Monte Abraão, “N’Gapas”;
- Projecto “Nu Kre Bai Na Bu Onda”, Alto da Cova da Moura/Arrentela: “Souldjah”

Capa do CD “9 Bairros, Novos Sons”



Para além da edição do CD “9 Bairros, Novos Sons”, a iniciativa contou igualmente com duas apresentações, no Auditório ao Ar Livre da Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 23 e 24 de Junho.

Posteriormente, três dos projectos envolvidos na gravação foram divulgados na rádio e imprensa escrita, participando em diversos concertos (nomeadamente, no Lisboa Mistura 2007).

11.4 Concurso “Dias de Imagens”

Também integrado no Fórum Cultural “O Estado do Mundo”, outro projecto, intitulado “Dias de Imagens”, desafiou os jovens de 20 projectos abrangidos pelo Programa Escolhas, resultante de uma parceria entre o Programa Escolhas, A Fundação Calouste Gulbenkian e as Embaixadas Lomográficas de Lisboa e Porto. Assim, sob a forma de uma maratona de fotografia lomográfica, procurou-se reforçar os laços entre diferentes comunidades de imigrantes em Portugal, dando visibilidade à criatividade de vários jovens provenientes dessas mesmas comunidades, numa perspectiva de valorização da sua identidade e estimulando, em simultâneo, o trabalho de equipa.

As equipas tiveram que respeitar as seguintes etapas:

- 1 - Preparação dos *storyboards* – de 1 a 18 de Maio – cada equipa criou um guião da história, baseado numa história que retratasse a sua vivência quotidiana no lugar de residência. Cada equipa deveria, para tal, usar um modelo disponibilizado, pensando em 12 fotografias que ilustrassem a história e os textos.
- 2 - Construção dos *websites* – de 7 de Maio a 18 de Junho – cada equipa deveria criar um *site* e colocar os *storyboards on-line*.
- 3 - Recolha das fotos – dia 1 de Junho – cada equipa recebeu uma máquina Lomo por empréstimo que serviu para captar as 12 fotos que ilustrariam a história.
- 4 - Exposição – dias 29 e 30 de Junho e 1 de Julho

Foi ainda possível dinamizar dois workshops de iniciação à lomografia, que possibilitaram um primeiro contacto com esta forma criativa de fotografar. Todo o concurso foi acompanhado através do blogue <http://diasdeimagens.blogspot.com>

No final, todos receberam um certificado de participação, tendo o júri elegido ainda os melhores trabalhos que foram expostos nos jardins da Fundação:



- 1º Lugar – Projecto “Percurso Alternativos” – Benedita – Equipa “Trio Fantástico”
- 2º Lugar – Projecto “@ventura” – São Brás de Alportel – Equipa “Nesaga”
- 3º Lugar (*ex-aequo*) – Projecto “À Priori” – Sines – Equipa “Os Vasquinhos” e Projecto “Anos Ki Ta Manda” – Bairro 6 de Maio (Amadora) – Equipa “B6M”
- Menção Honrosa – Projecto “Arte na Rua – Pintar o Futuro” – Campanhã/Bonfim – Equipa “Fotogang”

Equipa vencedora nos Jardins da Gulbenkian



11.5 Escolhas de Portas Abertas

A iniciativa “Escolhas de Portas Abertas”, decorreu de 26 a 30 de Novembro, data em que se celebrava um ano após o início da 3ª fase do Programa Escolhas. Teve como objectivo divulgar, a nível local e nacional, o trabalho desenvolvido pelos 121 projectos, que localizados em territórios vulneráveis, promovem a inclusão social de crianças e jovens, bem como o reforço da igualdade de oportunidades.

Assim, a nível local, os projectos divulgaram os seus planos de actividades, nomeadamente junto da comunicação social e convidaram a população em geral, decisores, instituições e entidades locais, a visitar e participar nas suas actividades regulares, bem como em eventos organizados especialmente para a semana “Escolhas Portas Abertas”.

Cartaz da iniciativa “Escolhas de Portas Abertas”



Apenas dois projectos da Zona Centro não aderiram a esta iniciativa, que contou assim, com a participação de 119 projectos (39 da Zona Norte; 43 da Zona Centro; 37 da Zona Sul e Ilhas),

totalizando mais de 700 actividades abertas à comunidade, desde exposições, seminários, workshops, festivais de música/dança, teatro, torneios desportivos, ateliers de expressão plástica, artes circenses, entre outras.

A nível nacional, a Coordenação do Programa Escolhas apostou na divulgação desta iniciativa junto dos órgãos de comunicação social, tendo igualmente convidado o Ministro da Presidência, os deputados dos círculos eleitorais dos distritos em que os projectos estão implantados e representantes das principais instituições parceiras, a participar nas diferentes actividades da semana “Escolhas Portas Abertas”, contactando assim com a realidade própria das crianças/jovens, que integram os diferentes projectos Escolhas.

Apostou-se, de igual modo, na visita do Coordenador Nacional a algumas actividades, de modo a envolver projectos das três Zonas de Coordenação. Neste sentido, foram criados dias de destaque para cada uma das zonas, de acordo com a agenda de visitas do Coordenador do PE às actividades “Escolhas Portas Abertas”:

- Dia 26 de Novembro – Visitas a projectos da Zona Centro
- Dia 27 de Novembro – Visitas a projectos da Zona Sul e Ilhas
- Dia 28 de Novembro – Visitas a projectos das Zonas Centro e Norte
- Dia 29 de Novembro – Almoço comunitário com jornalistas
- Dia 30 de Novembro – Visitas a projectos da Zona Norte

A semana “Escolhas Portas Abertas” contou assim com a presença do Ministro da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira, de diversos deputados à Assembleia da República, de representantes do poder local, bem como de parceiros locais e população em geral.

Cada Equipa de Coordenação do PE, elaborou um cronograma de visitas de forma a ser possível abranger o maior número possível de projectos por cada Zona. Assim, a equipa da Zona Norte esteve presente nas actividades de 35 dos 39 projectos, a equipa da Zona Centro marcou presença em 38 dos 43 projectos que aderiram à iniciativa e a equipa da Zona Sul e Ilhas compareceu em 33 dos 37 projectos implementados. No total, as Equipas de Coordenação do PE visitaram 106 dos 119 projectos que dinamizaram actividades no âmbito da iniciativa “Escolhas Portas Abertas”.

Esta iniciativa foi alvo de interesse por parte de alguns órgãos da comunicação social, nacionais e locais (rádio, imprensa, canais de televisão nacionais e locais), resultando em reportagens de destaque de alguns projectos, reflectindo, de certa forma, o impacto que a semana “Escolhas Portas Abertas” alcançou ao nível da divulgação do PE e da dinâmica dos diferentes projectos.

11.6. Festa de Natal Escolhas 2007

Culminando todo o trabalho desenvolvido pelos projectos em 2007, foram mais de 600 as crianças e jovens presentes na festa de Natal do Programa Escolhas (PE), que se realizou no dia 19 de Dezembro de 2007, no Montijo. O Cine Teatro Joaquim de Almeida encheu-se de muitos sorrisos, animação, palmas, música, dança e espírito de grupo. Esta foi uma festa feita *para e pelas* crianças e jovens do Escolhas, apostando-se na apresentação de projectos artísticos surgidos no âmbito dos 121 projectos locais financiados e acompanhados pelo Programa Escolhas.

Festa de natal Escolhas 2007



VIII. Combate à discriminação e ao racismo



1. Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR)

1.1. Enquadramento legal

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) foi criada pela Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto.

Em Maio de 2004, Portugal transpôs a Directiva n.º 2000/43/CE do Conselho de 29 de Junho, conhecida como “Directiva Raça”, através da Lei n.º 18/2004 de 11 de Maio. Com este diploma a CICDR viu o seu papel reforçado como órgão especializado na luta contra a discriminação no âmbito do quadro jurídico de prevenção e punição de práticas discriminatórias em razão da nacionalidade ou origem étnica.

Esta Lei tem por objecto prevenir e proibir a discriminação racial sob todas as formas e sancionar a prática de actos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, em razão da sua pertença a determinada raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

Nos termos do art.º 5º da Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto, cabe à CICDR acompanhar a aplicação deste enquadramento legislativo.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 167/2007, de 3 de Maio, que redefiniu a estrutura orgânica do ACIDI ficou, uma vez mais, reforçado o facto de que a CICDR funciona de modo totalmente independente, embora com o apoio logístico do ACIDI que também detém competências próprias no combate à discriminação em função da raça, cor, nacionalidade, origem étnica ou religião, através de acções positivas de sensibilização, educação e formação, bem como através do processamento das contra-ordenações previstas na lei.

1.2. Competências

Compete especialmente à CICDR o seguinte:

- acompanhamento da tramitação de processos de Contra-Ordenação e queixas apresentadas no domínio da discriminação em função da raça, nacionalidade ou etnia;
- recolher toda a informação relativa à prática de actos discriminatórios e à aplicação das respectivas sanções;
- recomendar a adopção das medidas legislativas regulamentares e administrativas que considere adequadas para prevenir a prática de discriminações por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade, ou origem étnica;
- promover a realização de estudos e trabalhos de investigação sobre a problemática da discriminação racial;
- elaborar e publicitar um relatório anual sobre a situação da igualdade e da discriminação racial em Portugal.



1.3. Composição

A composição da CICDR é plural e inclui, por um lado, representantes do Estado – Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, representantes da Assembleia da República e do Governo; por outro, representantes da sociedade civil – associações de imigrantes, associações anti-racistas, centrais sindicais, associações patronais, associações de defesa dos direitos humanos, e ainda personalidades de reconhecido mérito no combate à discriminação eleitas pelos restantes membros.

A CICDR possui uma Comissão Permanente (CP) de três elementos eleita pelos Conselheiros com excepção do seu Presidente que, por inerência, é o Presidente da CICDR, e cuja competência principal é a de se pronunciar, no âmbito dos processos de contra-ordenação por prática de actos discriminatórios em razão da nacionalidade ou origem étnica, sobre a decisão a tomar pelo Alto-Comissário na aplicação das sanções, seja na aplicação de coimas e/ou sanções acessórias correspondentes.

Quaisquer queixas que se enquadrem no objecto da Lei n.º 18/2004, de 11 de Maio (e da Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto) podem ser apresentadas junto da própria CICDR, do ACIDI, do membro do Governo que tenha a seu cargo a área da igualdade e das minorias étnicas ou da inspecção-geral de cada Ministério competente em razão da matéria.

1.4. Reuniões realizadas e conclusões

Realizaram-se, em 2007, quatro reuniões plenárias da CICDR (26 de Fevereiro, 16 de Abril, 9 de Julho, e 13 de Novembro) e três reuniões da sua Comissão Permanente (11 de Abril, 27 de Julho e 19 de Dezembro).

No âmbito das referidas reuniões, a CICDR tomou conhecimento, pronunciou-se, emitiu parecer e deliberou, sobre variadas questões entre as quais destacamos as seguintes:

- Acompanhamento dos principais processos de contra-ordenação e queixas decorrentes da prática de actos discriminatórios em função da raça, nacionalidade ou origem étnica;
- Apresentação, no decurso do mês de Fevereiro, do 3º Relatório da ECRI – Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância, do Conselho da Europa, através de Conferência de Imprensa realizada no CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, em Lisboa.

Tratou-se de uma avaliação da situação do país em relação ao racismo e à intolerância, realizada por uma entidade internacional independente, que referiu pontos positivos e negativos e projectou os desafios que se colocam no sentido da procura de melhores soluções.

Apresentado pelo relator, Marc Leyenberger, da ECRI, o Relatório concluiu que Portugal registou uma evolução muito positiva nos últimos anos, nos planos administrativo, regulamentar e dos mecanismos de integração dos imigrantes.

Entre os aspectos positivos, o Relatório salienta o trabalho que o ACIDI tem desenvolvido e a vontade política subjacente a esse trabalho.

Entre os pontos negativos, foi salientada a situação da comunidade cigana, relativamente à qual foram apresentadas algumas propostas de actuação.

O Conselho de Europa apresentou, nos resultados de um Seminário organizado a 27 e 28 de Fevereiro, medidas de acções positivas de luta contra a discriminação racial;

- Acompanhamento das iniciativas do Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades Para Todos



- Acompanhamento das referências dos media à nacionalidade, etnia, religião ou situação documental de alegados autores de actos ilícitos
- Deliberação dos prémios e menções honrosas do Concurso “A Minha Escola Contra a Discriminação Racial”
- Alteração orgânica do ACIME em ACIDI - Alto-Comissariado para a Imigração e para o Diálogo Intercultural, IP.

1.5. Actividades da Comissão Permanente

Uma das competências essenciais da Comissão Permanente da CICDR é o acompanhamento da tramitação de processos de Contra-Ordenação apresentadas no domínio da discriminação em função da raça, nacionalidade ou origem étnica.

No âmbito da tramitação dos processos de contra-ordenação por práticas de actos discriminatórios em função da nacionalidade ou origem étnica, a Comissão Permanente da CICDR tem competências próprias para receber o relatório final da fase instrutória e pronunciar-se de forma não vinculativa sobre a sanção e aplicação das coimas e sanções acessórias.

No entanto, tem sido entendimento comum do Alto-Comissariado e da própria Comissão Permanente da CICDR a promoção da audição desta instância sobre algumas queixas ou situações que suscitam dúvidas quanto à decisão de mandar instaurar processos de contra-ordenação. Em resultado, a Comissão Permanente tem vindo a assumir-se como uma importante instância de consulta no âmbito da apreciação de queixas e de iniciativa no que concerne à instauração de processos contra-ordenacionais.

Antes de analisar os principais processos tratados na CICDR no ano de 2007, importa esclarecer que, em certos casos, tem sido política da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial que, após avaliação das queixas, se notifique preliminarmente os visados para prestarem esclarecimentos prévios sobre a situação relatada, sem prejuízo de certas situações serem objecto de despacho imediato de abertura de processo de contra-ordenação com a respectiva remessa imediata do mesmo às Inspeções-Gerais competentes em razão da matéria.

Por outro lado, os números aqui apresentados relativos a processos de contra-ordenação não abrangem queixas referentes a práticas discriminatórias de âmbito laboral, uma vez que esses casos são da competência da Autoridade para as Condições do Trabalho. Também não são analisadas as queixas cujos factos se encontram em concurso com a prática de crimes, muitas das vezes já na fase de investigação, em que a competência para a sua apreciação pertence às autoridades criminais.

Sucede ainda que nem todas as queixas dão origem à abertura de processos de contra-ordenação. Várias razões justificam essa ocorrência, nomeadamente o facto de a referida mediação prévia ser bem sucedida ou a verificação de ausência de resposta dos denunciantes a pedidos de esclarecimentos formulados pela CICDR sobre aspectos essenciais do teor das queixas, por forma a poder habilitar e dar continuidade à respectiva tramitação.

(a) Deliberações da Comissão Permanente em processos submetidos à sua apreciação

O conjunto das queixas que deram origem a apreciação pela CP da CICDR resultaram em 19 deliberações, nos termos seguintes:

2 - Propostas de condenação dos arguidos oportunamente denunciados no pagamento de coimas e de sanções acessórias, no seguimento das propostas constantes dos Relatórios Finais das Inspeções-Gerais competentes para a instrução dos Processos;

6 - Propostas de arquivamento de Processos Contra-Ordenacionais por força das propostas constantes dos Relatórios Finais das Inspeções-Gerais competentes para a instrução dos Processos;



- 5 - Envio de cartas pedagógicas a entidades visadas;
- 2 - Solicitação de reabertura de Instrução e solicitação de diligências complementares de prova;
- 1- Pedido de esclarecimentos adicionais a queixoso;
- 1- Reconhecimento de posição comum com a Direcção-Geral de Viação relativa á emissão de carta de condução para não nacionais;
- 1 – Participação da conduta de funcionário de entidade pública para efeitos disciplinares;
- 1 – Não abertura de Processo de Contra-Ordenação.

(b) Breve análise do total das queixas recebidas em 2007

Foram recebidas, em 2007, 81 queixas, resultando outras três do conhecimento do ACIDI/CICDR. Do conjunto das 84 queixas atrás referidas, resultaram os seguintes desenvolvimentos:

- Impossibilidade de actuação da CICDR por não ter competência para tal:
 - 5 – Matéria laboral: reenvio à Autoridade para as Condições do Trabalho;
 - 2 – Matéria criminal já em apreciação pelas autoridades criminais
- Processos de contra-ordenação
 - 31 – Deram origem à abertura de processos de contra-ordenação dos quais ainda não há decisões definitivas
- Mediação
 - 3 - Mediação bem sucedida;
 - 4 - Mediação ainda pendente
 - 1 - Mediação veio a revelar-se desnecessária;
- Outras situações
 - 18 - Aguardam esclarecimentos necessários dos denunciantes;
 - 3 - Em apreciação
 - 2 - Por enviar carta pedagógica
 - 9 - Intervenção pedagógica e preventiva
 - 3 - Remetidas respostas a pedidos de informações prévias
 - 1- Infundada
 - 1 - Não pretenderam prosseguir queixa
 - 1 - Situação já resolvida



170

As alegadas situações discriminatórias distribuem-se pelas seguintes áreas:

- 12 – Emprego
- 11 – Estado (geral)
 - Acresce:
 - 8 - Polícias
 - 5 - Educação
 - 4 – Juntas de Freguesia
 - 3 – Saúde
- 9 – Vizinhança
- 9 – Comércio
 - Acresce:
 - 5 - Discotecas
 - 3 – Imobiliário
- 8 - Media
- 3 - Transporte
- 3 - Banca
- 1 - Desporto

No que concerne à nacionalidade ou origem étnica das alegadas vítimas, destaca-se a brasileira:

Brasileira: **29**
 Origem africana (nacionalidade não identificada): **16**
 Etnia cigana: **9**
 Estrangeiros em geral: **7**
 Guineenses: **6**
 Angolanos: **3**
 Romenos: **3**
 Cabo-verdianos: **3**
 Comunidade chinesa: **2**
 Ucraniana: **2**
 Russa: **1**
 Indonésia: **1**
 Costa Rica – **1**
 S.Tomé e Príncipe: **1**
 Desconhecida: **1**

Em termos de Género das alegadas vítimas, as mulheres ocupam o primeiro lugar:

Mulheres: **39**
 Homens: **29**
 Vários: **16**

(c) Comunicados oficiais

A colocação do cartaz do PNR na Praça Marquês de Pombal, em Lisboa, com o lema “Portugal aos Portugueses”, levou a uma rápida reacção por parte da CICDR, tendo a Comissão Permanente emitido um Comunicado, no dia 29 de Março, através do qual apela aos cidadãos e às instituições portuguesas para que condenem esta mensagem e reafirmem, com determinação, a atitude acolhedora e de integração com que Portugal trata os imigrantes que estão entre nós, à semelhança do que se exige para os nossos emigrantes espalhados pelo mundo e que se reproduz:

“Nota da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial sobre a campanha contra os imigrantes do Partido Nacional Renovador

1. A Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, através da sua Comissão Permanente, manifesta a sua repulsa e condenação pela campanha hoje iniciada pelo Partido Renovador Nacional contra os imigrantes, apelando mesmo à sua expulsão através da frase “façam boa viagem”, incluída no seu cartaz.
2. A verdade é que, felizmente, estas teses xenófobas são extremamente minoritárias em Portugal e não representam o sentir geral do povo português.
 Nas últimas eleições, recorde-se, obtiveram unicamente 0,1% dos votos expressos.
3. A frase “Portugal aos portugueses” não é nova. É decalcada das congéneres europeias de extrema-direita, nomeadamente em França, onde tem sido utilizada a expressão “A França para os franceses”. No caso concreto de França, um dos alvos dessa expressão xenófoba é justamente a comunidade emigrante portuguesa. É bom recordar que as atitudes xenófobas, como a do PNR, atingem e prejudicam gravemente os cerca de 4,5 milhões de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo.
4. Portugal tem sido, e vai continuar a ser, um país que acolhe e integra bem os imigrantes que nos procuram, esforçando-se por combater a imigração clandestina e favorecer, de modo controlado, a imigração legal.
5. O combate ao racismo e à xenofobia deve ser permanente, num exercício cívico e pedagógico de todos os cidadãos, combatendo mitos e estereótipos falsos sobre os imigrantes. A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação apela a que os cidadãos e as instituições portuguesas que condenem esta mensagem e reafirmem, com determinação, a atitude acolhedora e de integração com que Portugal trata os imigrantes que estão entre nós, à semelhança do que exigimos para os nossos emigrantes espalhados pelo mundo.”



1.6. Publicações, acções e actividades específicas

a) Reformulação e actualização do conteúdo do folheto “Meios Jurídicos de Combate ao Racismo e à Xenofobia” e inserção do mesmo no guia editado pelo ACIDI - “Imigração em Portugal – Informação Útil 2007/2008”.

b) Participação em quatro Encontros Internacionais:

- Deslocação a Bruxelas: participação em Seminário temático, promovido pela Comissão Europeia, em cooperação com a *Network of Independent Legal Experts in Non-Discrimination* (rede de juristas independentes especializados na não-discriminação) realizado em 13 de Fevereiro, dirigido, entre outros, a representantes dos Governos e organismos nacionais que operam na área da igualdade e subordinado à actualização e debate de questões relativas à aplicação das Directivas comunitárias relativas ao princípio da igualdade de tratamento e de combate à discriminação racial nº 2000/43/CE e nº 200/78/CE, oportunamente transpostas para o ordenamento jurídico nacional.
- Deslocação a Estrasburgo: participação em Seminário promovido pela Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância – ECRI, do Conselho da Europa e realizado em Estrasburgo nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2007, no qual o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas - ACIME esteve representado pela Conselheira da CICDR, Dra. Maria Cidália Figueiredo.
Este seminário teve como principal objectivo, capacitar os Órgãos Especializados Nacionais para o combate ao racismo e à discriminação racial, recomendando a adopção de medidas e acções positivas destinadas a prevenir ou a compensar desvantagens históricas associadas a determinados grupos em função da sua origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, orientação sexual ou idade.
- Deslocação à Cidade do México: participação no «Encontro Ibero-americano do Desenvolvimento Social, Democracia e Não Discriminação», promovido pelo governo mexicano, em 24 de Setembro de 2007, no âmbito do qual se procedeu à criação da Rede Ibero-americana de Organismos e Organizações contra a Discriminação (RIOOD). O objectivo de criação da RIOOD foi o de estreitar os laços de cooperação entre instituições, organismos públicos, unidades administrativas e organizações da sociedade civil dos países ibero-americanos para enfrentar o problema da discriminação no desenvolvimento social e construção democrática nas respectivas sociedades. A primeira das actividades da RIOOD foi obter na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Ibero-americanos, a declaração do ano de 2008 como Ano Ibero-americano Contra a Discriminação, o que foi conseguido na Cimeira realizada na cidade do Chile, em Novembro de 2007.

c) Cerimónia de Apresentação da Actividade e Resultados da UVIDRE – Unidade de Apoio à Vítima Imigrante de Discriminação Racial ou Étnica, realizada na sede da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, por ocasião do Dia 21 de Março - Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial.

A UVIDRE foi criada no âmbito de um Protocolo entre o ACIDI e a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) no âmbito do qual o ACIDI concedeu e concede apoio financeiro para a criação e funcionamento desta unidade, que visa o apoio, gratuito e confidencial, às vítimas imigrantes e de discriminação racial ou étnica através de uma jurista e de um psicólogo especializados nestas temáticas, tendo o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas e a APAV.

Entre Maio de 2006 a Abril de 2007 foram abertos 232 processos que foram atendidos directamente na UVIDRE e 451 no âmbito das redes de Apoio locais da APAV. Deste, 23 (3,4 %) são referentes a situações de discriminações.

d) Participação no Seminário Temático “Os cinquenta Anos do Tratado de Roma. A Europa dos Valores”, ocorrido em 27 de Março, em Lisboa promovido e organizado pelo “IEEI – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais”, em parceria com a CICDR, no âmbito do II Debate Nacional sobre O Futuro da Europa.



e) Audição do Provedor de Justiça em Reunião Plenária de 9 de Julho

O Provedor de justiça esteve presente em Reunião Plenária da CICDR, partilhando com os conselheiros da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial a sua experiência e as suas reflexões relativamente ao papel da Provedoria no apoio a assuntos relacionados com queixas de imigrantes e com queixas de discriminação racial.

f) Lançamento do Site da CICDR (www.cicdr.pt) no âmbito da reunião ordinária da CICDR de 9 de Julho, tendo contado com a presença do Senhor Provedor de Justiça, Dr. Henrique de Nascimento Rodrigues.

A criação do site teve por finalidade a transmissão de informação útil para a sensibilização e consciencialização da opinião pública sobre a importância da luta contra o racismo bem como dos meios disponíveis a todos os cidadãos para denunciarem situações de racismo.

Outro dos aspectos que este site vem permitir é ainda a possibilidade dos queixosos, salvaguardada a necessária confidencialidade, poderem consultar *on line* o estado dos seus processos, permitindo um acompanhamento em tempo real do processo, por forma a aproximar os cidadãos e a justiça.

Visitas

Julho	859
Agosto	451
Setembro	636
Outubro	864
Novembro	948
Dezembro	603
Total	4.361

g) Promoção e organização, nas instalações do ACIDI, dos dois primeiros Workshops em Portugal sobre os processos de contra-ordenação pela prática de actos discriminatórios em função da raça ou da nacionalidade, nos termos da Lei nº 18/2004 de 11 de Maio, dirigido especialmente às Inspeções-Gerais dos diferentes Ministérios, entidades competentes para procederem à instrução dos mesmos.

Foram abordados e debatidos vários aspectos práticos da aplicação do enquadramento legal destes processos, tendo sido obtida uma maior aproximação institucional de todos os intervenientes nestes processos e criada uma Rede de Pontos Focais, ou seja, uma rede constituída por interlocutores indicados por todas as entidades presentes com a finalidade de serem elementos de ligação junto do ACIDI, das Inspeções-Gerais, das Forças de Segurança e da Procuradoria-Geral da República, sobre a temática dos processos de contra-ordenação para efeitos de estabelecimento expedito de contactos o troca de informações no âmbito da aplicação da legislação referente ao combate à discriminação racial.

- Workshop de Julho – Estiveram presentes representantes de dez Inspeções-Gerais, dois magistrados do Ministério Público, um representante da Provedoria de Justiça, um representante da UVIDRE – Unidade de Apoio à Vítima Imigrante de Discriminação Racial ou Étnica, representantes da PSP e GNR e do ACIDI.
- Workshop de Setembro – Estiveram presentes representantes de nove Inspeções-Gerais, dois representantes da Procuradoria-Geral da República, um representante da Provedoria de Justiça, representantes da PSP e GNR, da UVIDRE e do ACIDI.

h) Participação na Abertura do Encontro do Conselho de Administração da Rede Europeia contra o Racismo (ENAR), pelo Presidente da CICDR e Alto-Comissário para a Imigração, realizado em Lisboa, por ocasião da Presidência Portuguesa da UE, no dia 28 de Setembro.



i) Participação com o Ministério da Educação e a Estrutura do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, na organização do Concurso “*A Minha Escola Contra a Discriminação Racial*”, organizado no âmbito do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos e lançado com o objectivo de premiar acções desenvolvidas por alunos das Escolas, que privilegiassem a informação ou a formação contra a discriminação e o racismo e promovessem o diálogo e a cooperação entre as diferentes pessoas e culturas. Esta iniciativa, destinada às escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário de todo País contou com a participação de mais de 110 escolas e 6.000 alunos oriundos de 17 dos 18 Distritos do País.

O primeiro prémio na categoria 2º ciclo do Ensino básico foi atribuído ao Agrupamento de escolas de Lamações de Braga com o Projecto “Juntos na e pela Diferença”.

O Primeiro Prémio na categoria de 3º ciclo do Ensino Básico foi entregue ao Externato das Escravas do Sagrado Coração de Jesus do Porto, pelo projecto “As minhas mãos são as tuas mãos!”

O Primeiro prémio do ensino secundário foi atribuído à Escola Secundária da Portela em Loures pelo projecto “MMM- múltiplos modos do mesmo”.

Foram ainda atribuídas duas Menções Honrosas à Escola Básica 2,3/S Mestre Martins Correia da Golegã e à Escola Secundária da Amadora.

j) Promoção de Acção de Sensibilização sobre Racismo/Discriminação inserida no âmbito do Encontro Nacional dos CLAll – Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, ocorrido no mês de Outubro – formação ministrada a 100 mediadores sócio-culturais sobre a tramitação de Processos de Contra-Ordenação em função da raça, nacionalidade ou origem étnica, nos termos da lei nº 18/2004 de 11 de Maio, funcionamento e atribuições da CICDR e forma de articulação desta Comissão com os CLAll's.

k) Pareceres solicitados: 1

Parecer Jurídico solicitado ao Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, acerca do regime do ónus da prova constante da Lei 18/2004 de 11 de Maio), matéria objecto de discussão aquando da realização dos Workshops com as Inspeções-Gerais dos vários Ministérios e outras entidades.



174



2. Barreiras invisíveis – discriminação no acesso ao emprego

A discriminação em contexto laboral é, regra geral, visível seja em processos de avaliação de desempenho, na manutenção e progressão de postos de trabalho ou em termos remuneratórios. Mais difícil de perceber são as barreiras existentes antes de se chegar a uma entrevista de emprego. A cor da pele na fotografia constante dos currículos, o local de residência constituem barreiras invisíveis que, de forma muitas vezes inconsciente, pode levar a situação de discriminação no acesso a um emprego.

O envolvimento dos profissionais da área dos recursos humanos consiste, assim, uma forte aposta para se ultrapassarem essas barreiras invisíveis, conduzindo a processos de selecção baseados apenas na competência e capacidade técnica dos candidatos. Neste âmbito, foram identificadas duas parcerias prioritárias, o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRA-CE) e a Associação Portuguesa de Gestores e Técnicos de Recursos Humanos (APG).

2.1. Colaboração com o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE)

A GRACE foi incumbida, integrado no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (AEIOT), de produzir um Manual “As Empresas, a Diversidade e a Inclusão”, fruto da adaptação de um Manual do Instituto ETHOS (Brasil) intitulado “Como as Empresas Podem (e devem) valorizar a diversidade”. O ACIDI, I.P., na qualidade de parceiro institucional da Estrutura de Missão do AEIOT, participou no processo de construção dos conteúdos, sensibilizando para a necessidade da integração e gestão da diversidade nos locais de trabalho como uma mais valia para o sucesso das organizações e capacitação para intervir num mundo cada vez mais globalizado.

A adaptação do Manual do Instituto ETHOS foi realizada por representantes de 8 empresas associadas da GRACE, garantindo, assim, uma linguagem adequada ao meio empresarial.

Em fase final de publicação, o Manual deverá ser apresentado no início de 2008.

Para além da colaboração no Manual, o ACIDI I.P., através da sua Bolsa de Formadores, realizou duas acções de formação para gestores de recursos humanos e outros profissionais ligados ao recrutamento, juntando 40 técnicos de empresas associadas da GRACE.

2.2. Colaboração com a Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos (APG)

A colaboração entre o ACIDI I.P. e a Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de Recursos Humanos (APG) revestiu-se de diversas formas, desde sugestões para conteúdo do Código de Ética na Gestão das Pessoas a inclusão de uma entrevista ao Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural na Revista Pessoal.

As sugestões de alteração do Código de Ética tiveram subjacentes a necessidade de promover a inclusão e gestão da diversidade cultural/étnica em contexto laboral. Na impossibilidade de se incluir um ponto autónomo no documento, propôs-se a modificação da alínea b) dos Deveres éticos dos associados, de forma a integrar a diversidade e a igualdade de tratamento e de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente do género, nacionalidade, origem étnica, religião, orientação sexual e local de residência.

O Código esteve acessível no site da APG (www.apg.pt) para consulta pública dos seus associados até ao dia 30 de Julho, tendo sido aprovado pela Direcção Nacional no dia 8 de Novembro.

A optimização dos recursos informativos da APG, como meio de divulgação de mensagens com vista ao combate à discriminação racial ou étnica no mundo laboral, consubstanciou-se na publicação, no número 57 da Revista “Pessoal” (pp. 32-37) de uma entrevista ao Alto Comissário. A entrevista foi igualmente colocada *online*, no site www.rhonline.pt/entrevistas.



IX. Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI)



1. Enquadramento

O Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) foi criado pelo Decreto-lei n.º 39/98, de 27 de Fevereiro, tendo actualmente o seu enquadramento legal no Decreto-lei n.º 167/2007, de 3 de Maio.

O COCAI funciona junto do ACIDI e visa assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, dos parceiros sociais e das instituições de solidariedade social, na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão.

As competências do COCAI, por iniciativa própria ou sempre que para tal solicitado pelo Alto-Comissário, são:

- Pronunciar-se sobre os projectos de diploma relativos aos direitos dos imigrantes;
- Participar na definição das políticas de integração social que visem a eliminação das discriminações e promovam a igualdade;
- Participar na definição de medidas e acções que visem a melhoria das condições de vida dos imigrantes e acompanhar a sua execução;
- Participar na defesa dos direitos dos imigrantes com respeito pela sua identidade e cultura, formulando propostas com vista à sua promoção;
- Exercer outras competências que sejam atribuídas por lei.

De salientar, o contributo do COCAI no âmbito dos procedimentos legais de reconhecimento de representatividade e de concessão de apoio financeiro às associações de imigrantes e seus descendentes, pela emissão de parecer prévio às respectivas decisões, nos termos da Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto e do Decreto-lei n.º 75/200, de 9 de Maio.

2. Constituição

Em 2007, o COCAI teve a seguinte constituição, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 6º do Decreto-lei n.º 167/2007, de 3 de Maio:

- Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural – Rui Marques
- Um representante de cada uma das comunidades imigrantes dos países de língua portuguesa:

Membros Efectivos

- Comunidade Brasileira - Heliana Bibas
- Comunidade São Tomense - António dos Prazeres
- Comunidade Caboverdeana - Felismina Rosa Mendes
- Comunidade Angolana – Viegas de Sousa Bernardo
- Comunidade Moçambicana – Alberto Mateus Manja Magassela
- Comunidade Guineense – Augusto Mendes Pereira

- Membros Suplentes

- Comunidade São Tomense – Cristiano Viegas Pinto
- Comunidade Caboverdeana – Rolando Reis Borges
- Comunidade Guineense – Malan Gomes

- Um representante de cada uma das três comunidades de imigrantes mais numerosas, não incluídas nas anteriormente referidas:

- Comunidade Ucraniana - Galina Leonova
- Comunidade Moldava –Raisa Mchidonschi
- Comunidade Chinesa – Y Ping Chow



- Um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social
 - Membro Efectivo – Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos Fernandes
 - Membro Suplente – Fernanda Reis

- Dois representantes das instituições que trabalham com imigrantes:
 - Membros Efectivos
Serviço Jesuíta aos Refugiados – Rosário Farmhouse
Obra Católica Portuguesa de Migrações – Rui Manuel da Silva Pedro e posteriormente Francisco Sales Diniz (alteração do Membro)
 - Membro Suplente
Obra Católica Portuguesa de Migrações – Eugénia Costa Quaresma

- Dois representantes das associações patronais:
 - Membro Efectivo
Confederação do Turismo Português – António Abrantes e posteriormente Sérgio Palma Brito Sérgio Palma Brito (alteração do Membro)
 - Membro Suplente
Confederação da Indústria Portuguesa – Nuno Biscaya

- Dois representantes das centrais sindicais com assento no Conselho Económico e Social:
 - Membros Efectivos
UGT - União Geral dos Trabalhadores – José Manuel da Luz Cordeiro
CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Carlos Manuel Alves Trindade
 - Membros Suplentes
UGT - União Geral dos Trabalhadores – Carlos Manuel dos Anjos Alves
CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Manuel Garcia Correia

- Dois cidadãos de reconhecido mérito:
Eugénio José da Cruz Fonseca
Timóteo Macedo

- Um representante do membro do Governo que tutela os assuntos relativos à emigração e comunidades portuguesas
 - Membro Efectivo – José Duarte Sequeira e Serpa
 - Membro Suplente – Henrique Pietra Torres

- Um representante do Ministro da Economia e Inovação
 - Membro Efectivo – Alexandra Rebelo

- Um representante do Ministro da Administração Interna
 - Membro Efectivo - Manuel Jarmela Palos
 - Membro Suplente - Francisco Alves

- Um representante do Ministro da Educação
 - Membro Efectivo - Mariana Vieira da Silva

- Um representante do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social
 - Membro Efectivo - Maria Ângela Neto e posteriormente José António Oliveira Tavares (alteração do Membro)
 - Membro Suplente – Maria Alice Cunha Brandão e posteriormente Maria José Cardoso (alteração do Membro)



- Um representante do Governo Regional dos Açores
 - Membro Efectivo - Alzira Maria Serpa Silva
 - Membro Suplente - Rita Nazaré Soares Bettencourt Faria Machado Dias
- Um representante do Governo Regional da Madeira
 - Membro efectivo - Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
 - Membro Suplente - Celina Anjos Cruz
- Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses
 - Membro Efectivo - Joaquim Raposo
 - Membro Suplente - Maria João Lopes

3. Reuniões e Decisões do COCAI

Ao longo do ano de 2007, o COCAI realizou um total de 6 reuniões, que contaram com a presença de diversos membros do Governo, dando contributos concretos para diferentes áreas da integração dos imigrantes em Portugal:

1. 09 de Janeiro;
2. 27 de Fevereiro;
3. 18 de Julho, na presença de Sua Excelência o Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Dr. Fernando Medina, que apresentou as prioridades do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
4. 07 de Agosto, na presença de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira, e de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Dr. José Magalhães, foi analisada e discutida a proposta de regulamentação da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho;
5. 24 de Setembro, uma iniciativa conjunta do Alto-Comissário e de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, realizada na Assembleia da República, sobre "Participação Política dos Imigrantes na Sociedade de Acolhimento", em que esteve presente Sua Excelência o Ministro da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira;
6. 31 de Outubro.

Durante estas reuniões, foi possível aos Conselheiros pronunciarem-se sobre os seguintes assuntos:

1. Apreciação de 11 Pedidos de Reconhecimento de Associações de Imigrantes, ao abrigo da Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto, e do Decreto-lei n.º 75/2000, de 9 de Maio, tendo-se pronunciado favoravelmente em 9 casos;
2. Apreciação de 50 pedidos de apoio financeiro, dos quais 45 para o Plano Anual de Actividades e 5 para Actividades Pontuais, ao abrigo da Lei n.º 115/99, de 3 de Agosto e do Decreto-lei n.º 75/2000, de 9 de Maio, tendo-se pronunciado favoravelmente a um apoio global de 472.101,00 Euros a 40 pedidos de apoio financeiro, dos quais 35 para o Plano Anual de Actividades e 5 para Actividades pontuais;
3. Discussão sobre o Associativismo Imigrante, no que se refere ao regime legal de Reconhecimento e Financiamento das Associações de Imigrantes;
4. Discussão sobre o I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos;
5. Análise e discussão da proposta de regulamentação da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho;
6. Debate sobre o tema "Participação Política dos Imigrantes na Sociedade de Acolhimento";
7. Análise do 1º Relatório Intercalar de Execução do Plano para a Integração dos Imigrantes.



4. O COCAI e a Proposta de regulamentação da Lei da Imigração

A proposta de regulamentação da Lei da Imigração foi apresentada no COCAI, numa reunião onde esteve presente Sua Excelência o Ministro da Administração Interna e o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna.

Nesta reunião, os Senhores Conselheiros, bem como representantes de departamentos governamentais e de outras entidades, convidados em virtude da relevância da sua audição e contributo, tiveram oportunidade de manifestar as suas preocupações, de solicitar alguns esclarecimentos e de dar os seus contributos, participando assim, de forma activa, no processo de preparação do texto do Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro.



X. Conhecer mais para agir melhor



1. Observatório da Imigração

Entre as suas múltiplas acções, o Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI, IP.) tem dedicado uma particular atenção à concepção, implementação e avaliação das políticas públicas de imigração, recorrendo a uma colaboração estratégica essencial com a academia e centros de investigação, através do seu Observatório de Imigração.

Este Observatório da Imigração, criada em 2003, tem procurado ter um papel fundamental como um promotor de redes de cooperação científica e institucional, de forma a garantir o conhecimento rigoroso dos temas que constituem a preocupação dominante do ACIDI, I.P.

A sua filosofia de trabalho é subsidiária e complementar relativamente ao universo de instituições e de investigadores que se dedicam, sistematicamente, ao estudo do tema da imigração. Por outras palavras, o Observatório não dispõe de estrutura própria nem é dotado de quadro de colaboradores permanentes. Desde 2003 é dirigido por um coordenador – Eng. Roberto Carneiro – que é responsável pela respectiva actividade científica do Observatório e responde perante o Alto Comissariado quanto à realização dos objectivos para que foi criado. O orçamento do Observatório está integrado no do ACIDI, IP.

Seguindo a filosofia “conhecer mais para agir melhor”, o Observatório tem vindo a estimular o diálogo entre a academia e os decisores políticos no que diz respeito à proposta, discussão e avaliação de políticas públicas em matéria de integração de imigrantes em Portugal.

Entre as principais actividades do Observatório da Imigração destacam-se: a recolha de dados ou de informações complementares que não se encontram directamente acessíveis em fontes primárias; desenvolvimento de estudos e investigações científicas multidisciplinares; edição, publicação e disponibilização no sítio www.oi.acime.gov.pt os resultados da sua actividade; desenvolvimento de seminários, colóquios, e outras actividades que permitem o debate público e/ou o melhor conhecimento dos fenómenos imigratórios para o país.

É pois possível identificar já alguns resultados positivos do investimento que tem sido feito:

- (1) Inúmeros dos projectos de investigação desenvolvidos no âmbito do Observatório de Imigração garantiram a fundamental desconstrução de mitos e estereótipos associados à imigração através de factos científicos.
- (2) Alguns estudos do Observatório da Imigração não só contribuíram para a avaliação de medidas e leis que afectam directa ou indirectamente a vida dos imigrantes em Portugal, mas conduziram mesmo à discussão e definição de novas políticas públicas.

Neste contexto, e reconhecendo o papel importante que o Observatório da Imigração tem vindo a assumir neste trabalho de definir pontes entre a academia e decisores políticos e matérias relacionadas com a integração de imigrantes, o ACIDI I.P. tem vindo a reforçar as suas actividades. O *Plano para a Integração dos Imigrantes* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 63 – A/2007) contempla mesmo algumas medidas a serem implementadas no quadro do Observatório de Imigração, são elas:

43. Melhorar dados quantitativos e qualitativos sobre diversidade cultural nas escolas (Ministério da Educação, PCM/ACIME). Criar e manter, através do Observatório da Imigração, um sistema de indicadores quantitativos e qualitativos (estudos de caso e boas práticas) que possa evoluir a partir da experiência da Base de Dados Entreculturas e que permita a identificação de novas formas de categorização, um diagnóstico global e um acompanhamento sustentado dos processos e resultados escolares dos alunos descendentes de imigrantes.

84. Aprofundamento do conhecimento científico sobre descendentes de imigrantes (PCM/ACIME). Promover e apoiar, através do Observatório da Imigração, um conjunto de estudos científicos sobre os descendentes de imigrantes, tendo em conta que esta é uma população com



factores de risco/sucesso específicos dentro da temática da imigração e dentro da população em geral.

89. Elaboração no âmbito do Observatório da Imigração de estudos respeitantes à discriminação na escola, à discriminação na área da habitação e à discriminação no mercado de trabalho (PCM/ACIME, Ministério de Educação, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional – Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

92. Consolidação da Lei de liberdade religiosa. Promoção de 1 estudo sobre a temática no âmbito do Observatório da Imigração em 2008

112. Estudo no quadro do Observatório da Imigração e subsequente discussão pública sobre participação política dos imigrantes residentes de longa duração (PCM/ACIME)

118. Aprofundar o conhecimento científico sobre questões de género na imigração (PCM/ACIME e CIG). Apoiar, nomeadamente através do Observatório da Imigração, estudos científicos sobre as questões de género na imigração tendo em conta, em particular, os desajustamentos e vulnerabilidades das mulheres migrantes.

121. Desenvolvimento de estratégias mais eficazes de combate ao tráfico de pessoas (Ministério da Justiça, PCM/ACIME e CIG). Aprofundar o estudo e as investigações sobre o fenómeno do tráfico de pessoas (...).

1.1. Estudos e Publicações

O Observatório da Imigração disponibiliza actualmente cinco colecções de estudos em versão imprensa e suporte digital (através do sítio www.oi.acidi.gov.pt):

1.1.1. Colecção *Estudos OI*

Esta colecção, criada em 2003, tem por finalidade apresentar, em cada Estudo, uma reflexão científica e pertinente sobre um determinado tema, da inteira responsabilidade do investigador ou da equipa de especialistas que o propõe. Reforçando esta colecção, em 2007 foram publicados 4 novos volumes:



22. Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa. Estudo coordenado por Jorge Macaísta Malheiros e Manuela Mendes e a colaboração de Carlos Elias Barbosa, Sandra Brito Silva, Aline Schiltz e Francisco Vala; Março de 2007. 306 pp. | ISBN 978-989-8000-29-3

23. Licença para Criar: Imigrantes nas Artes em Portugal. Estudo de Magda Nico, Natália Gomes, Rita Rosado e Sara Duarte. Maio de 2007. 273 pp. | ISBN 978-989-8000-38-5

24. Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal. Estudo de Pedro Góis e José Carlos Marques. Novembro de 2007. 171 pp. | ISBN 978-989-8000-42-2

25. A Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias – Perspectivas e Paradoxos Nacionais e Internacionais em Matéria de Imigração. Estudo de Gonçalo Saraiva Matias e Patrícia Fragoço Martins. Dezembro de 2007. 176 pp. / ISBN 978-989-8000-43-9



Estão em revisão e paginação os seguintes estudos:

Estudo 26: *Quanto custa ser Imigrante?* Estudo da autoria de Edite Rosário e Tiago Santos.

Estudo 27: *A Importância das Remessas dos Imigrantes Cabo-Verdianos em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde.* Estudo da autoria de André Corsino Tolentino, Carlos Manuel Rocha e Nancy Curado Tolentino.

Estudo 28: *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006.* Estudo da autoria de Isabel Ferin e Clara Almeida Santos.

Foram ainda adjudicados outros estudos que se encontram em curso:

- *Os meios de comunicação étnicos em Portugal. Dinâmica organizacional dos media das comunidades de imigrantes.* Estudo da autoria de Isabela Salim.

- *Indicadores de monitorização da integração de imigrantes em Portugal* Estudo da autoria de Edite Rosário e Tiago Santos.

- *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2007.* Estudo da autoria Isabel Ferin e Clara Almeida Santos.

- *Imigração, etnicidades e religião: o papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa de leste.* Estudo da autoria de Helena Vilaça

- *Sindicatos e a Imigração em Portugal.* Estudo da autoria de Mariana Kolorova e João Peixoto, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/SOCIUS.

- *Os relacionamentos bi-culturais entre brasileiras e portuguesas: dimensões estratégicas e afectivo-sexuais.* Estudo da autoria de Paulo Raposo e Paula Togni, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/CEAS.

- *O tráfico de mulheres em Portugal: uma etnografia crítica da relação entre vítimas e instituições.* Estudo da autoria de Lorenzo Bordonaro e Filipa Alvim, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/CEAS.

- *Migrantes e saúde mental: a construção da competência cultural.* Estudo da autoria de Chiara Pussetti e Júlio Ferreira, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/CEAS.

- *As características da imigração em Portugal e os seus efeitos no comércio bilateral.* Estudo da autoria de Horácio Faustino e João Peixoto, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/SOCIUS.

- *Imigrantes Idosos: uma nova face da imigração em Portugal.* Estudo coordenado por Fernando Luis Machado, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/CIES.

- *Remessas de Imigrantes em Portugal.* Estudo coordenado por Rui Pena Pires, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/CIES.

- *Acesso dos Imigrantes aos Serviços Bancários.* Estudo da autoria de Bruno Peixe e Tiago Ralha.

- *Percursos Estrangeiros no Sistema de Justiça Penal.* Estudo da autoria de Graça Fonseca e Maria Ioannis Baganha, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/CES.

- *Mulheres imigrantes em Portugal – Memórias, dificuldades de integração e projectos de vida.* Estudo da autoria de Joana Miranda e Domingos Alves Caeiro, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/CEMRI.

- *“Peregrinos ou Nómadas” – a Liberdade Religiosa como estímulo à migração.* Estudo da autoria de Paulo Reis Mourão.

- *Saúde Sexual e Reprodutiva em Comunidades Imigrantes.* Estudo da autoria de Sónia Dias e Rosário Horta.

- *A Participação Cívica e Política de Mulheres de Origem Africana no Contexto Pós-Colonial português.* Estudo da autoria de Susana Pereira Bastos e Sónia Ramalho, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/CEMME.

- *Dinâmicas familiares, de género e geração em contexto migratório: vulnerabilidades materiais e identitárias de mulheres de origem africana.* Estudo da autoria de Susana Pereira Bastos, Irene Banze e Celeste Fortes, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/CEMME.

- *Saúde e Imigração: Relação entre utentes e serviços na área de influência do Centro de Saúde da Graça.* Estudo da autoria de Lucinda Fonseca, Sandra Silva e Dora Possidónio, no âmbito do Protocolo de Colaboração ACIDI/CEG.





1.1.2. Colecção *Teses*

A colecção *Teses*, criada em Setembro de 2005, pretende divulgar as dissertações de mestrado e de doutoramento, de reconhecido interesse, sobre imigração e minorias étnicas em Portugal, que dificilmente de outra forma chegariam ao grande público. Catorze teses estão disponíveis de momento, tendo sido publicadas sete novas teses em 2007.

8. Conhecimentos, Atitudes e Práticas sobre Planeamento Familiar de Mulheres Timorenses Residentes em Portugal. Dissertação de Mestrado de Helena Isabel Borges Manuel. Maio de 2007. 237 pp. | ISBN 978-989-8000-32-3

9. Ser Mãe Hindu. Práticas e Rituais à Maternidade aos Cuidados à Criança na Cultura Hindu em Contexto de Imigração. Dissertação de Mestrado de Ivete Monteiro. Novembro de 2007. ISBN 978-989-8000-37-8

10. Redescobindo o Brasil. Processos Identitários de Brasileiros em Portugal. Dissertação de Mestrado de Maria Xavier. Novembro de 2007. pp. 176 / ISBN 978-989-8000-34-7

11. Gravidez e Seropositividade em Mulheres Imigrantes na Região de Lisboa. Dissertação de Mestrado de Lídia Lopes. Novembro de 2007. pp.256. / ISBN 978-989-8000-35-4

12. Do “Não Racismo” português aos dois racismos dos Portugueses. Tese de Doutoramento de João Filipe Marques. Novembro de 2007. pp. / ISBN 978-989-8000-36-1

13. Pertencas Fechadas em Espaços Abertos. Dissertação de Mestrado de Maria Abranches. Novembro de 2007. pp.224 / ISBN 978-989-8000-39-2

14. Imagens da Mulher Imigrante na Imprensa Portuguesa. Dissertação de Mestrado de Clara Almeida Santos. Novembro de 2007. pp.136 / ISBN 978-989-8000-40-8

1.1.3. Colecção *Portugal Intercultural*

A interculturalidade é o denominador comum desta colecção lançada pelo Observatório da Imigração em Maio de 2007. A Colecção *Portugal Intercultural*, procura responder já aos desafios do *Ano Europeu do Diálogo Intercultural – 2008* e demonstrar, a partir de marcas históricas, a presença e cruzamento de povos e culturas na identidade portuguesa. As leituras que a interculturalidade permite, consoante a área de trabalho do investigador ou da equipa de investigadores, irá enriquecer cada novo volume.

1. A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII). João Paulo Oliveira e Costa e Teresa Lacerda. Maio de 2007. 159 pp. | ISBN 978-989-8000-31-6

Estão ainda em curso quatro novos volumes de estudos a integrarem a Colecção *Portugal Intercultural*. Estes estudos serão desenvolvidos no quadro do *Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008)* e serão editados por Mário Lages e Artur Teodoro de Matos do CEPCEP:

- *Multiculturalidade: Raízes e Estruturas*
- *Multiculturalidade: Contextos e Dinâmicas*
- *Multiculturalidade: Matrizes e Configurações*
- *Multiculturalidade: Transformações da identidade*



1.1.4. Colecção *Comunidades*

Cada volume desta colecção, lançada em Julho de 2007, é dedicado a uma das comunidades imigrantes com maior representatividade em Portugal. Um conjunto de investigadores das mais variadas áreas e disciplinas é convidado, por um organizador, a partilhar as suas reflexões sobre a comunidade e tema da sua especialização. O primeiro volume desta colecção foi acerca da comunidade brasileira.

1. A Imigração Brasileira em Portugal. Edição organizada por Jorge Macaísta Malheiros e com a colaborações de Alexandra Figueiredo, Aline Schiltz, Beatriz Padilla, Casa do Brasil de Lisboa, Fernando Cristóvão, Filipa Pinho, Igor Machado, João Peixoto, Letícia Calderón Chelius, Lúcia Bógus, Pedro Rossi, Roberto Carneiro e Sandra Silva. Junho de 2007. 246 pp. | ISBN 978-989-8000-30-9



186



Já ainda adjudicados dois novos volumes de estudos a integrarem a Colecção *Comunidades*:

- *A Imigração Cabo-Verdiana.* Edição organizada por Pedro Góis, no âmbito do protocolo de colaboração ACIDI/CES.
- *A Imigração Ucrainiana.* Edição organizada por Maria Ioannis Baganha, no âmbito do protocolo de colaboração ACIDI/CES.

1.1.5. Cadernos do OI

Em complementaridade com a primeira colecção de estudos do OI, esta nova edição, com o seu primeiro número em Dezembro de 2007, pretende criar um espaço editorial que publique estudos de pequena dimensão acerca de várias vertentes relacionadas com a imigração em Portugal.

1. Os Limites da Formalidade e o Trabalho Imigrante em Portugal. Estudo de Lourenço Xavier de Carvalho, Dezembro de 2007, pp. 47 / ISBN 978-989-8000-45-3



1.1.6. Revista *Migrações*

Em Setembro de 2007 foi lançada a Revista *Migrações* com natureza temática, formato científico e suporte digital. Esta Revista proporciona um espaço inter e transdisciplinar para divulgar artigos inéditos da vasta comunidade científica nacional e internacional que se debruça sobre a temática das migrações e dos movimentos populacionais. Esta publicação semestral disponibiliza ainda textos originais que possam contribuir para a reflexão, concepção e/ou avaliação de políticas públicas em matéria de imigração, podendo ter a forma de artigos científicos, artigos de opinião, notas e resenhas de livros da área da imigração.

Reconhecendo que a proporção e a diversidade dos fluxos imigratórios para Portugal têm vindo a apresentar novos desafios ao sistema de saúde português, o primeiro número temático da Revista *Migrações* dedicou-se a *Imigração e Saúde*.

1. **IMIGRAÇÃO E SAÚDE**. Coordenação Científica: Sónia Dias. Setembro 2007. pp. 203 / ISSN 1646-8104



Sendo esta uma revista semestral, estão já em preparação os dois próximos números temáticos de 2008:

- *Imigrantes e Mercado de Trabalho*. Número temático com coordenação científica de João Peixoto.
- *Empreendedorismo Imigrante*. Número temático com coordenação científica de Catarina Reis Oliveira e Jan Rath.

1.2. Site OI

Em 2007 foi dada continuidade ao trabalho regular de edição e actualização do sítio do Observatório da Imigração (OI) – www.oi.acidi.gov.pt –, em curso desde Maio de 2003, incluindo o desenvolvimento do trabalho de pesquisa e acompanhamento temático, contacto com pessoas e entidades com o objectivo de partilhar informação e divulgação, análise de fontes de informação, publicações e documentação, redacção de enquadramento sobre a informação disponibilizada e resposta/encaminhamento de pedidos de informação.



Tendo em vista melhorar a organização da informação disponibilizada no sítio OI, de Janeiro a Dezembro de 2007 desenvolveram-se ainda as seguintes actividades:

Espaço dedicado a bibliografias

Foi criada na secção Guia de Recursos uma página dedicada às bibliografias disponíveis sobre imigração, interculturalidade, racismo e xenofobia, de forma a disponibilizar aos utilizadores do sítio OI este recurso em permanência na página inicial (Janeiro de 2007).

Espaço dedicado às newsletters e dossiers temáticos

Tendo em conta que muitos utilizadores do *site* OI interessam-se por núcleos temáticos específicos e normalmente procuram informação dentro de um tema, procurou-se facilitar o acesso à informação através da criação de uma página na secção Guia de Recursos que reúne as Newsletters OI enviadas desde Fevereiro de 2006. Esta nova página tornou acessíveis para consulta todos os pequenos dossiers temáticos organizados (Fevereiro de 2007).

Espaço dedicado à Rede Ibérica de Observatórios

Em articulação com o Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do ACIDI, na secção Observatório foi criada uma página de apresentação da Rede de Observatórios de Imigração da Península Ibérica (Abril de 2007).

Espaço da Revista Digital *Migrações*

Em Maio de 2007 iniciaram-se os trabalhos preparatórios para a edição da revista digital *Migrações*, alojada no *site* OI. A assistência de redacção no *site* OI incluiu a preparação das páginas de cada secção da revista, o tratamento dos textos e a migração para o suporte digital. Foi publicado no *site* OI o primeiro número da revista *Migrações*, com o número temático “Imigração e Saúde” (Setembro de 2007).

Reorganização da secção de Publicações do Observatório

Na sequência do crescimento das edições e colecções do Observatório da Imigração foi criada, em articulação com o Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do ACIDI, uma secção autónoma para as Publicações do Observatório. A nova secção Publicações OI passou assim a reunir cinco páginas: Colecção Estudos OI, Colecção Comunidades, Colecção Teses, Colecção Portugal Intercultural e Revista *Migrações* (Setembro de 2007).

Agenda OI

Com o objectivo de apoiar a divulgação, de forma mais regular, dos eventos e iniciativas divulgados, de Janeiro a Dezembro de 2007 foram enviadas aos subscritores vinte e duas *Agendas OI*.

Newsletter OI

Durante 2007 foi dada continuidade à organização e envio aos cerca de 941 subscritores da *Newsletter OI*, que reúne uma selecção de estudos, publicações, informação estatística e notícias divulgadas no *site* OI. As newsletters relativas a 2007 incluem os dossiers temáticos:

- Estudos Coloniais e Pós-coloniais, Migrações e Racismo
- Imigração e Saúde
- Identidades e Migrações
- Associativismo Imigrante, Cidadania, Participação
- Imigração Brasileira em Portugal
- Linguagem, Interculturalidade, Língua Materna, Segunda e Estrangeira
- Migrações e Análise Demográfica
- Saúde e Migrações na União Europeia
- Migrações Qualificadas em Análise

O interesse e utilidade do site foram confirmados em 2007 com um crescimento do número de visitantes.



Ano	Visualizações
2003	54.683
2004	218.142
2005	444.184
2006	628.189
2007	759.953

Mês	Visualizações
Janeiro	59.058
Fevereiro	47.048
Março	55.139
Abril	64.811
Maio	72.020
Junho	78.913
Julho	81.139
Agosto	59.944
Setembro	61.231
Outubro	63.025
Novembro	62.766
Dezembro	54.859

1.3. Parcerias

Reconhecendo os contributos de grande qualidade de alguns dos centros de investigação nacionais, o ACIDI, I.P. tem vindo a estabelecer uma relação de colaboração estável com a academia o intuito de se proporcionar a realização de estudos sistemáticos sobre a imigração em Portugal. Nesse âmbito, o ACIDI, I.P. assinou em 2007 oito protocolos com os centros de investigação que têm vindo a trabalhar sobre problemáticas de imigração e cuja qualidade é reconhecida oficialmente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT (avaliação mínima de Muito Bom). São eles:

CEAS – *Centro de Estudos de Antropologia Social* do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Muito Bom).

CEG – *Centro de Estudos Geográficos* da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Excelente).

CEMME – *Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas* da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia (Avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Muito Bom).

CEMRI – *Centro de Estudos das Migrações e das Relações Internacionais* da Universidade Aberta de Lisboa (Avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Muito Bom)

CES – *Centro de Estudos Sociais* da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Excelente).

CIES – *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia* do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Excelente).



ICS – *Instituto de Ciências Sociais* da Universidade de Lisboa (Avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Excelente)

SOCIUS – *Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações* do Instituto Superior de Economia e Gestão (Avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Excelente).

Com a assinatura desses protocolos o ACIDI, I.P. comprometeu-se a:

- contratar a cada um dos centros de investigação até quatro estudos por ano. A aquisição dos estudos propostos depende da avaliação e aprovação do ACIDI I.P., sob parecer do coordenador do Observatório de Imigração.
- publicar os resultados dos estudos na colecção de estudos do Observatório, validada a qualidade científica pelo coordenador do Observatório de Imigração.
- divulgar e co-organizar actividades de debate de temas relacionados com a imigração com investigadores desses centros de investigação.

No âmbito destes protocolos estão em curso 18 estudos que integrarão as colecções de estudos do Observatório de Imigração: 3 no CEAS, 1 no CEG, 2 no CEMME, 1 no CEMRI, 3 no CES, 2 no CIES e 2 no SOCIUS.

1.4. Internacionalização do OI

Em 2007 o Observatório da Imigração integrou a Rede de Observatórios de Imigração da Península Ibérica, criada no âmbito do I Encontro de Observatório de Imigração que se realizou em Tenerife nos dias 12 e 13 de Abril. Esta rede reúne quinze estruturas de observação e monitorização dos fenómenos relacionados com a imigração em Portugal e em Espanha - de âmbito nacional, regional e local:

1. Observatorio Permanente de la Inmigración del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales de España (<http://extranjeros.mtas.es>)
2. Observatorio de la Inmigración de Tenerife (www.obiten.net)
3. Observatorio Socioeconómico Permanente de la Inmigración en Asturias (www.odina.info)
4. Observatorio Vasco de la Inmigración (www.ikuspegi.org)
5. Observatorio de las Migraciones y de la Convivencia de la Ciudad de Madrid (www.munimadrid.es)
6. Observatorio Valenciano de las Migraciones (www.ceim.net)
7. Observatorio Permanente de la Inmigración de Mistala
8. Observatorio Permanente de la Inmigración de la Universidad Jaime I, Castellón (www.uji.es/CA/uji/org/opi.html)
9. Observatorio y Seminario Permanente de la Inmigración de la Universidad de Alicante
10. Grupo de Estudios de Inmigración y Minorías Étnicas (<http://selene.uab.es/cedime>)
11. Laboratorio de Estudios Interculturales de la Universidad de Granada (<http://idei.ugr.es>)
12. Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones, Universidad Pontificia Comillas (www.upcomillas.es/iem)
13. Centro Europeu de Estudios sobre Flujos Migratorios (www.flujosmigratorios.org)
14. Centro de Atención a las Migraciones de Granadilla de Abona



2. Organização e participação em Workshops, Seminários e Conferências

No sentido de promover o debate e um melhor conhecimento acerca de temas associados à imigração em Portugal e/ou de experiências de outros países em matéria de políticas de integração de imigrantes, o ACIDI I.P. tem vindo a organizar inúmeros Workshops, Seminários e Conferências. Neste último ano tiveram lugar os seguintes eventos:

2.1. Workshops de lançamento de Estudos do Observatório da Imigração

Com o intuito de fomentar a apresentação e discussão pública dos estudos desenvolvidos no quadro do Observatório da Imigração, tiveram lugar os seguintes Workshops durante 2007:

- No dia 9 de Maio, o ACIDI promoveu a sessão de apresentação do Estudo intitulado ***A Interculturalidade na Expansão Portuguesa*** – Colecção Portugal Intercultural do Observatório de Imigração. O encontro realizou-se no Padrão dos Descobrimentos e contou com a presença do Eng. Roberto Carneiro, Coordenador do Observatório da Imigração, dos respectivos autores do estudo, Doutor João Oliveira e Costa, professor da FCSH/UNL e investigador do Centro de História de Além-Mar (CHAM/UNL), e Dr.ª Teresa Lacerda, investigadora do CHAM/UNL e mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Contou igualmente com a presença de comentadores como o Professor Doutor Luís Filipe Barreto, Presidente do Centro Científico e Cultural de Macau, e do Professor Doutor Rui Loureiro, Director de Projecto da Câmara Municipal de Lagos.
- No dia 20 de Junho, o ACIDI organizou um Workshop de apresentação e discussão do estudo 23 intitulado, ***Licença para Criar; Imigrantes nas Artes em Portugal***, da autoria de Magda Nico, Natália Gomes, Rita Rosado e Sara Duarte. O evento realizou-se na Sociedade Nacional de Belas Artes e, contou com a presença de personalidades como o Coordenador do Observatório da Imigração, Eng. Roberto Carneiro, das respectivas autoras do estudo e do comentador Dr. Rui Telmo Gomes, do Conselho Directivo do Observatório das Actividades Culturais do Ministério da Cultura.
- No dia 3 de Julho, o ACIDI promoveu o Seminário de apresentação e discussão do estudo intitulado, ***A Imigração Brasileira em Portugal*** – Colecção Comunidades do Observatório da Imigração. Organizado pelo Professor Jorge Malheiros, o presente estudo reúne os contributos de Alexandra Figueiredo, Aline Schiltz, Beatriz Padilla, Casa do Brasil em Lisboa, Fernando Cristóvão, Filipa Pinho, Igor Machado, João Peixoto, Letícia Calderón Chelius, Lúcia Bógus, Pedro Rossi, Roberto Carneiro e Sandra Silva. O evento de apresentação e discussão da obra realizou-se na Sociedade de Geografia de Lisboa e, contou com a presença do Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dr. Rui Marques, do Coordenador do Observatório de Imigração, Eng. Roberto Carneiro, do Presidente do Conselho Fiscal da Casa do Brasil de Lisboa, do Cônsul Geral do Brasil, Sr. Embaixador Júlio Zelner Gonçalves, da Representante da Comunidade Brasileira no COCAI, Dr.ª Heliana Gaspar Bibas e dos respectivos autores.
- No dia 26 de Setembro, o ACIDI promoveu no Auditório do CNAI um Workshop – Sessão de Lançamento da ***Revista Migrações***: Número Temático sobre *Imigração e Saúde*. O evento contou com a presença do Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural Dr. Rui Marques, do Coordenador do Observatório de Imigração, Eng. Roberto Carneiro, da Alta Comissária para a Saúde, Professora Maria do Céu e da Organizadora do Número Temático *Imigração e Saúde*, Professora Sónia Dias.



- No dia 13 de Novembro, o ACIDI organizou no Auditório do CNAI um Workshop de apresentação de um novo estudo 24 intitulado, **Estudo Prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal**. O encontro contou com a presença do Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dr. Rui Marques, do Coordenador do Observatório de Imigração, Eng. Roberto Carneiro, dos investigadores e autores do respectivo estudo, Dr. Pedro Góis e Doutor José Carlos Marques, e dos comentadores Eng.ª Luisa Valle, Directora -Adjunta de Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano da Fundação Calouste Gulbenkian e Professor Doutor João Peixoto, Centro de Investigação em Sociologia Económica das Organizações do ISEG.

2.2. Seminários sobre Políticas de Integração de Imigrantes e seus Descendentes

2.2.1. A nível nacional

- No dia 22 de Janeiro de 2007, teve lugar no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, o **Seminário “Construindo Relações de Proximidade: Policiamento e Participação Cívica de Imigrantes e seus Descendentes”**, organizado no âmbito das actividades do Grupo de Trabalho Informal para a Inclusão dos Descendentes de Imigrantes (GTIIDI).

Contou com 80 participantes (quadros superiores da PSO, alunos dos ISCPSI, para além de vários coordenadores, técnicos e destinatários do Programa Escolhas) e teve como objectivo construir e incentivar relações de confiança e cooperação entre forças policiais e os descendentes de imigrantes, num contexto em que o papel repressivo das forças policiais é, ainda, o traço cultural mais forte da percepção pública da segurança e onde ainda existem obstáculos sociais, culturais e organizacionais às dinâmicas de cooperação local, nomeadamente nos territórios marcados pela exclusão social e pela estigmatização.

Foram objecto de reflexão, entre outras, as perspectivas da implicação e do envolvimento de populações imigrantes e dos seus descendentes, bem como a sua participação na construção de uma sociedade mais segura, baseada numa relação de confiança e de cooperação.

As experiências e práticas do policiamento de proximidade e os processos de envolvimento e participação das populações foram algumas das questões em discussão nesta iniciativa, que contou na abertura com o Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, Procurador da República Orlando Romano, o Alto-comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, Rui Marques, e uma conferência de Jorge Malheiros, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG/UL), sobre alguns resultados do estudo “Espaços e expressões de conflito e tensão na AML”, realizado no âmbito do Plano de Estudos do Observatório da Imigração.

Participaram ainda como oradores o Comissário Hugo Guinote, os Subintendentes Luís Elias, Fiães Fernandes e António Manuel Pereira e, pelo GTIIDI, Anabela Rodrigues. A moderação e os comentários foram também assegurados por jovens do Grupo de Trabalho.

- Nos dias 28 a 31 de Maio, realizou-se no Convento da Arrábida, com o apoio da Fundação Oriente o **I Seminário de Jovens Líderes Descendentes de Imigrantes**.

Participaram 17 jovens descendentes de imigrantes aos quais se juntaram, ao longo dos 4 dias de duração do seminário, diversos convidados, entre os quais algumas personalidades da política nacional, que dinamizaram espaços de diálogo, de formação, de reflexão. Foram desenvolvidas áreas como o planeamento e avaliação de projectos, a liderança, a felicidade e resiliência, a relação com/a produção dos meios de comunicação social e as políticas de integração europeias e internacionais.



O painel de convidados foi muito heterogéneo: António Batista, especialista em Planeamento Estratégico e co-autor da metodologia Método Aplicado de Planeamento e Avaliação (MAPA); Roberto Carneiro, Coordenador do Observatório da Imigração; Helena Marujo, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa; Mónica Goracci e Maria Abranches da OIM em Lisboa; Rui Araújo, provedor do leitor do Jornal Público; António Vitorino, Comissário do Fórum Gulbenkian Imigração; Diogo Freitas do Amaral, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e antigo presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas e Jorge Malheiros, conceituado geógrafo na temática da imigração.

I Seminário de Jovens Líderes Descendentes de Imigrantes, Arrábida



- Entre os dias 25 e 28 de Outubro de 2007, teve lugar no Hotel Rural Monte do Carmo (Azurara, Évora), o **II Seminário de Jovens Líderes Descendentes de Imigrantes**. Tal como sucedeu com o I Seminário, este encontro foi promovido no âmbito do Grupo de Trabalho Informal para a Inclusão dos Descendentes de Imigrantes.

II Seminário de Jovens Líderes Descendentes de Imigrantes, Évora



Reuniu 15 participantes e centrou-se nas temáticas do Lóbi e Construção da Paz, envolvendo um conjunto de oradores que trouxeram para este encontro boas práticas, saberes práticos e teóricos nas áreas da Liderança Comunitária, Lobi, História Sul-africana Pós-apartheid e Construção da Paz: Luís Castanheira e Ana Felgueiras (Inducar); Laurentino Dias, Secretário de Estado da Juventude e do Desporto; Nelson Évora, campeão mundial de triplo salto; José Reis, medalha de bronze nos mundiais de Kickbox; Mónica Dias, investigadora do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa; John e Angela Volmink, vindos da África do Sul com o testemunho sobre o Apartheid e Rui Marques, Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural.

II Seminário de Jovens Líderes Descendentes de Imigrantes, Évora



2.2.2. A nível internacional

Há semelhança do ano anterior, o ACIDI I.P. organizou um seminário internacional acerca da experiência de outros países em matéria de políticas de integração de imigrantes:

- No dia 24 de Julho teve lugar o seminário intitulado *Modelos e Políticas de Integração de Imigrantes: Os Casos da Europa, Canadá e Austrália* com a Doutora Claire Healy da National University of Ireland. O evento decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian e, contou com a presença do Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dr. Rui Marques, e do Coordenador do Observatório de Imigração, Eng. Roberto Carneiro.

2.3. Outros Seminários

Procurando divulgar em Portugal alguns dos resultados de investigações internacionais em matéria de imigração e/ou análises estatísticas de fluxos migratórios internacionais, realizaram-se vários seminários em 2007:

- No dia 17 de Setembro, teve lugar o seminário de apresentação do **Relatório Estatístico da OCDE “Internacional Migration Outlook”** (SOPEMI 2007). O evento decorreu na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) e, contou com a presença do Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dr. Rui Marques, do Coordenador do Observatório de Imigração, Eng. Roberto Carneiro e dos oradores Dr. Jean-Pierre Garson, Head of Non-Member Economies and International Migration Division da OCDE, e o Dr. Georges Lemaitre, Principal Administrator da EIS/OCDE. Este relatório analisa os desenvolvimentos recentes dos movimentos migratórios e das políticas em matéria de imigração dos vários países da OCDE. É dado um especial destaque à crescente importância dos fluxos de imigrantes altamente qualificados, de trabalhadores temporários e de estudantes. Esta publicação confirma também a feminização dos fluxos migratórios em grande parte dos países da OCDE e analisa a inserção económica dos imigrantes, em particular no sector dos serviços.
- No dia 27 de Novembro, decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, um seminário de apresentação do estudo ***The Labour Market Integration of Immigrants in Portugal*** realizado pela OCDE. O encontro contou com a presença do Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dr. Rui Marques, da Deputy Director ELS/OCDE, Dr.ª Martine Durant, e dos respectivos investigadores Dr. Thomas Liebig e Dr. George Lemaitre da OCDE. Este estudo desenvolve uma avaliação da integração dos imigrantes no mercado de trabalho em Portugal, a partir da análise comparada, entre portugueses e os estrangeiros, de inúmeros indicadores de emprego. Destaca-se a análise das taxas de emprego e desemprego, taxa de actividade, níveis de qualificação, condição legal, vínculo laboral, níveis salariais, sectores ocupacionais, situação na profissão, condições de trabalho, entre outros indicadores. O estudo avança ainda algumas recomendações atendendo a alguns bloqueios e dificuldades identificadas.



2.4. Co-Organização de Workshops, Seminários e Conferências

III Seminário de Palhavã *A Imigração na Europa: uma visão Ibérica*

A 14 de Maio a Embaixada de Espanha e o ACIDI I.P. organizaram o III Seminário de Palhavã acerca de “A Imigração na Europa: uma visão Ibérica”. Neste seminário de debate e intercâmbio de experiências estiveram presentes inúmeras personalidades espanholas e portuguesas, entre elas: o Ministro da Presidência de Portugal, Dr. Pedro Silva Pereira, o Sr. Embaixador de Espanha em Portugal, Sr. D. Enrique Panes Calpe, a Secretária de Estado para a Imigração e Emigração de Espanha, Sra. D.ª Consuelo Rumí Ibáñez, o Sr. Alto-Comissário para a Imigração de Portugal, o Dr. Rui Marques, a Directora Geral da Integração de Imigrantes de Espanha, a Sra. D.ª Estrella Rodríguez Pardo, o Director Geral do SEF, Dr. Jarmela Palos, e a Chefe de Missão da OIM em Portugal, Dra. Monica Goracci.

Seminário “Diálogo Intercultural e Migrações: O papel dos Migrantes”

Organizado pelo Centro Europeu pela Interdependência e Solidariedade Mundial (Centro Norte-Sul), pela DG IV e pelo ACIDI, este encontro realizou-se nos dias 21 e 22 de Maio, no Centro Ismaili de Lisboa e inseriu-se no quadro de processo de consulta para a elaboração do Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural do Conselho da Europa.

O Livro Branco da Comissão Europeia traduz a abordagem adoptada pela União Europeia que visa o desenvolvimento de serviços de interesse geral de qualidade, bem como os elementos chave de uma estratégia conducente a que todos os cidadãos e empresas da União tenham acesso a esses mesmos serviços de interesse geral de qualidade, a preços acessíveis.

Seminário *The Integration of Immigrants into the Labour Market*

No sentido de promover um melhor conhecimento acerca de temas associados à integração dos imigrantes no mercado de trabalho e de experiências de outros países em matéria de políticas de integração de imigrantes, a OCDE e o ACIDI, IP, organizaram a 15 de Junho o Seminário *The Integration of Immigrants into the Labour Market*. Este seminário teve lugar na FLAD e contou com a presença dos Senhores Ministros da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira, e do Trabalho e da Solidariedade Social, Dr. José Vieira da Silva, do Alto-comissário para a Imigração e o Diálogo Intercultural, Rui Marques, do Director da DELSA (Directorate for Employment, Labour and Social Affairs) - OCDE, John Martin, da Vice-Directora da DELSA - OCDE, Martine Durand, dos delegados dos diferentes países da OCDE, de vários especialistas internacionais e de outras personalidades de alto nível. Entre os principais temas discutidos neste seminário destacam-se: sessão I - o capital humano dos imigrantes; sessão II - acesso ao mercado de trabalho nas sociedades de acolhimento; sessão III - combate à discriminação e promoção da diversidade; e um painel de discussão acerca das perspectivas para políticas de integração.

Conferência Internacional *Saúde, Migrações e Desenvolvimento*

No dia 28 de Setembro o ACIDI co-organizou com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, o Alto Comissariado para a Saúde e a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, a Conferência Internacional *Saúde, Migrações e Desenvolvimento*. Este evento teve lugar no auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian e contou com a presença de personalidades como o Ministro da Saúde, Dr. António Correia de Campos, o Alto-Comissário para a Imigração, o Dr. Rui Marques, a Alta-Comissária para a Saúde, Dra. Maria do Céu Machado, e vários especialistas nacionais e internacionais, nomeadamente: Dr. José Pereira Miguel do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Dra. Janet Hatcher Roberts do Migration Health Department da OIM, Dr. Harold Siem da Directorate of Health and Social Affairs da Noruega, Dra. Manuela Néné da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, Professor Dr. David Ingleby da Universidade de Utrecht, Dr. Jacques Lebas do Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, Dr. Carlos Matias Dias do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, e o Dr. Mário Carreira e Dr. Rui Portugal do Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Seminário *O papel da Responsabilidade Social das Empresas na Integração dos Imigrantes*

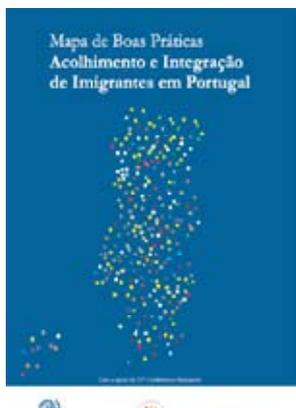
No dia 14 de Dezembro, o ACIDI em colaboração com a Grace, organizou um seminário intitulado *O papel da Responsabilidade Social das Empresas na Integração dos Imigrantes*. O evento decorreu no Centro Ismaili e, contou com a presença de personalidades como o Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dr. Rui Marques, o Presidente do Conselho Nacional da Comunidade Muçulmana Ismaili, Dr. Amirali Bhanji, o Presidente da Direcção da Grace, Eng. João Reis, o Director de Desenvolvimento Organizacional da Edifer, Eng. Sebastião Gaiolas, o Sócio-Executivo da Miranda, Correia, Amendoeira & Associados, Dr. Rui Amendoeira, a Sócia Gerente da AJBF Engenharia e Construção Civil, Dr.ª Adelaide Ferreira, a Jornalista da SIC, Dr.ª Clara de Sousa e os representantes de instituições como a Associação Espaço Jovem do Bairro de Santa Filomena, Dr. Alcides Mendes, Direcção de Promoção da Inovação do IAPMEI, Dr.ª Celina Gil e da Associação Cultural Moinho da Juventude, Dr.ª Ana Bela Rodrigues.

Seminário *Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração dos Imigrantes em Portugal*

No dia 18 de Dezembro, realizou-se na Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Migrantes, um seminário de apresentação dos principais resultados do projecto *Mapa de Boas Práticas de Acolhimento e Integração dos Imigrantes em Portugal*. Esta iniciativa resultou de uma parceria entre o ACIDI, a Organização Internacional das



Migrações (OIM – Missão em Portugal) e a Fundação Luso-Americana (FLAD) e visou dar a conhecer as iniciativas desenvolvidas em todos os sectores da sociedade no domínio da integração. O livro apresentado organizou 243 iniciativas recolhidas no âmbito do projecto segundo a área de intervenção principal: (1) informação, acolhimento e media; (2) cultura, sensibilização cívica, actividades recreativas e desporto; (3) educação e sensibilização em contexto escolar; (4) formação profissional e emprego; (5) saúde; (6) habitação e serviços sociais; (7) apoio jurídico e registo de cidadãos europeus; (8) sector financeiro e (9) iniciativas integradas.



O evento contou com a presença do Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dr. Rui Marques, o Representante Regional da Organização Internacional para as Migrações em Itália, Dr. Peter Schatzer, o Administrador da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Dr. Charles Buchanan, a Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr.ª Isabel Mota, a Chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações em Portugal, Dr.ª Mónica Goracci, e do Centro de Estudos Geográficos, a Professora Doutora Lucinda Fonseca.

No seminário foram ainda partilhadas e discutidas experiências internacionais na vertente da integração de imigrantes. A Dra. Laureen Laglagaron do Migration Policy Institute (MPI de Washington, EUA) falou acerca das estruturas de integração nacionais e locais nos Estados Unidos da América, e o Dr. Anthony Ng sobre parcerias entre o Estado e a Sociedade Civil em programas de integração na vertente da habitação. Finalmente, na sequência dessas sessões plenárias, decoraram três Workshops onde várias instituições e entidades, que participaram no mapeamento de boas práticas, apresentaram as suas actividades no âmbito da integração dos imigrantes em Portugal: (1) WS I – “Educação, Cultura, Sensibilização, Desporto e Tempos Livres”, com coordenação da Dra. Isabel Ferreira Martins; (2) WS II – “Formação Profissional, Emprego e Empresas”, com coordenação do Professor Doutor João Peixoto; e (3) WS III – “Informação, Media, Aconselhamento Jurídico, Saúde e Habitação”, com coordenação do Professor Doutor Jorge Malheiros.

2.5. Participação em Workshops, Seminários e Conferências

Procurando trocar experiências e aprender com outras entidades, a equipa do ACIDI I.P. participou em vários workshops, seminários e conferências ao longo de 2007, em Portugal e no Estrangeiro. A presença fez-se de duas formas: na qualidade de orador/formador e em termos de presença institucional, em representação da Direcção do ACIDI, I.P.

2.5.1. A nível nacional

- ❖ Representação institucional na Bienal Lusófona, promovida pela Odivelcultur, na inauguração desta iniciativa que teve lugar no dia 1 de Março, no Centro Cultural da Malaposta.
- ❖ Participação nos Workshops que decorreram no âmbito das actividades do Fórum Imigração organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Este processo de debate teve como objectivo a formulação de linhas de orientação e recomendações sobre as várias

- componentes de uma política de imigração no plano internacional e no plano nacional. Os resultados tiveram a sua apresentação formal na conferência internacional “Imigração: oportunidade ou ameaça”, que se realizou em Lisboa a 6 e 7 de Março de 2007.
- ❖ Participação no Grupo de Trabalho sobre Diálogo Intercultural, integrado na Consulta Nacional Preparatória da Cimeira da Juventude África-Europa, organizada pelo Conselho Nacional de Juventude, no dia 5 de Maio. O ACIDI interveio como orador (*resource person* do Grupo) nesta Consulta que teve como objectivos preparar a Cimeira de Juventude África-Europa, proporcionando aos jovens representantes de organizações juvenis africanas e europeias a oportunidade de manifestar as suas preocupações, necessidades e expectativas, definir as suas prioridades para a política de juventude e outras políticas e acções relacionadas com os jovens, assim como de elaborar recomendações endereçadas aos Chefes de Estado e de Governo.
 - ❖ Participação na reunião promovida pela UCMA (Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa), em Lisboa no dia 6 de Maio, sobre “Controlo da implementação do Simplex”, na qual participou um grupo de técnicos da OCDE.
 - ❖ Participação nas II Jornadas “O direito universal à prevenção, ao tratamento e aos cuidados de saúde dos migrantes e das minorias étnicas face ao VIH e à SIDA em Portugal: a perspectiva da Comunidade”, promovidas pelo GAT, Grupo Português de Activistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA Pedro Santos, a 9 de Junho, no Instituto de Higiene e Medicina Tropical. Para além da participação nos trabalhos, o ACIDI esteve igualmente presente através da apresentação das Medidas referentes à Saúde do Plano para a Integração dos Imigrantes.
 - ❖ Representação institucional na Jornada Técnica sobre Cidadania Empresarial integrada no Projecto “Migrações e Desenvolvimento” (EQUAL), promovida pela Câmara Municipal do Seixal, no dia 9 de Agosto, nos Serviços Operacionais da edilidade.
 - ❖ Participação na Mesa “Interculturalidade, Cooperação Descentralizada e Migrações”, no dia 26 de Setembro, promovida pela INDE em Évora.
 - ❖ Participação na validação do produto “Ponto Imigrante”, no dia 12 de Outubro, em Lisboa, no âmbito do projecto EQUAL “Vamos Utopiar”:
 - ❖ Participação no Seminário “Igualdade de Oportunidades, Responsabilidade Social e Políticas Públicas, promovido pela Cidater, na Universidade Lusófona de Lisboa, no dia 23 de Outubro. Para além da facilitação de um Grupo de Trabalho, “Igualdade na Administração Pública”, o ACIDI esteve igualmente presente na Sessão de Encerramento, com a apresentação do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes (PII).
 - ❖ Participação na Sessão Paralela I, “Cultura(lidade)s e Saúde” do II Fórum da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, no dia 26 de Outubro, em Viana do Castelo. Este encontro foi promovido pela Associação de Municípios, Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis e pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, no âmbito das comemorações do 10.º aniversário da Rede das Cidades Saudáveis.
 - ❖ Participação, no dia 5 de Novembro, na Universidade do Algarve (Faro), no Seminário “Igualdade de Oportunidades para Todos no Trabalho e no Emprego”, promovido pela Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, no qual foram apresentadas as Medidas do PII nessa área.
 - ❖ Na Conferência “A Imigração Legal, Integração Social e contribuição das Migrações para o Desenvolvimento”, integrada no II Curso sobre o Direito da Imigração e promovida pela Casa Lusófona ONGD em 9 de Novembro (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), o ACIDI esteve presente com a apresentação do Plano para a Integração dos Imigrantes.



- ❖ Representação institucional no 1.º Fórum para a Cidadania do Seixal, promovido pela Câmara Municipal do Seixal, no dia 14 de Novembro.
- ❖ Representação institucional na apresentação da campanha de Sensibilização sobre Tráfico de Seres Humanos, apresentada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no dia 16 de Novembro, no Centro Cultural de Belém.
- ❖ Representação institucional na Sessão de Encerramento do Seminário “Os Jovens e o Diálogo Intercultural”, promovido por associações juvenis de diferentes confissões religiosas e realizado na Universidade Lusíada, no dia 21 de Novembro.
- ❖ Representação institucional na ante-estreia do documentário “A SIDA nos PALOP e nas Comunidades Imigrantes”, promovida por uma parceria conjunta entre ONS da área da SIDA e a Bristol-Myers Squibb, que teve lugar no dia 29 de Novembro, no Centro Cultural de Belém.
- ❖ Representação institucional no Fórum da Igualdade, realizado no dia 29 de Novembro, no Montijo, promovido pela Câmara Municipal do Montijo.
- ❖ Participação na reunião promovida pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA), no âmbito do “e-Government Working Group”, subordinada ao tema “Inclusive Governance – How to develop multi-channel services including face-to-face delivery”, realizada em Lisboa, no dia 30 de Novembro.
- ❖ Participação, no dia 14 de Dezembro, no Fórum Cultural de Alcochete, na Conferência Pública, “Cuidados Médicos a Populações Migrantes”, que contou como Conferencista o Presidente da AMI, Dr. Fernando Nobre. A iniciativa foi promovida pela Ordem dos Médicos, Distrito Médico de Setúbal, participando o ACIDI na qualidade de Comentarista.
- ❖ Representação Institucional no Workshop “Migration Policies, Media and the Images of Migrants”, organizado pelo Centro Norte-Sul eo Instituto Panos (Paris), nos dias 15 e 16 de Dezembro, no Hotel Parque (Lisboa).



198

2.5.2. A nível internacional

- ❖ Apresentação de comunicação no *I Encontro de Observatório de Imigração* que se realizou em Tenerife nos dias 12 e 13 de Abril.
- ❖ Apresentação de comunicação no Workshop *The transformation of ethnic neighborhoods as places of leisure and consumption*, organizado por Jan Rath, que decorreu em Rabat, Marrocos, no período de 10 a 12 de Maio.
- ❖ Participação na 3.ª reunião da Rede Europeia *Mediam'Rad*, promovida pelo Instituto Panos (Paris), na sede do Conselho da Europa (Paris), nos dias 25 a 27 de Junho. Os participantes receberam formação e participaram na sessão de preparação do Livro Branco para o Diálogo Intercultural do Conselho da Europa.
- ❖ Participação na Reunião do *Grupo de Seguimento da Conferência Ministerial sobre Migrações no Mediterrâneo Ocidental (5+5)*, realizada em Madrid, de 9 a 11 de Setembro.
- ❖ Apresentação de comunicação no Seminário *Inmigración y Desarrollo Local*, promovido no âmbito das actividades do Plano de Integração de Espanha (2007-2010) da Dirección General de Integración de Inmigrantes, que decorreu entre 24 e 26 de Setembro em Madrid – El Escorial.
- ❖ Participação na Reunião dos Oficiais de Ligação (NLO) da *Agência Europeia para os Direitos Fundamentais* (FRA), que teve lugar em Viena, nos dias 15 e 16 de Outubro.

- ❖ Participação na *111th Session of the ELSA Committee* (Employment, Labour and Social Affairs Committee), ocorrida a 5 de Novembro, em Paris, onde foi apresentado o *Review of the Labour Market Integration of Immigrants in Portugal* realizado pela equipa técnica da OCDE.
- ❖ Participação nas Reuniões da Rede Europeia *Ethnic Minority Entrepreneurs*, da responsabilidade DG Enterprise da Comissão Europeia, que decorreram em Bruxelas a 2 de Março e 30 de Novembro.
- ❖ Participação no Seminário “The Acquisition of Nationality, Citizenship and National Identity”, realizado em Paris, dias 26 e 27 de Novembro. Este Seminário Técnico foi uma organização conjunta do Ministério Francês da Imigração, da Comissão Europeia e do Migration Policy Group, tendo como objectivo a preparação do capítulo sobre nacionalidade, cidadania e identidade Nacional da terceira versão do *Handbook on Integration*.
- ❖ Apresentação de comunicação no *Launch Seminar of the Mediterranean edition of the Labour Migration Handbook*, promovido pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em Rabat, nos dias 12 e 13 de Dezembro.

3. Centro de Documentação do ACIDI

O Centro de Documentação do ACIDI, com a coordenação da Unidade de Estudos e Relações Internacionais, tem como principais objectivos:

- Recolher e disponibilizar informação, geral e especializada, sobre as temáticas da Imigração, Interculturalidade, produzida em Portugal e no estrangeiro.
- Apoiar todos aqueles que trabalham ou se interessam pelas questões relacionadas com a Imigração, Minorias e Interculturalidade.

3.1. Horário e Localização

O Centro de Documentação situa-se no primeiro andar do edifício ACIDI/CNAI permitindo, não só a consulta ao acervo bibliográfico, mas um contacto directo entre os clientes do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante e aqueles que procuram conhecer melhor o fenómeno da imigração em Portugal.

Com o objectivo de proporcionar um melhor serviço e ir ao encontro das necessidades dos nossos clientes, em 2007 o horário do Centro de Documentação foi alargado, encontrando-se agora a funcionar das 9.30h às 19.30h, de segunda a sexta-feira, sem ser necessária marcação prévia.

Para sustentar esta mudança, existiu ainda um investimento nos recursos humanos, passando o Centro de Documentação a dispor de 2 técnicas.

3.2. Público-alvo

Os utilizadores do Centro de Documentação são sobretudo:

- investigadores, nacionais e estrangeiros, que se dedicam a esta temática;
- professores de todos os graus de ensino;
- estudantes principalmente do ensino secundário e superior;
- pós-graduandos, mestrandos e doutorandos;



- técnicos de todos os serviços que trabalham directamente com imigrantes (autarquias, associações, IPSS, ...);
- empresas;
- Organismos públicos.

3.3. Acervo

O Centro de Documentação dispõe de cerca de 2.500 documentos especializados nas áreas de investigação sobre o fenómeno migratório, incluindo no seu espólio livros e capítulos de livros, relatórios, artigos de revistas, leis e regulamentos, documentos apresentados em conferências, teses, revistas, *working papers*, cassetes de vídeo, CD's e DVD's.

As publicações encontram-se divididas nas seguintes temáticas: migrações, minorias, direitos humanos, educação intercultural, combate à discriminação, racismo e xenofobia, exclusão, integração e mediação sócio-cultural, etnia cigana, países de origem, estatísticas, legislação e publicações em série.

Encontram-se em exposição permanente as publicações editadas pelo ACIDI, quer as publicadas no âmbito do Observatório da Imigração, quer por outros departamentos.

As temáticas mais procuradas são: educação intercultural, criminalidade e segurança, reagrupamento familiar, integração de imigrantes e seus descendentes, saúde, mercado de trabalho, imigração irregular, etnia cigana e educação, estatísticas e sobre todas as comunidades imigrantes representadas em Portugal.



3.4. Objectivos

Na lógica dos princípios gerais, definidos pelo ACIDI, o Centro de Documentação tenta sensibilizar para as barreiras que impedem uma integração plena dos cidadãos estrangeiros, para aqueles que a desejam, na sociedade portuguesa.

Ao facilitar o acesso aos trabalhos desenvolvidos pelos investigadores, pelos centros e institutos de investigação ou pelos estudantes universitários, procuramos incentivar sempre novas abordagens, alargar os temas possíveis de estudo e ainda aprofundar outros.

O Centro de Documentação pretende ser sobretudo um espaço de trabalho que oferece informação, sob uma orientação atenta às necessidades dos utentes, mas onde o estudioso tem liberdade de acção e reflexão.

3.5. Atendimento

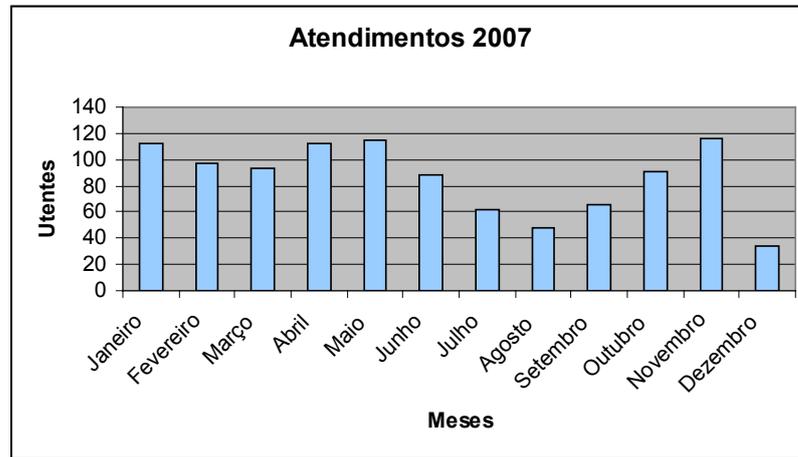
O Centro de Documentação procura ter um atendimento personalizado e adequado às necessidades dos seus frequentadores. Desta forma, quando um utente se dirige ao Centro o técnico após identificação da informação desejada, tenta orientar na procura bibliográfica através da base de dados e, quando solicitado, dando sugestões e orientações para o tratamento do tema.

No entanto, todas as publicações têm de ser consultadas no local, dado que, para muitas delas, existem apenas exemplares únicos. Sempre que possível, tenta-se ainda facilitar o acesso às publicações do ACIDI relacionadas com a temática em estudo.

O Centro de Documentação dispõe também de um computador que permite consultar os sites do ACIDI e do Observatório da Imigração.

Para além do atendimento presencial, o Centro de Documentação atende igualmente pedidos dos utentes por correio electrónico, telefone, fax ou carta, para que a informação pretendida chegue da forma mais rápida e eficaz evitando que os utentes que vivam fora da grande Lisboa ou do país tenham de se deslocar ao Centro.





Em 2007, realizou-se uma média de 86 atendimentos mensais, incluindo atendimentos presenciais e não presenciais.

3.6. Visitas de estudo

Este Centro, através da Unidade de Estudos e Relações Internacionais, propõe ainda visitas de estudo guiadas ao ACIDI. Estas visitas têm por objectivo aproximar todos os interessados do trabalho desenvolvido por esta instituição, na sua constante procura de melhorar o serviço prestado às populações imigrantes e aos interessados nas questões relacionadas com as migrações.

Estas visitas são acompanhadas por um elemento do Gabinete e podem ter uma duração de 30 minutos a 2 horas, dependendo do objectivo da visita.

3.7. Estágios

Durante 2007, o Centro de Documentação, integrado na Unidade de Estudos e Relações Internacionais, acolheu e acompanhou 4 estudantes universitários, de diferentes áreas académicas.

Estes estágios curriculares têm como função providenciar uma experiência profissional, onde o estudante acompanha, no terreno, algumas temáticas relacionadas com a imigração em Portugal. Estes incluem a observação não participativa nalguns gabinetes do CNAI do trabalho dos mediadores sócio-culturais, mas centra-se sobretudo nas actividades regulares do Centro de Documentação e do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais.

3.8. Estatísticas

O Centro de Documentação, de forma a facilitar a pesquisa aos utentes e apoiar o trabalho de diferentes organismos, procura regularmente obter, processar e compilar informação estatística pertinente ligada às diferentes áreas respeitantes à imigração e produzida por diferentes fontes.

Verifica-se, normalmente, uma grande procura de dados estatísticos relacionados com as principais comunidades imigrantes, no que se refere a números totais, tipo de visto, distribuição geográfica, etária e de género, acesso ao trabalho, educação e saúde.

3.9. Divulgação das publicações do ACIDI

As várias colecções do ACIDI estão todas disponíveis on-line, procurando-se desta forma facilitar a sua consulta.



No entanto, o ACIDI tem procurado disponibilizar também todas as suas edições, ao público interessado, em locais estratégicos, como bibliotecas de universidades e de organismos públicos, centros de investigação, autarquias. O ACIDI envia ainda, com regularidade, as suas publicações a especialistas, consoante o seu domínio de pesquisa e investigação.

O Centro de Documentação, na sua função transversal com os diversos serviços do CNAI e dos vários Gabinetes do ACIDI, é um pólo de divulgação de informação, através da distribuição do Boletim Informativo, de todos e folhetos e brochuras editadas pelo ACIDI e de algumas publicações.



XI. Contactos Bilaterais e Parcerias Temáticas



1. Articulação Interministerial

O ano de 2007 foi marcado pela implementação/continuidade de Planos Nacionais em diversas áreas, nos dos quais o ACIDI é chamado a desempenhar um papel activo no que concerne às medidas relativas ao acolhimento e efectiva integração dos cidadãos imigrantes.

❖ Plano Nacional de Emprego (2005-2008)

O Plano Nacional de Emprego contempla cinco desafios estratégicos que traduzem as suas grandes prioridades: promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego; antecipar e gerir positivamente as reestruturações; promover a flexibilidade com segurança no emprego; reforçar a educação e qualificação da população e modernizar o sistema de protecção social. No âmbito destas prioridades integram-se linhas de intervenção, entre elas as direccionadas para públicos com especiais dificuldades de inserção como os imigrantes.

Para a concretização do programa de intervenção para a integração sócio profissional dos imigrantes, o ACIDI I.P. participa com os serviços e apoios vários que disponibiliza nesta área de actuação, como, por exemplo, os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, os Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes, o Programa Escolhas, a criação da Rede de UNIVAS Imigrante, entre outras iniciativas/acções relevantes e conducentes à implementação do PNE.

❖ Plano Nacional para a Inclusão (2006-2008)

Criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2006, de 9 de Novembro (DR. n.º 240, Série I, de 2006/11/15), o PNAI identifica três prioridades políticas, para as quais concorrem recursos humanos e financeiros de diversos Ministérios:

- Prioridade 1 – combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos e de cidadania;
- Prioridade 2 – Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação
- Prioridade 3 – Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos Imigrantes.

Dada a sua vulnerabilidade sócio-económica, os imigrantes integram as prioridades de inclusão, contribuindo o ACIDI I.P. através dos Serviços que disponibiliza a esta população: Serviço SOS Imigrante, Site CNAI, Bolsa de Formadores, Gabinete de Educação e Formação Intercultural, Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes e Programa Escolhas. Em 2007, tal como sucedeu no final de 2006 e sucederá em 2008, o ACIDI I.P. contribuiu para a implementação deste Plano através da execução dos indicadores que lhe estão afectas.

❖ Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010)

O III Plano Nacional para a Igualdade, criado a través da Resolução n.º 83/2007, de 8 de Março (DR. n.º 119, Série I, de 2007/06/22), encontra-se estruturado em quatro capítulos (Enquadramento, Áreas Estratégicas de Intervenção, Mecanismos de Concretização, Mecanismos de Intervenção e Indicadores), definindo 5 Áreas Estratégicas de Intervenção, traduzidas em 32 objectivos e 155 medidas, com os respectivos indicadores e as entidades responsáveis pela sua execução.

O ACIDI, I.P. encontra-se integrado numa das áreas prioritárias, Inclusão e Desenvolvimento Social, envolvido na concretização de sete objectivos, sendo que a execução das Medidas respectivas é remetida para 2008, com início nesse ano e vigência até ao final do Plano.

❖ I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010)

Este primeiro Plano, criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007, de 6 de Junho (DR. n.º 119, Série I de 2007/06/22), identifica quatro áreas Estratégicas de Intervenção (Conhecer e disseminar informação; Prevenir, sensibilizar e formar; Proteger, apoiar e integrar; Investigar criminalmente e reprimir o tráfico), com um total de 62 Medidas. O ACIDI encontra-se envolvido na implementação de 25 medidas, inseridas ao longo das quatro áreas atrás citadas.

Numa lógica de articulação Interinstitucional é de realçar que os vários Planos em vigência possuem áreas que se tocam, como por exemplo, o Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos prevê a criação de um Observatório para a monitorização e conhecimento do fenómeno do tráfico de seres humanos, o qual se encontra igualmente previsto no Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes.

2. Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos

Esta iniciativa foi criada através da Decisão n.º 771/2006/CE, de 17 de Maio, do Parlamento Europeu e do Conselho, à qual Portugal aderiu através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2006.

Foi, assim, criada, sob a dependência dos Ministros da Presidência e do Trabalho e da Solidariedade, a estrutura de missão, designada como Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (EMAEIOT), responsável pela preparação e implementação de um programa de acção a executar durante o ano de 2007. Em conformidade com a Resolução 88/2006, a Estrutura de Missão integrou dois representantes das seguintes instituições: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (então designada como CIDM); Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (referido ainda como ACIME); Instituto Português da Juventude; Secretariado nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência; Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Coordenadora do Plano Nacional para a Inclusão.

Durante 2007 realizaram-se inúmeras actividades, distribuídas por todo o país, desde conferências e encontros a produção e divulgação de informação, passando por Festa, concursos e ciclos de debate, abrangendo áreas de discriminação: género, deficiência, etnia e migrantes, orientação sexual, etária e religiões.

De entre as diversas iniciativas, é de referir a exposição móvel “Igualdade para a Diversidade – Por uma Sociedade Mais Justa”, patente num camião TIR, composta pela mostra de materiais lúdico-pedagógicos de sensibilização cívica para o AEIOT. Inaugurada no dia 23 de Fevereiro, a exposição percorreu o país, permanecendo, em média 5 dias em cada capital de distrito, excepção para Lisboa onde permaneceu mais tempo.

2.1. Concurso “A Minha Escola Contra a Discriminação”

Destinada às escolas dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário de todo o país, esta iniciativa, lançada em Janeiro de 2007 e proposta pela Estrutura de Missão para ao Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (AEIOT), teve como objectivo premiar as acções levadas a cabo por alunos, que privilegiassem a informação ou a formação contra a discriminação e o racismo e promovessem o diálogo e a cooperação entre as diferentes pessoas e culturas.

O Concurso “A Minha Escola Contra a Discriminação” resultou de uma iniciativa conjunta do ACIDI, I.P. e da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, em estreita colaboração coma Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), integrando o Plano Nacional de Acção do AEIOT.



As inscrições encontraram-se abertas até ao dia 28 de Fevereiro, tendo participado mais de 110 escolas, tendo 50 concluído a sua efectiva participação com o envolvimento total de 5.781 alunos de 17 dos 18 Distritos do País.

Após deliberação da CICDR, júri do concurso, foram premiadas as seguintes escolas:

- Primeiro prémio na categoria 2.º ciclo do Ensino Básico, Agrupamento de Escolas de Lamações (Braga), com o projecto “Juntos na e pela Diferença”;
- Primeiro prémio na categoria 3.º ciclo do Ensino Básico, Externato das Escravas do Sagrado Coração de Jesus (Porto), com o projecto “As minhas mãos são as tuas mãos!”;
- Primeiro Prémio na categoria Ensino Secundário, Escola Secundária da Portela (Loures), com o projecto “MMM – múltiplos modos do mesmo”.

O júri atribuiu, ainda, dias Menções Honrosas, uma à Escola Básica 2,3/S Mestre Martins Correia (Golegã) e outra à Escola Secundária da Amadora.

3. Estudantes Estrangeiros Universitários



206

Com o intuito de dar continuidade ao trabalho de várias organizações que desenvolvem actividades em prol dos estudantes estrangeiros em Portugal e de forma a garantir o seu sucesso académico, o ACIDI, IP, dinamizou várias reuniões tendo por base a avaliação das actividades desenvolvidas em 2006 e o diagnóstico das dificuldades com que estes imigrantes se debatem. Este Grupo de Trabalho foi reconstituído passando a integrar entidades diferentes das do grupo inicial:

- ACIDI, IP – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
- ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária;
- CSPC – Centro S. Pedro Claver da Associação Leigos para o Desenvolvimento;
- AAL – Associação Académica de Lisboa
- AEG – Associação de Estudantes Guineenses em Lisboa;
- AEMOP – Associação de Estudantes Moçambicanos em Portugal
- UECL – União de Estudantes Caboverdianos em Lisboa
- FORUMJET – Fórum Juventude e Estudantes Timorenses
- AEAP – Associação dos Estudantes Angolanos em Portugal

Tem sido muito importante a participação dos elementos destas associações pois, melhor que ninguém, conhecem as dificuldades com que se debatem os estudantes em Portugal e quando ainda estão no seu país.

3.1. Dia de Acolhimento do Estudante Universitário Estrangeiro

Com o objectivo de promover uma aproximação entre os estudantes e as entidades que os apoiam, bem como proporcionar uma oportunidade de convívio e de acolhimento à vida académica em Portugal, teve lugar pela segunda vez consecutiva, o Dia de Acolhimento ao Estudante Estrangeiro.

Para divulgação deste evento foi produzido e distribuído um *flyer* nos locais mais frequentados por estudantes: universidades, politécnicos, bares, discotecas, cafés e através de vários sites.

Este ano, o Dia de Acolhimento ao Estudante Estrangeiro realizou-se no dia 24 de Novembro, na

Cidade Universitária, tendo tido grande adesão, participação e envolvimento de todos e contando com a presença de mais de 200 pessoas ao longo de todo o dia.



Com o apoio do ACIDI, juntaram-se o Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ISU), o Centro de Apoio Escolar São Pedro Claver, a Associação Académica de Lisboa (AAL) e as associações de estudantes de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor, que organizaram uma actividade de acolhimento aos estudantes que escolhem estudar em Portugal.

O Dia de Acolhimento foi organizado em duas actividades nucleares distintas, uma de natureza desportiva, com a realização de dois torneios de futsal e de basquetebol, com as equipas organizadas por país de origem, e outra cultural, na Cantina Universitária, com a participação de artistas dos vários países em momentos de poesia (Fidélia Soares de Timor), de música (Rui Cruz de Cabo Verde e Príncipe di Mundu e Mário-J da Guiné-Bissau) e de teatro e dança (30 crianças do Clube de Cidadania do Agrupamento Escolar da Apelação em parceria com a Associação Mais Cidadania). Os torneios de futsal e basquetebol contaram com grande adesão dos estudantes que se deslocaram ao estádio universitário para torcer pelas equipas dos seus países, tendo-se sagrado vencedores, na modalidade de futsal masculino, a equipa de Cabo Verde; futsal feminino, Timor; basquetebol masculino, Moçambique e basquetebol feminino, Cabo Verde.

Como prémio para as equipas vencedoras, o ACIDI disponibilizou uma colecção de livros sobre a temática das migrações que foi entregue, durante a festa da interculturalidade, às associações de estudantes dos respectivos países.

Durante a actividade cultural estiveram representadas algumas das associações de estudantes migrantes em Portugal, com artigos e gastronomia do país, e algumas instituições cujas áreas de actuação estão ligadas às migrações e aos estudantes universitários. Foi disponibilizada informação referente a estruturas de apoio à inserção profissional de estudantes migrantes e de oportunidades de voluntariado, como forma de integração social (ISU); explicações e apoio escolar (CUPAV); legislação sobre imigração (ACIDI); vida académica em Portugal e organismos especializados de associativismo académico (AAL).

3.2. Brochura: “Queres Estudar em Portugal?”

A brochura publicada pelo ACIDI em Julho de 2006, com informação útil e necessária para o acolhimento e integração dos estudantes universitários recém-chegados o intuito de os informar acerca dos seus direitos e deveres na sociedade portuguesa foi distribuída mais uma vez em S. Tomé, Guiné e Cabo Verde em articulação com o Instituto de Solidariedade Universitária (ISU, parceiro deste grupo de trabalho.

A actualização dos conteúdos desta brochura integrou a agenda das reuniões deste grupo de trabalho.



3.3. Folheto Informativo do Centro S. Pedro Claver

O Centro S. Pedro Claver pertencente à ONGD Leigos para o Desenvolvimento é não só um centro de apoio escolar, em regime de explicações, para estudantes estrangeiros do ensino secundário e universitário como um local de aprendizagem do português língua não materna. Assim, e em parceria com esta instituição, foi produzido, publicado e divulgado um folheto informativo



4. Saúde

4.1. PADE – Programa de Apoio a Doentes Estrangeiros

4.1.1 Enquadramento

A cooperação estabelecida entre Portugal e cada um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) prevê, no âmbito da prestação de cuidados prestados pelo Serviço Nacional de Saúde, a permanência temporária, em Portugal, de cidadãos desses países. Muito embora os acordos celebrados para o efeito definam benefícios fundamentais às populações atingidas, permanece um vasto conjunto de situações/problemas, provenientes e agravados por vários factores.

Na sequência dos trabalhos realizados em 2005 e 2006 pelo ACIDI e face aos problemas identificados quando da vinda e estadia dos doentes (com junta médica), chegou-se à conclusão que era urgente a organização/gestão de residências para o apoio temporário dos doentes e seus acompanhantes. O tempo de estadia em Portugal corresponderá ao período necessário para a prestação dos cuidados de saúde previstos no âmbito da cooperação entre os países de origem e Portugal.

Numa tentativa de ultrapassar todos os bloqueios ligados a esta problemática, foi elaborado um projecto, envolvendo as entidades que participam neste processo, com vista a uma maior eficácia, quer em termos de procedimentos, quer de rentabilização de recursos humanos, técnicos e materiais:

- Maior precisão nos diagnósticos feitos no país de origem de modo a que, para além da indicação dos beneficiários do acordos, contenham informação sobre o tempo estimado para a estadia em Portugal e, caso a patologia assim o permita, a possibilidade de permanecer no país de origem entre tratamentos com vista a evitar longas, desnecessárias e dispendiosas estadias em Portugal;
- Existência de Casas de Acolhimento suficientes para receber o maior número possível de doentes de forma a não entrarem em situações de irregularidade e/ou de abandono.
- Atribuição de Bolsas de Saúde traduzidas em apoios económicos, concedidos em benefício de doentes provenientes dos PALOP e seus acompanhantes, abrangidos pelo PADE, durante o período de tempo necessário ao seu tratamento.
- Existência de um Gabinete de coordenação de todos os intervenientes, responsável pela triagem e recepção, gestão das bolsas de saúde, ligação ao país de origem, aos hospitais, aos voluntários, etc.

O sucesso deste projecto passa por um trabalho conjunto entre os parceiros envolvidos tanto em Portugal, como nos países de origem.

No âmbito do Grupo de Trabalho coordenado pelo ACIDI referente à problemática dos doentes evacuados, realizou-se, no dia 13 de Setembro, a pedido da ONG espanhola AIDA (*Ayuda, Intercambio e Desarrollo*), uma reunião que reuniu os diversos intervenientes envolvidos com cidadãos provenientes da Guiné-Bissau.

A AIDA é uma organização que, em regime de voluntariado e no apoio ao Padre Michael (pároco de Bissau), tem intervindo na facilitação do processo de evacuação dos doentes da Guiné-Bissau para Portugal.

Esta reunião, realizada a pedido da organização espanhola, permitiu uma articulação entre as entidades presentes, Direcção-Geral da Saúde (DGS), Instituto de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Embaixada da Guiné-Bissau, Hospital de Santa Maria, Associação Aguiense com vista a facilitar este processo.

Cada doente será acompanhado por um voluntário, desde o dia da chegada ao dia da partida, proveniente de um Grupo de Voluntariado a criar tanto em Portugal como nos países de origem.

4.1.2. Protocolo de criação do PADE

A criação do Programa de Apoio a Doentes Estrangeiros encontra-se protocolada entre o ACIDI I.P. e o Instituto de Segurança Social I.P., tendo o respectivo acordo sido assinado no dia 19 de Dezembro. Este Programa visa dar resposta, em termos de acolhimento temporário e apoio financeiro, aos doentes estrangeiros e seus acompanhantes, oriundos dos PALOP que muito embora integrem os acordos de Cooperação no domínio da Saúde, não beneficiem de apoio por parte das respectivas Embaixadas. As bolsas só serão atribuídas a doentes cujas Embaixadas comprovem não disporem de meios financeiros para dar o devido apoio aos cidadãos dos seus países e se encontrem em situações de pobreza extrema.

4.2. Grupo de Trabalho “Saúde & Migrantes”

No âmbito da implementação do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes (PII), mais concretamente, das Medidas afectas à Saúde, foi intensificada a relação com a Direcção-Geral



da Saúde, ponto focal do Ministério da Saúde na Rede de Acompanhamento do PII. Procedeu-se à reactivação de um Grupo de Trabalho, anteriormente centralizado no Alto Comissariado para a Saúde e, actualmente, na Direcção-Geral da Saúde com articulação logística do ACIDI.

Renovado com o nome “Saúde & Migrantes”, o grupo integra as seguintes instituições:

- Direcção Geral da Saúde
- Centro de Saúde da Venda Nova
- ACIDI, I.P.
- Gabinete de Saúde CNAI
- Instituto de Higiene e Medicina Tropical
- Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
- IPO Lisboa
- Centro de Saúde da Reboleira
- Centro de Saúde da Damaia
- Escola Nacional de Saúde Pública.
- Universidade Lusófona

A multidisciplinaridade, a diversidade e a complementaridade dos membros deste Grupo de Trabalho, integrando uma visão alargada desde o trabalho no terreno à evidencia científica da Academia, confere-lhe legitimidade para propor caminhos e soluções para os obstáculos que ainda subsistem por parte das comunidades de imigrantes no acesso à saúde.

A primeira reunião, após um interregno de cerca de um ano, teve lugar no dia 19 de Novembro nas instalações do ACIDI, seguindo-se uma segunda reunião na DGS, no dia 18 de Dezembro, a qual contou com a presença do Sub-Director Geral da Saúde, Dr. José Robalo.

De referir que, para além do trabalho desenvolvido no âmbito das Medidas do Plano para a Integração dos Imigrantes, este Grupo encontra-se a identificar os eventuais bloqueios no acesso à saúde tendo em conta as recentes reformas no sector da Saúde e alteração na legislação que regula a entrada, permanência e afastamento dos cidadãos estrangeiros de território nacional.

4.3. Colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

O grande número de imigrantes com grande carência económica, as dificuldades na obtenção de exames complementares de diagnóstico ou a localização das unidades móveis de Saúde, foram alguns dos temas de agenda das reuniões que tiveram lugar, no decorrer de 2007, entre o ACIDI I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Conhecedor da existência de cidadãos imigrantes na cidade de Lisboa com necessidades de saúde para as quais não encontram resposta adequada, seja por desconhecimento dos recursos de saúde, seja pela existência de obstáculos colocados no acesso aos recursos existentes, com particular enfoque para os que se encontram em situação irregular, o Gabinete de Programas de Saúde (GPS) da Santa Casa da Misericórdia propôs ao ACIDI, IP uma parceria para a realização de 6 acções “Roteiros de Saúde” com os seguintes objectivos:

- Disponibilizar informação sobre os recursos de saúde disponíveis para a população imigrante;
- Promover a proximidade e acessibilidade aos recursos de saúde;
- Desenvolver acções de promoção de saúde e prevenção da doença, integradas neste roteiro, em conformidade com as necessidades de saúde identificadas.

Com a colaboração do programa Escolhas foram identificadas as zonas de Lisboa com maior incidência de imigrantes e mais socialmente desfavorecidas: Bairro do Armador (Chelas) que abrange sobretudo uma população imigrante/descendentes; Bairro da Curraleira (Beato) e Bairro da Quinta da Torrinha (Ameixoeira) estas duas abrangendo igualmente população de etnia cigana.



As próximas reuniões terão por objectivo ajudar a implementar estas acções identificadas como necessárias junto desta população-alvo.

4.4. Traduções na área da Saúde

a) Maternidade Dr. Alfredo da Costa

Tem-se verificado, ao longo dos anos, o aumento de utentes estrangeiros na Maternidade Dr. Alfredo da Costa (MAC), realidade esta que tem levantado algumas barreiras linguísticas, dado que a grande maioria dos profissionais não dominarem a língua de determinados países.

Actualmente a comunicação é feita essencialmente por linguagem gestual, o que origina situações bastantes complicadas e por vezes delicadas. Assim e com vista ao melhoramento da comunicação entre profissionais de saúde da MAC e as suas utentes estrangeiras, foi desenvolvido um pequeno glossário para facilitar a comunicação e ultrapassar algumas dessas dificuldades.

O ACIDI, IP foi parceiro neste projecto traduzindo o “Manual de Entendimento” para Russo, Romano, Inglês e Árabe.



b) Boletim de Saúde Infantil e Juvenil

Face às dificuldades de comunicação sentidas nas consultas de Saúde Materna com utentes imigrantes, sem médico de família, acabadas de chegar a Portugal, foi traduzida, a pedido de uma médica de um centro de saúde, alguma informação relevante no que respeita à saúde materna e necessária nas urgência de pediatria para romeno, ucraniano e russo.

As recomendações para os pais, contidas no Boletim de Saúde Infantil e Juvenil foram, assim, traduzidas para romeno, ucraniano e russo, prevendo-se futuramente a tradução para outras línguas e a sua disponibilização em todas as unidades de saúde. A informação traduzida é entregue aos pais quando a criança nasce, sendo agrafada ao Boletim.



212



5. Grupo de Trabalho Informal para a Inclusão dos Descendentes de imigrantes

O Grupo de Trabalho Informal para a Inclusão dos Descendentes de Imigrantes (GTIIDI) foi constituído no final de 2005, na sequência de um acontecimento amplamente divulgado nos meios de comunicação social como o “fenómeno do arrastão de Carcavelos”. A imagem pública dos jovens descendentes de imigrantes foi fortemente lesada, tornando premente a necessidade de promover um conjunto de iniciativas que pudessem consolidar uma imagem positiva dos mesmos na sociedade portuguesa.

Visa a promoção de um espaço de partilha de experiências e informação, de identificação de problemas, criação de soluções conjuntas e de organização de actividades que contribuam para a boa imagem e integração dos descendentes de imigrantes. Pretende, igualmente, dar resposta às problemáticas associadas a este grupo, tais como a exclusão social ou a discriminação.

O grupo de trabalho é constituído por 20 jovens descendentes de imigrantes, com idades compreendidas entre os 21 e os 37 anos, maioritariamente nascidos em Portugal, com origens cabo-verdianas, angolanas, guineenses, moçambicanas, santomenses e brasileiras. Possuem formações académicas que variam entre o 9º ano e o ensino superior, nas áreas de direito, sociologia, ciências da comunicação, antropologia, psicopedagogia e estudos franceses. São em parte residentes em territórios considerados vulneráveis, tendo-se destacado pelo seu percurso de sucesso, pela sua influência e forte capacidade de intervenção dentro e fora das suas comunidades, por vias tão diversificadas como o movimento associativo, o trabalho social, a investigação científica ou o voluntariado.

Durante 2007, o GTIIDI prosseguiu a sua actividade, centrando as suas iniciativas sobretudo em dois domínios: a formação e a promoção pública de uma imagem positiva dos descendentes de imigrantes; consubstanciados na realização de três seminários e no lançamento de um livro.

Dois dos seminários realizados foram formativos, de carácter residencial, com o objectivo de capacitar os jovens líderes descendentes de imigrantes para uma intervenção qualificada e pertinente nas suas comunidades e na sociedade portuguesa em geral. Para tal, promoveu-se o contacto com personalidades de relevo no âmbito nacional e internacional e com boas práticas, saberes práticos e teóricos em áreas relevantes.

6. Ensino do Português para Estrangeiros

6.1. Enquadramento

Dado que o conhecimento e domínio da língua portuguesa constituem uma ajuda fundamental no processo de acolhimento e integração de imigrantes na sociedade portuguesa, aliado aos pedidos contínuos de informação sobre a aprendizagem do Português, o ACIDI, I.P. optou por iniciar um programa de aulas de apoio, por um período experimental.

Entre Março e Dezembro de 2007, funcionaram nas instalações do ACIDI aulas de apoio que, para além de facilitar esse processo de aprendizagem da língua, tiveram como objectivo fazer um diagnóstico em termos da caracterização qualitativa e quantitativa da população estrangeira interessada em aprender ou aperfeiçoar o Português.

Este programa teve igualmente por objectivo fazer um levantamento, tanto das boas práticas existentes como das dificuldades sentidas por vários professores que há já alguns anos se dedicam ao ensino do Português. Constituiu-se, assim, um Grupo de Trabalho cujas reuniões pretenderam ser não só um local de troca de experiências e de apoio, mas também de reflexão sobre a didáctica específica do Português como língua não materna.

6.2. Divulgação e Adesão

Foram afixados cartazes, escritos em quatro línguas diferentes, no CNAI e em locais de maior afluência de imigrantes.



Em dois meses foram recepcionadas, através do site do ACIDI e do Centro de Documentação do CNAI, cerca de 370 inscrições de alunos com idades compreendidas entre os 14 e os 49 anos de idade, oriundos de vários países.



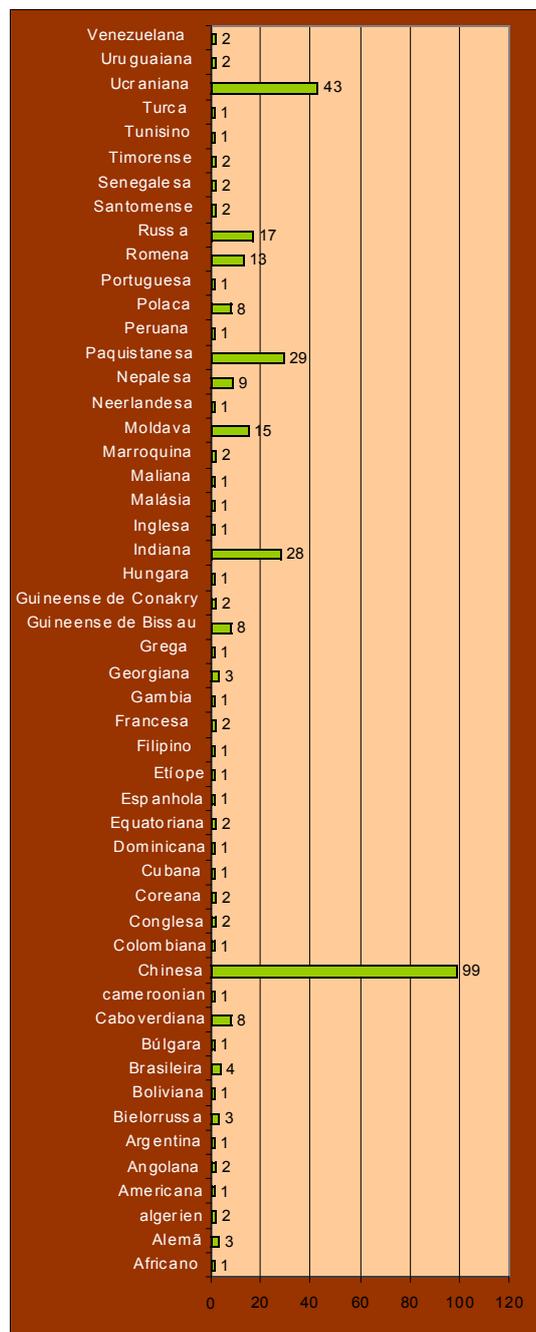
Na sua maioria Chineses (30%), Ucrainianos (13%) Paquistaneses (9%), Indianos (8%) e Russos (8%), inscreveram-se imigrantes de 50 nacionalidades diferentes.

As razões subjacentes à participação foram muito variadas:

- Necessidade de Comunicação;
- Preparação para o exame da nacionalidade Portuguesa;
- Aperfeiçoamento da Língua Portuguesa;
- Preparação para os exames de equivalência de habilitações.

Após a realização de entrevistas e testes de diagnóstico, os alunos foram distribuídos por 6 turmas, em três/quatro níveis, segundo critérios de maior ou menor domínio da língua portuguesa, tendo as aulas início a 25 de Março.

Importa salientar que dos 367 alunos inicialmente inscritos, apenas 162 frequentaram as aulas do CNAI sendo os restantes 205 encaminhados para o Centro S. Pedro Claver, Escolas Secundárias e outras instituições com ensino de Português para estrangeiros.



As aulas tiveram a duração de 2 horas/semanais. Para além deste tempo de aprendizagem em ambiente de sala de aula, foram também utilizados por alguns alunos, os recursos do *Centro Virtual* do Instituto Camões.

Aulas de Português para Estrangeiros – HORÁRIO

Horário	2ªfeira	3ªfeira	4ªfeira	5ªfeira	6ªfeira	Sábado	Domingo
9.00							3-A Prof. Maria Carvalho
10.00							
11.00							
14.30					2-B Prof. Márcia Constantino		
15.00							
16.30							
18.30	1-A Prof. Carolina Alves	2-C Prof. Angelica Marques		2-A Prof. Georgiana Bărbulescu			
19.00							
20.00							
21.00							

Os horários foram feitos em função da disponibilidade dos professores e os alunos distribuídos por quatro níveis diferentes: iniciação, dois níveis intermédios e um nível avançado ou de aperfeiçoamento.

O desejo, de contribuir para a integração dos imigrantes, em regime de voluntariado, manifestado por algumas pessoas, veio ao encontro da necessidade de implementação deste programa. Assim, foram escolhidos seis professores voluntários, com habilitações adequadas e formação específica para ensinar português a estrangeiros.

Graças à dedicação e profissionalismo destes professores foi possível alcançar os objectivos propostos.

Incompatibilidade de horários e outros factores impossibilitaram que alguns destes professores pudessem leccionar o segundo período de aulas que se iniciou em Setembro, mas foram imediatamente substituídos e assegurada a continuidade do programa.



6.3. Protocolo com o Instituto Camões (IC)

O ACIDI I.P. (então Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas) e o Instituto Camões assinaram no dia 19 de Março de 2007 um protocolo de cooperação com o objectivo de promover a aprendizagem e aperfeiçoamento da Língua e Cultura Portuguesa, de modo a contribuir para a plena integração dos imigrantes em Portugal.

Este protocolo passou pela organização de cursos de português para estrangeiros no CNAI (Centro Nacional de Apoio ao Imigrante), utilizando os recursos constantes do Centro Virtual do Instituto Camões, compreendendo, igualmente, a criação de materiais pedagógicos para o Ensino do Português adequados aos estrangeiros que se encontram em Portugal, bem como a criação de «livros graduados» com base em obras da literatura portuguesa e colocados *online* nos respectivos sítios na Rede.

6.4. Certificação

Muito embora, inicialmente, se tenha equacionado o processo de certificação com base nos critérios usados pelo Ministério da Educação e em articulação com uma Escola Secundária próxima do ACIDI, I.P., factores vários levaram a optar-se pela emissão de um comprovativo de frequência das aulas. Para além deste documento, emitido a pedido do aluno, procedeu-se à facilitação do acesso a exames a todos os que pretendam obter diplomas ou certificados passados pelo CAPLE – Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira da Faculdade de Letras de Lisboa.

6.5. Manuais e Materiais

Segundo a opinião da maior parte dos professores, que têm estado a ensinar Português a Estrangeiros, não existe qualquer manual que se adequa exactamente a esta população, tão diversificada. Por unanimidade foi escolhido, para ser adoptado nas aulas deste programa, o “*Português XXI*” - Livro do Aluno e o Caderno de Exercícios. A maior parte dos professores optou por dar as aulas através do Data Show, quer para as suas apresentações quer para diferentes utilizações da Internet.

Por se concluir ser extremamente útil, está em construção, com a ajuda de dois professores, uma biblioteca de imagens que, brevemente, estará disponível nos sites dos ACIDI e do Entreculturas.

6.6. Exames de Equivalência à Licenciatura em Medicina

Dado o insucesso ocorrido em 2006 em que nenhum dos candidatos conseguiu obter equivalência à licenciatura em medicina, o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto solicitou a colaboração do ACIDI, I.P., na preparação da prova de Língua Portuguesa. Entre os 20 candidatos, que frequentaram aulas no CNAI de Lisboa e Porto, 15 obtiveram resultados positivos, com a possibilidade de prestarem as provas de conhecimentos de português técnico.

6.7. Conclusão/ Avaliação e Recomendações para 2008

Ao longo dos vários meses que se seguiram à abertura deste programa relativo às aulas de Português para Estrangeiros no CNAI/ACIDI, foi-se verificando uma elevada procura por parte de utentes que residiam fora de Lisboa, desejando obter informações de locais na sua zona de residência que leccionassem a Língua Portuguesa. Assim, procedeu-se a um levantamento das Escolas, ONG's e Associações a nível de todo o país, que desenvolvem o mesmo trabalho em termos de Cursos de Português para Estrangeiros, processo este que beneficiou da colaboração dos Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes (CLAII).

Durante este período experimental, surgiram algumas dificuldades, nomeadamente com a indisponibilidade, a certa altura, de alguns professores na continuidade do ensino do Português no CNAI. Foi necessário proceder à sua substituição de modo a garantir a continuidade das aulas e não prejudicar os alunos.

A conclusão deste ano experimental passou pela avaliação, feita pelos respectivos professores, que teve em conta a assiduidade, interesse e participação de cada aluno somando a nota do teste final.



Estes elementos de avaliação foram registados nas fichas pessoais de cada aluno e guardados na base de dados específica para os Cursos de Português para Estrangeiros.

Vários factores contribuíram para a reduzida utilização das actividades de formação e ensino à distância do Centro Virtual Camões:

- O facto de não se terem conseguido voluntários, com disponibilidade e competência, para dinamizar a plataforma de aprendizagem em linha do Instituto Camões;
- As dificuldades de alguns alunos no acesso à Internet, bem como na utilização da Plataforma do Centro Virtual Camões.

Revestir-se-ia de grande importância a possibilidade, no futuro, de ser dinamizada uma sala de aprendizagem do português através do uso de computadores e com a ajuda de mediadores/monitores e num horário o mais alargado possível. Este recurso permitiria que a aprendizagem não fique restringida a 2h/semanais, bem como permitiria rentabilizar uma plataforma do Instituto Camões.

7. Grupo Interinstitucional - Definição de Estratégia de Apoio aos Sem Abrigo

Na sequência dos estudos levados a cabo em 2005 pelo ISS, IP sobre população sem abrigo e face às recomendações emanadas, foi aprovada uma de várias propostas, nomeadamente a criação de um grupo interinstitucional.

Este Grupo, constituído por entidades do sector público e privado, tem por objectivo a definição conjunta de uma estratégia de apoio a esta população, com compromissos assumidos e partilhados por cada um dos intervenientes. É integrado pelas seguintes instituições:

- Alto Comissariado da Saúde (ACS);
- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI, I.P.);
- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG);
- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social;
- Direcção-Geral da Saúde (DGS);
- Direcção Geral da Segurança Social;
- Federação Reabilitação de Doentes Mentais (FNERDM);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT);
- Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP);
- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU, I.P.);
- Instituto da Solidariedade Social, I.P.
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil / NES;
- Observatório FEANTSA (Federação Europeia das Associações Nacionais que trabalham com os Sem abrigo)
- Polícia de Segurança Pública (PSP)
- Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN)
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- União das Misericórdias

Em 2007, o grupo interinstitucional reuniu duas vezes (a 16 de Abril e a 25 de Outubro).



7.1. Reuniões do Grupo Técnico

Para além do grupo interinstitucional mais alargado, cada entidade parceira nomeou um representante para um grupo técnico, de natureza mais operacional e que reuniu quatro vezes em 2007 (9 de Maio, 27 de Junho, 25 de Julho e 26 de Setembro).

Pretende-se que o Grupo Técnico apresente propostas quanto a:

- (1) Definição pragmática do conceito de sem-abrigo a utilizar a nível nacional;
- (2) Metodologia e estratégias de intervenção a replicar em todo o território que permitam, nomeadamente, um maior conhecimento sobre as situações, o trabalho desenvolvido por todas as instituições e a duplicação de intervenções;
- (3) Organização e funcionamento das estruturas e equipamentos dirigidos a esta população;
- (4) Reflexão sobre as respostas sociais existentes e possibilidade da sua rentabilização.

Na reunião de dia 26 de Setembro o Grupo Técnico pôde contar com a presença do Director da Feantsa, Dr. Freek Spinnewijn e assistir, dois dias depois, na Fundação Calouste Gulbenkian a uma Conferência subordinada ao tema: "Repensar as Políticas dirigidas à População Sem-abrigo" organizada pela Feantsa, Observatório Europeu sobre os Sem Abrigo e pelo CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social

7.2. Resultados

Após várias reflexões e tendo como ponto de partida a tipologia europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional – ETHOS, conseguiu-se a aprovação da proposta de redacção final de conceito de sem abrigo, encontrando-se em discussão a referente aos requisitos operacionais.

Notas prévias:

- i. O Conceito de pessoa sem-abrigo, aprovado pelas entidades que integram o grupo interinstitucional, tem o propósito de poder medir o fenómeno, numa base operacional concreta, objectiva e uniformemente partilhada.
- ii. O Conceito de pessoa sem-abrigo consistirá, igualmente, a base operacional para a definição de medidas de combate ao fenómeno, que se pretende actuem a montante e a jusante do mesmo, de forma a intervir, não só na situação das pessoas que se enquadram nesta definição, como sobre todas as que correm o risco de, a breve prazo, aí se enquadrarem.
- iii. Este conceito deverá ser utilizado a nível nacional por todas as entidades, públicas e privadas, para efeitos de contabilização de número de pessoas sem-abrigo e como base para a apresentação de medidas inseridas nos planos de desenvolvimento social das redes sociais concelhias.
- iv. Todos os planos de intervenção dirigidos ao fenómeno dos sem-abrigo deverão ter em consideração três níveis de intervenção:
 - medidas que se dirijam à prevenção junto de grupos de risco;
 - intervenção em situação de rua e alojamento temporário;
 - intervenção ao nível do acompanhamento posterior ao alojamento e respectiva reinserção.

Conceito de Sem-Abrigo

Considera-se pessoa sem-abrigo toda aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição sócio-económica e condição de saúde física e mental, se encontre reiteradamente sem tecto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com para-



deiro em local precário, ou reiteradamente sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

REQUISITOS OPERACIONAIS

No sentido de clarificar alguns dos termos utilizados neste conceito e facilitar a sua aplicação, são enunciados alguns requisitos operacionais:

1 - Para além da questão da nacionalidade poderá colocar-se a questão da **regularização da situação no país de cidadãos estrangeiros**. Para efeitos de enquadramento neste conceito, deverão ser incluídas todas as situações de estrangeiros que correspondam a todas as outras condições, independentemente do grau de regularização em que se encontrem no país (situação irregular, visto de curta duração; autorização de residência temporária ou permanente).

2 - **Reiteradamente** – Consideram-se reiteradas todas as situações que ocorram “Por mais de uma vez” .

3 - **Sem tecto:**

- **Espaço público** – espaços de utilização pública como jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamento, passeios, viadutos, pontes;
- **Abrigo de emergência** – qualquer equipamento que acolha, de imediato e gratuitamente, pessoas que, por qualquer razão, não tenham acesso a outro local de pernoita, por períodos de curta duração.
- **Local precário** – espaço público ou privado (que, devido às condições em que se encontra permita uma utilização pública) tais como – carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios, fábricas e prédios abandonados, casas abandonadas.

4 - **Sem casa:**

- **Alojamento temporário** – Equipamento que acolha pessoas que, por qualquer razão, não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua reinserção. Corresponde à resposta social da nomenclatura da Segurança Social, designada por “Centro de Alojamento Temporário: *“resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.”*

Não se incluem neste tipo de alojamento, os equipamentos que constituem respostas específicas para determinadas problemáticas, tais como infância e juventude, pessoas idosas, Pessoas Adultas com Deficiência, Pessoas Adultas em situação de Dependência, Família e Comunidade em Geral, Pessoas infectadas pelo VIH/sida, Pessoas Toxicodependentes e Pessoas Vítimas de Violência Doméstica.

8. Grupo de Trabalho – Implementação da Medida 49 do Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)

Com ao intuito de promover uma partilha de informação relativamente às dificuldades sentidas por cada instituição perante situações de emergência social o ACIDI, I.P. constituiu um grupo de trabalho que conta com a participação do Centro Distrital da Segurança Social, do JRS – Serviço Jesuíta a Refugiados e da Associação Olho Vivo.



Este grupo reuniu-se duas vezes, a 17 de Setembro e a 23 de Outubro, estando presentes, em ambas as reuniões o Sr. Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural e a Sr.ª Directora do Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa.

8.1. Protocolo de Cooperação com Segurança Social

Um dos pontos constantes da agenda prende-se com a elaboração de um protocolo de cooperação com vista à atribuição das responsabilidades de cada instituição nesta área.

Este protocolo terá por objecto a constituição de um grupo de trabalho, tendo em vista garantir o apoio social e o respeito pelos direitos humanos básicos, de imigrantes irregulares ou de doentes imigrantes isolados que se encontrem em situação de pobreza extrema, em termos equiparados ao assegurado aos cidadãos nacionais, através da partilha de informação e da definição e uniformização de procedimentos.

8.2. Projecto de rede de amas

As alterações que no último decénio se verificaram na estrutura demográfica dos concelhos a norte da cidade de Lisboa, nomeadamente no aumento significativo do número de imigrantes residentes, desenhou uma nova imagem destes territórios com uma acentuada modificação dos padrões de vida das populações.

O tecido suburbano destes territórios caracteriza-se por bolsas de pobreza endémica, considerando a pobreza como um estado de escassez ou mesmo privação de recursos essenciais, bem como situações circunscritas de bolsas de exclusão social.

A população imigrante, que aumentou significativamente em Portugal nos últimos anos, é a mais afectada. Os baixos salários, o trabalho precário e a situação irregular de muitos imigrantes, geram exclusão social e pobreza.

A escassez de infra-estruturas de apoio às crianças, na primeira infância, dos 0 aos 4 anos da Rede Pública, assim como de Amas da Segurança Social, afecta em primeiro lugar a famílias imigrantes, traduzem-se na limitação do horário laboral das mães, com o sacrifício das crianças que permanecem sozinhas em casa, ou a cargo de irmãos menores.

É com o objectivo de melhorar as formas de atendimento, minimizar as carências existentes ao nível de infra-estruturas bem como dar uma resposta alternativa à situação de não emprego às mulheres que têm condições de definir o seu percurso de vida na prestação de acolhimento domiciliário a crianças do seu bairro com as condições de proximidade emocional, cultural e logística que se pretende a definição do trabalho de constituição de *creches familiares*, por territórios, para crianças filhas de imigrantes. Estas creches serão por uma estrutura de acompanhamento técnico, administrativo e logístico no âmbito das Associações e Imigrantes, em parceria com a Centro Distrital da Segurança Social e o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI,IP).

9. Grupo de Reflexão sobre o Tratamento da Temática da Imigração nos Media

No âmbito da Medida 101 do Plano para a Integração dos Imigrantes (PII) foi criado um Grupo de Trabalho, que integra representantes das seguintes entidades: Confederação Portuguesa para



os Meios de Comunicação Social, Sindicato dos Jornalistas, Agência LUSA, Diário de notícias, TSF, RTP e TVI.

A implementação da Medida 101, que prevê o incentivo do desenvolvimento de mecanismos de auto-regulação dos media, estruturados em função da ética e da deontologia profissional, é da responsabilidade de Presidência do Conselho de Ministros, mais concretamente, do ACIDI. I.P. e do Gabinete para os Meios de Comunicação Social. Apesar deste envolvimento directo as duas instituições apenas participaram em duas reuniões (18 de Setembro e 17 de Outubro), nas quais se explicou a razão da criação do Grupo e se chegou a acordo quanto à sua constituição e funcionamento. Após essa fase e após acordo com os elementos do Grupo, este passou a reunir de forma autónoma, nas instalações do GMCS, transmitindo depois, ao GMCS as conclusões de cada reunião.

O Grupo reuniu mais duas vezes em 2007 (14 de Novembro e 12 de Dezembro), sendo de realçar que na última reunião do ano estiveram presentes representantes das Forças de Segurança (SEF, GNR, PSP e PJ), dado o seu papel relevante enquanto fonte emissora de comunicados à imprensa.

10. Questões de Género. Tráfico de seres humanos

10.1. Projecto CAIM - Cooperação, Acção, Investigação e Mundivisão

O CAIM, projecto-piloto na área da Prostituição e Tráfico de Mulheres, financiado pela iniciativa comunitária EQUAL, terminou em Julho de 2007. Iniciado em Agosto de 2005, este projecto foi alicerçado no II Plano Nacional para a Igualdade e reuniu, sob a Coordenação da Comissão para a Igualdade de Género (CIG), uma Parceria de Desenvolvimento composta por seis entidades: Comissão para a Igualdade de Género, Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Inter-cultural I.P., Associação para o Planeamento da Família e Organização Internacional para as Migrações.

O Projecto desenvolveu-se ao longo de duas Acções (Acção 1 e Acção 2), a primeira centrada na elaboração de um diagnóstico de necessidades, dado esta ser uma problemática social ainda pouco visível em Portugal e, a segunda, com a realização de diversas actividades e a construção de uma rede privilegiada as forças de segurança e as organizações que trabalham problemáticas associadas ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

O ACIDI I.P., tal como os restantes parceiros do projecto, participou nas diversas reuniões que decorreram no ano de 2007, realizadas numa base mensal e sempre que aspectos relacionados com a implementação do projecto necessitassem de reuniões extraordinárias.

No decurso de 2007 foi produzido o folheto de divulgação do CAIM, traduzido em Francês, Inglês, Espanhol, Russo, Ucrainiano, Romeno e Chinês.

10.2. Publicações

Foi reeditado o tríptico “Contra! A Violência Doméstica”, resultado de uma parceria entre o ACIDI, I.P. e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).



XII. Relações Internacionais



1. Ao nível da União Europeia

1.1. Coordenação da Rede Europeia de Empresários Étnicos

Em 2003, por iniciativa da Enterprise and Industry Directorate-General (DG ENTR) da Comissão Europeia, foi criada a *Ethnic Minority Entrepreneurs Network*, com o intuito de melhorar a interacção entre Estados-membros no que diz respeito à partilha de boas práticas em matéria de incentivo à iniciativa empresarial imigrante. Esta rede tem funcionado como um grupo informal que reúne parceiros interessados da administração pública dos Estados-membros, países candidatos e membros da EFTA. Desde 2004 que, por vontade dos seus participantes, o ACIDI assume a coordenação desta rede europeia.

Durante 2007 esta rede reuniu-se em Bruxelas em dois momentos para debater temas distintos:

- a 2 de Março, foram apresentadas algumas iniciativas de bancos, de organizações não governamentais e de fundações em matéria de micro-crédito para empresários de minorias étnicas na União Europeia. Com esta reunião a DG ENTR pretendeu sensibilizar os estados-membros para as potencialidades do micro-crédito para o empreendedorismo imigrante.
- 30 de Novembro, numa reunião acerca de *Good Practices in the Promotion of Ethnic Minority Entrepreneurship*, foi possível discutir a situação dos empresários imigrantes nos países da Comissão Europeia. Também neste encontro, os delegados de cada país com assento nesta rede tiveram acesso aos resultados do estudo *Examination and evaluation of Good Practices in the Promotion of Ethnic Minority Entrepreneurs*.

1.2. Agência Europeia para os Direitos Fundamentais / Observatório Europeu do Racismo e Xenofobia

O Observatório Europeu do Racismo e Xenofobia (European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia – EUMC), criado em 1997, deu lugar à Agência dos Direitos Fundamentais (Fundamental Rights Agency) a partir do dia 1 de Março de 2007.

A Agência para os Direitos Fundamentais (FRA) sucedeu juridicamente ao Observatório, cujas actividades cessaram oficialmente em 28 de Fevereiro de 2007, assumindo todos os seus direitos e obrigações de natureza jurídica e financeira.

Na sua qualidade de Agência Europeia para os Direitos Fundamentais, a FRA tem como missão auxiliar as instituições da Comunidade e os seus Estados Membros na tomada de decisões ou delinear estratégias de intervenção com vista ao cumprimento integral dos direitos fundamentais. A luta contra o racismo, xenofobia e outras discriminações (intolerâncias) encontram-se no cerne das actividades da FRA, integrando as áreas temáticas constantes do plano de actividades multi-anual, de 5 anos.

O plano de actividades multi-anual (2007-2012) foi apresentado em 12 de Setembro de 2007, pela Comissão Europeia para decisão do Conselho, integrando as seguintes áreas temáticas:

- a) racismo, xenofobia e intolerância relacionada;
- b) discriminação com base no sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual ou de pessoas pertencentes a grupos minoritários;
- c) compensação das vítimas, prevenção do crime e outros aspectos relacionados com a segurança dos cidadãos;
- d) protecção das crianças incluindo os direitos das crianças;
- e) imigração e integração dos migrantes;
- f) asilo;
- g) vistos e controle das fronteiras;
- h) participação no funcionamento democrático da União;



- i) questões de direitos humanos relacionados com a sociedade de informação
- j) acesso a uma justiça eficiente e independente.

A implementação do plano de actividades será feita em complementaridade com o trabalho desenvolvido pelas instituições da União Europeia, Conselho da Europa e outras organizações internacionais envolvidas na área dos direitos humanos.

A FRA integra uma rede de Pontos Focais Nacionais (*National Focal Points*), relevantes nos países membros e responsáveis pela manutenção de uma rede nacional de informação que inclui a cooperação com os actores principais nas áreas do racismo, xenofobia e anti-semitismo, sendo quer organizações governamentais e não governamentais, centros de investigação, organismos especializados ou parceiros sociais. Em Portugal, essa representação é assegurada pela Núme-na, Centro de Investigação em Ciências Humanas e Sociais.

Em 2007, a FRA realizou duas reuniões dos Oficiais de Ligação Nacionais, a primeira em 16 e 17 de Julho e a segunda, a 15 e 16 de Outubro, ambas em Viena. Dada a nomeação posterior à data da primeira reunião, Portugal esteve representando apenas na segunda reunião, através de um representante do ACIDI, I.P.

No cumprimento do plano de actividades, teve lugar em Lisboa, nos dias 29 e 30 de Outubro, uma Conferência promovida pela FRA, subordinada ao tema: “Igualdade de acesso à Educação e emprego para jovens com origem migrante” (“Equal Access to education and employment for youth with migrant background”).

A Conferência reuniu 90 participantes de toda a Europa e contou com a presença do Senhor Ministro da Presidência na Sessão de Abertura.



224



1.3. Ano Europeu do Diálogo Intercultural

1.3.1. Enquadramento

Por decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, em finais de 2006 foi deliberado que 2008 seria o Ano Europeu do Diálogo Intercultural (AEDI)³ sob a responsabilidade da Direcção Geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia, mais especificamente, da Unidade Cultura.

Em Portugal, o ACIDI ficou responsável pela preparação do AEDI tendo sido nomeado, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 92/2007, organismo nacional de coordenação.

Desde Janeiro de 2007 que o ACIDI foi responsável pelo AEDI junto da UE, representando Portugal em todas as reuniões quer das Coordenações Nacionais, quer do Comité Consultivo, respectivamente “National Coordinating Body” e “Consultive Committee”.

Realizaram-se as seguintes reuniões em Bruxelas:

- “National Coordinating Body”:
 - 25 Abril 2007
 - 19 Outubro 2007
- “Consultive Committee”:
 - 23 Fevereiro 2007
 - 18 Outubro 2007

Como organismo coordenador, o ACIDI apresentou à UE e foi por esta divulgado junto de todos os Estados-Membros, a Estratégia Nacional do Ano Europeu do Diálogo Intercultural a 30 de Janeiro de 2007.

³ Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho n.º 1983/2006, de 18 de Dezembro (JO da EU, L 412/46, de 30 de Dezembro de 2006).

1.3.2. Logotipo Europeu



1.3.3. Projectos Europeus

A UE lançou, durante 2007, com o apoio dos organismos coordenadores dos diferentes países, duas propostas de projectos a serem financiadas. Uma, aberta a todos e envolvendo o maior número possível de países “open call”, possibilitando o desenvolvimento de sete projectos europeus e, outra, envolvendo 27 projectos nacionais (um por cada Estado-Membro) da responsabilidade dos organismos coordenadores nacionais, “restricted call”.

Fez-se o acompanhamento, a nível nacional, deste processo, apoiando e divulgando o lançamento do Projecto Europeu “Open Call for Proposals-DG EAC/07/2007”. Foram apresentados nove projectos por diferentes entidades portuguesas. Nenhuma das candidaturas apresentadas por entidades nacionais foi seleccionada, mas dos sete projectos escolhidos a nível europeu, Portugal é parceiro em dois.

Como Organismo Coordenador do AEDI, o ACIDI apresentou a candidatura do “Restricted Call for Proposals – DG EAC/08/2007” com o Projecto “**Museu, espelho meu**” “*In the museum I see the image of me*”.

1.3.4. Reunião dos Pontos Focais Europeus do AEDI

No âmbito da Presidência Portuguesa, O ACIDI, I.P. organizou uma reunião com os Pontos Focais do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, que decorreu no dia 14 de Novembro, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, com o tema “Media e Diálogo Intercultural”. Esta primeira etapa de sensibilização para o AEDI contou com a participação de especialistas nacionais e europeus que debateram a relação dos media e diálogo intercultural e os desafios que daí resultam. Esta conferência abriu ainda espaço para a apresentação das estratégias nacionais que cada um dos Estados-Membros pretende desenvolver, com a finalidade de tornar esse diálogo perene no interior das sociedades europeias e no seu relacionamento externo. A reunião foi também alargada a convidados nacionais ligados ao tema, para além dos representantes da Comissão e dos 27 países membros.

1.4. Actividades no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

No âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, o ACIDI esteve envolvido em inúmeras acções e conferências que tocaram temas relacionados com a integração dos imigrantes. Entre essas actividades destaca-se:

(1) na vertente da saúde:

- fez parte do Grupo Consultivo Nacional de preparação da Conferência Europeia *Saúde e Migrações: melhor saúde para todos numa sociedade inclusiva*, que decorreu entre 27 e 28 de Setembro;
- o Alto-Comissário, Dr. Rui Marques, fez uma intervenção nessa Conferência Europeia acerca de “A integração dos imigrantes através do Sistema Nacional de Saúde”, no âmbito da Sessão 1: *Promoção da Saúde: melhor saúde para uma sociedade inclusiva*;
- colaborou no relatório *Good Practices on health and Migration in the EU*, uma das publicações divulgadas no âmbito da conferência europeia sobre saúde e migrações.



(2) na vertente dos fluxos migratórios:

- participação nas actividades de preparação da *Reunião Ministerial da EUROMED sobre Migrações*, promovidas pelo Ministério da Administração Interna.
- participação nas actividades de preparação da *Conferência de Alto Nível sobre Imigração Legal*, promovida pela Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna, que teve lugar a 13 e 14 de Setembro de 2007.

1.5. Programas e Projectos

Programa INTI

A Comissão Europeia tem vindo a apoiar acções e projectos que promovam a integração dos imigrantes nos estados-membros através do Programa de Financiamento INTI (*Integration of Third-Country Nationals*).

Tal como em anos anteriores, o ACIDI participou como o parceiro português de alguns projectos e acções financiadas no âmbito deste programa: (1) *Be naturalize dor become a citizen?* (JLS/2006/INTI/053) e (2) *ROUTES – The way to integration* (JLS/2006/INTI/053). Em 2007, no entanto, pela primeira o ACIDI foi também o promotor de uma candidatura que mereceu o parecer positivo e o financiamento da Comissão Europeia: *One-Stop-Shop: a new answer for immigrant integration* (JLS/2006/INTI/148).

***One-Stop-Shop: a new answer for immigrant integration* (JLS/2006/INTI/148)**

Este projecto, promovido pelo ACIDI, decorrerá entre Outubro de 2007 e Janeiro de 2009 e envolve parceiros de sete estados-membros distintos – Espanha (Dirección General de Integración de los Inmigrantes), Itália (Direzione Generale dell' Immigrazione), Grécia (Hellenic Migration Policy Institute), Irlanda (Immigrant Council of Ireland), Alemanha (Netzwerk Migration in Europe e V.), Holanda (Institute for Migration and Ethnic Studies) e Portugal (ACIDI, I.P.) – e a Organização Internacional das Migrações (Missão em Portugal).

Atendendo aos princípios da *Agenda Comum para a Integração* (COM 2005 389), às recomendações do *Handbook on Integration for policy-makers and practitioners* e à própria experiência portuguesa com os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, este projecto propõe-se a discutir o modelo de serviço integrado de resposta às necessidades dos imigrantes nas sociedades europeias.

***Be naturalize dor become a citizen?* (JLS/2006/INTI/053)**

Desde Setembro de 2007 o ACIDI é o parceiro português do projecto *Be naturalized or Become a Citizen?* (JLS/2006/INTI/053). Este projecto, promovido CJD Eutin da Alemanha, envolve parceiros de 5 países comunitários (Itália, Bélgica, Portugal, Suécia e Alemanha) e propõem-se a analisar as diferentes políticas de concessão de nacionalidade dos países envolvidos, bem como identificar as motivações dos imigrantes para se naturalizarem

***ROUTES – The way to integration* (JLS/2006/INTI/053)**

Desde Junho de 2007 o ACIDI é parceiro no projecto *Routes: the way to integration* (JLS/2006/INTI/061). Este projecto, promovido pela Veneto Lavoro de Itália, envolve 16 parceiros de 9 países comunitários distintos. Entre os principais objectivos deste projecto está a definição de redes transnacionais de cooperação e troca de boas práticas na vertente da integração de imigrantes. Os parceiros envolvidos propõem-se a contribuir para o aumento de cooperação e o diálogo entre entidades públicas, organizações não governamentais e associações de imigrantes.

1.6. Outros Projectos

IDEA – Mediterranean and Eastern European Countries as New Immigration Destinations in the European Union

Desde Janeiro de 2007 o ACIDI faz parte do Advisory Committee do Projecto *Mediterranean and Eastern European Countries as New Immigration Destinations in the European Union – IDEA*, financiado pela Comissão Europeia. Este projecto foi promovido pelo Centro de Investigação CMR da Universidade de Varsóvia, tendo como parceiros 10 países comunitários. O centro responsável por Portugal é o SOCIUS do ISEG (coordenado por o Professor João Peixoto).



2. Ao nível da OCDE

Reconhecendo a importância de uma avaliação externa acerca da integração dos imigrantes no mercado de trabalho, o ACIDI apoiou ao longo de 2007 a OCDE – Directorate for Employment, Labor and Social Affairs, DELSA – na realização de um estudo acerca de Portugal.

Este estudo, concluído em Dezembro de 2007, desenvolve uma avaliação da integração dos imigrantes no mercado de trabalho em Portugal, a partir da análise comparada entre portugueses e os estrangeiros acerca de inúmeros indicadores de emprego. Destaca-se a análise das taxas de emprego e desemprego, taxa de actividade, níveis de qualificação, condição legal, vínculo laboral, níveis salariais, sectores ocupacionais, situação na profissão, condições de trabalho, entre outros indicadores. O estudo avança ainda algumas recomendações atendendo a alguns bloqueios e dificuldades identificadas.

A versão preliminar deste relatório foi discutida em Paris a 5 de Novembro, na *111th Session of the ELSA Committee* (Employment, Labour and Social Affairs Committee), e em Lisboa a 27 de Novembro, num seminário organizado pelo ACIDI.

3. Relações Bilaterais

3.1. Comissão Conjunta Portugal – Cabo Verde

No âmbito dos trabalhos da Comissão Consultiva Conjunta, foi assumida a importância de um trabalho em parceria entre Cabo Verde e Portugal tendo em vista:

- (1) a integração dos imigrantes Cabo-verdianos em Portugal;
- (2) a criação de mecanismos de concertação para o controle do fluxo migratório, do combate à imigração clandestina, ao tráfico de drogas e à criminalidade conexas.

A delegação portuguesa, constituída por:

- Alto Comissário para a Imigração e o Diálogo Intercultural, Dr. Rui Marques;
- Vogal do Conselho Directivo do IPAD, Dra. Vera Abreu;
- Director Geral Adjunto do SEF, MAI, Dr. Francisco Marques Alves;
- Chefe da Secção Consular de Portugal na Praia, Dr. José Amaral;
- Director-Geral GAERI, MTSS, Dr. Adelino Bento Coelho;
- SECP, Dra. Lubélia Gomes;
- Professora Doutora Maria Ioannis Baganha.

promoveu a redacção do relatório de Portugal acerca das principais actividades desenvolvidas ao longo de 2007 na vertente da imigração cabo-verdiana em Portugal.



XIII. Preparação do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural (AEDI)



1. Enquadramento

2008 será, pela decisão do Parlamento Europeu e do Conselho o Ano Europeu do Diálogo Intercultural (AEDI). Com esta iniciativa a nível europeu visa-se a promoção do diálogo intercultural como instrumento para auxiliar os cidadãos a adquirirem conhecimentos e aptidões que lhes permitam compreender e interagir com um ambiente de grande diversidade cultural. Dessa forma, pretende-se não só celebrar a diversidade, como criar pontes de entendimento e reforçar a coesão social.

Portugal aderiu a esta iniciativa e irá desenvolver, a nível nacional, um conjunto de iniciativas muito variadas. O Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.) foi encarregue de coordenar esta iniciativa que acompanha desde o início de 2007 tendo sido nomeado organismo coordenador através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2007, de 21 de Junho (DR 1ª série n.º 134, de 13 de Julho). Pretende-se, no entanto, ir mais longe contribuindo para um verdadeiro Programa Nacional para o Diálogo Intercultural, envolvendo todas as instituições públicas e privadas que queiram aderir, através da integração num programa nacional das actividades que venham a ser desenvolvidas neste domínio.

Em Janeiro de 2007 foi apresentada a Estratégia Nacional do AEDI que definia desde logo três objectivos primordiais:

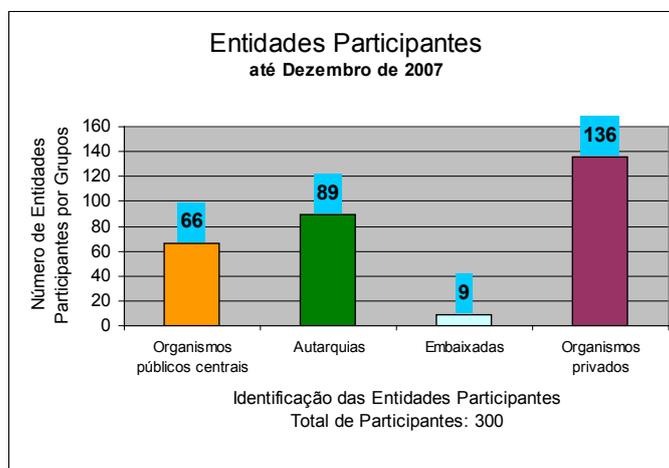
- Alertar e mobilizar a sociedade civil e os organismos públicos e privados para o diálogo intercultural;
- Apoiar iniciativas culturais que promovam o diálogo intercultural;
- Dar prioridade aos jovens.

2. Divulgação

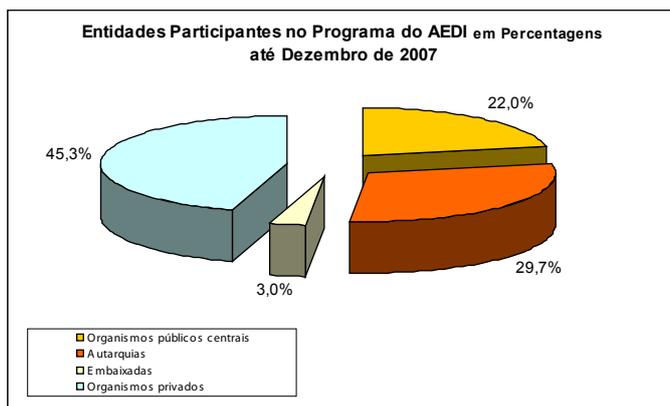
Em Julho de 2007 teve início a campanha de divulgação do AEDI, através do envio de centenas de ofícios a instituições públicas e privadas de todo o país, convidando-as a associarem-se ao Programa Nacional de Celebração do AEDI. Em Agosto/Setembro de 2007 o convite foi reforçado com a colocação de anúncios em quatro títulos de imprensa: Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Público.

Aos ofícios e aos anúncios responderam até ao momento cerca de 300 instituições, públicas e privadas, tendo-se registado um total de 488 eventos, que irão decorrer de norte a sul do País, no âmbito do AEDI.

Entidades participantes que responderam ao convite até Dezembro de 2007



Entidades participantes que responderam ao convite até Dezembro de 2007 (%)



Programa do Ano Europeu do Diálogo Intercultural

O Programa será o cartão de visita do Ano a nível nacional e será distribuído gratuitamente. Nele constam o nome, a descrição e os contactos de todas as entidades que aderiram ao Programa Nacional, bem como todos os eventos que irão decorrer ao longo do Ano, organizados por áreas temáticas: animação de leitura, cinema, dança e artes performativas, exposições e artes plásticas, feiras e festas, música, projecto educativo, teatro, turismo cultural, workshops e colóquios, e outros.

Sítio do Ano Europeu do Diálogo Intercultural

Com o objectivo de congregar toda a informação relacionada com o ano foi criado um Sítio na Internet (www.aedi2008.pt). Aqui qualquer cidadão terá acesso a informações actualizadas sobre eventos, projectos e notícias relacionadas com o Ano e poderá apresentar propostas e sugestões ou deixar comentários.

Selo do Ano Europeu do Diálogo Intercultural

Em parceria com os CTT será difundido, um selo do AEDI a nível nacional, em Janeiro, com o lema "*Sê plural como o Universo*".



3. Eventos iniciados em 2007

Destacam-se apenas alguns, quer pela sua dimensão, quer pela sua especificidade.

Projecto Nacional do AEDI

"Museu, espelho meu..."

(In the museum I see the image of me)

Portugal apresentou a 31 de Julho de 2007, no âmbito do "restricted call for proposals DG EAC/08/2007" da iniciativa da CE o projecto "Museu, espelho meu" que tem como principal parceiro o IMC (Instituto dos Museus e da Conservação). A candidatura foi aceite e o contrato



entre o ACIDI, I.P., organismo coordenador do Projecto e a DG EAC da Comissão Europeia foi assinado a 19/12/2007.

O projecto “Museu, espelho meu” tem como objectivo central promover os museus como espaços de representação identitária: individual, social, multicultural. Neles se investiga, conserva e expõe um imenso património colectivo e são, potencialmente, espaços de diálogo intercultural.

Uma das especificidades deste projecto é a de cruzar colecções de museus, relacionando objectos que se encontram em museus diferentes. Assim, constituíram-se três circuitos de museus. Neste projecto participam nove museus que se situam em distritos/regiões com grande representatividade de comunidades de imigrantes: Lisboa, Porto e Algarve. Dentro destes três circuitos/distritos/região, foram seleccionados os seguintes museus:

Em Lisboa:

- Museu Nacional de Arte Antiga.
- Museu Nacional do Traje.
- Museu Nacional do Teatro.
- Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves.

No Porto:

- Museu Nacional Soares dos Reis.
- Casa Museu Guerra Junqueiro (Museu Municipal).
- Museu do Papel Moeda (Fundação Dr. António Cupertino de Miranda).

No Algarve:

- Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique (Museu Municipal de Faro).
- Museu Municipal de Portimão.

Para cada circuito serão criados três Kits, dirigidos a três níveis etários diferentes (3-6; 6-10; 11-15), bem como guias para educadores/professores ou família/acompanhante.

A 21/11 foi realizada a primeira reunião que envolveu, para além da equipa do ACIDI, da equipa do IMC, os diferentes directores e técnicos dos serviços educativos dos museus envolvidos.

Em Dezembro realizaram-se visitas aos museus envolvidos por parte da equipa especialista bem como a escolha dos objectos que integrarão o circuito intercultural das três regiões escolhidas.

O Projecto que teve início oficial em Novembro de 2007 deverá terminar em Novembro de 2008 e prevê-se que envolva 25.000 crianças e jovens e 2.000 educadores/professores para além das famílias.

Agenda CAIS

Esta Agenda é uma iniciativa que se repete entre o ACIDI, I.P. e a Associação CAIS e que terá como tema o Ano Europeu do Diálogo Intercultural. A Agenda contém textos de pessoas de diversas áreas da sociedade, que pela sua história e carreira profissional deram o seu contributo com frases, pensamentos e pequenas histórias sobre o Diálogo Intercultural, e respectivas ilustrações criadas pelos alunos da Ar.co.

Colecção “Portugal Intercultural”

A interculturalidade é o denominador comum desta colecção recente do Observatório da Imigração. A Colecção “Portugal Intercultural” procura demonstrar, a partir de marcas históricas, a presença e cruzamento de povos e culturas na identidade portuguesa.

Em Maio saiu o 1º Volume “*A Interculturalidade na Expansão Portuguesa*” de João Paulo Oliveira e Costa e Teresa Lacerda.

Em preparação estão a edição do 2º Volume da colecção “*António Vieira, pioneiro e paradigma da Interculturalidade*”, a sair a 6 de Fevereiro 2008 por ocasião da celebração dos 400 anos da morte do Padre António Vieira.



Ainda no âmbito desta colecção, e em parceria com Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, da Universidade Católica Portuguesa, está a ser preparada uma obra em quatro volumes, sob o título genérico de “Portugal Intercultural: Razão e Projecto”.

Roteiros das Cidades

Em parceria com o Centro Nacional de Cultura (CNC) está a ser produzido um Roteiro Cultural da Cidade de Lisboa, que nos desafiará a conhecer a interculturalidade da cidade, mostrando a relação das diferentes culturas dos povos que por aqui foram passando e aí residem. Da mesma forma, está em fase de programação a criação de outros três roteiros – Roteiro do Porto Intercultural, Roteiro de Coimbra Intercultural e Roteiro de Évora Intercultural.

4. Comissão Nacional de Acompanhamento do AEDI (CNA)

A Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Europeu do Diálogo Intercultural garante a associação dos vários intervenientes no diálogo intercultural a nível nacional, regional e local.

É composta por:

- a) Dr. Rui Marques, Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, que coordena,
- b) Dra. Rita Sá Marques, Directora de Serviços de Acção Cultural Externa do Instituto Camões, Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- c) Dra. Raquel Pereira, Assessora do Gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social;
- d) Dra. Jesuína Ribeiro, Assessora do Gabinete da Ministra da Educação, Ministério da Educação;
- e) Dra. Paula Botelho Pires, Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura, Ministério da Cultura;
- f) Dr. Pedro Cardoso, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto;
- g) Dr. Landri Pinto, Director do Gabinete de Relações Internacionais da Secretaria- -Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
- h) Dra. Alzira Maria Serpa Silva, Directora Regional das Comunidades do Governo Regional dos Açores, Governo Regional dos Açores;
- i) Dr. Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos, Conselheiro Técnico do Governo Regional da Madeira, Centro das Comunidades Madeirenses;
- j) Dra. Rosário Farmhouse, Directora do JRS-Portugal Serviço Jesuíta aos Refugiados, JRS - Portugal Serviço Jesuíta aos Refugiados;
- k) Dr. Paulo Renato Andrade Mendes, Presidente da Associação de Imigrantes nos Açores, AIPA;
- l) Eng^a. Luísa Valle, Directora-Adjunta do Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano, Fundação Calouste Gulbenkian;
- m) Dr. Alberto Mateus Manja Magassela, Presidente da Índico - Associação Cívica Moçambicana Índico.







ACIDI, I.P.

Alto Comissariado para a Imigração
e o Diálogo Intercultural, I.P.

Rua Álvaro Coutinho, 14
1150-025 Lisboa

Tel.: 218 10 61 00

Fax: 218 10 61 17

www.acidi.gov.pt